

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**ULISSES LIBERTO OU PROMETEU ACORRENTADO?
Virtudes e limites da Explicação da Ação na Obra de Jon Elster**

José Luiz de Amorim Ratton Júnior

**Recife
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ULISSES LIBERTO OU PROMETEU ACORRENTADO?
Virtudes e limites da Explicação da Ação na Obra de Jon Elster**

José Luiz de Amorim Ratton Júnior

Tese elaborada por José Luiz de Amorim Ratton Júnior, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ventura de Moraes e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**Recife
Novembro de 2003**

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Jorge Ventura de Moraes (Presidente/Orientador/UFPE)

Professor Doutor Flávio da Cunha Resende (Titular Interno/UFPE)

Professora Doutora Cynthia Lins Hamlin (Titular Interno/UFPE)

Professor Doutor Marcus André Melo (Titular Externo/UFPE)

Professor Doutor Luís Augusto S. C. de Gusmão (Titular Externo/UnB)

**Esta tese é dedicada ao Zé e a Ana.
E, sobretudo, a Bia e a Flor.**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Jorge Ventura, pela orientação competente, segura e dedicada. Sem esquecer dos dez anos de grande amizade, inúmeras afinidades eletivas e colaboração intelectual.

A Aécio Silva, Carlos Magalhães, Eliana Lacerda, Ivete Zamboni, Jon Elster, Luciano Oliveira, Luciene, Nilo Pinheiro, Ricardo Sipaúba, que, de formas diferentes, me ajudaram a concluir esta tese.

A Tereza, que soube me ouvir.

A Pietro Wagner – novo velho amigo – pela revisão e editoração da tese.

A Bruno e Thiago, mais que irmãos.

A Beatriz – minha alegria e o melhor de mim – pela enorme paciência e compreensão.

A Marcela Zamboni - minha Flor, amada metade, linho da minha linha - que soube sempre estar ao meu lado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE	
CAPÍTULO 1	17
A Odisséia de Jon Elster	
1.1 Introdução	17
1.2 O período de formação	19
1.3 A racionalidade, seus limites, suas alternativas	21
1.4 O marxismo analítico e a teoria dos jogos	30
1.5 Da racionalidade às normas sociais	33
1.6 Emoções e Ação Humana	41
1.7 Critérios de Justiça, Transições Constitucionais e Vício	46
1.8 Uma nova síntese metodológica: a explicação por mecanismos	54
1.9 Ulisses revisitado	57
1.10 Considerações Finais	60
SEGUNDA PARTE	64
CAPÍTULO 2	66
O Individualismo Metodológico de Jon Elster	
2.1 O Individualismo Metodológico e as Ciências Sociais	66
2.2 Elster e o Individualismo Metodológico	74
2.3 Os Conteúdos da Explicação Individualista em Elster: Racionalidade, Normas e Emoções	85
2.4 Elster, O Individualismo Metodológico e a Racionalidade	85
2.5 Elster, O Individualismo Metodológico e as Normas Sociais	91
2.6 Elster, O Individualismo Metodológico e as Emoções	93
2.7 Considerações Finais	96

	98
CAPÍTULO 3	
3.1 A explicação intencional causal em Elster: considerações gerais	98
3.2 A intencionalidade na filosofia	100
3.3 O intencionalismo como uma variante do individualismo metodológico: a visão de Bhargava	105
3.4 As propriedades do ator intencional e da agência intencional	110
3.5 Intencionalidade, Comportamento míope e Comportamento não-míope	114
3.6 Intencionalidade: conceitos, linguagem, sujeitos e objetos	118
3.7 Intencionalidade, Racionalidade e Escolha Racional	121
3.8 Elster e a crítica da Explicação Funcional	127
3.9 Considerações Finais	137
CAPÍTULO 4	138
Explicação Causal, Causalidade e Mecanismos em Elster	
4.1 Causalidade: algumas considerações introdutórias	139
4.2 A concepção humeana de causação	141
4.3 A explicação causal em Elster: alguns traços gerais	145
4.4 Elster e a causalidade nas Ciências Sociais	155
4.5 A explicação através de mecanismos em Elster: a reconstrução da noção de causalidade	166
4.6 Causalidade, Intencionalidade e a Teoria da Ação	179
4.7 Considerações Finais	184
TERCEIRA PARTE	
CAPÍTULO 5	185
Desafios à Explicação na Obra de Jon Elster	
5.1 A Crítica à Redução: Daniel Little e Rajeev Bhargava	185
5.2 A Crítica de Tore Sandven a Elster	194

5.2.1 Só os Indivíduos Agem? A reação entre Decisão e Execução	196
5.2.2 Elster e o conflito dos indivíduos com as forças causais internas	202
5.2.3 Ação Intencional ou Forças Causais Externas: o caso do bolo de creme e outros casos	206
5.2.4 Elster e as normas sociais: de volta ao <i>cultural dope</i> ?	214
5.2.5 <i>Sour Grapes</i> : Adaptação Intencional ou Processo Causal?	216
5.3 O Anti-Anti-Funcionalismo: Mary Douglas, Arthur Stinchcombe, Philippe Mongin e Russel Hardin contra Jon Elster	227
5.4 A Crítica Etnometodológica ao Princípio Heurístico da Racionalidade: Faculdade Cognitiva ou Princípio Hermenêutico?	230
5.5 Paul Humphreys e Jack Katz contra a Explicação por Mecanismos	233
5.6 Considerações Finais	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 Mapeando Elster (Núcleos Temáticos)	61
Quadro 1.2 Mapeando Elster II (Uma síntese cronológica)	62
Quadro 1.3 Mapeando Elster III	63
Quadro 2.1 Formas do Individualismo Metodológico	69
Quadro 2.2 O modelo Básico da Escolha Racional	87
Quadro 3.1 Ciência e Explicação	99
Quadro 4.1 James Coleman e os mecanismos micro e macro	183

RESUMO

Este estudo buscou investigar em que medida a explicação social proposta por Jon Elster pode ser considerada útil para as Ciências Sociais. Na primeira parte da tese, tento demonstrar como a Teoria da Ação elsteriana, originariamente ligada à racionalidade como principal motor da ação, paulatinamente incorpora as normas sociais e as emoções como elementos motivacionais relevantes. Em seguida, procura-se articular a referida Teoria da Ação com os conteúdos metodológicos da explicação social defendidos pelo autor norueguês: a) um tipo de individualismo metodológico que está vinculado à tentativa de redução dos fenômenos sociais agregados ao nível individual dos mesmos; b) a explicação intencional-causal, através da qual o autor procura compatibilizar a dimensão intencional da ação com os elementos de causação da mesma, recusando também a validade da explicação funcional nas Ciências Sociais; e c) o enfoque mecanístico, através do qual se afirma que a explicação social não deve ser concebida em termos de leis gerais ou regularidades entendidas como leis, mas de mecanismos que evitem explicações do tipo “caixa preta” e, portanto, revelem a “lógica interna” da ação. Na segunda parte da tese, esta modalidade de explicação proposta por Elster é problematizada. O Individualismo Metodológico elsteriano é questionado, tanto no que se refere à capacidade efetiva de redução da explicação elsteriana – que apresenta obstáculos ontológicos e semânticos – quanto no que se refere à eliminação de explicações que não tenham possibilidade de redução. A dimensão intencional-causal da explicação também é submetida à crítica, na medida em que estabelece uma divisão excessivamente rígida entre processos intencionais e causais, comprometendo a própria natureza autônoma da ação humana, postulada pelo autor. E finalmente, o enfoque mecanístico é problematizado. Conclui-se que, a despeito da originalidade e do rigor desta explicação da ação no panorama das Ciências Humanas contemporâneas, o projeto elsteriano apresenta deficiências na articulação entre seus aspectos normativos e explicativos.

ABSTRACT

This study aims to investigate the extent to which the explanation of social action proposed by Jon Elster may be considered useful for the social sciences. In the first part of the thesis an attempt is made to show how Elster's theory of action, originally bound up with the idea that rationality is the principal motor of action, gradually comes to incorporate social norms and emotions as relevant motivational factors. Subsequently the thesis explores how the Norwegian sociologist's theory of action dovetails with the methodological underpinnings of the kind of social explanation he defends. The following elements are identified: a) a form of methodological individualism linked to an attempt to reduce the sum of social phenomena to the individual level; b) the intentional-causal mode of explanation, by way of which Elster seeks to make the intentional dimension of action compatible with its causal elements, while, at the same time, rejecting the validity of functional explanation in the social sciences; and c) the focus on mechanisms, by way of which, it is argued, social explanation should not be conceived in terms of general laws or regularities understood as laws, but as mechanisms that avoid "black box" type explanations, and, thereby, reveal the "internal logic" of action. In the second part of the thesis, this mode of explanation proposed by Elster is questioned, on account of the true extent of its reductive capacity – coming up, as it does, against ontological and semantic obstacles – and of its elimination of explanations that are not susceptible to reduction. The intentional-causal dimension of explanation is also subjected to criticism, in so far as this sets up an excessively rigid distinction between intentional and causal processes, thereby compromising the very autonomous nature of human action that Elster claims to espouse. Finally the focus on mechanisms is also called into question. It is concluded that, in spite of the originality and rigour of this explanation of action compared with others in the various fields of the contemporary human sciences, the way Elster's project articulates normative with explicatory elements can be shown to be flawed.

RÉSUMÉ

L'étude a essayé de vérifier dans quelle mesure l'explication sociale proposée par Jon Elster peut être utile pour les sciences sociales. Dans la première partie de la thèse on essaie de montrer comment la Théorie de l'Action elsterienne, au départ liée à la rationalité comme principal moteur de l'action, incorpore peu à peu les normes sociales et les émotions comme des mobiles importants. Ensuite, on cherche à articuler cette théorie aux contenus méthodologiques de l'explication sociale soutenus par l'auteur norvégien: a) un type d'individualisme méthodologique qui est lié à la tentative de réduction des phénomènes sociaux agrégés à leur niveau individuel; b) l'explication intentionnelle de la causalité, au travers de laquelle l'auteur essaie de rendre compatibles la dimension intentionnelle de l'action et ses causalités, tout en refusant la validité de l'explication fonctionnelle dans les sciences sociales; et c) l'approche "mécanismique", au travers de laquelle il est affirmé que l'explication sociale ne doit pas être conçue en termes de lois générales ou des régularités entendues comme des lois, mais comme des mécanismes échappant aux explications du genre "caisse noire" et pouvant ainsi révéler la "logique interne" de l'action. Dans la deuxième partie de la thèse, cette modalité d'explication proposée par Elster est mise à l'épreuve. L'Individualisme Méthodologique elsterien est questionné, aussi bien dans sa capacité effective de réduction – qui présente des obstacles ontologiques et sémantiques – que dans l'élimination des explications n'ayant pas la possibilité de réduction. La dimension intentionnelle de la causalité est aussi soumise à la critique, dans la mesure où elle établit une division excessivement rigide entre des processus intentionnels et ceux relevant de la causalité, compromettant en elle-même la nature autonome de l'action humaine, postulée par l'auteur. Finalement, l'approche "mécanismique" est questionnée. En conclusion, malgré l'originalité et la rigueur de cette explication dans l'horizon des Sciences Humaines contemporaines, le projet elsterien présente des problèmes dans l'articulation entre ses aspects normatifs et explicatifs.

INTRODUÇÃO

Uma das imagens preferidas de Elster para referir-se ao homem racional, mas consciente de que sua racionalidade não é onipotente, é a figura de Ulisses (Odisseus).

Ulisses, como todos sabem, é um dos principais personagens da *Iliada* e o personagem central da *Odisséia*: uma epopéia de vinte e quatro cantos, que conta a estória do retorno de Ulisses a Ítaca, depois da guerra de Tróia, e de sua vingança contra os pretendentes à sua mulher, Penelopéia. A *Odisséia* é uma sucessão de acontecimentos que deixa o leitor sem fôlego: sua visita à terra dos lotófagos, a passagem pela terra dos Ciclopes, o encontro com Áiolos, o período com Circe, a descida ao Hades, a passagem de sua nau pelas Sereias, por Squila e por Caríades, sua chegada a Trinácia, a detenção na Ilha de Ogígia por Calipso, o naufrágio na terra dos Feácios, e finalmente o retorno e a retomada do trono com a ajuda do filho.

Os leitores da obra de Elster, embora em uma dimensão distinta do registro literário, por vezes sentem-se com tão pouco fôlego quanto os leitores de Homero. Se partirmos de seu primeiro livro fora da Noruega, *Leibniz et la formation d'Esprit Capitaliste*, até seu último livro, *Ulysses Unbound*, são quatorze livros escritos em inglês – predominantemente – e francês. Estou desconsiderando sua obra em norueguês, a que, por motivos óbvios, não tenho acesso. Outros treze livros foram editados pelo autor em inglês, alguns deles em parceria. Entre artigos e resenhas publicados nos principais periódicos das Ciências Humanas, temos mais de duas centenas.

Tal prolífica produção teórica abarca inúmeros temas de relevância central para a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Psicologia, a História e a Filosofia. Ademais, Elster, deliberadamente, não respeita fronteiras disciplinares.

A diversidade temática é imensa: as teorias da racionalidade e da irracionalidade, a teoria dos jogos, marxismo, as contradições da mente e da sociedade, a ação coletiva, os mecanismos da psicologia cognitiva, a psicologia das emoções, a filosofia da ciência e das ciências sociais, os fundamentos psico-sociológicos de políticas públicas e de problemas éticos etc.

Elster é um autor heterodoxo. Dissidente confesso das abordagens convencionais da Teoria da Escolha Racional (TER), também não pode ser enquadrado no *mainstream* da Teoria Social contemporânea, onde se encontram Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Jeffrey Alexander e Anthony Giddens.

Não está preocupado em engajar-se em um grande projeto de síntese teórica para as Ciências Sociais, que resolva os antigos dilemas micro/macro, individualismo/coletivismo, subjetivismo/objetivismo, voluntarismo/determinismo, compreensão/explicação. A “globalização” (Van Den Berg, 1998) dos temas das Ciências Sociais contemporâneas não o afetou.

Curiosamente, o impacto da obra deste autor nas Ciências Sociais contemporâneas não pode ser desconsiderado. Habermas dedica a Elster respeito e admiração notórios. Giddens já resenhou um de seus livros. Apesar das discordâncias públicas, Bourdieu sempre considerou a obra de Elster um ponto de referência, assim como Alexander, que equivocadamente, acredita, o inclui na tendência das Ciências Sociais contemporâneas de buscarem projetos de síntese.

No campo do Individualismo Metodológico (I.M.) há convergência de muitas de suas abordagens com aquelas de Raymond Boudon. Em um terreno “racionalista”,

strictu sensu, o mesmo pode ser dito em relação à obra de Martin Hollis. Note-se que os dois autores mencionados, em algum momento de suas trajetórias, estabeleceram diálogo com as formulações de Elster.

Fora dos domínios do I.M., Steven Lukes, Charles Taylor, Russel Hardin, Arthur Stinchcombe, Mario Bunge, Jack Katz, Michael Burawoy, Craig Calhoun, Loic Wacquant já externaram críticas, simpatia ou mesmo simpatia crítica por aspectos do trabalho teórico do autor norueguês.

A escolha da obra de Jon Elster não foi acidental. Desde minha graduação, na Universidade Federal de Minas Gerais, os estudos sobre a racionalidade e o Individualismo Metodológico atraíram-me. Já em Pernambuco, desde 1994, mantenho com o Professor Jorge Ventura interlocução a respeito do tema, que faz parte de nossas afinidades eletivas, tendo inclusive gerado um grupo de estudos sobre racionalidade e uma disciplina no Curso de Doutorado em 1999.

O objetivo desta tese é abordar a natureza da explicação na obra de Jon Elster. Quero avaliar, em que medida, existe uma explicação original na obra de Elster, como tal explicação é fundamentada, quais são as novidades que traz para as ciências sociais, quais são seus limites.

No primeiro capítulo, faço uma reconstrução panorâmica e geral da obra de Elster, tentando reconstituir sua trajetória, identificar suas preferências teóricas, suas influências e observando como tais elementos se manifestam no interior de seus livros e de seus principais artigos. A parte substantiva de sua Teoria da Ação é paulatinamente apresentada: a racionalidade, suas limitações, a irracionalidade, as normas sociais, as emoções. Os principais projetos de investigação aplicada também são discutidos sumariamente

para que se evidencie como as orientações teóricas do autor são operacionalizadas para explicar fenômenos individuais e sociais específicos.

Na parte intermediária da tese – dividida em três capítulos – identifico, apresento e discuto os elementos constitutivos da explicação social em Jon Elster: seu compromisso com o Individualismo Metodológico, a dimensão intencional da explicação, a dimensão causal da explicação e o enfoque explanatório fundamentado em mecanismos. Os referidos elementos da Teoria da Ação elsteriana são novamente abordados, desta feita em conexão com os princípios metodológicos estruturadores da explicação e aludidos acima.

No quinto capítulo, levanto objeções à explicação como proposta por Elster: ao projeto de redução relacionada ao I.M., à distinção entre intencionalidade e causalidade e aos desdobramentos desta distinção no que se refere à concepção de pessoa, à idéia de adaptação intencionalmente ou causalmente produzida, e à concepção das normas sociais. A idéia de uma explicação por mecanismos também é problematizada, bem como a procedência de utilização da racionalidade como principal recurso hermenêutico do ator.

Concluo esta tese com uma tentativa de avaliar em que medida os escritos de Elster durante mais de duas décadas podem ser vistos como um programa de pesquisas em desenvolvimento, capaz de produzir novas possibilidades explicativas e quais as relações de tal programa explicativo com os aspectos normativos assumidos pelo autor, a saber: a autonomia. Um dos achados desta tese é a demonstração de que o programa de pesquisas elsteriano apresenta contradições entre seus aspectos normativos e explicativos.

A vinculação da obra de Elster a TER e ao Individualismo Metodológico, associada à má compreensão que se tem destes dois paradigmas nas Ciências Sociais,

têm provocado mais incompreensão do que debate sério. Tentei identificar, interpretar e debater algumas de suas principais idéias evitando tanto o respeito excessivo quanto a crítica fácil. Não é preciso muito esforço para perceber que, apesar das limitações e dos problemas encontrados, considero o projeto teórico do autor uma das tentativas mais fecundas de produzir uma explicação consistente da ação humana e dos fenômenos sociais.

Observe-se que a interpretação da obra de Jon Elster, proposta nesta tese, não exaure uma obra que articula, como disse acima, inúmeros temas, diversos planos explicativos e desdobramentos interdisciplinares vários.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

A ODISSÉIA DE JON ELSTER

1.1- Introdução. 1.2- O período de formação. 1.3- A racionalidade, seus limites, suas alternativas. 1.4- O marxismo analítico e a teoria dos jogos. 1.5- Da racionalidade às normas sociais. 1.6- Emoções e Ação Humana. 1.7-Critérios de Justiça, Transições Constitucionais e Vício 1.8-Uma nova síntese metodológica: a explicação por mecanismos. 1.9- Ulysses revisitado 1.10- Considerações Finais.

1.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever a trajetória intelectual de Jon Elster através de uma história das idéias deste autor. Mais do que discutir em profundidade os principais traços do seu empreendimento teórico – coisa que será feita nos capítulos 2, 3 e 4; e direcionada para o foco temático substantivo desta tese, **a natureza da explicação elsteriana** – procuro fazer uma aproximação exploratória dos caminhos percorridos pelo autor, mapeando suas obras, identificando suas influências, percorrendo seus diversos campos de investigação, abrindo sua caixa de ferramentas teórico-metodológica, dando sentido ao seu vocabulário. A exposição terá um caráter diacrônico – tentarei indicar o que há de significativo nas principais obras de Elster, dos meados dos anos 1970 até hoje. Por outro lado, tentarei encontrar as conexões entre os diversos momentos e os diversos planos da obra de Elster.

Adotarei como estratégia inicial a construção de uma breve síntese que sirva como bússola para percorrer o território acidentado e complexo da obra deste autor. Se fosse possível descrever a trajetória de Elster em poucas palavras, talvez devesse ser dito que o autor inicia suas investigações procurando dar fundamentação às idéias de

Karl Marx de maneira original e heterodoxa, por meio de conceitos oriundos da economia neoclássica, mais especialmente da TER de origem econômica. A continuidade de suas investigações o leva a se debruçar sobre o tema da racionalidade, com ênfase tanto normativa quanto explicativa. A pesquisa intensiva em torno do conceito de racionalidade o conduziu até os limites da mesma, a suas formas imperfeitas e à irracionalidade. Em seguida, a percepção de que certos fenômenos políticos e sociais são resistentes às explicações orientadas por pressupostos exclusivamente racionais dirigiu seu empreendimento teórico para a incorporação das normas sociais como fonte da motivação para a ação humana, em um primeiro momento, e também das emoções, em um momento posterior.

De um ponto de vista metodológico, Elster esteve comprometido, desde os seus primeiros escritos, com o individualismo metodológico e com um tipo de explicação ao mesmo tempo causal e intencional, supostamente compatível tanto com os pressupostos de racionalidade de seu modelo, quanto com as normas sociais e com as emoções. Recentemente, ele tem mostrado desilusão com a ênfase nomológica que houvera dado aos seus primeiros escritos metodológicos e inclina-se hoje por uma qualidade de explicação que sem abrir mão, em algum grau, da perspectiva generalizante, reconhece a sua insuficiência e opta por uma explicação da ação humana através de mecanismos¹. Concluída esta primeira síntese, examinemos com detalhe as trilhas percorridas por Elster.

¹ Para Elster, mecanismo é algo intermediário entre leis e descrições, padrões causais facilmente reconhecíveis e que ocorrem frequentemente sob condições geralmente desconhecidas ou com conseqüências indeterminadas, permitindo mais explicação do que predição (Elster, 1999a). Este tema será tratado detalhadamente no capítulo 4.

1.2 – O Período De Formação

Jon Elster nasceu na Noruega em 1940 e estudou Francês e Matemática na Universidade de Oslo. Educado em um ambiente intelectual de esquerda, pretendia estudar Marx, e, para tal, identificou, como tarefa fundamental, compreender o pensamento de Hegel, o que originou a escolha do tema de sua tese de mestrado, defendida em 1966, na Noruega e cujo título é “*Prise de Conscience dans la Phénoménologie de l’Esprit de Hegel*”².

Desde a época de confecção da sua tese de mestrado, manteve contato com vários hegelianos franceses, entre os quais Jean Hippolite. Em 1968 volta então a Paris com o objetivo de estudar Marx. Enfrentou então alguns problemas de orientação acadêmica: Hippolite havia morrido uma semana antes de sua chegada; a perspectiva de ser orientado por Louis Althusser o assustava e o marxista francês não tinha titulação acadêmica ser seu orientador. Finalmente consegue ser orientado por Raymond Aron e dedica-se ao estudo da economia marxista. Para atingir tal objetivo entende que necessita de estudos prévios sobre teoria econômica, especialmente a economia da escolha racional. Depois de ler R. Duncan Luce e Howard Raiffa (*Games and Decisions*, 1957), passa a acreditar que o marxismo só seria viável baseando-se em uma teoria da decisão, que lhe fornecesse microfundamentos³. Nega, então, o marxismo estruturalista que não deixava lugar para a escolha individual e passa também a estudar história econômica.

² Elster aponta dois elementos teóricos relevantes deste período e que permaneceram na sua obra: a dialética do senhor e do escravo e a identificação, no Hegel da *Fenomenologia do Espírito*, de afinidades com os moralistas franceses Montaigne e Pascal. Tais elementos terão importância em escritos posteriores, tanto na década de 1980, quanto na década de 1990.

³ Explicar em que sentido.

Defende sua tese de doutorado, intitulada *Production e Reproduction: essai sur Marx*, em 1972, na Universidade de Paris V. Em sua banca estavam Raymond Aron, Raymond Boudon, Alan Touraine e Jean-Claude Casanova. Entre 1973 e 1974 ensina sociologia em Vincennes e seu trabalho durante este período concentra-se fundamentalmente na obra de Gottfried W. Leibniz. Acredita que nestes anos não escreveu nada que o ainda o deixe orgulhoso, provavelmente devido à influência (reconhecida) do que chama de charlatanice francesa. É hoje um crítico feroz da utilização que ele mesmo fez de algumas idéias de Jacques Lacan, especialmente da tentativa de aproximação do conceito lacaniano *plus de jouir* (mais-gozar) com o conceito marxista de mais-valia⁴. Também não mais lhe agrada o livro que foi o fruto desta época: *Leibniz et la formation d'Esprit Capitaliste* (1975).

Em 1975 volta a Oslo onde passa a ensinar filosofia e história, alternando suas atividades na Noruega com períodos na Costa Oeste Americana (as universidades de Stanford e Berkeley) como professor convidado. Considerava-se marxista demais para alguns e pouco marxista para outros. Retorna aos estudos da Teoria da Escolha Racional, bem como devota parte do seu tempo ao estudo da lógica.

⁴ O inusitado da utilização de Lacan por Elster me levou a fazer uma pequena investigação sobre a origem deste conceito na obra de Lacan. Segundo Viltard (1993), Lacan, ao fazer a leitura da terceira parte do capítulo V de *O Capital*, detém-se sobre uma passagem em que o capitalista explica ao proletário que o mercado é honesto, pois o capitalista fornece os meios de produção e o trabalhador fornece a sua força produtiva. Mas Lacan observa que, ao dizê-lo, o capitalista ri. Lacan atribui esse riso ao efeito do que estaria apenas eludido no discurso, de certa forma silenciado, à mais-valia. E defende a existência de uma homologia entre a *mais-valia* e o que ele passa a chamar de *o mais gozar*.

1.3 – A Racionalidade, Seus Limites e Suas Alternativas

Arrisco dizer que o marco fundamental de propulsão da carreira acadêmica e intelectual de Jon Elster é a publicação do seu primeiro livro em língua inglesa, em 1978, *Logic and Society*. Nesta obra seminal estão presentes vários interesses temáticos que se prolongarão por toda sua obra. Três capítulos podem ser apontados como relevantes neste livro: um sobre as contradições da mente, no qual discute o comportamento irracional e utiliza seus estudos hegelianos confrontando-os com os escritos de Jean-Paul Sartre e Gregory Bateson; outro, sobre as contradições da sociedade, em que utiliza a análise lógico-modal⁵ voltada para o caso da falácia da composição⁶, como também a falácia inversa da divisão. Neste mesmo capítulo, tenta dar precisão analítica à noção marxista de contradições sociais. E um terceiro, que versa sobre o uso de fatores contrafactuais⁷ na história. O livro provocou resenhas de Brian Barry, Steven Lukes, Amélie Rorty, Arthur Stinchcombe e Charles Taylor em periódicos relevantes das Ciências Sociais.

Em seu livro subsequente, *Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality* (1984)⁸, Elster define o seu programa de pesquisas para os próximos anos, abordando vários temas relacionados com a conduta racional e irracional.

⁵ Qualquer teoria que tenta dar exatidão, estabelecer relações e sistematizar os conceitos de possibilidade e necessidade. Segundo Bunge (1999), não tem relevância central para a filosofia, apesar de ter gerado aplicações inesperadas na ciência computacional.

⁶ Falácia ontológica que consiste em atribuir a um todo todas as propriedades das suas partes. Tem origem na negação da emergência, isto é, a propriedade de um sistema que não é dominada por qualquer componente do sistema. A falácia da composição é típica dos individualistas ontológicos (Bunge, 2000 e Bhargava, 1992).

⁷ Fatores contra-factuais são declarações condicionais contendo o que parecem ser antecedentes factualmente falsos, mas que não o são, pois o antecedente destas sentenças está no modo subjuntivo. Alguns projetos de pesquisa são iniciados por perguntas factuais heurísticamente válidas (Bunge, 2000).

⁸ Este livro foi originalmente publicado em 1979. Em 1984 é publicado novamente, após sofrer uma revisão.

Segundo o próprio autor, são dois os eixos condutores deste livro. O primeiro, em que sustenta que os seres humanos são agentes racionais, que agem prioritariamente a partir de um padrão de racionalidade⁹, que se constitui como um mecanismo diferenciado de otimização em relação a outros, como por exemplo a seleção natural e, mais recentemente em sua obra, o reforço, por possibilitarem a realização da uma maximização global e não unicamente local¹⁰. Como o Deus Leibniziano, os seres humanos podem *reculer pour mieux sauter*, ou seja, realizar sacrifícios transitórios com o objetivo de alcançar melhores resultados no longo prazo. O segundo, no qual Elster defende que, quando as pessoas deixam de utilizar a capacidade para a conduta racional, o que ocorre frequentemente, podem ainda recorrer ao que chama de racionalidade imperfeita, tentando abordar de forma racional a tendência previsível (das pessoas) de comportarem-se de maneira irracional. Em suma, apesar de não serem sempre racionais, os indivíduos querem ser racionais e buscam formas de atingir tal objetivo. Com o objetivo de serem racionais, os indivíduos desenvolvem vários mecanismos a que Elster chama de compromissos prévios¹¹.

Ulisses é escolhido como o exemplo, por excelência, do indivíduo “racional imperfeito”, mas que se reconhece enquanto tal ao amarrar-se ao mastro do navio e tapar os ouvidos com cera para não ouvir o canto das sereias.

⁹ Agir racionalmente, segundo Elster (1986b), pode ser entendido como escolher a melhor ação em um conjunto viável de ações possíveis. Voltaremos à discussão da racionalidade de forma mais detalhada no próximo capítulo.

¹⁰ A definição de maximização local é construída a partir do que não se pode fazer, a saber, a incapacidade de esperar e de empregar estratégias indiretas. Já a definição de maximização global, por oposição, está relacionada à capacidade de esperar e de utilizar estratégias indiretas (proverbialmente, “um passo para trás para que seja dado um passo à frente”). O argumento de Elster é que a “seleção natural” funciona como um mecanismo míope (só “enxerga” o que está perto), que só pode gerar maximização local, enquanto a racionalidade, associada ao comportamento estratégico humano, pode abrir mão de ganhos imediatos para obter ganhos superiores no futuro (Elster, 1979).

¹¹ No original, *precommitments*.

E um terceiro eixo, em que Elster desenvolve mais sistematicamente uma reflexão sobre os fenômenos irracionais. Várias são as formas de irracionalidade segundo Elster (1984). Uma primeira forma de pensar a irracionalidade seria aquela em que *se age irracionalmente sobre suposições irracionais a respeito do comportamento de outros*. Este tipo de irracionalidade exhibe sintomas racionais combinados a falsas crenças da parte do ator.

Existiriam três versões desta forma de irracionalidade. Em primeiro lugar, atores podem tratar o ambiente que os cerca de forma paramétrica, ou fazer dos outros atores indivíduos menos racionais do que eles são, quando de fato o ambiente é composto de atores igualmente racionais. Em segundo lugar, o “*wishful thinking*”¹² pode levar os atores a endossar pressupostos irracionais. E, finalmente, o auto-engano¹³, que pode estar por detrás de pressupostos irracionais. Neste caso o ator manobra tanto para acreditar quanto para não acreditar nas mesmas idéias. A segunda forma é aquela em que *se persegue intenções inerentemente irrealizáveis* levando a uma diferente forma de irracionalidade: a irracionalidade das intenções paradoxais. Dentre os exemplos de Elster, encontramos a ênfase sobre o desejo do que não pode ser desejado¹⁴.

Entre 1979 e 1984, Elster combina a permanência na Universidade de Oslo com vários períodos na Universidade de Chicago, onde esteve como professor convidado, até ali fixar-se em 1984.

Em 1983, ainda na Universidade de Oslo, publica *Sour Grapes – Studies on the subversion of rationality*.

¹² Enxergar o mundo como se ele fosse o que desejássemos.

¹³ No original, *self-deception*. Um excelente tratamento do tema encontra-se em “Auto-Engano”, de Eduardo Gianetti (1997).

¹⁴ Para ser fiel a Elster, lembro aqui um conhecido provérbio chinês: “Cuidado com o que desejas”.

No primeiro capítulo, Elster nos apresenta uma discussão sobre as diferenças entre uma teoria estreita e uma teoria ampla da racionalidade.

A Teoria Estreita da Racionalidade explica as ações pelas razões – crenças e desejos – cujo conteúdo não se examina. Ela estabelece apenas que crenças não são contraditórias e desejos são consistentes uns com os outros. “Consistência, de fato, é o que a racionalidade é no sentido estreito: consistência com o sistema de desejos, e consistência entre crenças e desejos de um lado e a ação para a qual eles são as razões, por outro” (Elster, 1983b: 1).

A microeconomia nos daria o exemplo clássico desta concepção de escolha racional formal e estreita. Se tomarmos a teoria do consumidor, por exemplo, devemos incluir os seguintes componentes: um conjunto inicial de possibilidades de consumo realizáveis, vários constrangimentos financeiros, dependendo do consumidor, que reduz este conjunto a um conjunto factível; preferências sobre o conjunto inicial, formalizadas por uma relação binária reflexiva, transitiva e completa. O primeiro conjunto de dados corresponde às crenças dos consumidores, que são assumidas como corretas, enquanto o segundo corresponde aos seus desejos. O formalismo do modelo é óbvio: o conteúdo das crenças não está em questão e a restrição que determina os desejos é o axioma da transitividade, vista como a expressão natural da consistência da escolha (Elster, 1983b: 6). A ação, neste modelo, é identificada como uma cesta de itens de consumo que o agente escolhe, de acordo com a seguinte regra: ela é, entre as cestas do conjunto disponível, o melhor elemento para as relações de preferência. A existência de tal ótimo não é evidente e o modelo introduz restrições matemáticas padronizadas para assegurá-lo.

Dois traços emergem neste ponto do exemplo microeconômico: em primeiro lugar, ele traduz a linguagem intuitiva de ações e razões em uma linguagem facilmente

matematizável da escolha de preferências sob constrangimentos. Em segundo lugar, ele oferece um mecanismo para ligar ações a razões.

Os dois traços descritos são separáveis um do outro. Alguém poderia conceber modelos que se refugiam no formalismo das preferências e conjuntos factíveis, mas que repousam em uma conexão outra que a da escolha ótima. Este é um ponto crucial. Ele não escapa à atenção de Elster, quando ele subdivide a Teoria Estreita de acordo com tal fato: é possível que, dadas as crenças do agente, a ação em questão seja a melhor forma de realizar seu desejo. Ou, de forma atenuada, que as razões são razões para a ação, se este é um meio de realizar os desejos, dadas as crenças. (Elster, 1983b: 3).

O que é chamado de maximização ou otimização têm duas versões: uma simples e uma complexa. A que foi lembrada até agora é a simples, de acordo com a qual a otimização da escolha refere-se ao melhor elemento no conjunto disponível relativa à ordenação feita pelo pretendente do espaço de escolhas. Superficialmente, a existência de tal ótimo parece estar ligada à transitividade da relação e assim à hipótese provável de que as escolhas são consistentes. De fato, a transitividade da relação não é necessária nem suficiente para a propriedade de que há um melhor elemento em cada subconjunto do espaço de escolhas.

Podemos ver que isto não é suficiente quando percebemos a fraca ordenação de preferências, com um número infinito de classes indiferentes. Desta maneira, as propriedades dos conjuntos disponíveis influenciam a existência de um ótimo. A transitividade não é nem mesmo necessária. Além disso, a existência de um melhor elemento em cada subconjunto depende da assunção de que as preferências são completas, um pressuposto que não está ligado ao conceito de racionalidade e que não guarda relação com o conceito de consistência. De acordo com a versão complexa, que

é a mais comum, a otimização da escolha é o que maximiza a função de utilidade. Isto esclarece a idéia de que a otimização excede a noção de racionalidade. (Elster, 1983b: 9).

O paradigma da teoria estreita, a microeconomia, tem um amplo poder explicativo, porque ele causalmente liga razões a ações individuais. Contudo, a teoria estreita abstém-se de teorizar sobre as crenças e desejos dos agentes além das exigências formais de consistência. Desta forma, a noção de racionalidade não incluiria a racionalidade das expectativas.

Os conteúdos testáveis do modelo microeconômico derivam de três fontes: 1) o modelo preferências-conjunto factível; 2) a dupla condição de consistência em relação às crenças e preferências, 3) a conexão otimizante entre conexões e razões.

Tais conteúdos estão em consonância com a idéia de que o sistema teórico tem que ser construído dedutivamente. Este pressuposto, no entanto faz com que a microeconomia desobrigue-se de procurar qualquer vínculo com a psicologia ou outra disciplina pré-existente.

O que Elster chama de Teoria Ampla da Racionalidade segue na contramão das últimas formulações acima, reivindicando a discussão sobre a racionalidade dos desejos e das crenças. Tal teoria ampla tem um conteúdo normativo ainda mais desenvolvido do que a teoria estreita, pois repousa sobre a noção de julgamento correto, tanto para as crenças quanto para a noção de autonomia. (Elster, 1983b: 16, 20).

Elster (1983b: 15) propõe que “entre a teoria estreita do racional e uma teoria inteira da verdade e do bem, há espaço e necessidade para uma ampla teoria do

racional”. Assim, dizer que a verdade é necessária para crenças racionais é exigir demais. Por outro lado, dizer que a consistência é suficiente é demandar muito pouco.

Este meio termo, segundo Mongin (1991) seria a essência do projeto de Elster: isto significará entrar em áreas nas quais as variantes da teoria estreita não entram e ainda são incapazes de lidar. Aqui, Elster introduz a uma série de formulações sobre mecanismos da psicologia tradicional articulados com pressupostos da filosofia moral.

O uso da linguagem das preferências e dos conjuntos factíveis é mantido, mas articulado com uma releitura dos autores clássicos, como Descartes, Pascal, Stendhal, La Fontaine, Emily Dickinson e com a elaboração de classificações de situações reais, por exemplo, clarificando a relação entre preferências adaptativas e outras formas voluntárias e involuntárias de variações em preferências e conjuntos factíveis (Elster, 1983b: 111-124).

Tais classificações das ações permitiriam a formação de bases para o julgamento ético. Por exemplo, ele quer aplicar a distinção entre preferências adaptativas e contra-adaptativas a escolhas sociais. (Elster: 1983b: 133-140). Nesta área da moralidade individual, no que se refere à discussão sobre estados que são essencialmente subprodutos, Elster levanta as possibilidades e impossibilidades de manipulação do próprio *self* em princípio.

Por outro lado, as idéias elsterianas, no que se referem à teoria ampla da racionalidade, realizam um movimento que vai dos aspectos formais para os aspectos relativos à gênese da racionalidade. Isto implica examinar a força dos argumentos e dos dados sobre os quais repousam as crenças, tanto quanto as formas racionais ou autônomas nas quais os desejos são formados. Isto permitiria a construção de uma teoria formal, não somente da racionalidade das escolhas, mas também da racionalidade das crenças.

Além da importante discussão estabelecida acima, este livro tem dois temas fundamentais. Um, a investigação de uma ampla categoria de estados – entendidos como subprodutos – que não podem ser produzidos intencionalmente, ainda que possam ocorrer como subprodutos de uma ação empreendida com outros propósitos (espontaneidade e esquecimento não podem ser programados, insônia e impotência não podem ser vencidos através de atos de pura vontade). O outro ponto central relaciona-se a uma ampla categoria de estruturas de preferência que dependem das opções disponíveis para os agentes e não ao contrário, como na teoria econômica convencional. Aqui se subverte o princípio da escolha racional que estabelece que as crenças dos indivíduos são totalmente independentes dos parâmetros objetivos. É o que Elster chama de preferências adaptativas (a fábula da raposa e das uvas ilustra bem esta idéia: o fato de “estarem” azedas se relaciona ao fato de não poder alcançá-las). O caso oposto seria o das preferências contra-adaptativas: quando as preferências se inclinam ante a tentação de desejar o que não pode ou não deve ser desejado (“o fruto proibido é o mais desejado”).

Elster defende que estados que são subprodutos e preferências adaptativas ou contra-adaptativas têm consequências para a filosofia da explicação, para a psicologia moral e para as teorias da justiça distributiva¹⁵.

Um aspecto relevante deste livro é o tratamento dado às *irracionalidades da ideologia enquanto crença enviesada ou tendenciosa*. Aqui, Elster faz um ataque

¹⁵ Em *Going to Chicago...* (1997), Elster reconhece a presença, em *Sour Grapes*, mas também em *Psychologie Politique* (1990), das idéias de Michel de Montaigne, Alexis de Tocqueville, Paul Veyne e Alexander Zinoviev. Afirma também que os principais livros que o influenciaram, o fizeram por constituírem novas perspectivas de entendimento do mundo: *Games and Decisions* de Luce e Raiffa, *The Strategy of Conflict*, de Thomas Schelling, *A China de Confúcio e seu destino moderno* de Joseph Levenson, *A religião e a decadência da magia* de Keith Thomas, *De la Démocratie en Amérique*, Alexis de Tocqueville, *Le Pain et le Cirque* de Paul Veyne, *Les Hauts béantes*, de Alexander Zinoviev, *A Theory of Justice* de John Rawls, os *Ensaio*s de Montaigne, além de todos os romances de Stendhal e Jane Austen.

frontal à teoria marxista da ideologia, demonstrando que não há razões para acreditar que: a) crenças conformadas por uma posição social tendem a servir aos interesses da pessoa naquela posição; b) crenças conformadas por uma posição social tendem a servir aos interesses da classe dominante ou do grupo dominante; c) crenças formadas por interesses tendem a servir a tais interesses; d) crenças que servem a alguns interesses específicos possam servir a tais interesses. Outro tópico que chama a atenção é o das *crenças não pretendidas que resultam do enviesamento ideológico*. Um exemplo interessante que pode ser apontado aqui diz respeito ao fato das ilusões e do *wishful thinking* poderem beneficiar atores devido a sua irracionalidade (Elster, 1983b).

Também em 1983, Elster publica um livro sobre a Filosofia da Explicação no campo das Ciências Sociais: *Explaining Technical Change*. O livro está estruturado em duas partes. Na primeira, e mais importante, o autor delinea uma diferenciação entre tipos de explicação para cada grupo de ciências e estabelece as bases do que se constituirá a sua Filosofia das Ciências Sociais. Na segunda, expõe e discute quatro teorias a respeito da mudança tecnológica: teorias neoclássicas, evolucionistas, marxistas e a teoria de Joseph Schumpeter.

Este livro poderia ser considerado, de certa forma, anômalo, se analisarmos retrospectivamente a produção elsteriana. Mas sua primeira parte tem grande relevância para a compreensão da trajetória de Elster, pois aqui seu programa metodológico é definido explicitamente através do compromisso do autor tanto com o Individualismo Metodológico¹⁶, quanto com a explicação intencional-causal¹⁷ nas

¹⁶ Segundo Elster, o princípio relacionado ao dever de toda explicação poder enunciar-se de modo que se refira unicamente aos seres humanos como pessoas: desejos, crenças, emoções, outras propriedades e às relações de uns com ou outros.

Ciências Sociais e também com a fundamentação da crítica à utilização generalizada e sistemática da explicação funcional no âmbito das Ciências Sociais (Elster, 1983a)¹⁸.

1.4 – O Marxismo Analítico e a Teoria Dos Jogos

Apesar da investigação de Elster sobre Marx, em certo momento, ter-se tornado secundária, já que o autor se concentrou sobre o tema da racionalidade, a publicação da *Karl Marx's Theory of History: a defense* (1978), de G.A. Cohen faz com que ele reconsidere suas prioridades. Forma então com o próprio G.A. Cohen, John Roemer e outros, um grupo de auto-intitulados marxistas analíticos, que se reuniram anualmente, do fim da década de 1970 em diante, por mais de dez anos, publicando vários livros pela Editora da Universidade de Cambridge. Um dos primeiros é um dos mais famosos livros de Elster, *Making Sense of Marx* (1985a), uma versão modificada de sua tese de doutorado¹⁹. Tendo como pano de fundo a Teoria da Escolha Racional e o Individualismo Metodológico, mergulhado em ceticismo contra a explicação funcional, o livro pode ser visto como uma objeção contundente ao socialismo científico, ao materialismo dialético, à filosofia da história de Marx e suas teorias econômicas, da luta de classes e do Estado. Apesar disto, acredita que algumas das idéias de Marx permanecem vivas nos dias de hoje (Elster, 1986a), a saber: uma versão do método dialético, uma teoria da alienação restrita, os *insights* morais derivados da

¹⁷ É notória e reconhecida a influência do filósofo analítico Donald Davidson no que se refere à dimensão intencional-causal da explicação elsteriana, bem como em relação ao tema da racionalidade. Este ponto será discutido em profundidade no próximo capítulo.

¹⁸ Esta crítica já havia sido feita em um polêmico artigo “Marxism, Functionalism and Game Theory: the case for methodological individualism” (1982) que provocou um debate teórico de grande magnitude publicado na Revista *Theory and Society* 11, com a participação de G.A.Cohen, P.V. Parijs, J. Roemer, C. Offe e A. Giddens.

¹⁹ Em 1986 Elster publica uma versão resumida de *Making Sense of Marx*, intitulada *Introduction to Karl Marx*. Este foi o primeiro livro de Elster publicado no Brasil. Também em 1986, edita uma coletânea de textos de Marx: *Karl Marx: a reader*.

teoria da exploração, partes da sua teoria da política e das classes sociais e uma completamente modificada teoria da ideologia (Elster, 1985a).

O livro sofreu um bombardeio de apreciações e críticas, tanto de dentro quanto de fora do campo marxista. A resposta de Elster aos críticos de seu livro – distorção das idéias de Marx, destruição das idéias de Marx, compromisso apenas sentimental com as idéias de Marx – foi de que interessavam a ele apenas os aspectos normativos da obra de Marx e não os explicativos, objeto de sua crítica. A parte normativa teria dois componentes fundamentais: a crítica da alienação capitalista e a crítica da exploração capitalista. Atualmente, Elster adota uma visão revisada de tal postura, colocando no centro de sua adesão a Marx a denúncia da alienação feita pelo autor alemão, que reputa atual e persistente. O conceito marxista de auto-realização e a relação deste conceito com a idéia de boa vida são fundamentais para este argumento²⁰.

Um elemento interessante, neste momento do percurso teórico de Elster, é a preocupação em oferecer uma perspectiva de desenvolvimento para o marxismo, que pudesse substituir os conteúdos de explicação funcional presentes no mesmo e fortemente criticados por ele. A alternativa vislumbrada por Elster: a Teoria dos Jogos.

A teoria dos jogos, como Elster a vê, é um ramo da Teoria da Escolha Racional que enfatiza a interdependência das decisões. As diversas situações sociais podem ser compreendidas como jogos, com vários atores ou jogadores. Cada jogador, racional, deve adotar uma estratégia de ação. Quando todos os jogadores escolhem uma estratégia, cada um tem ganhos relacionados às escolhas feitas tanto por ele quanto pelos outros. Segundo Elster (1982 e 1986b), se partirmos de um sistema de atores-

²⁰ Sobre este tema, a Revista *Lua Nova* publicou em 1992, no seu número 25, o artigo de Elster “Auto-Realização no Trabalho e na Política: a concepção marxista da Boa Vida”, originalmente publicado em *Theory and Society*, n. 12, de 1982.

jogadores racionais, tentando estabelecer estratégias vantajosas uns em relação aos outros, em direção aos seus fins, resulta que: a) *o ganho de cada um depende da escolha feita por todos*; b) *o ganho de cada um depende do ganho de todos*; e c) *a escolha de cada um depende da escolha de todos* (Elster, 1982 e 1986b).²¹ Note-se que uma interpretação mais aberta da noção de ganhos inclui não apenas ganhos materiais, mas diz respeito, também, ao que os outros possam ganhar.

Outros elementos relevantes para a compreensão da Teoria dos Jogos são: a informação que os atores possuem uns sobre os outros, a noção de um ponto de equilíbrio - um conjunto de estratégias em que a estratégia de cada ator é ótima *vis-à-vis* às estratégias dos outros. Por fim, a solução (do jogo) pode ser definida como o conjunto de estratégias para o qual convergem tacitamente os atores racionais com informação perfeita. Segundo Elster (1986a e 1986b), a Teoria dos Jogos deve ser melhor entendida como uma Teoria das Decisões Interdependentes, e, neste sentido, nos auxiliaria a entender a lógica da solidariedade e da cooperação no interior das classes, os problemas de alianças entre trabalhadores e capitalistas e alguns aspectos estáticos e dinâmicos da luta de classes. A aplicação mais conhecida da Teoria dos Jogos nas Ciências Sociais é o Dilema do Prisioneiro. Tal dilema mostraria como a racionalidade individual pode conduzir à irracionalidade coletiva, a um resultado global que não é desejado por ninguém.

Durante algum tempo, Elster acreditou que a Teoria dos Jogos pudesse oferecer um quadro de referência conceitualmente unificador para a maior parte das Ciências Sociais, que servisse como ponto de partida para a análise de várias formas de

²¹ Segundo Elster (1986b), a Teoria dos Jogos pode ser dividida em dois ramos: a) a teoria dos jogos não-cooperativos, que considera o problema da decisão do ponto de vista do ator racional individual. Deste ponto de vista, escolhas racionais individuais podem levar a resultados que são piores para todos os agentes, mais do que outras situações, em que os agentes consideram a escolha de estratégias diferentes; e b) a Teoria dos Jogos cooperativos, que assume que isto não acontece.

interação social. Em seus escritos da década de 1990, a incorporação das normas sociais e das emoções como fatores de motivação da conduta humana parece ter criado um obstáculo ao otimismo teórico-explicativo em relação à Teoria dos Jogos que Elster demonstrava na década de 1980. Hoje este é um campo temático praticamente abandonado pelo autor.

1.5 – Da Racionalidade às Normas Sociais

Em 1986, Elster edita um livro, cuja introdução lida com problemas pouco explorados pelo autor em outros escritos, mas que se revela extremamente importante para a compreensão da noção de indivíduo e de agência: *The Multiple Self* (Elster, 1986c)

Na introdução deste livro, Elster explicitamente enfrenta o problema da complexidade da motivação humana, abordando diversas concepções de *self* como um conjunto de várias partes relativamente autônomas.. Depois de estabelecer uma visão panorâmica destas diferentes versões da compreensão do *self* como constituído de vários *selves*, Elster sintetiza sua própria posição (Elster, 1986c: 30-31), descartando a noção de vários *selves*:

“Não devemos levar em conta a noção de vários *selves* literalmente. Em geral, estamos lidando com uma pessoa - nem mais nem menos. Tal pessoa pode ter alguns problemas de coordenação cognitiva e alguns conflitos motivacionais, mas é seu trabalho separá-los” (1986, 30-31). Assim, o *self* não deve ser percebido como uma arena onde vários homúnculos brigam para ver quem fica por cima.”

O argumento é de que os conflitos motivacionais e outros conflitos dentro do indivíduo não podem ser compreendidos como consistindo de vários atores lutando para fazer valer sua vontade. A solução proposta por Elster é que a relação entre estas

diversas partes (*selves*) é essencialmente assimétrica: o ator intencional confrontando forças causais dentro de si mesmo.

Note-se como Elster coloca as alternativas: ou a complexidade do *self* dever ser compreendida como consistindo da coexistência e da luta de vários agentes intencionais dentro do *self*, cada um entendido como unitário e consistente no sentido do ator racional, ou esta complexidade deve consistir de um ator intencional que novamente é compreendido como unitário e consistente, no sentido do ator racional, confrontando as forças causais dentro de si mesmo.

No ano de 1989, Elster publica três livros, *Solomonic Judgements* (1989b), *The Cement of Society* (1989c) e *Nuts and Bolts for Social Sciences* (1989a). O primeiro pode ser interpretado como o fechamento de uma tetralogia sobre a racionalidade, seus limites e suas alternativas, que teria começado com *Logic and Society*, passando por *Ulysses and the Sirens* e *Sour Grapes* e concluída com *Solomonic Judgements*. O segundo, *The Cement of Society* é a marca da ruptura elsteriana em relação ao seu compromisso quase monogâmico com a racionalidade. Surgem no seu cenário teórico as normas sociais. E o terceiro, *Nuts and Bolts for Social Sciences*, que apesar de ter sido publicado no último ano da década de 1980, já prenuncia o estilo e o conteúdo da reflexão de Elster na década de 1990, em que se nota a incorporação definitiva das normas sociais em seu esquema teórico, bem como o reconhecimento de que as emoções são uma fonte de motivação imprescindível para a explicação da conduta humana.

Em *Solomonic Judgements: studies in the limitations of Rationality* (1989b), Elster revisita o tema da racionalidade. O livro inicia-se com a costumeira discussão sobre argumentos desenvolvidos anteriormente acerca da teoria da racionalidade e seus problemas.

O primeiro problema apontado por Elster pode ser formulado da seguinte maneira: a racionalidade pode ser indeterminada. Assim, mais de uma ação pode ser igualmente e maximamente benéfica para o indivíduo²². Existem vários casos que podem servir de exemplo para o problema colocado acima: a) quando se está em jogo um processo de tomada de decisão, as alternativas podem ser muito diferentes, o que tornaria difícil a possibilidade de comparação, gerando, portanto, indeterminação explicativa; b) ações, crenças e evidências racionais podem não existir. Quando os atores comparam todas as opções, suas ordens de preferências permanecem incompletas e uma teoria normativa da escolha racional não pode ser o guia para a ação; c) os agentes podem não ser capazes de estabelecer racionalmente os níveis ótimos de evidência que eles requerem para que uma ação seja racional, porque eles não podem ter acesso aos benefícios e custos marginais esperados da pesquisa de informações²³.

O segundo problema coloca um desafio mais radical para a teoria da escolha racional. Elster retoma aqui o tema da irracionalidade, já mencionado acima e presente em *Logic and Society* e *Ulysses and the Sirens*: as alternativas ao comportamento racional. Para o autor, pessoas são irracionais quando elas podem ser racionais. Mas, no campo do comportamento não racional, Elster não está, neste momento, convencido das teorias alternativas à teoria da escolha racional. Dessa forma, ele rejeita as três principais alternativas à teoria da escolha racional: o estruturalismo, a teoria da socialização e as teorias da satisfação²⁴.

²² Ao contrário, para opções igualmente ruins, não haveria escolha racional. A título de ilustração, lembremo-nos de William Shakespeare, quando Hortêncio, no primeiro ato, na primeira cena de *A Megera Domada* proclama: “Entre maçãs podres, a margem de escolha é pequena” (“There’s small choice in rotten apples”). Ou mais perto de nós, Machado de Assis, “*Devine, si tu peux, et choisis, si tu l’oses*” (“Adivinha, se tu podes, e escolhe, se tu ousas.”) no conto *O destinado*.

²³ Hans Melberg (1999) tem excelente estudo sobre o tema, ainda não publicado.

²⁴ Note-se que os temas deste capítulo já haviam sido abordados na conhecida Introdução de um influente livro editado por Elster em 1986: *Rational Choice* (1986b), bem como em *Ulysses and the Sirens* (1984).

Mas a novidade propriamente dita deste livro de Elster insinua-se a partir do segundo capítulo do livro, “Domar a sorte”, em que trata do tema geral do emprego de dispositivos aleatórios para a tomada de decisões individuais ou sociais. Seguindo o exemplo de Otto Neurath, sustenta que em numerosos casos em que a razão não basta para produzir resultados conclusivos, o melhor que se pode fazer é deixar que a decisão se dê pela sorte, sob o risco da hiper-racionalidade, ela mesma uma forma de irracionalidade.

No terceiro capítulo, trata de aplicar a reflexão teórica, acerca da introdução de mecanismos de randomização nas escolhas, aos casos práticos de litígios sobre a guarda dos filhos entre membros de casais que se separam, investigando – no que se refere à máxima “no melhor interesse das crianças” – a relação entre o conteúdo propriamente dito da decisão e os custos da tomada de decisão, levando em conta que em tal situação o tempo é uma variável chave.

Em um quarto capítulo de *Solomonic Judgements* (1989b), Elster estabelece uma discussão de extrema relevância para a caracterização do seu individualismo metodológico, e da sua percepção de agência: as diferenças entre escolha individual e escolha social. A posição do autor norueguês é de que os processos de tomada de decisão realizados por indivíduos e os processos de tomada de decisão levados a cabo por instituições são de natureza absolutamente diferente. Se não podemos atribuir intenções a instituições, e o conceito de intenção é fundamental para a definição da ação, talvez não possamos falar em ação quando se trata de “agregados sociais”. O problema da descontinuidade entre a tomada de decisão e a execução da ação nas instituições, aparentemente inexistente no nível do indivíduo também é abordado.

Chegamos agora a *The Cement of Society*. Talvez possamos dizer que a introdução das normas sociais no interior da caixa de ferramentas teóricas de Elster –

um dos temas mais relevantes deste livro – se deu, pelo menos em parte, devido ao acaso. Em meados da década de 1980, Elster recebe uma solicitação para escrever sobre o sistema sueco de contratos coletivos de trabalho. Ao examinar as teorias da escolha racional disponíveis sobre o tema, percebe que não pode encontrar no interior de tal referencial teórico explicações sobre as tendências igualitárias dentro do movimento social sueco. Influenciado por Amos Tversky e Fredrik Engelstad, agrega as normas sociais ao repertório de motivações da conduta. Elster passa a ver as normas sociais como mandatos quase incondicionais e, nas situações em que não o são, dependendo de fatos do passado e não do futuro.

Esta investigação dará sustentação ao referido livro. Nele, Elster procura dar uma fundamentação mais rigorosa à relação entre normas e condutas, bem como estabelecer um contraste entre racionalidade e normas.

A questão com a qual Elster abre o livro é o conhecido problema hobbesiano da ordem. De que se trata o cimento que liga os indivíduos uns aos outros, prevenindo suas vidas de desintegrarem-se em conflito crônico ou caos? A resposta elsteriana distingue duas dimensões cruciais da ordem social: previsibilidade e cooperação. Concentrando-se sobre a natureza da cooperação, e sob as condições nas quais ela não é possível, Elster distingue cinco formas básicas de cooperação. Um primeiro tipo é a cooperação relacionada a externalidades produzidas pelos indivíduos através da ação individual. Pessoas cooperam, em um amplo sentido do termo, através de atos dos indivíduos que produzem resultados valorizados no interior das coletividades. Exemplos relevantes seriam os atos de votar, pagar impostos, doar sangue, realizar trabalho voluntário. Uma segunda categoria diz respeito ao comportamento de ajuda, quando as pessoas prestam auxílio a quem tem o carro quebrado, mantém uma

promessa ou falam a verdade. Para estes dois casos, a cooperação beneficia os outros, independentemente do fato de haver reciprocidade²⁵.

Um terceiro tipo de cooperação é representado pelo equilíbrio convencional²⁶. Muitas, embora não todas, formas de equilíbrio convencional, tais como a regra de dirigir no lado direito da estrada, são puras convenções: não importa por qual lado da estrada alguém dirija desde que a regra seja observada por todos.

Os dois tipos finais são *joint-ventures* e ordens privadas. *Joint-ventures* dependem da colaboração direta de indivíduos de forma que adquiram um resultado cooperativo. O exemplo típico é a descrição do trabalho como descrita por Adam Smith: produtores trabalhando coletivamente têm um resultado muito mais elevado que se eles trabalhassem de forma isolada, dado que todos tomam parte no empreendimento geral. Ordens privadas têm a mesma característica, salvo que a colaboração física não é necessária: um exemplo é o contrato capitalista de trabalho. De acordo com Elster, os três últimos tipos deveriam ser relacionados com uma teoria da negociação (ou da barganha). O principal obstáculo à cooperação nestes três tipos não é o “problema do carona”,²⁷ mas antes a falha em concordar sobre uma distribuição apropriada dos benefícios que resultam da cooperação. Processos de cooperação na ação coletiva e na negociação são fortemente influenciados por compromissos normativos.

Duas considerações meta-teóricas devem ser explicitadas para a compreensão da teoria das normas sociais elsteriana: uma, a dissociação entre tal teoria e o holismo

²⁵ A Teoria da Ação Coletiva lida com estas formas de cooperação na qual o problema do carona (*free rider problem*) apresenta-se como o principal obstáculo para resultados cooperativos bem sucedidos. Ver Mancur Olson (1965).

²⁶ No original, “*convention equilibrium*”.

²⁷ Problema teórico desenvolvido por Olson (1965) e que se refere ao tema do “proveitador” na ação coletiva. Em outros termos, se cooperar não é “racional”, do ponto de vista do auto-interesse, os indivíduos cooperarão?

metodológico. Elster permanece defendendo o Individualismo Metodológico dos seus escritos prévios: uma norma social não tem outro conteúdo a não ser a propensão para antecipar sanções em relação aos outros indivíduos, na possibilidade de um comportamento específico que seja aprovado ou proibido. A outra, a demonstração de que as normas sociais não devem ser interpretadas de forma reducionista como o resultado de ações racionais ou otimizadoras. Certamente, em algumas ocasiões, as normas podem ser seguidas instrumentalmente, como uma “capa” para o auto-interesse. Mas as normas não podem ser mantidas desta forma, a maior parte do tempo, porque tais estratégias só funcionariam se houvesse a existência de compromissos normativos limitadores prévios.

Mas isto não significa que as normas sociais e a racionalidade não possam estar entrelaçadas. Por detrás da combinação de auto-interesse e compromisso normativo que orienta a ação humana estão vários diferentes tipos de motivação: inveja, oportunismo, códigos de honra etc. O capítulo final do livro analisa estas motivações e considera suas inter-relações. Aqui Elster retorna à discussão do primeiro aspecto do problema da ordem mencionado – a previsibilidade – buscando demonstrar como várias formas de confiança e credibilidade direcionadas ao comportamento dos outros é sustentada mesmo em situações nas quais “os outros” parecem estar agindo contrariamente ao “nosso” auto-interesse.

Ressalte-se o fato de que o próprio Elster afirma que, a partir de *Solomonic Judgements* e *The Cement of Society*, não endossa com tanta força a crença no poder explicativo da teoria da escolha racional. Lembre-se então a discussão feita acima, em torno do capítulo inicial de *Solomonic Judgments*, em que o autor aponta os dois caminhos através dos quais a Teoria da Escolha Racional pode falhar: falta de determinação – pois existem situações em que a teoria não dá prescrições nem

predições únicas – ou irracionalidade – é possível que os agentes não façam o que a teoria diz que farão se eles são (ou fossem) racionais.

Mas note-se também que este é um tema que percorre a obra de Elster mesmo antes desta “virada normativa”: em *Ulysses and the Sirens*, Elster nos fala da fraqueza ou debilidade da vontade; em *Sour Grapes*, no auto-engano e na irracionalidade enquanto vontade de criar estados que são essencialmente subprodutos; em *Solomonic Judgements*, Elster insiste na possibilidade da conduta irracional.

Deve também ser observado que as investigações de Elster o levam a concluir pela insuficiência de uma teoria geral e sólida da irracionalidade. Neste vácuo, o conceito de conduta guiada pelas normas sociais oferece exatamente o que lhe faltava²⁸.

O terceiro livro, publicado em 1989, *Nuts and Bolts for Social Sciences*, é uma tentativa, segundo o próprio autor, de escrever uma introdução avançada às Ciências Sociais. Apesar de seu caráter de divulgação, que simplifica no pouco espaço disponível idéias por demais complexas, o livro é importante como balanço e reafirmação de todo o trabalho teórico anterior de Elster, incluindo as discussões sobre individualismo metodológico, racionalidade e seus limites, e enfatizando o papel das normas sociais no novo quadro explicativo, bem como um sinalizador do trabalho futuro (especialmente a guinada metodológica em direção a uma explicação por mecanismos e a reorientação teórica representada pela incorporação das emoções enquanto fator de explicação da conduta humana, como veremos a seguir) (Elster, 1989a).

²⁸ Em entrevista a Esther Hamburger (Elster, 1991), Elster adota uma posição ligeiramente diferente, afirmando a possibilidade de uma teoria ampla dos fenômenos irracionais.

1.6 – As Emoções e a Ação Humana

Desde o início dos anos 1990, coincidindo com o período de sua volta à Universidade de Oslo, uma transformação significativa pode ser identificada no pensamento de Jon Elster. Talvez a mais significativa desde a “virada normativa” observada no final dos anos 1980. Trata-se da eleição das emoções como tópico privilegiado de investigação, sob a premissa de que devem fazer parte do repertório de motivações básicas da conduta humana.

Desde *Nuts and Bolts for Social Sciences* (1989a), Elster está preocupado com a natureza das emoções e o lugar que elas ocupam em sua Teoria da Ação. A partir dos moralistas clássicos (Montaigne, Pascal, La Rochefoucauld e La Bruyère) de *insights* originados de uma “leitura analítica” de alguns romances importantes da literatura universal (especialmente Jane Austen e Stendhal), Elster dirige o seu arsenal teórico para a tentativa de sistematização de uma Teoria das Emoções capaz de fazer parte de uma Teoria (mais geral) das motivações da Ação.

Se anteriormente Elster chega à conclusão de que as normas sociais proporcionam uma fonte independente de ação, distinta da racionalidade, e muitas vezes em conflito com a mesma, agora Elster incorpora as emoções de forma semelhante. Neste sentido, as emoções tanto podem ultrapassar a racionalidade quanto as normas sociais. Dois exemplos ilustram as formulações acima: o amor apaixonado que pode reconhecer-se tanto por sua falta de interesse como por sua disposição de expor-se ao ridículo. E os atos inspirados na vingança que podem ser contrários tanto ao interesse próprio (em sociedades nas quais se espera que se dê a outra face), quanto às normas sociais. Além de *Strong Feelings*, que será examinado mais a frente, por

tratar do tema das emoções em paralelo ao tema do Vício, a obra fundamental de Elster sobre o tema é *Alchemies of the Mind: Rationality and Emotions* (1999a).

Neste livro, a contribuição de Elster para a teoria das emoções traz algumas reflexões já conhecidas. O capítulo 1 é a versão revisada e modificada de um conhecido e não publicado artigo de Elster que circulava desde meados da década de 1990, *A plea for Mechanisms*.

Mas de que forma o debate metodológico sobre o lugar dos mecanismos na explicação em Ciências Sociais pode ser ligado ao tema das emoções e seu lugar em uma Teoria da motivação da Ação? De acordo com Elster, emoções são tanto resultado de mecanismos quanto podem fazer com que mecanismos sejam disparados. Emoções são discerníveis, ocorrendo como padrões causais que são indeterminados nas suas condições de disparo ou na sua própria ocorrência. Dada esta indeterminação, é extremamente difícil estabelecer a existência de tais mecanismos emocionais em experimentos laboratoriais. Deveríamos olhar, então, não para o trabalho dos psicólogos apenas, mas para a literatura e a filosofia como recurso para a investigação sobre o tema.

O capítulo 2, intitulado “Emoções antes da Psicologia”, e o capítulo 3, “Emoções sociais em um contexto histórico”, formam o centro do livro e são uma aplicação do enfoque “mecanicista” de Elster²⁹. O autor reconstitui a discussão sobre as emoções, cotejando elementos da história da filosofia³⁰ com elementos presentes em clássicos da literatura³¹. Nestes capítulos, Elster identifica as inúmeras e sutis conexões entre emoções, ações e crenças. No capítulo 3, Elster lida com emoções sociais tais

²⁹ Tomo este termo emprestado de Mário Bunge (1999).

³⁰ De um ponto de vista estritamente filosófico o tema das emoções é conhecido como o tema das Paixões.

³¹ Aristóteles, Montaigne, Pascal, La Rochefoucauld, La Bruyère, Shakespeare, Racine, Mme. De Lafayette, Jane Austen, Stendhal e George Elliot.

como a vergonha, a inveja e a honra, dedicando bastante atenção ao contexto histórico no qual os autores mencionados fazem suas observações de forma a inferir a importância histórica relativa destas emoções.

O exemplo da inveja é particularmente interessante a este respeito³². Ele demonstra tanto os efeitos sutis e algumas vezes irracionais das emoções, como também os efeitos de um ambiente social e cultural particular sobre as emoções. Por exemplo, suponha que você tenha algo que eu deseje. Isto pode causar – para que eu inveje você – uma crença junto com um desejo relevante, disparando uma emoção. Contudo, esta própria emoção pode disparar outra emoção. Nas sociedades contemporâneas, há fortes normas sociais contra tal inveja. Conseqüentemente, eu devo ficar envergonhado com a minha inveja. Esta emoção de segunda ordem pode ser muito dolorosa. Entretanto, ela pode causar algumas mudanças nas minhas crenças. Eu posso vir a acreditar que você realmente não merece aquele objeto invejado. Uma emoção afetou uma crença. Isto então me leva a ficar raivoso com você, o que não é tão vexaminoso. Minhas crenças mudaram minha emoção original para uma que atrai menos vergonha.

Contudo, sob diferentes circunstâncias sociais e culturais, muitos efeitos diferentes podem ser observados. De acordo com Elster, os gregos antigos não ficavam envergonhados com as emoções de inveja. Aristóteles, por exemplo, somente discutia o efeito da inveja sobre a ação. Ele parece não ter despertado para o fato de que a inveja dispara outras emoções. De acordo com Aristóteles, a pessoa invejosa tentará destruir o objeto que inveja. Elster acrescenta que tal pessoa pode também reexaminar suas crenças, ou seja, vindo a acreditar que o objeto desejado é inferior ao que ela

³² As principais emoções colocadas sob o escrutínio de Elster são: vergonha, culpa, orgulho, admiração, inveja, indignação, piedade, malícia, regozijo, soberba, cólera, ódio, desprezo (Elster, 1999b).

pensava, reduzindo a dor da inveja. A dialética emocional da inveja e da vergonha é típica da nossa moderna sociedade, onde há fortes normas contra a inveja.

O capítulo 4 lida com as relações entre racionalidade e emoções. O argumento inicial é de que não há uma teoria plausível que cubra todas as emoções, uma espécie de taxonomia das paixões. Pois, segundo Elster, tudo aquilo que chamamos de emoções apresenta mais semelhanças analógicas do que semelhanças homológicas propriamente ditas. Elster tenta listar algumas características gerais das emoções ocorrentes (em oposição às emoções disposicionais como a ira), mas reconhece que estas características não valem para todas as emoções, especialmente as estéticas. Fazendo assim, Elster desbanca algumas teorias proeminentes das emoções. Por exemplo, certa teoria das emoções reclama que todas as emoções são disparadas por uma avaliação cognitiva da situação. Contudo, Elster observa que esta teoria não consegue explicar experiências como ouvir uma música agradável. A resposta emocional a tal música é instantânea e não mediada por crenças a respeito do que é uma peça de música agradável. Se tal crença existe, ela é derivada da emoção e não causada por ela.

Em um determinado momento neste capítulo, Elster coloca em discussão a exigência de que emoções são racionais no sentido de que elas podem contribuir para fazer uma escolha racional em casos de indeterminação³³. A idéia, aqui, é que emoções nos direcionam especificamente para uma de duas ou mais opções indeterminadas. Emoções, desta maneira, auxiliam a racionalidade quando a racionalidade sozinha resultaria em indeterminação. Elster é cético a respeito desta exigência. Ele argumenta que a indeterminação da escolha racional é o resultado da indiferença ou da

³³ Uma boa discussão sobre o assunto encontra-se em um livro de Ronald de Sousa, *Rationality and the Emotions* (1987).

incomensurabilidade das opções. Subseqüentemente, argumenta que a verdadeira indiferença é rara na vida real. A incomensurabilidade seria muito mais prevalente. Elster também argumenta que a indeterminação não é exaurida nem pela indiferença, nem pela incomensurabilidade.

Na última parte do livro, Elster utiliza algumas das observações teóricas anteriores para lidar com mecanismos de transformação e distorção dos reais motivos dos agentes. O exemplo do egoísmo e de sua auto-imagem é ilustrativo. Ninguém gosta de pensar em si mesmo como egoísta. Mas o auto-interesse pode ser distorcido como interesse pelo bem comum. Outro exemplo: já que a inveja é indesejável e gera vergonha, é atrativo distorcer a inveja de alguém como a raiva justificada. Mais ainda, se o sentimento de vergonha resulta na formação da crença de que outro não merece tal sorte, a inveja pode transmutar-se em raiva genuína e legítima

A reflexão elsteriana sobre as emoções provoca como consequência inescapável a constatação de que Elster alcança uma nova formulação – talvez provisória - baseada em três motivações básicas da maioria das condutas humanas. Assim, para qualquer conduta que se analise, torna-se necessário e importante investigar hipóteses relacionadas à racionalidade voltada para a consecução de objetivos, às normas sociais ou às emoções. Tome-se a vingança, por exemplo. Quando alguém se vinga, o faz para adquirir uma reputação de vingativo, porque vive em uma sociedade com normas bem definidas a respeito da vingança ou por que deixa a paixão fluir sem pensar nas consequências? Se alguém ajuda o vizinho, o faz esperando que ele aja de forma recíproca, por que as outras pessoas esperam isto dele ou por empatia espontânea? E o indivíduo que escolhe o cônjuge, o faz por esperar compensações materiais, por conformismo ou por amor? (Elster, 1997a e 1999a).

1.7- Critérios de Justiça , Transições Constitucionais e Vício

A produção intelectual de Elster sempre foi marcada por um forte acento teórico. No entanto, este autor envolveu-se com projetos “práticos” de pesquisa empírica. (mesmo que ao modo de Elster, com um forte componente teorizante). Estes três projetos, seguramente, carregam os vínculos conceituais e teóricos do autor, como não poderia deixar de ser.

O primeiro, iniciado em 1987, , em torno do tema *Critérios de Justiça*. A abordagem de tal tema foi iniciada a partir de uma questão de alcance mais amplo: como as instituições distribuem os bens escassos? A hipótese de Elster é de que as práticas de distribuição se produzem de forma descentralizada e limitada, não estando determinadas pelas administrações centrais de tais instituições. O conceito de Justiça Local surge então, fundamentado na idéia de que a percepção dos atores locais sobre o que é uma distribuição justa constitui fator imprescindível do sistema de determinações que surge. Assim, Elster investiga um conjunto de problemas sobre distribuição de recursos dentro de instituições: admissão de alunos em universidades com processos seletivos rigorosos; critérios de decisão das instituições de saúde para seleção pacientes que receberão rins para transplantes; e processos de escolha de trabalhadores a serem despedidos em empresas.³⁴

Tal projeto foi realizado em cinco países, Estados Unidos, Alemanha, França, Noruega e Brasil e buscou identificar os princípios e procedimentos usados nas diferentes arenas mencionadas (universidades, instituições de saúde e empresas) explicando as variações dentro das diferentes arenas de cada país e de país para país. A idéia de que a concepção de justiça dos atores influencia a escolha de princípios de

³⁴ A classificação de candidatos a imigração também foi objeto de investigação em parte da pesquisa.

alocação de recursos pode ser relacionada claramente com as preocupações crescentes do autor com o problema das normas sociais.

Três livros foram frutos desta amplo projeto de investigação: *Local Justice* (1992), *The Ethics of Medical Choice* (1994) e *Local Justice in America* (1995). Tais livros têm pretensões predominantemente explicativas, mas também normativas. Para o caso de tais pretensões normativas, em intenso debate com formulações de Ronald Dworkin e John Rawls, estabelecidos desde *Sour Grapes* e *Solomonic Judgements*. A despeito de tal fato, Elster considera que seus esforços para construir uma teoria da justiça distributiva não geraram produtos satisfatórios.

Em 1989, a combinação de dois fatores estimula Elster a iniciar um outro projeto de investigação. Em primeiro lugar, lhe é encomendado um artigo sobre os dois processos de criação de Constituições do século XVIII, a Convenção Federal da Filadélfia e a Assembléia Constituinte de Paris. Paralelamente, a derrocada do comunismo e o subsequente processo de reconstrução institucional, que traz em seu bojo a instauração de processos de redação das novas constituições, democráticas, ajudam a redirecionar seu trabalho. Cria então, acompanhado por Stephen Holmes e Cass Sustein, o *Centro de Estudos da Constitucionalidade na Europa Oriental*, na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago.

Desta maneira, o tema da criação de constituições no século XVIII é ampliado para cobrir toda a Europa Oriental e mesmo para uma discussão mais geral sobre a natureza do processo de redação de Constituições. Nesta empreitada, as obras de Thomas Schelling e Jurgen Habermas são os referenciais para a construção de uma teoria que incorpora por um lado os elementos relativos a negociações governadas por interesses, derivados da obra de Schelling, e por outro a discussão imparcial, em que elementos contrafatuais relacionados a situações ideais de fala sem distorções

comunicacionais são incorporados a partir da contribuição, mas também das críticas das idéias de Habermas.

Resultados destes processos de pesquisa tem apontado que a negociação entre os diversos grupos sociais em relação aos processos legislativos e constitucionais está fortemente influenciada por fatores subjetivos como a incerteza, os diferentes graus de aversão ao risco, o *timing* do desenrolar dos acontecimentos, bem como pelo papel desempenhado pelas normas sociais (para este caso, o nacionalismo e a independência lingüística).

Alguns livros foram publicados como resultados desta linha de investigação. Em 1996 edita *The Round Table Talks in Eastern Europe*. Em 1998, organiza *Deliberative Democracy e Institutional Design in Post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea* (este, juntamente com Claus Offe e Ulrich Preuss). Anteriormente, em 1993, um pequeno e original livro sobre o tema, originado de duas conferências proferidas por Elster nas Universidades de Chicago e de Yale, e que dá ênfase aos aspectos teóricos do debate sobre a criação de constituições, *Argomentare e Negoziare*, havia sido publicado em italiano.

O acaso novamente tem um peso importante na geração de possibilidades para o último projeto de pesquisa em que Elster se envolveu. Ao receber do Conselho de Investigação da Noruega uma vultuosa soma em dinheiro como premiação por seu trabalho intelectual, Elster inicia um projeto de investigação sobre o fenômeno do vício³⁵, com participação de investigadores de diversas áreas e duração de cinco anos..

³⁵ Vício (ou dependência) – adotados aqui como tradução para o termo *addiction* – dizem respeito em Elster à condição de estar viciado em (ou dependente de) algo, no sentido de uso ou consumo repetitivo, especialmente no que se refere a substâncias consideradas como drogas (mas também no que se refere a comportamentos específicos). Elster reconhece a amplitude e imprecisão do conceito (o conceito pode ser aplicado a situações como ‘vício’ em heroína ou em apostas de jogos de azar, etc). A forma como o conceito é utilizado em Elster, bem como neste trabalho, não implica em avaliações ou julgamentos

Além da relevância prática do tema, Elster estava atraído pelo problema teórico da conduta voluntária e autodestrutiva. Este projeto tem por objetivo, mais do que coletar novas provas empíricas, tentar elaborar um marco teórico amplo e sólido que possa ajudar a integrar a investigação tanto dos diferentes fenômenos de vício (tabagismo, alcoolismo, dependência de drogas, obesidade, jogo, cleptomania) quanto das explicações propostas a respeito³⁶.

Como corolário da investigação, três livros foram publicados, todos em 1999: *Strong Feelings: Emotion, Addiction and Human Behavior*, *Getting Hooked: Rationality and Addiction* (editado juntamente com Ole-Jorgen Skog), e *Addiction: Entries and Exits* (editado por Elster).

Strong Feelings destaca-se entre os três livros acima por articular o campo de pesquisas empírico, para o qual está voltada a atenção de Elster, com os interesses teóricos mais recentes do autor. Apresentada como parte das *Jean Nicod Lectures*, realizadas anualmente em Paris, por um importante filósofo ou sociólogo com algum tipo de orientação cognitiva, as reflexões de Elster que resultaram neste livro datam de junho de 1997, com sua publicação em 1999.

Talvez pudéssemos começar a apresentação e discussão dos argumentos elsterianos, retomando algumas questões que o próprio autor se coloca durante todo o livro:

Por que o amor e a anfetamina, tão similares em seus efeitos, são tão diferentes em suas causas? Como culpa e vergonha, relacionadas ao uso de droga, interagem com os efeitos depressivos induzidos pelo abandono da droga? Por que uma pessoa viciada

morais desta modalidade de comportamento humano. Os dois termos serão usados neste texto como sinônimos

³⁶ Pode ser extraída deste trabalho a idéia de que o auto-compromisso e o compromisso prévio são soluções possíveis e promissoras.

na emoção da ‘justa indignação’ busca todas as ocasiões em que ela possa ser produzida?

De certa forma, Elster se pergunta como emoções e vícios (ou dependências) – usualmente pensados como comportamentos não-rationais, ou como estados nos quais os indivíduos supostamente ‘perdem’ o controle sobre a direção de suas ações – são produzidos e, em que medida, nos auxiliam a construir uma teoria da ação humana.

Tais questões nos remetem necessariamente ao próprio percurso que o autor se propõe a percorrer: inicialmente definir e descrever o que são emoções e vícios (ou dependências); em seguida separá-los teórica e analiticamente, para posteriormente discutir os mecanismos específicos de produção de cada um deles e verificar em que medida as similaridades apresentadas significam mecanismos causais assemelhados.

As preocupações metodológicas presentes em diversos momentos da obra de Elster continuam presentes neste interessante estudo exploratório das emoções humanas. O autor dirige seu foco investigativo para as relações entre a análise conceitual e a análise causal no estudo do comportamento humano. Em outros termos procura encontrar os nexos entre a definição de emoção e de vício e a explicação da emoção e do vício.

É curioso observar que Elster retoma neste estudo das emoções e fortes desejos/anseios relacionados ao vício³⁷ o tema da possibilidade da escolha racional, na medida em que põe como questão central a ser perseguida a eventual distorção da racionalidade da escolha, supostamente provocada por tais emoções e desejos ancorados fisiologicamente. Por outro lado, indaga em que medida emoções e desejos

³⁷ A ‘dependência de’ ou ‘vício em’ substâncias refere-se principalmente a nicotina, álcool, barbitúricos, benzodizepínicos, opiáceos como heroína, morfina, codeína e ópio, psicoestimulantes como cocaína e anfetaminas, maconha, haxixe, cafeína e alucinógenos como mesalina, LSD, ecstasy entre outros. A ‘dependência de’ ou ‘vício em’ comportamentos específicos refere-se principalmente a: comida, jogos de azar, atividade sexual, piromania, consumo de bens materiais, uso da internet, televisão, etc (Elster, 1999b).

fortes por alguns tipos de substâncias/comportamentos são fisiologicamente determinadas e, em que medida, são construções culturais.

Três enfoques explicativos se constituirão como os pontos de partida elsterianos para a explicação do comportamento humano em questão (neste livro, emoções ou vício): a neurobiologia, a cultura e a escolha (especialmente a escolha racional).

Elster parte do suposto de que emoções e vícios³⁸ são acionados por elementos cognitivos e conformados por elementos culturais. No entanto, haveria um conjunto de elementos viscerais que seriam essencialmente independentes da cognição e da cultura.

A possibilidade de distinção teórico-analítica das emoções em relação a certos tipos de estados viscerais “primários”, digamos assim, deve-se ao fato de que as primeiras comumente estão relacionadas com processos cognitivos em três formas:

- A) são disparadas por uma crença³⁹;
- B) uma vez acionadas podem ser moldadas pela crença de que ela são – elas próprias - um tipo especial de motivação,
- C) podem ter um objeto intencional, estão relacionadas a “algo” substantivo, específico, “coisa”, “situação”.

A maior parte das motivações viscerais primárias teria apenas um ou outro destes elementos cognitivos. As emoções, enquanto categoria analítica distinta, apresentariam, na maior parte dos casos, os três requisitos cognitivos conjuntamente.

³⁸ Elster utiliza-se da distinção estabelecida por George Lowenstein, na qual emoções e outros estados provocados por substâncias ‘viciantes’ são casos especiais de ‘fatores viscerais’ no comportamento. Deste modo, tais estados - náusea, vertigem, fome, sede, vontade de urinar, defecar ou dormir – podem interferir na capacidade de fazer escolhas racionais ou mesmo de fazer escolhas. Estes tipos de estados viscerais descritos logo acima difeririam de outros tipos como emoções e vícios por estarem pouco relacionados a elementos como cognição e cultura (Elster, 1999b).

³⁹ Assentimento a um juízo lógico, especialmente se relacionado à condições de verdade, falsidade ou justificação da ação (Silva, 1987 e Dancy e Sosa, 1997).

Dependência de substâncias ou de comportamentos específicos compartilham com as emoções os três requisitos cognitivos, mas em menor intensidade.

Para Elster os estados motivacionais, dos mais primários – em que escolha e cultura pouco atuam – aos mais complexos – com alta participação de mecanismos de escolha e da cultura – podem ser localizados em um *continuum*. Em um extremo, estados puramente não viscerais e não cognitivos. Em outro extremo, estados motivacionais que não implicam nenhuma excitação ou visceralidade. No meio, diversas possibilidades de combinação que envolvem dois ou mais tipos de cognição organizadas diferentemente.

O que interessa a Elster são os casos em que tanto excitação quanto escolha estão envolvidos, e não só os extremos. Impulsos meramente fisiológicos seriam excluídos da análise por serem invariantes culturalmente. O foco da investigação procura evidenciar o contraste entre as determinações neurobiológicas⁴⁰, os mecanismos de escolha e as especificidades da cultura.

Um ponto a ser destacado nesta obra de Elster é a referência à cultura como um elemento novo no esquema teórico deste autor. Contudo, tal referência, durante toda a exposição, permanece fiel ao já conhecido ponto de vista individualista metodológico. Dizer que a cultura induz ou condena específicos conceitos ou crenças, para Elster, significa dizer apenas que:

- os indivíduos naquela cultura compartilham crenças, valores, normas, conceitos e sabem que os compartilham;
- que indivíduos de outras culturas não compartilham tais elementos.

⁴⁰ Em *Strong Feelings* (1999b), aspectos neurofisiológicos ou neurais são tomados apenas como fundamentação interdisciplinar para a necessária e fundamental análise ‘psicossociológica’ do comportamento humano baseado em emoções ou relacionado ao vício.

Como foi dito acima, a exposição do argumento de Elster em *Strong Feelings* busca confrontar paralelamente emoção e vício, enfatizando tanto as suas similaridades e as suas diferenças. No que diz respeito à dependência, deve ser considerado como emoção e vício podem interagir um com o outro. No caso das emoções, pode ser dito que pessoas podem se tornar viciadas em emoções.

Um dos aspectos mais interessantes do livro de Elster é a distinção proposta para analisar os aspectos comuns e as diferenças entre emoções e vícios. As categorias aproximativas para entender tais emoções e vícios vão combinar procedimentos de analogia⁴¹, ou seja, a identificação de traços semelhantes em ambos os tipos de comportamento e procedimentos de homologia, a saber, em que medida emoções e vícios compartilham histórias causais similares. Elster entende que a homologia possui superioridade analítica em relação à analogia, pois esta, apesar de gerar algumas imagens plausíveis que interessam à nossa análise, acaba por se perder dentro do fato de que todas as coisas na verdade possuem algo de análogo a qualquer outra. Já a aproximação homológica, buscando investigar em que medida os elementos comparáveis apresentam histórias causais comuns, permite uma compatibilização com os propósitos epistemológicos elsterianos, ou seja, saber que mecanismos próprios e que mecanismos semelhantes atuam na produção de comportamentos humanos relacionados a emoções e vícios.

Assim, a cognição⁴², incluindo crenças de natureza moral, desempenha um papel duplo no estudo da emoção e do vício. Por um lado, serve para diferenciar as

⁴¹ Os traços de uma homologia possuem sua existência determinada por uma mesma história causal. Os de uma analogia podem ter inteiramente diferentes histórias causais mas apesar disso gerarem efeitos causais similares. Os traços que definem uma analogia são os traços primários e os que são causalmente implicados pelos primários são os traços secundários (Elster, 1999b).

⁴² Cognição deve ser entendida aqui na acepção de ‘ato de conhecer’ ou como ‘interpretação de impressão sensorial’ (Lalande, 1999).

formas especificamente humanas destes fenômenos (emoções e vícios) daqueles observados em animais. Por outro lado, nos ajudam a entender porque tomam diferentes formas em diferentes culturas, dependendo dos princípios morais e cognitivos específicos sobre os quais se assentam.

Embora a cultura possa modular e modelar emoções e vícios, porque a cognição varia entre culturas, também pode ser dito que existem tendências pré-culturais ou transculturais gerais que impedem tal modulação e modelagem de forma infinita.

1.8 – Uma Nova Síntese Metodológica: a Explicação por Mecanismos

A discussão das obras de Elster realizada até aqui priorizou, de certa forma, os aspectos substantivos da explicação. Em outros termos, é possível, a partir do amplo painel desenhado acima, entender “minimamente” as preocupações, influências e orientações sociológicas, digamos assim, do autor.

Como o tema central desta tese é a problematização teórica do tipo de explicação em Elster, não seria possível concluir este vasto passeio sem explicitar um pouco a história da metodologia elsteriana, uma preocupação transversal de todo o empreendimento teórico elsteriano.

Pode-se afirmar, inclusive, que a preocupação em estabelecer tanto um tipo de explicação adequado para as ciências sociais, quanto critérios metodológicos para a obtenção deste tipo desejável, constitui-se por si só em um interesse teórico dos mais relevantes e em um campo de investigação autônomo do nosso autor.

Acrescente-se a isto que nos últimos anos a filosofia da explicação em ciências sociais de Elster tem sofrido algumas modificações relevantes. Desde *Ulysses and the Sirens*, Elster tem feito reflexões específicas sobre a natureza das ciências sociais.

E o próprio autor reconhece que houve uma inflexão significativa em seu percurso neste tópico na década de 90. Em *Explaining Technical Change* (1983a), Elster toma por suposto que o objetivo das ciências sociais consiste em produzir teorias gerais, na forma de leis gerais, que possam fornecer explicações posteriores ao fato, mas também previsões anteriores a ele. Tais teorias gerais devem passar por um duplo crivo: o do Individualismo Metodológico e da explicação intencional-causal. Mas permanecem carregadas de um conteúdo nomológico do qual não se abre mão.

Em *Nuts and Bolts for Social Sciences, Psychologie Politique* e no primeiro capítulo de *Alchemies of the Mind*, Elster admite a ambição nomotética excessiva de alguns de seus escritos anteriores e afirma que mais do que um déficit explicativo transitório, as ciências sociais apresentam um déficit desta natureza quase permanente, pois as sociedades e pessoas são por demais complexas para serem explicadas sob formas de leis, previsões, etc. Mas não cede à descrição pura ou ao relato como alternativas às explicações formuladas como leis. Entre ambas as posições encontram-se o que Elster chama de mecanismos, modelos causais de um tipo simples e geral que são produzidos em muitas situações diferentes e em condições desconhecidas que servem como “detonadores” destes mecanismos.

Seu argumento é que a explicação nas ciências sociais não pode ser conduzida por afirmações do tipo leis gerais que subsumem o *explanandum* sob o princípio geral da forma “Se A, então B”. Há duas razões relacionadas para isto. A primeira, que não há princípios desta forma com um suficiente grau de generalidade que se qualifiquem como uma explicação real. E o segundo, que muitas das leis propostas nas ciências

sociais são correlações estatísticas. Estas correlações não podem predizer ou explicar em casos individuais.

Devido a estas razões, Elster é cético quanto a existência de explicações como leis aceitáveis nas ciências sociais. Ao invés disto, ele opta por explicações que utilizem mecanismos.

Em casos individuais, um de muitos mutuamente exclusivos mecanismos pode ser disparado por condições iniciais. Assim, se duas tendências opostas são disparadas pelas mesmas condições iniciais, o resultado torna-se imprevisível. Por outro lado, as condições iniciais podem disparar muitos mecanismos não exclusivos que tenham efeitos opostos.

Elster acredita que muitos, senão todos os fenômenos sociais são determinados por grupos de tais mecanismos. Conseqüentemente torna-se inútil buscar explicações gerais. Ao invés disto, nós devemos buscar identificar os mecanismos que determinam o *explanandum*. Isto colocaria uma agenda de pesquisa modesta, mas factível para as Ciências Sociais. Note-se que a explicação através de mecanismos mais que através de leis levaria à desistência de que as Ciências Sociais possam grandes previsões. Tudo que ela pode fazer é explicar o fato.

Elster reputa à leitura de Tocqueville a percepção da importância da incorporação dos mecanismos na sua filosofia da explicação. Afirma, em tom de descoberta, que tanto em *O antigo regime e a revolução* como em *A Democracia na América*, o autor francês indica a existência de diversos mecanismos concomitantes, contraditórios por vezes, em diferentes condições sociais. Elster admite que o que considerava incoerência em Tocqueville, em uma primeira interpretação, pode ser compreendido, através de uma outra chave hermenêutica, como uma leitura sofisticada da realidade, que admite a possibilidade de existência tanto de diversos mecanismos

antagônicos, quanto de mecanismos cuja ocorrência simultânea provoque efeitos líquidos indeterminados. Ou ainda que não se saiba precisamente quando ocorrem ou não.

Neste sentido, *Psychologie Politique*⁴³, é, *avant la lettre* - antes que Elster alcançasse uma formulação menos provisória sobre a necessidade metodológica de um enfoque explicativo baseado em mecanismos - um excelente material de demonstração de como pode ser realizada a análise através de mecanismos.

O objetivo de Elster em tal livro é demonstrar a importância da compreensão de mecanismos psicológicos relacionados ao comportamento político de atores sociais em regimes autoritários, totalitários e democráticos. Aqui, trabalhando em cima das interpretações produzidas por Paul Veyne, Alexander Zinoviev e Aléxis de Tocqueville, Elster identificará os efeitos de desejos e crenças sobre as ações individuais dos atores políticos, bem como os mecanismos de formação dos desejos e crenças, para analisar tanto a dinâmica das revoluções quanto as convenções e negociações coletivas.

1.9 – O Retorno a Ulisses

Podemos então, a título de finalização deste capítulo, mencionar o último livro de Elster: *Ulysses Unbound* (2000c). Retomando algumas das discussões já presentes em *Ulysses and the Sirens*, Elster re-avalia a forma como entendia o autocompromisso e o compromisso prévio, especialmente na política. Este tema tem conexões com a

⁴³ Publicado originalmente em francês em 1990, e traduzido para o inglês em 1993. Curiosamente, é um livro relativamente pouco conhecido e inexplicavelmente subestimado, que reúne ensaios produzidos por Elster no início dos anos 80 (sobre Alexander Zinoviev e Paul Veyne), e posteriormente revistos, acrescidos de dois ensaios sobre Aléxis de Tocqueville, escritos por Elster, mas resultantes de um trabalho comum com Stephen Holmes.

primeira discussão sobre racionalidade imperfeita, com as emoções e sua relação com a racionalidade e com as pesquisas sobre transições constitucionais, vícios e comportamentos compulsivos.

A discussão é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo fornece uma análise útil e preliminar do comprometimento prévio como um fenômeno geral. No segundo capítulo, Elster revisita o argumento de que Constituições são atos de autocompromisso, e enfatiza o sentido de que tais compromissos buscam, na verdade, limitar os outros na política. Em uma tentativa de ilustrar o potencial do esquema teórico de Elster, o capítulo final aplica os conceitos de uma teoria das restrições a teoria estética e às artes. Mais que apresentar uma teoria desenvolvida ou uma conclusão particular, o livro fortalece e estende a idéia de que a escolha de restrições é tão importante quanto a escolha com restrições, e sugere que os dois processos podem não ser completamente separáveis.

A necessidade de restrições é vista como o resultado do desejo de uma pessoa racional de se proteger contra distúrbios da emoção ou paixão, e uma variedade de outras tendências irracionais. Ao desenvolver uma teoria das restrições, Elster apresenta dois fenômenos que enfraquecem, sem contradizer esta visão aceita. Por um lado, a emoção mesma pode servir como uma forma de compromisso prévio, capacitando, por exemplo, jogadores invejosos e irados de fazer ameaças críveis. Por outro lado, é freqüente o caso em que os constrangimentos não são escolhidos nos momentos de racionalidade livre e imperturbável.

Isto é particularmente verdadeiro no caso da redação de constituições, as quais são usualmente necessárias apenas quando a velha constituição falha e deixa o Estado em algum nível de desorganização.

Uma violação similar do pressuposto da racionalidade desinteressada é notada, quando as constituições e outras restrições podem ser concretizadas especificamente para benefícios de certos grupos. Enquanto parece relativamente não problemático que Ulisses escolheu os seus próprios constrangimentos pois ele podia seguramente ouvir as sereias, não deveríamos esquecer que ele limitou sua tripulação tapando seus ouvidos com cera.

Similarmente, Elster defende, a escolha dos constrangimentos na política tipicamente envolve um ou poucos atores escolhendo como representante de um amplo grupo, deixando o conceito de autocompromisso problemático. Elster se refere aos membros das Convenções Constitucionais da França e dos Estados Unidos no século XVIII, para sugerir a ausência de qualquer véu da ignorância rawlsiano entre aqueles que escolhem as restrições para a atividade política de uma nação.

Durante a análise, Elster enfatiza a natureza ambígua das restrições e do compromisso prévio. Ele nota que pode não ser factível formar compromissos prévios e que restrições podem não ser desejáveis. Embora o raciocínio formal possa sugerir meios de evitar uma tomada de decisão irracional, estes meios podem violar certos princípios (que não são desejáveis) ou interesses (que não são factíveis) colocado firmemente em um grupo ou estado. Isto poderia ser interpretado como ecoando uma reprovação de que a teoria formal falha para considerar a realidade na política.

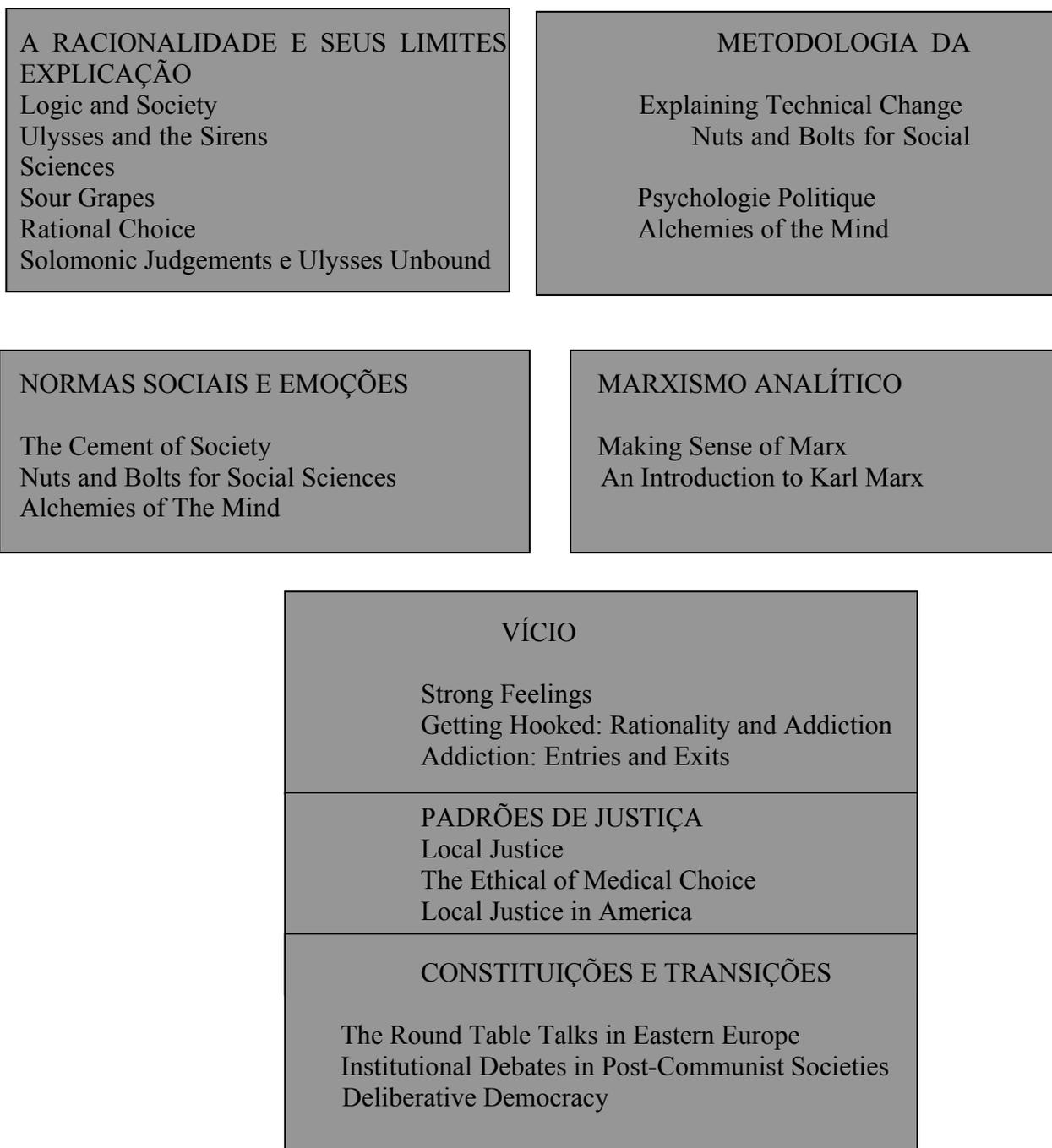
1.10 – Considerações Finais

Como foi dito no início deste capítulo, o objetivo era mapear⁴⁴ a trajetória de Elster – desde os seus primórdios na Universidade de Oslo, em plenos anos 60, até a Universidade de Columbia, onde atualmente se encontra, desde a segunda metade da década de 90- através das principais idéias presentes nos livros que escreveu, daqueles que editou, dos artigos fundamentais. A cartografia teórica obedeceu ao princípio de disponibilizar, introdutoriamente, o máximo de informação relevante, para que, ao discutirmos mais profundamente a Teoria da Ação Elsteriana, assim como a sua Filosofia da Explicação, possamos ter em mente o que foi produzido pelo autor em quase quarenta anos de atividade intelectual.

Um exame atento da reconstituição da obra de Elster empreendida neste capítulo irá notar que o fio condutor foi a identificação do conjunto de peças e engrenagens que formam a sua teoria da ação e da interação, sem uma discussão mais robusta dos pressupostos e das conseqüências relacionados à adoção de tais teorias. É o que faremos nos próximos capítulos.

⁴⁴ Os quadros 1.1, 1.2 e 1.3 resumem e ilustram graficamente a exposição teórica feita neste capítulo.

Quadro 1.1: MAPEANDO ELSTER (NÚCLEOS TEMÁTICOS)



QUADRO 1.2: MAPEANDO ELSTER II (UMA SÍNTESE CRONOLÓGICA)

Ano	Livro Publicado	Artigo Publicado
1975	Leibniz et la formation d'Esprit Capitaliste	
1978	Logic and Society	
1979	Ulysses and the Sirens	
1982		Marxism, Functionalism and Game Theory: the case for methodological individualism
1983	- Explaining Technical Change - Sour Grapes	
1985	Making Sense of Marx	
1986	- An Introduction to Karl Marx - Rational Choice - Karl Marx: a reader - The Multiple Self - Foundations of Social Choice Theory	
1988	Constitutionalism and Democracy	
1989	- Solomonic Judgements - The Cement of Society - Nuts and Bolts for the Social Sciences - Alternatives to Capitalism	Social Norms and Economics Theory
1990	Psychologie Politique	Merton's Functionalism and the unintended consequences of the actions
1991	Interpersonal Comparisons of Well-Being	Rationality and Social Norms
1992	- Choice over Time – Local Justice	
1993		Some unresolved problems in the theory of rational behaviour
1994	The Ethics of Medical Choice	Rationality, Emotions and Social Norms
1995	Local Justice in America	
1996	The Round Table Talks in Eastern Europe	
1998	- Deliberative Democracy - Institutional Design in Post-Communist Societies	- A Plea for Mechanisms - Rationality, economy and Society
1999	- Addiction: Entries and Exits - Strong Feelings: Emotion, Addiction and Human Behavior - Alchemies of the Mind: Rationality and the Emotions - Getting Hooked: Rationality and Addiction	
2000	Ulysses Unbound	Rational Choice: a case of excessive ambition

QUADRO 1.3: Mapeando Elster III

	Década de 70	Década de 80	Década de 90
Livros Publicados	<ul style="list-style-type: none"> - Leibniz et l'Esprit Capitaliste - Logic and Society - Ulysses and the Sirens 	<ul style="list-style-type: none"> - Explaining Technical Change - Sour Grapes - Making Sense of Marx - An Introduction to Karl Marx - Solomonic Judgements - The Cement of Society - Nuts and Bolts for Social Sciences 	<ul style="list-style-type: none"> - Psychologie Politique - Strong Feelings - Alchemies of the Mind - Ulysses Unbound
Livros Editados		<ul style="list-style-type: none"> - Rational Choice - Karl Marx: a reader - The Multiple Self - Foundations of Social Choice Theory - Constitutionalism and Democracy - Alternatives to Capitalism 	<ul style="list-style-type: none"> - Interpersonal Comparisons of Well-Being - Choice Over Time - Local Justice - The Ethics of Medical Choice - The Round Table Talks in Eastern Europe - Institutional Design in Post-Communist Societies - Deliberative Democracy - Getting Hooked: Rationality and Addiction - Addictions: Entries and Exits
Principais Artigos Publicados	<ul style="list-style-type: none"> - A note on hysteresis in the Social Sciences 	<ul style="list-style-type: none"> - Marxism, Functionalism and Game Theory - Social Norms and Economic Theory - The Possibility of Rational Politics 	<ul style="list-style-type: none"> - Merton's Functionalism and the unintended consequences of the actions - Rationality and Social Norms - Some unresolved problems in the theory of Rational Behaviour - A Plea for mechanisms - Rationality, Economy and Society - Rational Choice: a case of excessive ambition
Interesses Teóricos	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalidade, limites da racionalidade, irracionalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalidade, limites da racionalidade, irracionalidade - Marxismo Analítico - Filosofia das Ciências Sociais - Normas Sociais e Racionalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Emoções, Normas Sociais e Racionalidade - Filosofia das Ciências Sociais
Linhas de Investigação		<ul style="list-style-type: none"> - Transições Constitucionais - Padrões de Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> - Padrões de Justiça - Vício

SEGUNDA PARTE

No primeiro capítulo desta tese, busquei mapear nas obras de Elster os temas mais significativos e encadeá-los de forma coerente e ordenada, para que a trajetória do autor pudesse ser melhor exposta.

Nesta segunda parte, dividida em três capítulos, procurarei expor os elementos fundamentais da explicação para Elster: o individualismo metodológico⁴⁵, a intencionalidade-causalidade e o enfoque mecanístico.

No capítulo 2, me debruço sobre o Individualismo Metodológico, o que permitirá uma aproximação daquele que é um dos traços mais distintivos do empreendimento epistemológico elsteriano.

No capítulo 3, me concentrarei na discussão sobre a intencionalidade, já que a relevância que ela assume em Elster, torna singular a posição deste autor no campo das Ciências Sociais Contemporâneas. Dessa maneira, respeitando a proeminência que o conceito tem no pensamento do autor norueguês e para efeito de uma exposição mais clara, optei por isolá-la, tratando neste capítulo apenas da parte da discussão sobre

⁴⁵ Para o mapeamento inicial dos contornos da “filosofia das ciências sociais” no pensamento de Elster, seguir o seguinte percurso: em *Logic and Society* (1978), no apêndice II do capítulo 5, o autor apresenta-nos os contornos do seu enfoque intencional-causal, reapresentado brevemente no prefácio de *Ulysses and the Sirens* (1984) e desenvolvido de forma mais extensa nos três primeiros capítulos de *Explaining Technical Change* (1983a), nos quais o autor discute explicitamente o que considera próprio e impróprio nas ciências sociais, contrapondo-as à física e à biologia enquanto paradigmas alternativos de explicação. Os temas da causalidade e da intencionalidade são retomados no primeiro capítulo de *Making Sense of Marx* (1985), em um contexto de discussão crítica da obra de Marx. Os temas do individualismo metodológico e do programa reducionista são apresentados no artigo seminal *Marxism, Functionalism and Game Theory* (1982), no capítulo I de *Making Sense of Marx* (1985), no capítulo II de *An Introduction to Karl Marx* (1986), e nos capítulos II e VIII de *Nuts and Bolts for the Social Sciences* (1989a). A defesa mais desenvolvida de um tipo de explicação baseada em mecanismos está explicitamente colocada no capítulo I de *Nuts and Bolts for the Social Sciences* (1989a). Em *Psychologie Politique* (1990), especialmente em sua introdução, um novo tratamento é dado ao mesmo tema. E, finalmente, em “A Plea for Mechanisms” (1998), que reaparece modificado como o extenso capítulo I de *Alchemies of the Mind* (1999a), Elster apresenta-nos sua mais acabada versão sobre o tipo de explicação possível e desejável nas ciências sociais: a explicação por mecanismos sociais e psicológicas, passíveis de tradução na linguagem-padrão “intencional mas causal” das ciências sociais.

causalidade que não poderia ser transferida para o capítulo posterior, sob pena de ininteligibilidade.

O restante da discussão sobre a causalidade em Elster poderá ser encontrada no capítulo 4. Neste capítulo também será abordado o enfoque explicativo baseado em mecanismos. Utilizei esta estratégia de exposição porque o fato deste autor rever, durante sua trajetória, algumas de suas posições sobre a natureza da explicação causal, favorece a escolha de uma forma de apresentação dos argumentos que compare a posição inicial, próxima à do modelo hempeliano, e simpática à busca de leis causais nas Ciências Sociais, com o enfoque por mecanismos, menos ambicioso explicativamente e que rompe com o modelo mencionado.

CAPÍTULO 2

O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO DE JON ELSTER

2.1 Introdução. 2.2 O Individualismo Metodológico e as Ciências Sociais. 2.3 Elster e o Individualismo Metodológico. 2.4 Os Conteúdos da Explicação Individualista em Elster: Racionalidade, Normas e Emoções. 2.5 Elster, O Individualismo Metodológico e a Racionalidade. 2.6 Elster, O Individualismo Metodológico e as Normas Sociais. 2.7 Elster, O Individualismo Metodológico e as Emoções. 2.8 Elster e a explicação Funcional. 2.9 Considerações Finais.

“... sobretudo temos de evitar postular novamente a sociedade como uma abstração em face do indivíduo” (Karl Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos).

“Se eu finalmente me tornei sociólogo (como indica o decreto de minha nomeação), o motivo principal é por fim a esses exercícios com base em conceitos coletivos cujo espectro está sempre rondando. Em outros termos: a sociologia só pode ter origem nas ações de um, de alguns ou de numerosos indivíduos distintos. É por isso que ela é obrigada a adotar métodos estritamente *individualistas*” (Max Weber, em carta a Robert Liefmann, 1920).

2.1- Considerações Introdutórias

O objetivo deste capítulo é discutir um dos elementos mais importantes da explicação em Elster: a sua versão especial de Individualismo Metodológico (I.M.). Inicialmente, apresento algumas das mais importantes interpretações acerca do I.M. que servirão como parâmetro de aproximação entre o I.M. nas Ciências Sociais em geral e o I.M. elsteriano. Em seguida, tento qualificar detalhadamente o que Elster entende por Individualismo Metodológico, estabelecendo, assim, o seu formato geral. Finalmente, articulo os pressupostos deste I.M. específico com o conteúdo do mesmo, a saber, a Teoria da Ação Elsteriana.

2.2 – O Individualismo Metodológico e as Ciências Sociais

Segundo Orenstein (1998), as origens do Individualismo Metodológico (I.M.) podem ser encontradas em três fontes: na filosofia política contratualista, em que a ordem é concebida como o resultado do acordo entre os indivíduos; no ataque dos liberais clássicos às teorias medievais do bem comum; e nas reflexões dos iluministas escoceses que teriam mostrado, pela primeira vez, a história a partir da ação individual.

É importante reconhecer que todas estas concepções desempenharam um papel importante na constituição das teorias econômicas a partir do século XIX, tendo se disseminado posteriormente para outras ciências sociais.

Se olharmos para os precursores das Ciências Sociais, podemos identificar nas obras de Alexis de Tocqueville e de Max Weber as primeiras tentativas de realizar uma análise dos fenômenos sociais baseada em princípios semelhantes ao daquilo que chamamos de Individualismo Metodológico (Boudon, 1987).

No centro do debate epistemológico do século XX, são dignas de menção as formulações de Karl Popper e Friedrich von Hayek, que defendem a idéia de que explicar um fenômeno social é sempre considerá-lo como consequência de ações individuais. Correlações de qualquer intensidade não podem, portanto, ser consideradas como explicações de fenômenos macro-sociológicos. É necessário conhecer a lógica das ações individuais subjacentes a essas correlações (Boudon e Bourricaud, 1993).

Para Steven Lukes (1970: 79), a forma adequada de ver o I.M. é como uma doutrina explicativa. Nas palavras deste sociólogo inglês: “o individualismo metodológico é uma prescrição explicativa, assegurando que nenhuma explicação

proposta dos fenômenos sociais ou individuais conta como explicação a menos que esteja colocada em termos de fatos sobre os indivíduos.”

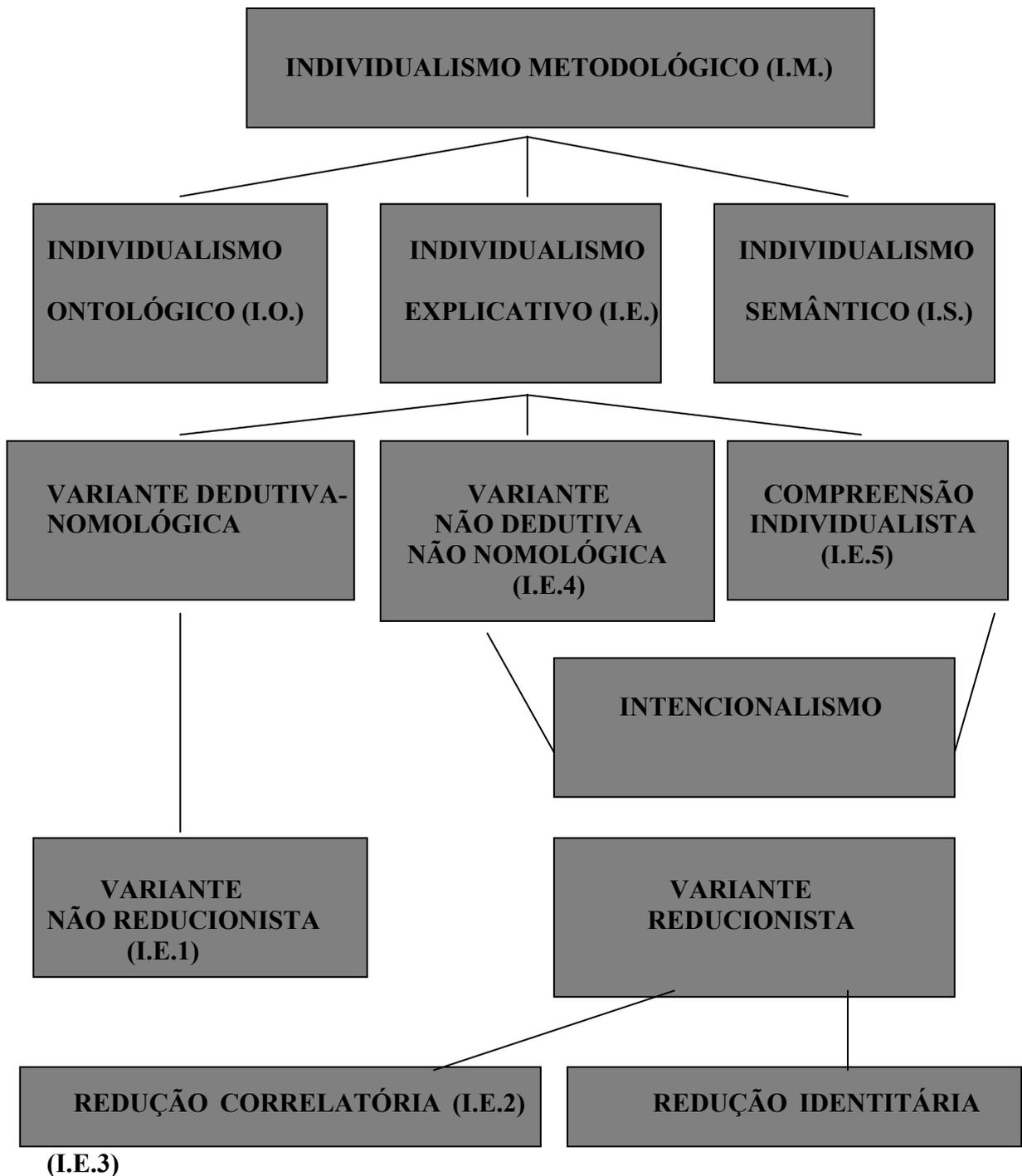
Lukes preocupa-se em estabelecer distinções precisas entre tal doutrina explicativa e cinco outros tipos de teorias, a saber: a) um atomismo⁴⁶ social “truístico”; b) uma teoria do significado em que toda afirmação sobre fenômenos sociais é também uma afirmação sobre seres humanos individuais; c) uma teoria ontológica que postula que no mundo social só os indivíduos são reais; d) uma teoria negativa que postula que leis sociológicas são impossíveis ou que afirmações do “tipo lei” sobre fenômenos sociais são invariavelmente falsas; e e) uma doutrina nomeada “individualismo social”, em que a sociedade é vista como tendo por finalidade última o bem dos indivíduos.

Bhargava (1991) realiza um mapeamento exaustivo do I.M. nas Ciências Sociais e propõe formas de classificação e de compreensão do mesmo. Tal classificação se opõe frontalmente às distinções estabelecidas por Lukes, advogando a tese de que os componentes ontológico, explicativo e semântico do Individualismo Metodológico não podem ser completamente separados.

Examinemos o quadro 2.1, que sintetiza a posição de Bhargava sobre o I.M. Por um lado, este autor identifica os três componentes da metodologia chamada I.M.: componentes ontológicos, explicativos e semânticos. Por outro lado, afirma que existem conexões entre aspectos ontológicos e semânticos com a natureza da explicação individualista metodológica que não podem ser menosprezados se adotarmos uma posição que vá além do positivismo.

⁴⁶ Este nome é dado a doutrinas filosóficas segundo as quais uma realidade qualquer é composta por entidades indivisíveis. De um ponto de vista aplicado às ciências sociais em geral, podemos dizer que o atomismo é a concepção segundo a qual todas as ordens da realidade têm que ser decompostas em seus elementos componentes, que, por sua vez, não podem ser decompostos em elementos mais primitivos. (Ferrater Mora, 1981: 241-246).

**QUADRO 2.1: FORMAS DO INDIVIDUALISMO
METODOLÓGICO**



Fonte: Bhargava (1991, 33), modificado.

Para Bhargava, uma metodologia tem implicações ontológicas tanto por proibir quanto por pressupor “mundos possíveis”. Tomemos, por exemplo, uma metodologia empiricista. Tal metodologia não tem apenas componentes estritamente “explicativos” mas também ontológicos: ela buscaria afastar do mundo tudo quanto possa ameaçar ou escapar da experiência, o que evidenciaria a conexão entre questões ontológicas e metodológicas.

Um complemento do argumento acima pode ser levantado indicando que estratégias explicativas não podem ser levadas a cabo em um vazio metafísico e “pressupõem um enquadramento dos elementos que habitam o mundo e como eles estão relacionados uns com os outros” (Bhargava, 1991: 21). Estas perspectivas informariam as estratégias utilizadas e certamente produziriam conseqüências para elas. Em suma, alguma forma de Individualismo Ontológico é parte integrante de uma formulação mais genérica de Individualismo Metodológico.

Já em relação à possibilidade de ligação entre o individualismo metodológico e o individualismo semântico, Bhargava argumenta que não vê como o I.M. pode ser concebido sem seu componente semântico, embora aceite que algumas versões do I.M. não apresentem ligações com tal componente.

Little (1992) parece concordar com Lukes quando afirma que o individualismo metodológico seria composto por dois tipos de doutrinas: uma sobre entidades sociais e outra sobre explicações sociais. A tese ontológica nega que existam entidades sociais independentes dos indivíduos. A tese sobre a explicação assegura que afirmativas que contenham relações explicativas entre fatos sociais necessitam ser reduzidas a relações explicativas entre fatos no nível individual. Assim, a explicação de um fenômeno social não estaria garantida pela identificação de regularidades causais ou funcionais entre entidades sociais. Mais importante do que isto seria fornecer relatos detalhados

dos mecanismos no nível individual, através dos quais as propriedades causais ou funcionais do sistema social estariam sendo impostas sobre outras instituições e práticas sociais. Portanto, macro-explicações devem ser vistas como insuficientes a menos que estejam acompanhadas por análises no nível de atividade individual que revele os mecanismos que fazem surgir o padrão (social) a ser explicado.

Uma defesa curiosa e inusitada do I.M. é feita por dois antropólogos britânicos (Rapport & Overing, 2000). Segundo estes autores, se observarmos por debaixo da superfície impessoal do mundo, podemos perceber a complexidade, a multiplicidade, a diversidade, a inconsistência e as contradições das múltiplas relações pessoais. A efetiva natureza do mundo é, portanto, de indivíduos em interação. Esta é a sua causação e sua manifestação. Uma série de fatores, dentre os quais aqueles de natureza ideológica, pode obscurecer tais fatos, transformando o pessoal em impessoal.

Prosseguindo o raciocínio, afirmam que o conhecimento destas relações pessoais é sempre o conhecimento de caráter individual, pois não existiriam organismos coletivos “conhecedores” dos quais os seres humanos façam parte⁴⁷. Culturas, sociedades, instituições e associações não podem conhecer: somente indivíduos teriam mentes e memórias para conhecer. Isto tem como consequência o fato de que as relações pessoais podem ser conhecidas diferentemente por seus distintos participantes individuais.

Cada indivíduo inicia o seu processo de conhecimento a partir de diferentes pontos (corpos, cérebros, consciências) e termina da mesma maneira. As relações pessoais, nas quais os indivíduos estão inseridos, apresentam, eventualmente, um compartilhamento de vários tipos de percepções, mas não necessariamente um

⁴⁷ Note-se que este argumento coincide, parcialmente, com o argumento desenvolvido por Jon Elster no capítulo 4 de *Solomonic Judgements* (1989b) e publicado em português no volume 14, n. 39 da Revista Brasileira de Ciência Sociais em 1999.

conhecimento comum, consistente ou completo das relações das quais eles tomam parte.

Isto nos levaria a crer, segundo Rapport e Overing, que a verdadeira natureza do mundo humano é de indivíduos em interação – indivíduos que formam o contexto dos outros – em mundos sócio-culturais de ação. Portanto, o conhecimento último desses mundos é individual *per se* e isto fica evidente através do fato de que corpos e cérebros são “possuídos” individualmente.

A tese apresentada acima é o cerne do argumento ontológico de Rapport e Overing sobre o I.M. Mas tal argumento ontológico é também acompanhado de outro, de natureza explicativa. Buscando inspiração em Popper (1966: 91-98), afirmam que o I.M. é a explicação que evita um uso vulgar de termos coletivos e impessoais em favor de explicações em termos mais individualistas e descritivos. Tal explicação não nega a pertinência de noções de classe ou gênero, conceitos coletivos por excelência, mas diz que o significado e o efeito destes últimos deve ser derivado do processo de construção daqueles conceitos “coletivos” em situações de interação. Para o individualismo metodológico é o uso destas noções pelos indivíduos em interação que os torna capazes de vida social.

Isto, no entanto, não sugere que as ações dos indivíduos estejam livres de restrições ou resultados imprevistos ou perversos, ou que seus mundos sócio-culturais sejam objetos de sua própria construção no vácuo e *ex nihilo*. O I.M diz que as configurações sociais devem ser compreendidas como resultado das decisões, atitudes e disposições de indivíduos específicos em situações específicas, as conseqüências imprevistas e as conseqüências destas.

Afirmam também que é um equívoco defender que noções de coletividade e restrições possuam sua própria dinâmica interna e obedeçam a suas próprias leis, como

se derivassem de uma realidade ontológica separada. Desta forma, o significado e o efeito das condições estruturais e históricas não podem ser interpretados em nenhuma hipótese como algo imanente e imediato.

Se os indivíduos parecem submetidos às condições sócio-culturais gerais, a investigação mais atenciosa nos levará a perceber que aquelas condições devem ser vistas como constituídas por redes de outros indivíduos, agindo com suas próprias disposições e interagindo no interior de suas próprias “situações”.

Para Boudon e Bourricaud (1993), o I.M. é um princípio orientador da atividade intelectual nas Ciências Sociais, fundamentado na idéia de que acontecimentos, dados singulares, regularidades estatísticas de forma geral e todas as categorias de fenômenos sociais são o resultado da combinação de ações individuais. Este princípio metodológico, contudo, não implica em atomismo ou psicologismo.

Por um lado, considera-se que as ações individuais estão localizadas “dentro” de sistemas de coerções que delimitam os campos de possibilidade das ações. Não faz sentido, portanto, falar em liberdade como ausência de restrições para a ação individual. Por outro lado, também não é correto pensar na ação como consequência mecânica de processos de socialização. Para Boudon e Bourricaud (1993: 290) “as coerções delimitam o campo do possível, não o campo do real. A noção de coerção só tem sentido se em relação às noções correlatas de ação e de intenção: um indivíduo que não tem intenção de compra não está exposto a nenhuma restrição orçamentária”.

Ressalte-se que a descrição das ações individuais deve se dar a partir de esquemas simplificados, em que são retidos apenas os elementos que parecem pertinentes em relação aos fenômenos a serem explicados.

Assim, se concordarmos com Boudon e Bourricaud, diremos que existe uma metodologia individualista quando:

a) Existe um fenômeno P, ou postula-se a relação entre um fenômeno P e outro P'. Considere-se tanto P quanto P' fenômenos agregados, coletivos, sociais etc;

b) a relação entre P e P' é explicitamente analisada como uma consequência lógica do comportamento dos indivíduos implicados por esses fenômenos;

c) a relação entre eles deve ser deduzida de uma representação explícita do comportamento dos indivíduos.

Ademais, uma precaução metodológica adotada pelos dois sociólogos franceses é de que nem sempre é fácil fundamentar o I.M.. O pesquisador, muitas vezes, não tem condições, por não dispor de informações suficientes, de encontrar a lógica dos micro-comportamentos responsáveis por um fenômeno agregado P.

Ainda de acordo com Boudon e Bourricaud, o princípio do I.M. deve ser relacionado à distinção weberiana entre *erklären* (explicar) e *verstehen* (compreender). Um esquema do tipo P – P' é explicativo no sentido definido por Weber. Ao contrário, teremos um esquema compreensivo quando P é deduzido de uma análise dos comportamentos dos indivíduos agindo sob condições P'.⁴⁸

2.3 – Elster e o Individualismo Metodológico

A discussão realizada acima identifica algumas possibilidades de classificação e explicação do I.M. que fundamentam muitos dos principais acordos e desacordos acerca do entendimento “adequado” do mesmo. Serve também como parâmetro para a compreensão do tipo de I.M. proposto por Elster. Passemos a ele.

⁴⁸ É curiosa a similaridade de posições teóricas quando confrontamos a afirmação de Boudon e Bourricaud com a idéia elsteriana de que “(...) Primeiro nós devemos ‘compreender’ porque – isto é, devido a que objetivo – os atores comportam-se de certo modo, e, então, nós devemos ‘explicar’ porque, comportando-se deste modo, eles produzem o que fazem” (Elster, 1983a).

É sobejamente sabido que um dos pontos marcantes da obra de Elster, e uma de suas principais contribuições para a filosofia das ciências sociais, é a defesa persistente que faz do I.M. Em uma famosa e repetida declaração, o autor afirma que:

“por individualismo metodológico eu entendo a doutrina de que todos os fenômenos sociais – sua estrutura e sua mudança – são em princípio explicáveis em termos que somente envolvem indivíduos – suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações” (Elster, 1985a, p. 5).

Em outra formulação, no mesmo sentido, Elster afirma que o “individualismo metodológico é a posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser, em princípio, explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações” (Elster, 1986a).

Com o objetivo de evitar as freqüentes confusões cometidas por diversos críticos do I.M., e de forma aproximada às posições de Lukes, Boudon & Bourricaud, Rapport & Overing, discutidas acima, Elster estabelece algumas distinções fundamentais para que possamos entendê-lo, estabelecendo inicialmente o que ele não é. Assim, são descartadas algumas considerações equivocadamente associadas com o individualismo metodológico, a saber:

a) a perspectiva atomista. Para Elster, como vimos anteriormente, os processos sociais devem ser explicados em termos dos indivíduos e de suas relações, o que implicaria na eliminação do atomismo como uma possibilidade de entendimento do I.M. elsteriano. Para Elster (1986a), a explicação não implica em que os indivíduos sejam átomos com uma existência pré-social antes de formarem a sociedade. As relações entre os indivíduos são elementos constitutivos fundamentais da explicação social. É digna de menção a coincidência entre a interpretação de Elster e a de Lukes,

um conhecido não-individualista, sobre o tema, bem como a nítida diferença em relação às posições de Bhargava, outro não-individualista;

b) o egoísmo. O I.M. é compatível com qualquer conjunto de motivações. Para Elster, a adoção do egoísmo (ou auto-interesse) como elemento constituinte da explicação não deve ser considerado um dogma. A assunção do auto-interesse como um dos elementos de motivação da ação tem como razão o fato de esta ser “a hipótese motivacional mais simples e mais parcimoniosa. Dado que é sempre melhor explicar com menos do que com mais, é conseqüentemente o ponto natural de partida para qualquer investigação empírica”. Mas, segundo o próprio autor, “em qualquer ocasião dada, está aberta à confirmação ou não confirmação empírica” (Elster, 2000a: 25).

Desta forma, a explicação individualista metodológica, apesar de poder estar ligada a motivações egoístas, não guarda com elas uma relação de necessidade, mas de possibilidade. Sujeita, inclusive, como vimos, à confirmação empírica. O ponto acima pode ser convincentemente corroborado se retornarmos ao texto de Elster quando ele afirma que a racionalidade, enquanto elemento de seu individualismo metodológico “é consistente com qualquer assunção motivacional, inclusive aquelas de altruísmo e inveja” (Elster, 2000a: 25), e que a teoria não tem conseqüências para o conteúdo da explicação no nível individual. A afirmação de que os indivíduos são racionais e egoístas não é elemento constituinte da teoria, sem que seja incompatível com a mesma (Elster, 1986a)⁴⁹;

c) a adesão à escolha racional. Como em relação à adoção dos postulados da escolha racional, Elster afirma que o individualismo metodológico não implica na

⁴⁹ Note-se que, como apontado por Elster, racionalidade e egoísmo são dois conceitos completamente diferentes. Uma escolha pode ser racional, no sentido de adequada em relação a um propósito estabelecido, que não necessariamente é auto-interessado. O tema já está presente na Teoria da Ação weberiana, mas parece mal compreendido por certa literatura anti-individualista, que freqüentemente os confunde. Um exemplo notável dessa confusão é um artigo de um dos teóricos da dádiva, Alain Caillé, recentemente publicado em português (1998).

assunção do pressuposto da racionalidade incondicionalmente. A adoção da racionalidade como dimensão fundamental da ação humana teria três razões: i) os seres humanos são caracterizados pelo desejo de comportarem-se racionalmente; ii) de um ponto de vista metodológico, se queremos dar sentido ao que as outras pessoas fazem, temos que assumir que elas são racionais; e iii) em qualquer situação dada, a assunção da racionalidade está aberta à confirmação empírica (Elster, 2000a). Note-se, portanto, que para Elster, apesar da racionalidade estar no ponto de partida da explicação, não existe comprometimento absoluto com o princípio da racionalidade, de um ponto de vista explicativo. Segundo o próprio autor, se o princípio da racionalidade está sujeito à confirmação empírica, podendo então ser refutado, outros princípios “organizadores” da ação podem estar presentes, o que retira do Individualismo Metodológico o rótulo de que está inevitavelmente associado às teorias da Escolha Racional⁵⁰.

É esclarecedora a posição de Elster quando se refere à explicação individualista e sua ligação simultânea com a racionalidade e o egoísmo (tópicos c e d). A posição correta sobre o Individualismo Metodológico, segundo Elster, é de que

“deveria ser óbvio que o I.M. não implica racionalidade, mas é consistente com qualquer assunção motivacional ou mesmo com a assunção de que todo comportamento individual tem um caráter puramente reflexo. Deveria ser óbvio que a assunção de racionalidade não implica que o comportamento é auto-interessado, mas é consistente com qualquer assunção motivacional, inclusive aquelas de altruísmo e inveja. É menos óbvio que a assunção de auto-interesse é falha quando implica em racionalidade. Ainda que uma pessoa possa ser irracional e agir fora do auto-interesse, se ela acredita que, todas as coisas consideradas, ela pode escolher um curso altruístico de ação, e, ainda assim, sucumbir à fraqueza de vontade e escolher a ação que melhor promove o seu próprio interesse” (Elster, 2000a: 25);

⁵⁰ Uma pergunta curiosa, mas não destituída de sentido: é possível uma Teoria da Escolha Racional desacompanhada do individualismo metodológico? Elster responde categoricamente **não**, em um recente artigo sobre um certo enfoque analítico na história (Elster, 2000). Em tese, tipos de Individualismo Metodológico “preenchidos” por conteúdos absolutamente fundamentados em uma racionalidade altruística, ou em um tipo de racionalidade “prática”, ao modo da fenomenologia social ou da etnometodologia, são possíveis.

d) o caráter inato ou “dado” dos desejos. O individualismo metodológico seria consistente com a opinião de que os desejos são formados pela sociedade, ou melhor, no sentido atribuído por Elster, por outros indivíduos. Podemos corroborar esta posição de Elster, utilizando-nos da própria definição fornecida por ele sobre cultura, um conceito aparentemente estranho às filiações teóricas de nosso autor. Pois, quando Elster (1999b: 6) afirma que “uma cultura ou uma sociedade induz conceitos e crenças específicos, ou que ela condena ou aprova certas práticas”, quer dizer somente que: “(1) os indivíduos nestas culturas compartilham os conceitos, crenças, valores ou normas; (2) que falta aos indivíduos de outras culturas os conceitos, crenças, valores e normas em questão”.

Percebemos então que Elster reconhece a importância da cultura ou da sociedade na formação de conceitos, crenças e valores, demonstrando a compatibilidade da utilização de tais conceitos, aparentemente coletivistas, com o individualismo metodológico – o que eliminaria o seu caráter dado, inato, ou mesmo universal. Mas esclarece que este reconhecimento não elimina o empreendimento individualista metodológico, pois esta dependência do indivíduo em relação a um repertório **social** de crenças, valores, normas e conceitos só pode ser entendida se for percebido como o repertório dos indivíduos localizados espaço-temporalmente de maneira bastante específica;

e) o individualismo político ou ético, pois o Individualismo Metodológico é compatível com qualquer orientação política ou normativa. Nas palavras de Elster, “existe uma pressuposição em favor das teses do comportamento individual, mas isto está fundamentado em considerações puramente metodológicas e não em quaisquer pressupostos sobre a natureza humana” (Elster, 1985a, 6).

Um outro ponto importante é que, para Elster, o I.M. só é válido em contextos extensionais⁵¹. Assim, quando entidades agregadas surgem em contextos intensionais, elas não podem ser reduzidas a entidades em um nível inferior. As pessoas frequentemente têm crenças sobre entidades supra-individuais que não são redutíveis a crenças sobre indivíduos. Assim, a frase “Os cruzeirenses temem a força da torcida atleticana” não pode ser reduzida a uma frase sobre “o temor de indivíduos, jogadores ou torcedores do Cruzeiro, em relação a indivíduos que gostam do Atlético Mineiro e assistem aos jogos do seu time no estádio”. Portanto, quando utilizamos a frase “reduzida”, percebe-se que há uma alteração no sentido do termo “torcida atleticana”. Esta entidade coletiva (“a torcida atleticana”), enquanto tal, pode influenciar as crenças dos atores (os cruzeirenses, ou, de forma reduzida, os jogadores ou torcedores do Cruzeiro) em relação à ação (suas ações futebolísticas “pioram” pois estariam influenciados - temeriam - a força da torcida atleticana).

Já a frase “a liderança do Cruzeiro no campeonato brasileiro está ameaçada pela melhora do desempenho do Atlético” pode ser reduzida a afirmativas sobre as conseqüências das ações (futebolísticas) dos jogadores do Atlético e a sua relação com as ações (futebolísticas) dos jogadores do Cruzeiro.

Este mesmo ponto já havia sido desenvolvido por Elster, com um sentido semelhante, quando nos diz que “em contextos de crenças, desejos etc, geralmente não é possível intercambiar expressões com a mesma referência, sem alterar o valor de verdade. Nós temos um objeto se descrito de uma maneira, mas podemos não tê-lo se descrito de outra.”(Elster, 1982: 454).

⁵¹ Não devemos confundir o conceito de intensão com o de intenção (e conseqüentemente o conceito de intensionalidade com o de intencionalidade). Intensão está relacionada ao que o predicado diz, seu sentido. É o complemento de extensão, entendida como a cobertura ou alcance dos predicados (ou atributos) Segundo Bunge (2000), em matemática, os predicados são sinônimos de propriedades. Em todos os outros campos do conhecimento, as propriedades são possuídas por coisas e representadas por (ou conceituadas como) predicados.

Em um artigo de réplica a críticas de *Making Sense of Marx* (1986d: p. 67), afirma, contrariando Charles Taylor, que “crenças (ou, de forma mais geral, atitudes) sobre estruturas têm eficácia causal”, mas “o I.M. não funciona em contextos intensionais”, apenas em contextos extensionais, nos quais “o que possui poder causal são os indivíduos e suas propriedades relacionais”.

Feitas as ressalvas acima, podemos prosseguir afirmando que o motivo fundamental para a adoção do I.M. por Elster é explicativo: para o autor a confiança e a compreensão do investigador aumentam no momento em que a caixa preta é aberta e são expostas as engrenagens dos mecanismos (Elster, 1986a).

A relação correta, como Elster acredita, é a seguinte: o IM é uma forma de reducionismo, uma injunção para explicar fenômenos sociais complexos em termos dos seus componentes individuais, tanto quanto a moderna biologia tenta explicar os fenômenos celulares em termos dos seus componentes moleculares.

Esta forma de reducionismo nos levaria a explicar fenômenos complexos de uma forma simples. O reducionismo seria uma estratégia fundamental da ciência responsável pelo surgimento de disciplinas como a biologia molecular e a físico-química. Inclusive, contemporaneamente, para efeito de diagnósticos precoces de certas doenças, o foco não é mais sobre a célula, enquanto unidade de análise, mas sobre as moléculas que constituem as células e podem estar indicando um processo patológico que ainda não foi visualizado no nível celular, o que indicaria uma redução para um nível ainda mais elementar. Este caso da biologia é especialmente interessante, na medida em que durante muito tempo se acreditou na sua irreduzibilidade à física e à química. Segundo Elster, crença similar está presente nas Ciências Sociais contemporâneas. Segundo o próprio autor, não se quer defender a idéia de que já temos algo como uma Psicologia Social ou uma sociologia psicológica

que conseguiu efetuar uma redução completa. Na verdade, a posição correta seria afirmar que não há, em princípio, objeção a essa redução completa, mesmo que, em nossos dias, ela só possa ser parcial (Elster, 1983a).

Um outro ponto capital na defesa elsteriana do I.M. é que o desejo da redução⁵², segundo o próprio autor, não pode nos levar a um reducionismo prematuro. Assim, haveria um perigo real em explicar fenômenos sociais complexos em termos das motivações e crenças individuais, pois haveria o risco de tornar as explicações arbitrárias e estéreis. Elster afirma que, em certos casos, é preferível, na falta de melhor opção, permanecer com explicações de tipo caixa preta. O coletivismo metodológico⁵³ é visto então como uma necessidade temporal.

Não menos importante é o reconhecimento feito por Elster de que a ameaça do funcionalismo não paira apenas sobre explicações coletivistas metodológicas. Apesar de afirmar que muitas das explicações coletivistas metodológicas apresentam-se relacionadas com o modo causal de explicação, o autor norueguês adverte, contra G.A. Cohen (1978), que a explicação funcional pode ser compatível com o individualismo metodológico, embora indesejável, no momento em que se insiste na existência necessária de mecanismos subjacentes funcionalmente operantes (Elster, 1985a).

A despeito de estabelecer uma identidade entre o próprio objetivo das Ciências Sociais e o projeto reducionista vinculado ao I.M., Elster estabelece mais um limite

⁵² Uma discussão interessante sobre a possibilidade de redução, ainda que focada em outros problemas, é aquela realizada por Roger Penrose (1989, pp. 405-406). Este autor discute a possibilidade da razão humana ser reduzida a um conjunto de algoritmos. Neste caso, o *software* seria relevante e o *hardware* apenas contingente, o que viabilizaria o projeto de se reconstruir a inteligência humana artificialmente. A gramática transformacional de Chomsky e os modelos de simulação de Hanneman estariam próximos destas concepções. Penrose se coloca na contramão destas concepções, defendendo a irredutibilidade da consciência humana a um operador universal observável afirmando que “a natureza do universo está fortemente restringida pelo requerimento de que estejamos presentes para podermos observá-lo”.

⁵³ O Coletivismo Metodológico parte do princípio de que as totalidades – os agregados sociais – são maiores do que a soma das partes (os indivíduos) e tem precedência sobre seus componentes individuais (Prates, Paixão e Freitas, 1991).

para tal reducionismo. Como foi visto acima, fenômenos sociais podem e devem ser reduzidos às ações individuais, movidas por crenças e desejos dos indivíduos.

No entanto, Elster recusa, assumindo uma postura davidsoniana, a possibilidade de uma redução extrema, em que os estados mentais dos indivíduos possam ser traduzidos em termos de estados cerebrais. Examinemos o argumento.

Um ponto que interessa à caracterização do I.M. é a possibilidade de redução de estados intencionais a estados causais (Elster, 1983a). Assumindo a visão de Davidson, Elster afirma que é possível ser materialista a respeito do problema corporeamente sem ser reducionista. Mas como?

Se estados mentais são apenas estados cerebrais, podemos então dizer que falar sobre estados mentais possa ser, sem ambigüidade, reduzido a falar sobre estados cerebrais? O teórico norueguês acredita que não.

Para explicar isto corretamente tomemos o exemplo de Elster. Suponhamos que X é uma variável individual e A é uma constante individual. Dizer que “A acredita que Beethoven morreu em Viena” é uma afirmação sobre a pessoa A. Por outro lado, dizer que “X acredita que Beethoven morreu em Viena” é um predicado que pode ser aplicado a uma dada pessoa, como A, substituindo X com seu nome.

Pode ser dito que Davidson e Elster são materialistas na medida em que acreditam que o fato expresso pela afirmação “A acredita que Beethoven morreu em Viena” pode ser exhaustivamente descrito por alguma afirmação no nível fisiológico. A afirmação, se verdadeira, é verdadeira porque uma certa pessoa em uma certa situação acredita que Beethoven morreu em Viena e uma descrição fisiológica completa da pessoa naquela situação também conteria uma descrição em termos fisiológicos de que Beethoven morreu em Viena. Por outro lado, Davidson e Elster podem ser considerados anti-reducionistas quando defendem o argumento de que o predicado “X

acredita que Beethoven morreu em Viena” não é extensionalmente equivalente a qualquer predicado neurofisiológico.

Assim, “se um certo conceito psicológico aplica-se a um evento e não a outro, deve haver uma diferença descritível em termos físicos. Mas disto não se segue que há uma única diferença fisicamente descritível que distinga quaisquer dois eventos que diferem em um dado aspecto psicológico” (Davidson, 1980: 253-254). Concluir que do materialismo passamos ao reducionismo é, então, segundo Elster, cometer a mesma falácia que, do fato de que tudo tem uma causa, alguém conclui que há alguma coisa que é a causa de tudo.

Uma consequência da visão de Davidson é que as ações são “causadas” por crenças e desejos. Mas Elster defende que dizer “que o a ação P praticada pelo agente foi causada pelo desejo de fazer P” não é dar uma explicação causal. É somente rephrasear a explicação intencional de uma forma que indique a existência de uma explicação causal desconhecida.

Por um lado, Elster acredita que a intencionalidade é *sui generis*. Por outro, reconhece que a explicação causal pode ser aplicada a tudo o que existe, incluindo fenômenos mentais. No entanto, conclui, não somos capazes de isolar os fenômenos mentais de tudo o mais que existe.

Assim, para propósitos práticos, explicações causais e intencionais devem ser tratadas como completamente distintas (e, portanto, irreduzíveis). Com o conhecimento de que dispomos hoje, não é possível ver como as explicações intencionais estão relacionadas com a análise causal do mesmo fenômeno.

Podemos usar algumas idéias do filósofo Jean Lacoste (1992: 100-102) para refinar ainda mais o argumento acima. Segundo este autor, Donald Davidson, defende a idéia de que, em primeiro lugar, devemos admitir que os acontecimentos mentais

podem ser a causa de acontecimentos físicos. Tal tese teria a seu favor a experiência espontânea: pensemos em uma pessoa que está digitando ou tocando piano. Davidson supõe igualmente que qualquer ligação causal entre dois acontecimentos pode ser descrita sob a forma de uma lei, por um enunciado nomológico. Mas Davidson afirma, contra as teorias clássicas da identidade entre o espírito e o cérebro, que não pode haver leis do tipo determinista, graças às quais se poderia prever e explicar os acontecimentos mentais.

Tal posição, chamada por Davidson de ‘monismo anômalo’ - monismo, por oposição ao dualismo que admite duas substâncias, o espírito e o corpo e anômalo, de *a*, prefixo privativo, e *nomos*, lei, porque não existem leis psicofísicas - assemelhar-se-ia ao materialismo clássico uma vez que afirma que todos os acontecimentos são físicos, mas rejeitaria o postulado, essencial para o materialismo, segundo o qual os fenômenos mentais podem receber uma explicação puramente física.

A contradição não ocorre, segundo Davidson, porque os acontecimentos são mentais apenas por intermédio de uma descrição. São acontecimentos físicos – algo acontece no cérebro, com certeza, quando pensamos e sentimos alguma coisa – mas estes são descritos em termos mentais, o que nos leva à conclusão de que não se pode esperar encontrar leis psicofísicas que coloquem em correlação determinada o mental e o físico. Quando acontecimentos são descritos em termos mentais, pode-se no máximo esperar generalizações que são apenas *globalmente verdadeiras*, com inúmeras exceções.

Já a física lida com objetos distintos e rígidos que entram nas relações transitivas e assimétricas: “*a* é maior que *b* que é maior que *c*”. Em compensação, o comportamento de um homem, seus discursos, suas ações, suas intenções, seus

temores e seus desejos formam um todo que se é obrigado a considerar como coerente por necessidade interpretativa.

2.4 – Os Conteúdos da Explicação Individualista em Elster: Racionalidade, Normas e Emoções

No tópico anterior foram delimitados os contornos do I.M. elsteriano, definidas as suas formas. Mas é possível defender a idéia de que cada postura individualista metodológica comporta internamente conteúdos diferentes. Sendo assim, é preciso responder qual é o conteúdo, o que “preenche” o I.M. de Elster?

Nesta seção, me proponho a seguinte tarefa: demonstrar como o Individualismo Metodológico de Elster, objeto deste capítulo, está “recheado” por uma teoria da ação substantiva que compatibiliza um comprometimento com a racionalidade, com as normas sociais e as emoções. Retomo aqui, de uma forma mais avançada e articulada com a discussão do I.M., algumas das questões apresentadas no capítulo 1.

Segundo Elster (1997a), a tipologia – ações causadas por racionalidade, normas sociais e emoções - não é exaustiva nem excludente, nem tampouco deriva de princípios últimos: é estritamente indutiva, e qualquer valor, que possa ter deriva de sua capacidade para compreendermos aspectos da conduta humana que de outra forma permaneceriam obscuros.

2.5 – Elster, o Individualismo Metodológico e a Racionalidade

Little (1991) afirma que o comprometimento elsteriano com o I.M. está articulado intimamente com a sua ênfase nas teorias da escolha racional em relação à

explicação social. Segundo Little, o “individualismo metodológico forçaria o cientista social a voltar-se para os processos no nível individual que produzem resultados sociais e a TER forneceria um relato geral de como estes processos ocorrem” (Little, 1991: 183).

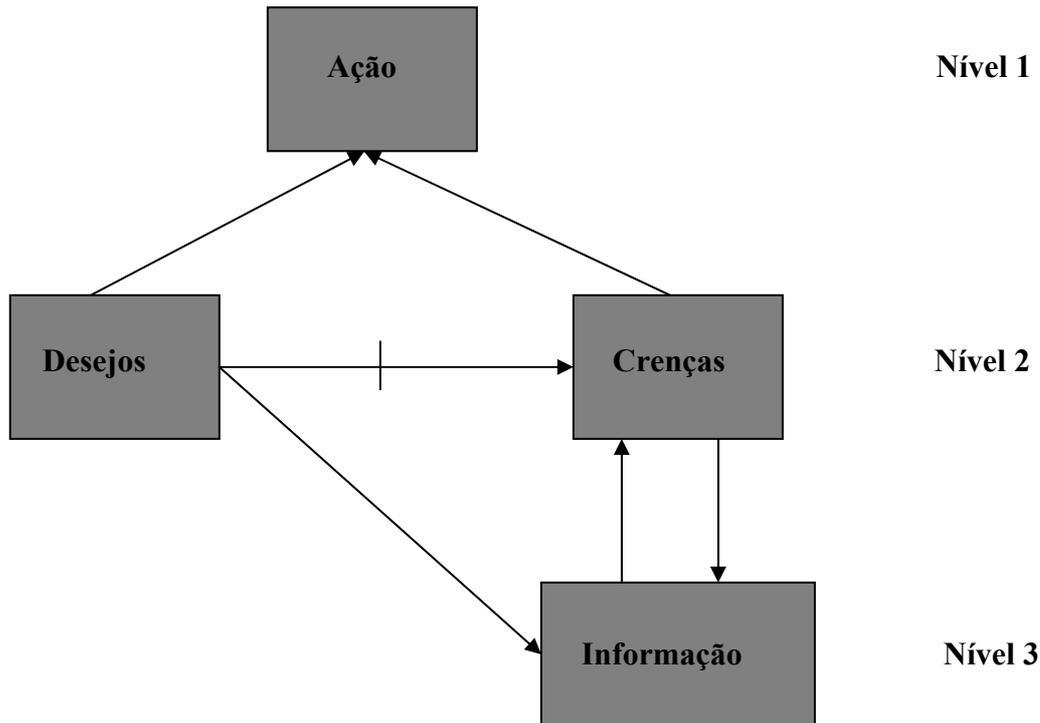
Isto pode ser facilmente demonstrável. Todos os livros de Elster, de *Logic and Society* (1978) a *Ulysses Unbound* (2000), têm em comum uma teoria das motivações da ação humana que identifica na racionalidade o seu componente primeiro.

O ponto de partida de Elster em relação à teoria da escolha racional é a consideração de que ela é uma teoria normativa ou prescritiva: diz às pessoas como escolher e atuar da melhor maneira possível para atingir seus objetivos (1986b). Ademais, oferece, mas unicamente em um nível secundário, uma descrição explicativa da conduta humana. Desta perspectiva, a hipótese é que podemos explicar como as pessoas agem supondo que cumprem com as prescrições da teoria normativa.

Voltemo-nos para a estrutura básica da explicação da opção racional da conduta. Ela é composta por três condições (ou três níveis) diferentes. Em primeiro lugar, para que uma ação seja racional, deve constituir-se como o melhor meio para satisfazer os desejos do agente, dadas suas crenças. Este é um requisito bastante pobre, e não pode sustentar isoladamente a idéia de racionalidade.

O célebre exemplo do vodu pode ilustrá-lo. Se alguém deseja matar um inimigo e acredita que a melhor forma de levar a cabo tal empreendimento é tomar um boneco que o represente e então furá-lo com agulhas, então, de acordo com a definição acima, o indivíduo agiu racionalmente. Segue-se que tal explicação dificilmente se sustentaria, porque as crenças que orientaram a ação estão fundamentadas de forma imprópria. Não está em discussão uma suposta racionalidade (ou irracionalidade) do desejo, mas sim, a racionalidade, ou melhor, a irracionalidade da crença.

QUADRO 2.2: O MODELO BÁSICO DA ESCOLHA RACIONAL



Fonte: Elster, 1999a: 29, modificado.

Com o exemplo acima em mente, podemos passar para o segundo nível. Aqui devemos estipular que as crenças são, em si, racionais. Isto quer dizer que estão baseadas na informação de que dispõe o agente. Encaixam-se nesta condição tanto crenças acerca de assuntos reais quanto conexões gerais em forma de lei. Em particular, estão constituídas por crenças acerca das oportunidades de que dispõe o agente em um determinado momento.

Na realidade, o próprio Elster indica que a TER, de forma geral, se define em termos de desejos e oportunidades, e não de desejos e crenças. De acordo com esta versão, a teoria diz que um agente racional elege o elemento de maior preferência de

seu conjunto de oportunidades. Em algumas situações, quando a escolha é simples, esta formulação revela-se adequada. Mas devemos levar em conta o fato de que é possível que o agente não conheça todo o conjunto de oportunidades objetivas de que dispõe. Um motorista que chega a uma cidade desconhecida sem contar com um mapa não saberá de todos os caminhos que lhe permitirão percorrê-la (Elster, 1986b e 1989a).

Neste tipo de caso, o agente deve usar qualquer informação que possua para poder formar alguma crença ou estimativa subjetiva das alternativas. Tal subjetividade não indica irracionalidade. Ao contrário, o conceito de racionalidade é que pode ser considerado subjetivo⁵⁴. Ser racional não significa que alguém sempre tenha êxito no que se propõe: só implica que não terá motivos, depois de produzido o fato, para pensar que deveria ter atuado de outra forma. Tampouco uma crença racional tem que ser verdadeira: só dever estar bem fundamentada na informação disponível.

O critério de atribuição de racionalidade das crenças proposto por Elster é de que “as crenças são racionais se são formadas mediante procedimentos que, no longo prazo, tendem a produzir mais crenças verdadeiras que qualquer outro procedimento” (Elster, 1997a: 112). No entanto, pode ser observado que, em certos casos concretos, a crença assim formada pode não corresponder aos fatos. Portanto, a formação de crenças é vulnerável a influências distorcidas de diversos tipos.

Por outro lado, uma crença não pode ser considerada racional simplesmente por estar bem fundamentada na informação disponível. Voltando ao exemplo do motorista: se este chega a uma cidade desconhecida e está apressado, talvez deva comprar um

⁵⁴ Observe-as aqui novo ponto de coincidência entre as formulações de Jon Elster e Raymond Boudon. (Cf. Boudon, 1996).

mapa para obter informações acerca dos possíveis caminhos, ao invés de apenas lidar com a informação disponível sem o mapa.

A terceira condição para que exista conduta racional é que o agente adquira uma quantidade ótima de informação, ou seja, que invista uma quantidade ótima de tempo, energia e dinheiro em reunir esta informação. Frequentemente será irracional não investir nada de tempo em recolher informação. Se alguém está comprando um bem valioso deve comparar as várias opções disponíveis e investigar cada uma delas com certa profundidade.

Deve ser levado em conta, para este tópico, que existem situações em que coletar muita informação pode se tornar perigoso. Entre estes dois extremos existe um nível ótimo de busca (Elster, 1989b).

Vários fatores podem influenciar a quantidade de informação coletada por um ator racional, dentre os quais as crenças dos agentes sobre os custos e os valores esperados para reunir informação e seus desejos, ou seja, quão importante é a decisão para ele⁵⁵.

A síntese realizada acima busca evidenciar como Jon Elster trata de iniciar a explicação dos fenômenos sociais através da adoção de uma concepção de **racionalidade individual** bastante peculiar. Tal concepção foi problematizada através da exposição da suas falhas, da sua indeterminação, da sua imperfeição. A ela foram acrescentados elementos motivacionais outros como as normas sociais e, posteriormente, as emoções. Mas a racionalidade individual segue como o elemento

⁵⁵ Portanto, indiretamente, os desejos dos agentes passam a tomar parte no processo de formação de crenças. Não obstante, uma influência direta, como no caso das expressões do desejo, é inadmissível, segundo Elster. Há também uma visão polêmica em que os desejos de um agente racional não devem formar-se com bases em suas crenças. Segundo estes critérios, a raposa da fábula das uvas amargas foi vítima da formação de preferências irracionais (Elster, 1983b e 1997a).

primeiro, central e organizador da Teoria Individualística da Ação de Elster, o núcleo duro cercado por uma cinta protetora, se pudermos usar as palavras de Imre Lakatos.

Podemos, então, concordando com Little, argumentar que a TER, na obra de Elster, tem funcionado como um programa de pesquisas para as Ciências Sociais. Repetindo: em tal programa de pesquisas, o traço fundamental (ou hipótese central) do I.M. elsteriano é de que a **racionalidade intencional individual** é o móvel fundamental da ação humana, e a explicação dos agregados sociais é vista como o resultado dos esforços individuais na busca de seus interesses, dadas suas crenças em um determinado ambiente de escolha.

Este programa seria plausível, pois os seres humanos são seres propositivos capazes de formar crenças e escolher ações, baseados em seus objetivos e crenças. O desenvolvimento do programa teria incluído novas hipóteses motivacionais na teoria da ação humana: as normas sociais e as emoções. Mas, como dito acima, o núcleo duro do programa de pesquisas não foi alterado: o Individualismo Metodológico – que reafirma a compatibilidade com os elementos acrescentados ao programa de pesquisa: normas sociais e emoções - em cujo centro está e permanece a racionalidade – que desde os primórdios da obra de Elster nunca foi vista de forma acrítica - como o móvel principal da ação humana.

Elster admite que a racionalidade não é perfeita, apresenta falhas, pode ser problemática (Elster, 1983) e mesmo que nem todas as ações são racionais (Elster, 1989, 1999). Mas, ainda assim, a TER apresenta-se como um ponto de partida para a análise dos fenômenos sociais. Este enfoque será retomado em um momento posterior deste trabalho.

2.6 – Elster, o Individualismo Metodológico e as Normas Sociais

Como foi visto no capítulo 1, desde meados da década de 1980 Elster dedica especial atenção ao papel das normas sociais na motivação ou no constrangimento da escolha individual. Mas tal posição, que poderia sugerir, em alguma medida, uma sinalização de concessão a algum tipo de Holismo Metodológico, está inteiramente articulada com o I.M. de nosso autor.

Segundo Elster, a distinção entre normas e racionalidade não pode ser confundida com a distinção entre o I.M., por um lado, e um enfoque mais holístico, por outro. Ele propõe uma teoria das normas sociais no interior de um enquadramento teórico inteiramente individualista. Desta maneira, as normas sociais podem ser entendidas como “a propensão a sentir vergonha e a prever sanções aplicadas pelos demais ao pensamento relativo ao comportamento que de certa maneira é proibido” (Elster, 1989c, p. 105). As normas não pairam sobre os indivíduos, mas estão materializadas nas ações, sanções, gestos de aprovação e desaprovação dos indivíduos concretos que formam o “ambiente” dos outros indivíduos.

Três ressalvas devem ser feitas para que a compreensão do caráter **individualista** das normas **sociais** permaneça evidente. Em primeiro lugar, a propensão referida acima deve ser compartilhada por várias pessoas para que a norma possa ser interpretada como **social**. Em segundo lugar, e ainda em referência ao caráter social de tais normas, o não cumprimento de uma norma “dispara” outra norma, de nível superior, que nos “manda castigar a quem viola a norma de primeira ordem”. E, finalmente, que este sistema de crenças compartilhadas e emoções não deve levar-nos a conceber normas como entidades supra-individuais, com existência independente daqueles que a sustentam. Note-se que a dimensão cognitiva – as crenças dos

indivíduos - está articulada com uma dimensão emocional – a vergonha que os indivíduos sentem – quando a norma está em operação.

Outra observação que interessa a uma caracterização mais fina do conteúdo do Individualismo Metodológico de Elster incide sobre a distinção entre normas e racionalidade auto-interessada na produção de tipos diferentes de ação. Elster nos adverte que quando dois cursos de ação alternativos podem ser derivados de prescrições diferentes ditadas, por um lado, pela racionalidade auto-interessada, e, por outro, pelas normas sociais, diversas soluções podem ser obtidas. Pode ser vislumbrada uma solução de compromisso, como no caso em que alguém, motivado por uma norma de vingança, aceita uma reparação financeira, dado o medo de ser morto se a escalada das vinganças for sustentada por cadeias de reciprocidade. Ou o auto-interesse pode funcionar como filtro para as normas: o indivíduo realiza a ação X prescrita pela norma, sob a condição de que os custos de fazer X e os custos de não fazer Y não alcancem um determinado nível⁵⁶.

Deve também ser mencionado que a incorporação das normas sociais dentro de uma Teoria Individualista da Ação permite a Elster construir uma teoria da motivação individual empiricamente mais adequada que fornece, inclusive, relatos mais complexos acerca do funcionamento dos processos sociais.

⁵⁶ Tal caracterização das normas sociais pode, inclusive, sugerir uma aproximação inesperada entre concepções parsonianas e elsterianas, como já foi sugerido por Golgher (1995).

2.7 – Elster, o Individualismo Metodológico e as Emoções

E é exatamente o argumento que finalizou a seção acima, que pode ser usado para justificar – ao menos inicialmente – o alargamento do “conteúdo” propriamente dito do Individualismo Metodológico de Jon Elster. Ou seja, uma teoria individualística das ações humanas, fundamentada na racionalidade e nas normas sociais, permanece insuficiente para cobrir toda a imensa extensão de comportamentos humanos. Como foi dito no capítulo 1, a própria investigação de Elster sobre as normas sociais, levou-o ao campo das emoções, na medida em que um dos elementos teóricos centrais da concepção elsteriana de Normas Sociais é que elas são sustentadas pelas emoções, notadamente a vergonha.

Para compreender como a inclusão das emoções, como parte do repertório de motivações humanas, articula-se com o I.M., Elster propõe que dois pontos são relevantes: 1) entender as relações entre cultura e emoções; e 2) entender a relação entre escolha e emoções.

A mais importante conexão entre cultura e emoções está relacionada a uma das dimensões específicas mais relevantes para Elster: as normas sociais. Existiria uma relação dual entre emoções e normas sociais. Por um lado, as emoções de vergonha e contentamento sustentam as normas sociais que prescrevem e proíbem o comportamento em um grupo específico (Elster, 1999b). Por outro lado, as emoções ocorrentes, as expressões e as disposições emocionais são elas próprias sujeitas às normas sociais.

Outro tópico importante diz respeito à relação entre emoção e cognição. Uma emoção não pode ser o alvo de uma norma social a menos que ela seja parte de um

repertório conceitual do grupo em questão. Desta maneira, as crenças causais podem constranger nossa habilidade para justificar as emoções.

A outra forma de abordar as emoções proposta por Elster se dá através da investigação das relações entre emoções e escolha. Três perguntas são relevantes para a compreensão destas relações, segundo Elster: “Podemos escolher nossas emoções? Como as emoções afetam a racionalidade da escolha? Quando emoção e interesse nos forçam em direções alternativas, como eles interagem na produção da escolha?” (Elster, 1999b).

De acordo com Elster, a resposta à primeira pergunta parte do pressuposto de que, embora as emoções não possam ser escolhidas por si mesmas, podem ser “abordadas” pelo indivíduo que a apresenta, buscando ou evitando as condições sob as quais elas ocorrem, favorecendo ou resistindo a suas expressões características, e cultivando disposições para tê-las.

Quanto ao impacto da emoção sobre a escolha, teríamos que levar em conta que as emoções, como foi dito acima, têm dois traços – excitação e valência⁵⁷ – através dos quais eles podem afetar as condições para a escolha em geral e para a escolha racional em particular. Assim, os sentimentos de urgência apresentados por muitas emoções – mesmo quando não há necessidade para tal – podem interferir na aquisição racional de informação. Nos casos extremos, a tendência de ação associada com a emoção pode esconder completamente considerações de outras opções e de conseqüências de longo prazo.

E, finalmente, quando as emoções coexistem com outras motivações, elas freqüentemente desempenham um papel duplo na geração do comportamento, que não pode ser reduzido à conformação de parâmetros de recompensa para a escolha

⁵⁷ A predisposição de gerar sentimentos prazerosos ou dolorosos.

racional; eles também afetam a habilidade para fazer escolhas racionais com aqueles parâmetros. A exigência, aqui, não é que as emoções determinam completamente a escolha ou que não exista uma ponderação realizada pelo indivíduo entre recompensas emocionais e outras recompensas. Mais do que isso, o argumento é que a própria ponderação é modificada por uma das recompensas que é ponderada contra a outra.

Chegamos ao ponto fundamental. Afinal, a investigação de Elster sobre as emoções é compatível com o Individualismo Metodológico? A discussão acima nos dá pistas para a construção da resposta, utilizando as categorias de Elster. Por um lado, Elster assegura, grosso modo, que as emoções não são fruto da escolha, mas interferem de várias maneiras nas escolhas, racionais ou não, dos indivíduos. Este ponto não parece comprometedor para o I.M de Elster. Comprometeria, no máximo, a dimensão intencional da ação individual, o que não eliminaria o Individualismo Metodológico.

Assim, se tomamos um indivíduo típico por referência, veremos que as ações do indivíduo em questão e as ações de outros indivíduos em relação com o primeiro poderiam provocar o surgimento de emoções – no nível individual – que não estariam governadas por escolhas intencionais, mas que implicariam – causalmente – na produção de um tipo de ação que pode ser visto como uma resposta comportamental no nível individual.

O outro ponto, que aparentemente desafiaria o I.M. de Elster, parece não incomodá-lo. Como Elster não é um atomista, parte do suposto de que os indivíduos não estão situados em um vácuo social, mas em uma intrincada rede de relações com outros indivíduos. Assim, o fato de que culturas específicas selecionariam normas sociais, valores e crenças, também específicas, que estariam disponíveis para os indivíduos não ameaça o seu projeto de redução. Nas palavras do próprio autor, isto significaria apenas que os indivíduos naquela cultura compartilham conceitos, crenças,

valores e normas e sabem que os compartilham e que os indivíduos de outras culturas não compartilhariam tais conceitos, crenças, valores e normas, devido à sua ausência (Elster, 1999b, p. 6).

2.8 – Considerações Finais

O I.M. elsteriano, se acreditarmos na sua própria justificação, é uma tentativa de estabelecer um projeto de redução, de natureza estritamente explicativa, para as Ciências Sociais, sem compromisso com certos tipos de pressupostos ontológicos. Postula, portanto, que dele não possa ser derivado, necessariamente, nenhuma forma de individualismo político ou ético.

A progressiva ampliação do repertório de motivações humanas para a ação, vislumbrada na obra de Elster, evidencia um relativo desapontamento do autor em relação à possibilidade de utilização da TER (Elster, 2000b), mesmo que mitigada, como recurso para a análise dos fenômenos sociais. Uma Teoria das Normas e uma Teoria das Emoções são hoje entendidas pelo autor como igualmente relevantes para explicar a conduta humana.

Por outro lado, como vimos acima, as hipóteses motivacionais que têm precedência lógica na explicação e que orientam a investigação sobre o comportamento dos indivíduos continuam ligadas à noção de racionalidade.

Ademais, esta ampliação substantiva da Teoria da Ação não foi feita às custas do projeto reducionista do autor norueguês. O que podemos observar é a manutenção do compromisso com o I.M. e com a tentativa de ler os fenômenos sociais através da redução do complexo ao simples.

Anteriormente, a caixa-preta dos fenômenos sociais era aberta e a investigação dirigida para os mecanismos de ação lastreados pela racionalidade, ainda que imperfeita. Quando isto não era possível, a irracionalidade era apontada.

Agora, os mecanismos – prioritariamente no nível individual (atômicos), mas com conseqüências para níveis supra-individuais (moleculares) – são derivados das fontes fundamentais de motivação para a ação: a racionalidade, as normas sociais e as emoções, bem como as múltiplas possibilidades de combinação da operação dos múltiplos mecanismos derivados destas fontes de motivação da ação humana.

CAPÍTULO 3

INTENCIONALIDADE E EXPLICAÇÃO INTENCIONAL EM ELSTER

3.1- A explicação intencional causal em Elster: considerações gerais. 3.2- A intencionalidade na filosofia. 3.3- O intencionalismo como uma variante do individualismo metodológico: a visão de Bhargava. 3.4- As propriedades do ator intencional e da agência intencional. 3.5- Intencionalidade, Comportamento míope e Comportamento não-míope. 3.6- Intencionalidade: conceitos, linguagem, sujeitos e objetos. 3.7- Intencionalidade e racionalidade. 3.8 Elster e a crítica da explicação funcional. 3.9- Considerações Finais.

3.1 – A Explicação Intencional-causal em Elster: Considerações Gerais

Segundo Elster, a explicação intencional-causal é típica das ciências sociais. Reconstruamos o seu argumento. Para ele, as duas principais tarefas da filosofia da ciência seriam explicar os traços que são comuns a todas as ciências e esclarecer o que coloca algumas delas à parte de outras (1983a).

Dessa maneira, o autor busca estabelecer rupturas e continuidades entre a física, a biologia e as ciências sociais. Discutindo semelhanças e diferenças quanto ao método, Elster propõe que o método hipotético-dedutivo é aquele relacionado à verificação em todas as ciências empíricas⁵⁸, inclusive as ciências sociais. Uma pergunta impõe-se então ao nosso autor: que tipo de explicação é adequado para cada domínio de pesquisa científica?

⁵⁸ Abordando de forma original o método compreensivo, Elster afirma que se o método hermenêutico é entendido como um procedimento para verificação, ele torna-se uma subespécie do método hipotético-dedutivo aplicado aos fenômenos intencionais, com alguns traços particulares tendo em vista a natureza desses fenômenos. Portanto, se o método hermenêutico é visto como um método de formação de teoria, ele coincide com a formação de explicação intencional. Por outro lado, o que se convencionou chamar de método dialético pode ser visto como uma ferramenta para a formação de teorias, explorando a investigação das noções de contradições (Elster, 1983a: 15).

A resposta localizará a física anterior à teoria da relatividade e à mecânica quântica como o exemplo quase puro de explicação causal (não faria sentido falar em intenções no mundo físico); a biologia como o exemplo paradigmático de explicação funcional (comportando também explicação subfuncional e suprafuncional); as ciências sociais como o espaço reservado da explicação intencional, admitindo, entretanto, explicação subintencional e supra-intencional (cf. o quadro abaixo).

QUADRO 3.1: CIÊNCIA E EXPLICAÇÃO

	Física	Biologia	Ciências Sociais
Explicação causal é aplicável?	Sim	Sim, através das explicações sub-funcionais e supra-funcionais	Sim, através das explicações sub-intencionais e supra-intencionais
Explicação funcional é aplicável?	Não	Sim	Não
Explicação intencional é aplicável?	Não	????????????????	Sim

Fonte: Elster, 1983a: 17, modificado.

Mas é preciso observar que nas Ciências Sociais todos os fenômenos cobertos pela explicação intencional também podem ser explicados causalmente. Verificaríamos “causalidade subintencional” quando estivessem em jogo operações mentais dos indivíduos que não são governadas por vontade ou intenção e que têm lugar por trás das intenções dos mesmos.

Por outro lado, poderia ser percebida a “causalidade supra-intencional”, quando há interação causal entre atores intencionais, ou seja, quando há resultados não esperados pelas ações intencionais.

A explicação intencional-causal é o tipo próprio das ciências sociais, pois compatibiliza o elemento causal, estruturador de qualquer ciência, segundo Elster, com a especificidade do elemento intencional, incorporando normativamente no nível explicativo aquilo que é traço constitucional *humano*: a liberdade e a autonomia (*idem*, 1978).

Mas se a explicação intencional é o traço que distingue as ciências sociais das ciências naturais, afinal, o que é intencionalidade? E o que é explicar intencionalmente, para Elster?

3.2 – A Intencionalidade na Filosofia

Nesta seção, farei uma pequena digressão sobre a intencionalidade na filosofia, para que possamos estabelecer um quadro mais geral, a partir do qual poderemos situar a posição de Elster. Tal aproximação do conceito de intencionalidade exige que definamos alguns de seus conteúdos substantivos possíveis, bem como aqueles que utilizaremos aqui. Em outros termos, precisamos dizer o que fundamentalmente pode ser entendido como intencionalidade e suas origens filosóficas.

1) Em primeiro lugar, o vocábulo intenção expressa a ação e o efeito de tender a algo. De um ponto de vista lógico e epistemológico, designa o fato de que nenhum conhecimento atual é possível se não há uma intenção. A intenção é então o ato do entendimento dirigido ao conhecimento de um objeto. Mas como neste ato podem

distinguir-se vários elementos da parte do sujeito e vários da parte do objeto, a significação da intenção pode resultar ambígua (Ferrater Mora, 1981).

2) Reconhecemos sob a intencionalidade a propriedade das vivências de ser consciência de algo. Perceber é perceber algo, julgar é julgar uma situação, avaliar é avaliar um conteúdo (valioso), desejar é desejar um conteúdo qualquer. Isto não significa que em toda experiência do “eu” possa-se descobrir tal direcionalidade. A intencionalidade pode ocultar-se. Para Husserl, nem todas as vivências são intencionais, há vivências puramente sensíveis e por isso cegas.

3) Segundo G.A.Ascombe, as intenções são atos não observados que podem ser de três tipos: a) como expressão de intenção relativa a um futuro (vou fazer isto ou aquilo); b) como ação intencional (como quando se faz algo e se pergunta com que intenção se fez); e c) como intenção em atuar.

4) Se tomarmos Grice, o significado das palavras e frases reside na intenção do falante que a profere. A intenção lingüística como sede do significado constitui uma correção pragmática à insistência excessiva nos aspectos sintáticos da linguagem.

5) Entre os filósofos analíticos discute-se com freqüência se as intenções, o mesmo que ações, têm ou não um caráter causal. Caso não tenham se são de natureza teleológica, ou seja, se determinam ou explicam em virtude de sua finalidade (Ferrater Mora, 1981, pp. 1735-1741).

Em suma, temos que a intencionalidade é uma característica fundamental da consciência, é sempre consciência de alguma coisa, é dirigida para alguma coisa, e por sua vez é determinada pelo objeto intencional do qual é uma consciência. O objeto intencional é o objeto intencionado e significado pelo indivíduo isolado, através da atenção cognitiva. Um ato intencional é qualquer ato no e através do qual uma pessoa

vivencia um objeto, seja ele físico ou ideal. Através dele o objeto constitui-se fisicamente (Schutz, 1979, p. 313).

No campo da Filosofia da Mente, Searle (1995) afirma que a intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pelos quais estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo. Intencionalidade tem, pois, uma característica de direcionalidade ou de aproximação. Tal observação parece profundamente enraizada na tradição filosófica, como vimos acima. No entanto, Searle faz algumas distinções que são extremamente importantes para a apreensão completa desse conceito e que o diferenciam da abordagem husserliana. Em primeiro lugar, para Searle, nem todos estados mentais têm intencionalidade; em segundo lugar, intencionalidade não é a mesma coisa que consciência; e, finalmente, o pretender e as intenções são apenas uma das formas de intencionalidade.

Ademais, Searle incorpora à dimensão direcional da intencionalidade um conteúdo representacional para a mesma. Sumariamente podemos dizer que:

- 1) estados intencionais representam objetos e estados de coisas da mesma forma que atos de fala os representam;
- 2) a intencionalidade não é essencial e necessariamente lingüística;
- 3) existe uma ligação lógica entre a maneira que devemos conceber estados intencionais e os atos de fala.

A partir desse arcabouço conceitual preliminar, Searle busca estabelecer um programa de investigações que recuse as principais formulações do *mainstream* da filosofia da mente, as asserções conhecidas como Inteligência Artificial Forte. A principal objeção de Searle dirige-se à idéia de que máquinas e robôs possam desenvolver padrões de consciência e intencionalidade similares àqueles apresentados

por seres humanos. Searle considera a consciência e a intencionalidade como propriedades emergentes de um tipo de organização material do cérebro humano e afirma que as propriedades de máquinas e robôs mais próximas daquilo que definimos como intencionalidade são, no máximo, quase intencionalidade ou como se fosse intencionalidade, algo bem distinto da intencionalidade humana.

Se pudéssemos sintetizar as formulações de Searle sobre a intencionalidade, diríamos que os estados intencionais podem ser causados pela estrutura do cérebro e nela realizados. Mas mesmo que consideremos aceitável esta declaração de princípios, restaria irrespondida uma pergunta crucial colocada pelo próprio autor: como pode a intencionalidade, concebida nestes termos, ter qualquer eficácia causal? (Searle, 1995: 374).

As principais objeções a Searle, no campo da Filosofia da Mente, vêm de Daniel Dennet. Para este autor, intencionalidade é apenas o termo técnico do filósofo para significado; é “esse sobre o que se fala” que pode relacionar uma coisa com outra – um nome para o seu dono, um aviso de alerta para perigo que o acionou, uma palavra para o seu referente, um pensamento para seu objetivo. Para Dennet (1998), só algumas coisas no universo manifestam intencionalidade, mas a intencionalidade seria amplamente considerada pelos filósofos como a marca do elemento mental.

Incorporando princípios darwinistas aos seus argumentos, Dennett postula que a intencionalidade se infiltra de baixo para cima, no processo de evolução das espécies, desde os processos algorítmicos inicialmente irracionais e inúteis que, ao se desenvolverem, vão aos poucos, adquirindo significado e inteligência. Desta maneira, os primeiros significados não apresentam um sentido totalmente desenvolvido. É o que Searle chamaria de “como se fosse intencionalidade” em oposição à intencionalidade original.

Existiriam duas formas de entender a intencionalidade. Diacronicamente, como Darwin, antes da intencionalidade amadurecer, ela passaria por diversos estágios de intencionalidade imatura ou incompleta. A forma sincrônica é a da inteligência artificial: um organismo com genuína intencionalidade é composto de vários pedaços de semi-intencionalidade e a sua própria intencionalidade amadurecida é o produto das atividades de todos os fragmentos semi-rationais e irracionais de que se é composto (Dennet, 1998, 212-214).

Para Dennett, Searle, de certa forma, defende uma versão da idéia de mente primeira de Locke, sob o título de intencionalidade original. No entanto, a posição teórica de Searle de que autômatos não têm verdadeira intencionalidade e que a intencionalidade original ou real não pode ser derivada desta “como se fosse intencionalidade” apresenta problemas.

Segundo Dennet, a inteligência artificial diz que somos feitos de autômatos e o darwinismo diz que somos descendentes de autômatos. A objeção reside no seguinte ponto: se Searle aceita que somos resultantes evolutivos de autômatos (todo o processo evolutivo antes de nós), torna-se impossível negar a primeira afirmação se concordamos com a segunda (afinal, somos ou não descendentes de autômatos?).

A perspectiva de Dennett parece sugerir que um ponto fundamental de uma teoria evolucionária da intencionalidade deveria buscar o esclarecimento da questão acerca da existência de um limiar que marque o início da verdadeira intencionalidade. Em outros termos, a partir de um acúmulo de que tipos de semi-razionalidade, pré-razionalidade, etc. se pode falar de uma verdadeira intencionalidade humana? (Dennett, 1998, pp. 415-417).

3.3 – O Intencionalismo como uma Variante do Individualismo Metodológico: a Visão de Bhargava

Feita esta primeira aproximação dos possíveis sentidos da Intencionalidade, passo agora a discutir o que Bhargava (1992) chama de Intencionalismo. A classificação proposta por Bhargava, acerca dos tipos de I.M. permite-nos um entendimento mais claro das variações do mesmo. As considerações deste autor sobre o tema do intencionalismo também podem nos ser úteis. Passemos a elas.

O intencionalismo é uma variante do Individualismo Explicativo que parece ser uma doutrina simples, estabelecendo que todos os fenômenos sociais podem ser explicados em termos dos indivíduos e de suas propriedades. Ele é simples porque tem exigências modestas de validação formal. Ele rejeita a redução explicativa⁵⁹ e não necessita incorporar nem leis nem uma estrutura dedutiva na sua forma explicativa. Ele demanda somente afirmações explicativas, ou então, uma narrativa onde os indivíduos desempenham o papel central em torno dos pressupostos de que eles, sozinhos, são as entidades explicativamente relevantes.

As ações são as propriedades mais típicas dos indivíduos em termos de que fenômenos sociais serão explicados. Isto está ontologicamente fundamentado na convicção de que todos os fenômenos sociais são o resultado da ação humana. Junto com este pressuposto ontológico, tal modalidade de Individualismo Metodológico (I.M.), o Individualismo Explicativo, nos fornece a versão mais plausível do Individualismo Metodológico.

⁵⁹ Rejeita a redução dos “estados psicológicos ou mentais” a “estados cerebrais”, como vimos no capítulo 2. Esta é a posição estabelecida por Jon Elster, a partir das idéias de Donald Davidson. Elster pretende, portanto, ser um materialista sem ser um reducionista (Elster, 1983a: 21-22).

Distinguiria-se ele próprio de outras formulações do I.M. puramente por sua forma explicativa e de estratégias não individualistas, por suas características ontológicas, como também pela sua forma explicativa. Autores ligados a este tipo de posição teórica geralmente afirmam que os não individualistas não possuem nem a forma explicativa correta (por repousarem sobre o modelo Nomológico-Dedutivo) nem os ingredientes ontológicos (por considerarem pobremente a dimensão ativa dos seres humanos). Defensores desta posição admitem também que o estudo das estruturas sociais de larga escala é importante, mas prosseguem dizendo que a única forma de evitar a reificação⁶⁰ é vê-las como conseqüências da ação. Rejeitando a visão de que seres humanos são recipientes passivos de forças externas. Tal visão busca restaurar a autonomia para os mesmos. Isto traz para o foco uma noção irreduzível de agência, alguém que não necessita ser subsumido a nenhuma lei física. O I.M é visto como um programa de reabilitação do sujeito ativo, trazendo o homem de volta, lembrando-nos que homens e mulheres fazem a sua própria história.

Em suma, o principal argumento para a defesa deste tipo de I.M. estabelece que se alguém é um humanista orientado metodologicamente – e quem não o seria estudando os assuntos humanos? – então tem de ser individualista. As razões são claras e contundentes. Toda ação é analiticamente intencional e intenções são mentais e entidades individuais unicamente (Bhargava, 1992).

Segundo Bhargava, um crítico sofisticado de todas as formas do Individualismo Metodológico, visto desta forma, o I.M. parece uma doutrina de enorme atração. Aquele que, como Max Weber, afirma que o objeto central das ciências sociais – ou seja tanto seu objeto como seus fatores explicativos – é a ação social mesma, seu curso

⁶⁰ Segundo Bunge (2000: 337) “o tratamento de uma propriedade, relação, processo ou idéia como se fosse uma coisa.

e suas conseqüências, deve ser um Individualista Metodológico convicto. Isto porque a ação deve ser compreendida em termos dos significados subjetivos, e estes são propriedades dos indivíduos. A lógica situacional de Popper, as explicações disposicionais de Watkins, as explicações intencionais de Elster, assim como a teoria dos jogos podem ser encaixadas nesta categoria.

Se partirmos de uma diferença clássica entre *homo economicus* e *homo sociologicus*, a disputa entre os dois paradigmas pode ser vista como a luta entre a racionalidade e a causalidade, em que o I.M. acompanha o *homo economicus* racional e ativo em oposição ao *homo sociologicus* não racional e passivo.

Prosseguindo seu argumento Bhargava afirma que ocasionalmente se defende a idéia de que economia e sociologia trabalham com diferentes métodos devido a uma necessária divisão do trabalho. A economia estudaria a ação lógica ou racional e a sociologia a ação não racional, por exemplo o comportamento tradicional, governado por normas ou o comportamento afetivo. A economia sublinharia a importância das razões na explicação da ação humana, enquanto a sociologia olha para as suas condições causais. Razões são causas mentais⁶¹. Para abordá-las, tem que se explicar o complexo cognitivo-volitivo dos agentes individuais, daí, as relações entre economia e individualismo. Onde mais as causas mentais repousariam, senão no indivíduo? Estudar o homem através da sua psicologia é enfatizar a dimensão ativa e individualista do homem. Pode ser percebido que estamos retomando o tema do Individualismo, agora sob a perspectiva das razões e intenções humanas.

Estudando a ação não racional, a sociologia olharia para fatores outros que razões. Isto porque, para tais ações, não existem razões; somente causas externas. Indo

⁶¹ O tema das razões como causas será retomado mais adiante em uma perspectiva davidsoniana.

além das razões, através do estudo das causas externas, conseguir-se-ia acentuar a dimensão passiva do homem, fazendo dele um mero efeito. Isto também quebraria as relações do homem com a psicologia e com o individualismo, como era o projeto durkheimiano. A Sociologia tem a necessidade de fazer isso porque, ao invés de olhar para as causas internas, olha para aquelas fora do indivíduo. Nesta visão, tanto a economia quanto a sociologia desempenham papéis complementares na explicação do amplo espectro de fenômenos humanos.

Mas como Bhargava observa, nenhuma das posições pode, em tese, advogar superioridade.. Claramente, seres humanos não são tão completamente ativos como os proponentes do *Homo Economicus* parecem sugerir, nem completamente passivos como os proponentes do *Homo Sociologicus* buscam defender. E uma explicação em termos de uma divisão de trabalho não seria suficiente porque a economia tem que levar em conta fatores que influenciam e constroem a ação enquanto a sociologia necessita reconhecer que a ação é crítica para todas as instituições sociais.

Feitas estas observações gerais, podemos agora voltar-nos para aquela que é a mais plausível formulação do I.M. segundo Bhargava: o intencionalismo. Dentro do Intencionalismo, segundo a classificação daquele autor, podemos localizar o pensamento de Jon Elster, que não é nem ligado ao homem econômico, nem limitado a qualquer tipo específico de fenômeno humano.

As vantagens do I.M. intencionalista de Elster é a sua pretensão de cobrir todo o espectro dos fenômenos humanos, mesmo aqueles estudados usualmente pela sociologia. Assim, o I.M. de corte intencionalista se torna relevante tanto para a Sociologia quanto para a Economia.

Os individualistas-intencionalistas escapariam desta falsa dicotomia entre as imagens racional e causal do homem, ou entre economia e sociologia, sublinhando a necessária intencionalidade do comportamento humano. A imagem do homem intencional é mais fraca do que a imagem do *Homo Economicus*, mais forte, porém, do que a do *Homo Sociologicus*. Ir para fora das razões, no sentido dado pelos economistas, não é abandonar a psicologia do agente. É permanecer com o seu ambiente intencional. Inclusive mantendo sua natureza ativa, embora de alguma forma modificada. Isto não é feito para que abandonemos a noção de um mundo do homem racional, mas somente para alargar nossa concepção do mesmo. Assim, poderíamos reter uma ênfase na psicologia e na ativa dimensão do homem sem ser deixado com o implausível *Homo Economicus*, que é frio, calculista e maximizador de utilidade.

Resulta, pois, que o agente intencional é ativo o suficiente para evitar os erros do homem supersocializado, mas não está sobrecarregado como em algumas variedades das teorias da escolha racional. Ver a sociedade, ou alguma coisa social, como o resultado da ação é ver como ela, ao menos parcialmente, é causada pelos estados intencionais individuais. Ultrapassar estes estados é cair em modelos causais com um sujeito passivo. Vendo o social como necessariamente mediado ou explicado pela ação intencional, o I.M. intencionalista parece capturar o que é distintivo sobre os seres humanos: sua natureza mental ativa.

3.4 – As Propriedades do Ator Intencional e da Agência Intencional

Se o elemento intencional é aquele que estabelece uma diferença de qualidade entre a explicação em ciências sociais e a explicação nas “hard sciences”, segundo Elster (1983a), e se a intencionalidade é um atributo que só pode ser carregado pelos indivíduos, precisamos saber como caracterizar um ator intencional e a agência intencional.

Desta maneira, necessitamos investigar como a teoria da ação elsteriana, que assumidamente é tributária das formulações de Davidson, explica os eventos provocados pela atividade de um ator, resultado de sua ação intencional. Uma primeira pergunta impõe-se: o que são ações intencionais?

Davidson (1971) estabelece um critério claro para defini-las: como os eventos podem ser descritos de diversas maneiras, um evento só será uma ação intencional, se existir uma descrição que ligue tais eventos às razões do autor.

Ações, portanto, são eventos que se afiguram intencionais sob uma descrição, aquela em que são racionalizadas pelo conteúdo dos estados mentais que consistem nas razões para os atos (1991:41).

Passemos agora ao próprio Elster. Para este autor, explicar um pedaço de comportamento intencionalmente é mostrar que ele deriva de uma intenção de um indivíduo que a exhibe. Uma explicação intencional bem sucedida estabelece o **comportamento como ação** e aquele que o (a) desempenha como um **agente**. Uma explicação desta forma contribui para demonstrar uma relação entre o comportamento ou ação (A), um conjunto de cognições (C) atribuídas a um indivíduo e um conjunto de desejos (D) que também pode ser imputada a ele.

Primeiro, cláusula 1, nós devemos requerer que os desejos e crenças sejam razões para o comportamento. **Dado C, A é o melhor meio para realizar D.**

Tal cláusula (1) é bastante simples e afirma que, dado o estoque de conhecimento e percepção do mundo do ator (C), a ação A é a melhor maneira de realizar o seu desejo D. É importante notar que estamos assumindo que desejos e crenças são internamente consistentes, pois não é possível derivar um curso de ação a partir de crenças e desejos inconsistentes.

No entanto, a presença de tais razões não é suficiente para a ocorrência do comportamento do qual elas são as razões. Tomemos o seguinte exemplo:

“Pede-se a um ator que ele trema em uma cena. Mesmo que ele assim o faça, a presença de razões para a ação não a transforma numa explicação em termos da escolha racional. Pois a presença de uma cobra no palco pode fazer o ator tremer involuntariamente – seja ele capaz ou não de tremer intencionalmente”(Elster, 1986: 12).

Assim, nós devemos acrescentar uma segunda cláusula (2) assegurando que seu comportamento foi realmente causado pela sua intenção de se comportar daquela forma: **C e D causam A**. As razões, assim, devem também ser causas da ação que elas racionalizam.

A cláusula 2 elimina um primeiro tipo de coincidências, através das quais o agente possui as razões para uma determinada ação intencional, mas ela é causada por outros elementos. Se não foram as razões que causaram a ação, então ela não pode ser racional.

Novamente, para vermos que isto também é insuficiente, devemos olhar para as formas através das quais crenças e desejos podem agir como causas. Considere um atirador tentando atingir o alvo. Ele acredita que somente atingindo o alvo é que pode alcançar algum outro objetivo que ele considera extremamente alto. A crença e o desejo fornecem razões para um certo comportamento, ou seja, puxar o gatilho quando

o rifle está apontado para o alvo. Tais crenças e desejos podem, contudo, fazer (causar) com que ele se comporte de forma completamente diferente. Se ele está nervoso pelo alto valor de prêmios que pode receber, suas mãos podem balançar de forma que ele puxe o gatilho no momento errado. Se ele se preocupasse menos em atingir o alvo, ele poderia ser bem sucedido de uma maneira mais fácil. Aqui, o desejo forte para atingir o alvo agiu como uma causa, mas não como razão. Para agir como razão, ele ao menos teria de ser a causa do comportamento do qual é a razão. Tomemos o conhecido exemplo do alpinista:

“Um alpinista quer se livrar do peso e do perigo de segurar outro homem numa corda; e, possivelmente, ele sabe que se afrouxar a sua pegada na corda, se livra do peso e do perigo. Esta crença e este desejo podem enervá-lo de tal maneira que o alpinista solta a corda, mas pode ser que ele nunca tenha escolhido solta-la, ou então que tenha feito isto intencionalmente.” (Davidson: 1973: 79, citado em Elster, 1983b: 4).

Se seguirmos Elster (1985b), uma terceira cláusula (3) deve ser adicionada: **C e D causam A como razões**. Como nos outros casos, nós devemos exigir que através **daqueles traços** a causa tenha produzido seu efeito. Quando uma pedra leva à quebra do gelo, nós apontamos o peso da pedra, e não a sua cor, para explicar o que aconteceu. Quando o desejo do atirador faz com que ele erre o alvo, nós apontamos alguma coisa como turbulência psíquica ou excitação emocional, não a força do desejo. A força do desejo, neste caso, reflete a avaliação do agente da importância do objetivo, comparado a outros objetivos que ele pode ter. Conseqüentemente, a força do desejo é primariamente relevante para sua eficácia como razão e somente na medida em que o desejo causa o comportamento como razão do comportamento é que sua força é também relevante para sua eficácia causal. O traço emocional que pode ser

associado ao desejo é irrelevante para a sua eficácia como razão, mas pode influenciar sua eficácia como causa não racional.

A cláusula 3 apresenta uma outra nuance e afirma que, mesmo que o ator tenha agido com base nas suas razões, a cadeia causal que liga estas à ação deve ser correta para que a ação se justifique como intencional. Desta maneira, eliminam-se aqueles tipos de coincidências nas quais o ator possui razões para realizar a ação, elas causaram a sua ação, mas o fizeram através da cadeia causal errada. As cadeias causais incorretas podem ser externas ao ator ou internas (mentais). Davidson dá o seguinte exemplo de uma externa.

“Um homem tenta matar outro dando-lhe um tiro. Suponha que o assassino erre o seu alvo por uma milha, mas o tiro provoque o estouro de uma manada de porcos selvagens que pisoteiam a vítima até a morte.” (1973: 78, citado em Elster, 1983b: 4).

Tomemos outro exemplo de Elster (1985b) para acrescentar outras exigências menos estritas. Uma analogia poderia ser: uma estória de detetives que procede pelo inquérito acerca de motivos e oportunidades. Quando uma pessoa engaja-se em algum tipo de comportamento, nós já sabemos que ela teve aquela oportunidade. Se ela fez isso, ela poderia fazê-lo. Se, além disso, sabemos que ela tem motivos e também o conhecimento da oportunidade, nós usualmente concluimos que achamos uma explicação intencional do comportamento, mesmo se os tipos de coincidência excluídos pelas cláusulas 2 e 3 possam estar agindo. Em alguns casos especiais, podemos querer reduzir a possibilidade do primeiro tipo de coincidência, também estabelecendo que o agente teve a habilidade para tremer por vontade própria ou atingir o alvo. Embora isso não elimine completamente a possibilidade de coincidência. O ponto é que a satisfação das cláusulas 2 e 3 requer que possamos olhar para dentro da maquinaria mental real em operação, o que é uma coisa que só

excepcionalmente podemos fazer. Ao contrário da possibilidade de atribuir motivos oportunos, conhecimentos e habilidades aos indivíduos em ação.

3.5 – Intencionalidade, Comportamento Míope e Comportamento Não-míope

Feita esta sinopse dos conteúdos da intencionalidade em Elster, podemos agora comentá-la tentando estabelecer um contraponto entre a intencionalidade, enquanto propriedade humana, e a seleção natural.

O ponto de partida é que um ator intencional relaciona seu estado presente com um estado futuro desejado por ele. Dados seus objetivos, desejos e as representações mentais dos meios que lhe permitiriam alcançar estes objetivos, ele estabelece planos de ação para atingi-los. Como vimos, para Elster,

“o comportamento intencional está essencialmente relacionado ao futuro. É a ação guiada pelo objetivo ausente, ainda não realizado, mas apenas imaginado e representado. Consciência, com efeito, pode ser definida como um meio de representação, uma tela interna onde aquilo que é fisicamente ausente pode estar presente e, assim, afetar a ação.” (Elster, 1983a:71).

A citação acima adiciona não mais que sugestões, mas elas são suficientes para construir um adequado critério de ação intencional: um comportamento é intencional se, e somente se, está relacionado a um estado futuro que já persiste em nossa consciência mas que nós pretendemos atingir “externamente” (fora da consciência).

Desta maneira, podemos sugerir que, em Elster, intenções são estados mentais internos que ocorrem anteriormente ao comportamento. Bhargava as chama de intenções antecedentes. Em segundo lugar, estes estados são concebidos apenas na consciência. Em princípio, o agente deve estar desperto a respeito deles. Isto está

corroborado pela afirmação de Elster de que a noção de uma intenção inconsciente é incoerente. Se o agente sempre deve estar desperto acerca destas intenções ou meramente assentir quando perguntado sobre elas não é especificado por Elster.

Bhargava (1992) pensa que Elster não está preocupado com a falta de formulação consciente da intenção pelo agente. Isto torna possível a inclusão de disposições na categoria dos estados intencionais, pois eles existem em nós, sem que nós sempre estejamos conscientes de que eles existem. Intenções, portanto, são estados ocorrentes ou disposições, das quais o agente, antes de seu comportamento, está diretamente desperto ou estaria se fosse questionado, como se fosse própria dele. Exemplos de tais comportamentos intencionais abundam na obra de Elster.

Em *Ulysses and the Sirens* e em *Sour Grapes*, nós encontramos uma discussão das suas formas mais complexas. A estratégia de esperar, a capacidade de adiar gratificação e o sacrifício são todos citados como ilustrações desta indubitável marca da humanidade.

Podemos então prosseguir retomando o argumento de que somente o homem tem a capacidade de relacionar-se conscientemente com o futuro apenas imaginado e agir movido por esta representação, possuindo, então, a capacidade generalizada de atingir máximos globais, em contraposição à capacidade animal de atingir máximos locais (ou talvez máximos globais em situações padronizadas). Em *Ulysses and the Syrens* (1984), Elster afirma que a capacidade de atingir máximos globais é um traço que distingue o ser humano e pressupõe intencionalidade, pois requer que se dê um passo atrás para em seguida dar dois à frente.

Um imaginativo exemplo da relação entre custos atuais e benefícios futuros é aquele do indivíduo aprendendo a tocar piano que só tem custos inicialmente, até que aprenda a tocar e extrair música dos seus dedos. Elster diferencia auto-realização e

consumo no tocante a este ponto. Agentes míopes (com taxa de desconto temporal muito alta), com alta aversão ao risco e com tendência a pegar carona, não alcançam o ponto ótimo. Assim, a tendência é auto-realizarem-se através do consumo. Elster afirma que:

“...atividades de auto-realização caracterizam-se por utilidade marginal crescente: tornando-se mais agradáveis à medida que são mais praticadas. Com o consumo acontece o contrário. A diversidade é essencial para derivar prazer continuado do consumo. A diversidade, por outro lado, é um obstáculo à auto-realização, na medida em que impede a chegada aos estágios mais adiantados e agradáveis.” (1989d: 60)

Aqui, voltamos à tentativa de diferenciação das ciências sociais frente às ciências biológicas. As explicações intencionais são próprias das ciências sociais e, portanto, não se aplicam à biologia porque a seleção natural só permite que as espécies atinjam máximos locais. O mecanismo de maximização da capacidade reprodutiva não é capaz de recusar uma mutação pouco eficiente em prol de outra que seja mais eficiente, mas cujos benefícios sejam demorados. Se uma mutação aumentar infinitesimalmente a capacidade de adaptação da espécie, muito em breve só existirão novos genes mutantes.

A seleção natural nunca permitiria que uma espécie mal adaptada perdurasse até o ponto em que ela atingisse um ponto de máximo global. Ela seria eliminada durante o espaço de tempo em que estivesse mal adaptada. O paralelo entre esse mecanismo e o comportamento intencional míope é imediato. O apego a ganhos de curto prazo leva os atores a máximos locais, resultando na perda de ganhos futuros substanciais.

Os seres humanos não míopes realizam planos de longo prazo e podem adotar estratégias ruins ou subótimas no curto prazo, as quais maximizam os ganhos na dimensão intertemporal. Esta capacidade é essencial para se atingir máximos globais,

visto que no período intermediário a utilidade é menor do que aquela alcançada no máximo local.

A não miopia expressa-se de duas maneiras: pela capacidade de esperar, que é a recusa de uma opção boa no curto prazo, quando é possível vislumbrar uma opção superior em um prazo mais longo; e pelo emprego de estratégias indiretas, quando opções ruins são adotadas no curto prazo, as quais permitirão atingir benefícios maiores no futuro.

Este comportamento é representado pela capacidade de dar um passo atrás para dar dois passos à frente. Elster propõe que a utilização de estratégias globalmente maximizadoras em situações novas implica a análise do contexto, o exame de uma série de ações possíveis e, por fim, uma escolha deliberada entre elas (1984: 16-17).

Por outro lado, o termo intenção não significa cobrir todos os fenômenos mentais nem restringir aos estados de pretensões. Inclusive Elster não menciona os últimos. Ele caracteriza comportamentos intencionais exclusivamente em termos de crenças e desejos, e defende que a explicação intencional envolve uma “relação triádica entre crenças, desejos e comportamento” (1983a). Somente intenções antecedentes encontram um lugar no trabalho de Elster e mesmo estas consistem somente de desejos e crenças relacionadas a objetivos.

Para Elster, o conhecimento de crenças e desejos é o que lhe interessa. A identificação (e o conhecimento), pelo agente e pelo observador, é relativamente não problemática. Mantendo seu individualismo, ela deve repousar sobre estas formas de compreensão individualista.

3.6 – Intencionalidade: Conceitos, Linguagem, Sujeitos e Objetos

Bhargava afirma que existem alguns traços das crenças e desejos, diretamente relacionados ao problema da intencionalidade, que são assumidos mas não mencionados na obra de Jon Elster, e que necessitariam de um escrutínio mais cuidadoso.

O mais importante destes traços é que crenças e desejos têm um conteúdo proposicional e intencional, o que significa que a sua atribuição envolve o uso de uma cláusula “**que**” como na frase “O presidente Lula acredita **que** a reforma da Previdência será aprovada até o fim de dezembro”. Isto deriva da visão da intencionalidade como uma propriedade de estados mentais e eventos “através dos quais eles são dirigidos para ou em torno de objetos e estados de coisas no mundo”(Searle, 1995).

Certamente, nem todos os estados mentais são intencionais. Embora o intencional implique um estado interior do “ser”, o contrário não se segue. Sensações não parecem ter qualquer direção. A exigência de que a posse de um lugar de eventos interior seja concatenada com o agente ter um ponto de vista sobre o mundo é exagerada: explicações intencionais referem-se a uma classe importante de estados mentais internos, não aos fenômenos mentais em geral.

Outro ponto relevante: pode também ser assumido que nem todos estados mentais dependem da linguagem. Corroborando tal argumento estaria a idéia, freqüentemente acentuada por filósofos, de que estados intencionais, mesmo crenças, podem ser atribuídos, ao menos, a animais superiores.

Existiriam dois pontos distintos colocados neste contexto. O primeiro refere-se à dependência dos estados intencionais em relação aos conceitos. É normalmente exigido que, para alguém ter uma crença, deva ter um conceito de crença. Isto é o que faria as crenças diferentes de outros estados mentais. Some-se a isso que alguém possa exigir que conceitos só podem ser adquiridos por criaturas linguísticas. Ter um conceito é ter uma palavra ou ao menos alguma coisa com a complexidade interna de uma palavra. Aqueles que argumentam que todos os estados intencionais são dependentes da linguagem parecem ter em mente este segundo ponto. Menos controversia cerca o primeiro ponto do que aquele sobre a dependência dos nossos conceitos em relação à linguagem, segundo Bhargava (1992).

É o segundo que é discutível. Nós não temos necessidade de que todos os estados intencionais sejam dependentes da linguagem. Mas nós podemos afirmar a tese mais fraca que já que todos os seres humanos são inescapavelmente linguísticos, a maior parte dos seus conceitos, certamente aqueles que interessam aos cientistas sociais, podem ser possuídos somente com o uso da linguagem. Isto legitimaria neste contexto o uso do termo “conteúdo proposicional” (Bhargava, 1992).

Outro ponto crucial que requer atenção é a diferença entre o conteúdo intencional e o objeto para o qual ele está dirigido. Que os dois são distintos pode ser visto pelo fato de que os mesmos objetos podem ser apresentados diferentemente em estados intencionais separados. Isto faz os estados intencionais opacos referencialmente, o que significa que quaisquer relatórios dos estados intencionais contêm contextos nos quais a substituição de uma expressão por outra descreve o mesmo objeto, mas não preserva o seu valor de verdade.

Tomemos, por exemplo, o relato de uma pessoa que descreve o ex-ministro das informações do Iraque como um maluco desvairado e o relato de outra pessoa que

supostamente representou-o no cinema de forma completamente louca. Ambos referem-se à mesma pessoa, mas são, de fato, relatos de estados com diferentes conteúdos.

Esta característica dos estados intencionais é de grande significado para os expoentes da explicação intencional em geral. A exigência de que nós estejamos interessados em saber como os objetos são apresentados aos sujeitos, que nós desejemos capturar sua perspectiva sobre isto, está “baseada” nesta idéia. Também é crucial a implicação desta idéia de opacidade referencial, que o que importa para a ação, mais do que o objeto, é a descrição sob a qual ele está subsumido pelo agente. Isto é o que faz toda a diferença para a ação. A ação é sempre intencionalmente mediada. Daí a insistência que nós devemos fazer na distinção entre descrição externa de um objeto, evento, estado de coisas ou comportamento como uma descrição interna, a descrição que “conta” e é carregada pela pessoa interessada. Uma reivindicação sobre a posse de uma mente humana, como um lugar interno de eventos distintivamente humanos é equivalente àquela de que o agente tem um ponto de vista sobre o mundo.

Outros pontos devem ser mencionados. Crenças e desejos são as dimensões psicológicas sob as quais se apresenta o que entendemos por consciência. O mesmo conteúdo pode ser apresentado à consciência de diferentes modos. Em segundo lugar, crenças e desejos são caracterizados pelo que nós poderíamos chamar, seguindo Searle, uma direção de ajuste (ou de adaptação). Crenças, por exemplo, têm um ajuste da mente para o mundo: elas devem combinar uma realidade existente independentemente. Desejos têm um ajuste do mundo para a mente, o que quer dizer que eles são designados para promover mudanças no mundo de forma que ela comece a ajustá-lo a eles (os desejos).

Em suma, e retomando a seção acima, quando dizemos que uma ação deve ser explicada em termos de intenções, estamos comprometidos com uma explicação individualista do problema, com a exigência de que devemos explicá-los em termos de estados mentais e disposições que têm um conteúdo e estão sempre presentes em um certo modo ou por um certo tipo de atitude, têm uma direção de ajuste e algumas condições de sucesso.

3.7- Intencionalidade e Racionalidade

Aparentemente, o terreno conceitual no qual tratamos a intencionalidade foi aplainado. Mas algumas questões se impõem: quais são as relações entre intencionalidade e racionalidade? Podemos falar com propriedade em dois modelos: um modelo intencional e um modelo racional?

Para responder tais questões, inicialmente, apresentaremos duas concepções das relações entre racionalidade e intencionalidade presentes no interior da tradição individualista metodológica das Ciências Sociais - as formulações de Coleman e Boudon – para efeito de comparação com as concepções elsterianas a respeito do mesmo ponto.

I) Para James Coleman (1990), a intencionalidade distingue-se de racionalidade estreita (isto é, de maximização de utilidade), mas não de uma caracterização genérica de racionalidade.

A ação intencional é definida como ação teleológica, dotada de propósito, e pode ser entendida quando apreendemos as razões para a ação. Coleman afirma que a teoria da ação individualista adotada por ele é a mesma teoria da ação intencional utilizada por Weber em seu estudo sobre as relações entre a ética protestante e o

espírito do capitalismo. Normalmente, ela é um modelo de ação dominante que utilizamos quando afirmamos que entendemos a ação de outra pessoa. Declaramos que entendemos as razões pelas quais a pessoa agiu, isto quer dizer que entendemos o objetivo da ação e como o ator encarava as diversas ações que poderiam conduzir a tal objetivo (Coleman, 1990c: 13).

Coleman considera a maximização da utilidade como uma das especificações possíveis da ação intencional. Para ele, a maximização da utilidade é claramente uma especificação particular da idéia mais abrangente de ação intencional (1990c, p.14). Existem outras opções como escolha por eliminação (ver Amos Tversky), funções com formatos mal-comportados etc.

Também defende a utilização do princípio da maximização da utilidade fundamentando-o em algumas razões (1990c: 18):

I) tal princípio só é necessário no desenvolvimento da parte quantitativa da teoria, na modelagem matemática e na pesquisa quantitativa destes modelos;

II) ao tornar mais preciso o significado de ação intencional, esta especificação torna a teoria mais determinada, pois resulta em um princípio teleológico de um lado, mais específico e, de outro, mais poderoso sob o aspecto analítico;

III) o pressuposto da maximização é simples, permitindo tornar as outras partes da teoria mais complexas, como as pontes macro-micro e micro-macro.

Racionalidade e Intencionalidade podem ser vistas como capacidades idênticas do ator, que apresentam os mesmos conteúdo substantivos. A distinção entre uma e outra não será feita pela racionalidade, mas por diferentes modalidades de especificação teórica. No caso de Coleman, a maximização de utilidade é um dos elementos de distinção mais relevantes.

II) Para Raymond Boudon, o ator intencional é dotado de racionalidade limitada e não de absoluta como os atores racionais. Segundo ele,

“caracteriza-se um ator intencional como dotado de um conjunto de preferências, buscando meios aceitáveis para realizar os seus objetivos, mais ou menos consciente do grau de controle de que dispõe sobre os elementos da situação na qual se encontra agindo em função de uma informação limitada e numa situação de incerteza.”

Desta maneira, o *Homo Sociologicus* de Boudon, pode ser caracterizado como dotado de uma racionalidade limitada. O paradigma dos efeitos perversos não implica a imagem de um *Homo Sociologicus* racional, mas a de um *Homo Sociologicus* intencional” (*idem, ibidem*).

O modelo intencional e o modelo da racionalidade absoluta, típico da economia neoclássica, são vistos como contraponto um do outro. Boudon não define racionalidade absoluta, mas a contraposição ao *Homo Sociologicus* – dotado de racionalidade limitada – permite-nos aventar a hipótese de que Boudon, para caracterizar tal conceito, assume que uma das “propriedades” do ator é a informação perfeita em situação de certeza. O próprio Boudon considera que um agente dotado de racionalidade é mais realista, mas ele não exclui casos de irracionalidade, pois “há casos em que os atores têm uma idéia sistematicamente errônea dos meios que estão à sua disposição para a realização de seus objetivos. Talvez haja casos em que as preferências dos indivíduos sejam contrárias aos seus interesses” (1979: 16).

Boudon propõe, portanto, um *Homo Sociologicus* intencional e um *Homo Economicus* racional em oposição. Se concordarmos com Golgher (1995), isto nos levaria a dois tipos de problemas:

1) o primeiro é o fato de que os atores sempre agem em função de informação limitada. Entre o ator e o mundo sempre existe um manto de ignorância. Obter informação envolve uma decisão que, para um sujeito racional, deve ser feita com base

nos custos e benefícios desta procura. Riker e Ordeshook (1973, *apud* Golgher, 1995) mostram que o ator deve estimar – através do aprendizado e da experiência passada – o valor da nova informação. Feitos os devidos cálculos, se o valor estimado de novas informações supera o custo da busca, então ele deve expandir o seu universo. Como afirmam os autores, “a menos que demandemos que os tomadores de decisão brinquem de Deus (isto é, conheçam todas as possibilidades, provavelmente infinitas), maximização e satisfação são a mesma coisa” (*idem*: 23);

2) o segundo ponto é que a racionalidade limitada de Herbert Simon incorpora os processos mentais envolvidos na tomada de decisão através da incorporação do desenho cognitivo dos atores. Para Simon, “se as características do organismo do agente são ignoradas e levamos em consideração apenas as restrições provenientes das restrições da situação externa ao ator, então podemos falar em racionalidade substantiva ou objetiva, isto é, comportamento otimamente adaptado à situação” (1985: 284).

Por outro lado racionalidade limitada envolve duas dimensões, a externa e a interna:

“...se levarmos em consideração as limitações no conhecimento e na capacidade de processar esta informações do agente podemos descobrir que ele é incapaz de fazer escolhas ótimas. Se, no entanto, o agente utiliza métodos de escolha que são tão eficazes quanto as suas limitações na capacidade de tomar decisões e processar informações permitem, então podemos falar em racionalidade procedural ou racionalidade limitada, isto é, comportamento que é bem adaptado vis-à-vis às limitações externas e internas do tomador de decisão” (1985: 284).

Golgher (1995) propõe uma interpretação de Boudon afirmando que este autor não incorpora ao seu modelo as características da aparelhagem cognitiva dos seres humanos, o que ele denomina de racionalidade limitada é uma subcategoria do que Simon denomina racionalidade objetiva.

Afirma então que como não é possível estabelecer uma linha de distinção conceitual fundamentada no montante de informação ao alcance do ator, a distinção conceitual entre intencionalidade e racionalidade proposta por Boudon tornaria-se insustentável. Ela se prestaria para a ilustração da importância da complexidade do ambiente e dos graus de ignorância do ator, elementos que dariam ao modelo de ação um conteúdo mais realista além de mais capacidade preditiva.

III) Para de Elster (1983b), as ações racionais são um subconjunto das ações intencionais, o que leva à possibilidade de existência de um ator ao mesmo tempo intencional e racional. Portanto, em Elster, também existe a categoria de ação intencional que não é racional, aquela de “intencionalidade irracional”.

Mas o acesso a este subconjunto das ações exige que façamos uma separação entre as ações que refletem as preferências do ator de uma maneira imediata e aquelas pelas quais ele realiza um plano para satisfazer as suas preferências. Para a primeira situação o ator leva a cabo uma ação que não inicia um processo causal no mundo externo (com o exemplo de Elster, o ator vê uma maçã e a toma em suas mãos); no segundo, inicia-se um processo causal no mundo exterior, que vai além da ação primitiva do ator (o ator arremessa um dardo em direção a um alvo). Só é possível compreender a ação planejada se soubermos as intenções do ator, pois foram estas que motivaram a ação.

Elster também afirma que pode haver intencionalidade e irracionalidade combinadas, pois o objetivo para o qual a ação foi guiada pode ser irrealizável. Ações podem ser contraditórias quando não existe um mundo possível no qual ela se realize. O paradoxo do senhor e do escravo, onde o primeiro quer o reconhecimento de sua superioridade, mas ao mesmo tempo trata o escravo como um objeto, resulta em um projeto de reconhecimento unilateral que não tem possibilidade de realização (Elster,

1983b). As contradições impediriam que se atingisse os objetivos para os quais estão dirigidas as intenções. Outra contradição é que a ação seja incoerente pragmaticamente. Neste caso, o fim almejado não é contraditório, mas é impraticável atingir este objetivo através de um projeto intencional.

Elster também nos diz de ações incoerentes, de um ponto de vista pragmático, não porque os objetivos a serem alcançados são contraditórios, mas devido à impossibilidade de alcançar os fins desejados através de meios intencionais. Segundo Elster,

“eu posso ter a intenção de ter conhecimento, mas não sabedoria; ir para a cama, mas não dormir; comer, mas não ter fome; ser discreto mas não humilde; escrupulosidade, mas não virtude; auto-afirmação ou bravata, mas não coragem; desejo, mas não amor; comiseração, mas não compaixão; felicitação, mas não admiração; religião, mas não fé; leitura, mas não compreensão” (Faber *apud* Elster, 1983b: 50).

Na inconsistência pragmática o objetivo alcançado pode ser visualizado de forma não problemática, mas não é possível pensar como tais objetivos serão atingidos através da ação.

Elster considera esta uma das suas principais contribuições à Teoria da Ação. O conceito de estados que são essencialmente subprodutos (Elster, 1990b: 237). Um mundo onde a ação pode ser realizada existe e é concebível, mas a ação intencional não é o meio para a realização de tal objetivo: os estados finais são subprodutos da ação e têm por característica só existirem como uma consequência da ação realizada visando outros objetivos. Eles nunca podem ser atingidos de forma intencional, pois a mera tentativa impede o aparecimento do estado que é o objetivo da ação (Elster, 1983b: 43). Para estes estados, não existe um mundo possível onde o ação seja realizada de maneira deliberada, onde possam ser encontradas a intenção e a sua realização prática.

Para Elster, o que parece distinguir a ação intencional, mas não racional da racionalidade, não é qualquer diferença em relação à lógica maximizante que a ação racional carrega, mas a inconsistência dos desejos e crenças do ator como resultado de perversas influências causais (Elster, 1983a: 72-74 e 1985: 8).

Por outro lado, e a título de contraponto, podemos concordar com Sandven (1995) e ver que a “ação” humana entendida como puro comportamento, mais do que como ação intencional, e portanto determinada causalmente parece ter um lugar mais restrito na teoria de Elster anterior à publicação de *Nuts and Bolts* e *The Cement of Society*. Ocasionalmente há uma menção ao comportamento que deveria ser explicado em termos das “fiações da máquina do prazer” em lugar da referência usual em termos de intenções.

Tal comportamento é considerado como derivado do princípio do prazer, isto é, da tendência a buscar gratificação imediata. Ele também menciona o comportamento compulsivo como um exemplo de comportamento que não é ação intencional (1983a: 70).

3.8- Elster e a crítica da explicação funcional

A argumentação de Elster contra a explicação funcional nas Ciências Sociais faz parte de uma estratégia de construção de um Individualismo Metodológico intencionalista. Ilustra tanto uma crítica ao Holismo Metodológico, já que boa parte das explicações funcionais está inserida em contextos holistas (Lloyd, 1995), quanto a ausência dos indivíduos e suas intenções na explicação dos efeitos “benéficos” de certos traços de um sistema social qualquer em análise. Busca também, como foi visto

no primeiro tópico deste capítulo, estabelecer uma estratégia explicativa adequada para as Ciências Sociais, estratégia esta que não deveria comportar, segundo Elster, a explicação funcional. Vejamos os motivos levantados por Elster.

Pode-se dizer que a explicação funcional de um fenômeno é aquela modalidade de explicação que coloca o *explanandum* dentro de um sistema interativo relacionado a um processo de mudança controlada ou equilíbrio dinâmico. Isto explicaria a presença de um determinado traço em termos de seus efeitos benéficos para o sistema. O *explanans* especificaria assim a função do *explanandum* dentro do sistema mais amplo e os benefícios que o traço confere para o funcionamento adequado do sistema. O *explanandum* será explicado com o foco dirigido para as conseqüências benéficas que ele confere ao sistema como um todo (tal explicação pode ser considerada como **conseqüencial**; ela diz respeito à ocorrência do *explanandum* em termos das suas conseqüências) (Little, 1991)⁶².

Os principais exemplos de explicação funcional na ciência ocorrem em relação a sistemas biológicos. Um traço fisiológico ou comportamental é explicado em termos da vantagem reprodutiva que o traço confere. Para cada explicação funcional é possível fornecer uma explicação causal não teleológica da correlação funcional entre traços e adequação funcional. A característica vem a ter traços funcionalmente adaptativos através do processo de seleção natural. A tarefa do biólogo é mostrar como indivíduos que possuem este conjunto de características sobrevivem e indivíduos que

⁶² Isto remete ao problema da teleologia (explicar uma circunstância em termos dos seus efeitos futuros), pois, a princípio, uma causa não pode ocorrer antes no tempo do que seus efeitos. Para evitar relações teleológicas pressupostas entre estados presentes e futuros é necessário achar algumas características correntes do sistema que fazem com que o sistema que **causa** o traço persista. Uma forma direta de resolver este problema é considerar as propriedades disposicionais correntes do traço produzindo certos estados finais, mais do que futuros estados finais eles próprios. Neste caso, nós devemos ser capazes de especificar como estas propriedades disposicionais interagem com o ambiente corrente levando à persistência do traço.

não os têm não sobrevivem. Isto é, pode-se explicar que as propriedades disposicionais dos traços estão causalmente envolvidas na sua ocorrência.

Como foi dito acima, explicações funcionais nas ciências sociais explicam uma instituição ou prática social em termos de suas conseqüências benéficas para o sistema social como um todo ou para algum importante sub-sistema. O objetivo é explicar a parte desempenhada no sistema cultural ou social pelo fator. Sistemas sociais seriam vistos como sistemas dinâmicos nas quais as partes desempenham papéis funcionais e o objetivo da análise funcional é identificar o papel desempenhado por uma prática ou instituição particular.

Formalizemos minimamente uma explicação funcional (considerando uma instituição ou prática social **P**, com benefícios **B**, dentro de um amplo sistema social **S**): *uma dada prática P persiste dentro de uma sociedade S devido aos benefícios B que ela confere à sociedade.* Tais benefícios podem ser coesão social, estabilidade, eficiência econômica, saída para comportamento antisocial, etc.

Este raciocínio funcional pode ser colocado em outros termos: suponha-se que estejamos interessados com uma sociedade **S** que incorpora uma prática **P** e nós explicamos **P** assegurando que ele serve à função de fornecer o benefício **B** em **S** (Little, 1991).

Esta afirmativa pode ser dividida em três exigências subordinadas: uma sobre a persistência do traço, outra sobre os poderes causais de **P** e uma terceira sobre a história causal de **B**.

- 1- **P** persiste em **S**.
- 2- **P** tem a disposição de produzir **B** nas circunstâncias de **S**.
- 3- **P** persiste em **S** porque ele tem a disposição de produzir **B**.

A primeira exigência expressa a descoberta que **P** é um padrão persistente em **S** (com a afirmativa de fundo de que traços que não tem uma explicação causal tenderão a desaparecer através do processo aleatório de desenvolvimento social).

A segunda exigência incorpora a idéia de que **P** tem certos poderes causais – em particular a proposição disposicional para produzir certos resultados.

E a terceira exigência oferece uma hipótese sobre a verdadeira explicação causal da persistência de **P** – que sua disposição para produzir **B** em um tempo posterior explica sua persistência no tempo presente .

A justificação do esquema esboçado acima pode ser complementada por uma das mais sofisticadas defesas da explicação funcional em Sociologia: a de Stinchcombe (1970).

Tomando por suposto que as teorias funcionais explicam os fenômenos por suas conseqüências, Stinchcombe afirma que sua utilidade deriva do fato de que existem muitas cadeias de causação inversa de fenômenos sociais. Tais cadeias selecionariam pautas de comportamento por suas conseqüências tais como: evolução biológica, evolução social, planejamento individual e coletivo para alcançar as conseqüências, satisfação que o ator obtém das conseqüências com o conseqüente re-condicionamento operativo, satisfação para outros que recompensam o ator e satisfação para outros combinada com seleção social em um sistema de mercado.

Cada um destes processos comuns, por sua vez, selecionaria e reforçaria comportamentos ou estruturas sociais de acordo com suas conseqüências. Isto significaria que, ao tratar de explicar um fenômeno social, um caminho fundamental consistiria em observar suas conseqüências.

Existiriam portanto, um certo número de estratégias rápidas para fazer uma prova preliminar de uma teoria funcional e ver se a mesma é provável.

a) se muitos comportamentos ou estruturas diferentes estão presentes em diferentes grupos, ou no mesmo grupo, e todos têm a mesma consequência, isto sugere que a consequência é causalmente crucial e as variações são acidentais. Se modificarmos a situação o comportamento mudará, mas para dar lugar a outro comportamento com a mesma consequência.

b) se o nível de atividade de uma estrutura varia com a tensão que tende a evitar que aconteça uma consequência desta estrutura, esta será também uma derivação de uma teoria funcional.

c) se encontrarmos que uma consequência permanece constante ainda quando uma de suas causas está variando, isto será novamente uma derivação lógica de uma teoria funcional. Deveríamos começar observando a curva de retorno desde a consequência até a estrutura que tende a manter tal consequência.

d) se as pessoas fornecem razões erráticas e pouco convincentes de uma estrutura mas a estrutura continua funcionando ainda quando tais razões não se aplique, é provável que a estrutura seja causada por algumas de suas consequências não conhecidas.

e) qualquer estrutura que apareça dentro de um sistema do qual sabemos que é altamente seletivo por certas consequências, é provável que tenha estas consequências e que tenha sido selecionada por estas razões. Mas algumas consequências são mais importantes que outras. As estruturas podem persistir apesar de terem consequências negativas para algumas pessoas. Por consequências negativas se quer dizer aqui não consequências necessariamente más, mas aquelas que na ausência de outras consequências positivas, tendem a selecionar contra a estrutura. Quando encontramos

tais conseqüências negativas queremos somar de alguma maneira as positivas e as negativas para obter a força causal líquida que mantém a estrutura. A observação chave de Marx é que para somar tais conseqüências é necessário pesá-las de acordo com o poder dos grupos que obtém as conseqüências positivas e com o poder dos grupos que com conseqüências negativas.

Concluindo, Stinchcombe afirma que as explicações funcionais são formas complexas de teorias causais. **Possuiriam conexões causais entre três variáveis, com uma prioridade causal especial das conseqüências da atividade no nível da explicação total.**

Existiria assim, uma variedade enorme de processos causais inversos que podem selecionar comportamentos ou estruturas de acordo com suas conseqüências. Tal fato, justificaria a adoção da explicação funcional em Ciências Sociais.

Segundo Paixão (1989) o fracasso parsoniano é a ilustração particular da falência mais geral do funcionalismo como modelo de explicação teórica de fenômenos sociais. Tal falência deve-se aos pressupostos coletivistas do modelo: as proposições sociológicas articulam propriedades grupais (inter-relações de papéis e de instituições) do ponto de vista de suas conseqüências para a estabilidade do sistema social como um todo. Como os teóricos funcionalistas nunca conseguiram oferecer critérios definidos do que seja estabilidade, equilíbrio ou sobrevivência de sistemas sociais, suas proposições seriam empiricamente inverificáveis e seus conceitos constituiriam mera reificação (em outras palavras, os indivíduos seriam considerados como sobrecivilizados e drogados culturais).

Outro ponto crítico na explicação funcional, mais do que no funcionalismo, refere-se à ênfase nos aspectos consequenciais da explicação:

Hollis (1994) afirma que certas versões funcionalistas propõem uma noção de explicação funcional onde o sistema têm necessidades, propósitos ou objetivos os quais explicam porque suas partes se comportam como o fazem.

E é exatamente aqui que o funcionalismo torna-se místico, **a menos que se especifique o mecanismo de *feed-back*, o qual fará a maior parte ou todo o trabalho explanatório de uma maneira causal não enigmática**. Mais abstratamente, condições necessárias para um sistema persistir ou retornar a um equilíbrio não devem ser confundidas com poderes causais necessitantes ou objetivos imanentes. Nas palavras de Elster (1989a: 6):

“Explicações causais devem ser distinguidas de afirmações sobre necessitação. Explicar um fenômeno é fazer um relato de porque este aconteceu como aconteceu. O fato de que poderia ter acontecido de alguma outra maneira, e teria acontecido de alguma outra maneira se não tivesse acontecido como aconteceu não está aqui nem ali”.

A maior parte das formulações elsterianas sobre o funcionalismo pode ser extraída de seu famoso artigo *Marxism, Functionalism and Game Theory* (1982) e do capítulo 2 de *Explaining Technical Change* (1983a). Para Elster, damos conta de um fenômeno referindo sua causa que o precede no tempo. Na explicação intencional referimos as conseqüências pretendidas do fenômeno. A intenção também se dá num momento anterior àquilo que queremos explicar. Na explicação funcional referimos a conseqüência real do fenômeno a fim de entendê-lo.

A questão está em como explicar um fenômeno a partir de um outro que acontece depois. Deve haver uma explicação para um fenômeno no momento de sua ocorrência.

Não pode ser necessário esperar pelas suas conseqüências para só depois explicá-lo.

A solução mais plausível para esta questão consiste em negar que a explicação funcional possa dar conta de eventos ou processos singulares. Para que alguma coisa possa constituir-se em objeto de explicação funcional, ela deveria ser incorporada a um padrão de eventos similares e recorrentes. A explicação funcional envolveria um ciclo de re-alimentação (*feedback loop*), uma conexão causal das conseqüências de um evento do tipo que tentamos explicar para outro evento, posterior, do mesmo tipo. A explicação funcional seria aplicável quando um **padrão** de comportamento se mantém através das conseqüências que gera; mais especificamente, pelas conseqüências que beneficiam algum grupo, que pode ou não ser aquele que assume o comportamento em questão.

Mas se isto pode ser feito, Elster se pergunta porque então recusar a explicação funcional. Ele mesmo apresenta os fundamentos de sua objeção. Primeiro, quando se encontra eventos singulares, não recorrentes, em termos de suas conseqüências não buscadas, deve-se evitar a explicação funcional. E em segundo lugar, porque, concordando com Hollis (1994), o ciclo de realimentação na maioria das análises funcionalistas não é demonstrado, mas apenas postulado ou no máximo suposto tacitamente.

Prosseguindo o raciocínio, o simples fato de que uma atividade tenha conseqüências benéficas não basta para explicá-la. É possível e necessário mostrar que qualquer fenômeno beneficia uma pluralidade de grupos ou interesses, principalmente se variarmos a perspectiva temporal. O argumento segundo o qual **resultados coletivamente ótimos, quando acontecem, acontecem porque são coletivamente**

ótimos é uma das formas mais comuns de explicação funcional. E tem dois defeitos intimamente relacionados: faltam-lhe micro-fundamentos (Elster 1982 e 1983a).

Se uma relação funcional é considerada explanatória, conseqüentemente é necessário ter alguma idéia dos mecanismos causais que estabelecem e preservam a relação funcional Elster (1983a).

Estas considerações impõem uma exigência sobre a explicação funcional. Para explicar um fenômeno não é suficiente demonstrar que suas conseqüências são benéficas. Antes, é necessário fornecer **um relato dos microtrajetos pelos quais as necessidades são impostas sobre outros fenômenos sociais para então introduzir suas conseqüências benéficas.**

É ponto passivo que na biologia, explicações funcionais são sublinhadas por um simples e bem compreendido mecanismo causal: o processo de seleção natural. Traços que aumentem a viabilidade de um organismo típico tendem a substituir traços menos vantajosos através do trabalho da seleção natural.

Entretanto, é muitíssimo mais problemático identificar mecanismos através dos quais sistemas sociais vêm incorporar traços que conferem benefícios.

A exigência fundamental é que tenhamos uma resposta satisfatória para a questão suscitada pela exigência da história causal. A prática social em análise seria introduzida e sustentada pelo fato de que ela produziria o benefício, e sua disposição para produzir o benefício levaria a sua seleção pelos atores intencionais. Assim, a disposição da prática para produzir o benefício causaria sua persistência porque ela leva os agentes a adotarem tal prática.

No entanto, o mais difícil e o mais interessante caso, e justamente o que deve ser enfrentado caso se queira sustentar a validade da explicação funcional, é aquele no

qual os benefícios associados com **a prática ou instituição em questão** são desconhecidos e não pretendidos por todos os participantes.

Se pudermos supor que existe um processo social em que os participantes não pretendam os resultados benéficos da prática social e que cada um é completamente ignorante das condições causais da mesma, não poderemos explicar **a ocorrência da prática ou instituição** como o resultado da escolha intencional dos participantes.

Aqui, devemos retomar, agora para as conseqüências não intencionais, uma questão obrigatória, introduzida logo acima: **Quais são os mecanismos que poderiam servir para estabelecer relações funcionais não pretendidas entre práticas e conseqüências?**

A resposta mais imediata levaria à busca da seleção social. Mas haveria, na sociedade, no nível dos grupos ou das características sociais, algo análogo à seleção natural? E caso exista, quais são os procedimentos metodológicos adequados para a sua identificação?

Acredito que as questões levantadas acima, e a sua não resolução nas ciências sociais, indicam que talvez se possa dizer que explicações funcionais são suspeitas nas ciências sociais e, nos melhores casos, incompletas (Elster, 1983, Little, 1991, Mouzelis, 1995). Particularmente elas deveriam ser suplementadas por relatos detalhados dos processos sociais (fundamentação microssociológica com identificação de mecanismos), através dos quais ficasse claro como as necessidades dos sistemas (sociais) influenciam outros processos sociais, trazendo à tona respostas (sociais) que satisfaçam (explanatoriamente) aquelas necessidades.

3.9- Considerações finais

A explicação em Elster tem uma natureza não só individualista, mas intencional. Descartada a possibilidade da explicação funcional e estabelecido o lugar da explicação causal, ficamos com o centro e ponto de partida da explicação da ação: o comportamento intencional, dirigido para o atingimento de objetivos, relacionado ao futuro, baseado em desejos e crenças. Os indivíduos agem por razões, que funcionam, portanto, como causas.

A intencionalidade, enquanto traço da explicação individualista elsteriana, está diretamente articulada com o pressuposto normativo da autonomia: a ação intencional individual é, ao menos parcialmente, um indicador de que o indivíduo está em busca de objetivos próprios.

No próximo capítulo discutiremos como Elster entende a causalidade e a explicação causal.

Capítulo 4

EXPLICAÇÃO CAUSAL, CAUSALIDADE E MECANISMOS EM ELSTER

4.1- Causalidade: algumas considerações introdutórias. 4.2- A concepção humeana de causalidade. 4.3- A explicação causal em Elster: alguns traços gerais. 4.4- Elster e a causalidade nas Ciências Sociais. 4.5- A explicação através de mecanismos em Elster: a reconstrução da noção de causalidade. 4.6 Causalidade, Intencionalidade e Teoria da Ação. 4.7 À guisa de conclusão do capítulo

No capítulo anterior discutimos a natureza da intencionalidade e da explicação intencional, fazendo referência também à conexão intencionalidade-causalidade para dar sentido à idéia de explicação intencional-causal, proposta por Elster.

Neste capítulo, dirigiremos as preocupações da nossa análise para outro traço central da explicação elsteriana, o enfoque mecanístico, que está assentado sobre uma noção de causalidade específica, de inspiração humeana. Inicialmente, discutiremos o conceito de causalidade na filosofia e nas Ciências Sociais, com especial atenção para as formulações de David Hume. Em seguida, demonstrarei como Elster se apropria da concepção humeana de causalidade através da abordagem direta de vários tópicos das formulações de Hume sobre o tema. Finalmente, apresento o enfoque por mecanismos, ápice das concepções metodológicas do autor, fio condutor de sua pesquisa teórica e indicador preciso de sua noção de causalidade.

4.1 – Causalidade: Algumas Considerações Introdutórias

Para a maior parte das pessoas, a sugestão de que há uma conexão estreita entre causalidade e explicação não traz surpresa alguma. Mesmo se estes dois conceitos não são precisos, é evidente que seus domínios têm amplas áreas de convergência. Em muitos casos, explicar um fato é identificar suas causas. Mas, enquanto conceitos gerais, causalidade e explicação estão longe de ser claros: ambos têm um amplo espectro de aplicação, são abstratos, ambíguos e vagos (Salmon, 1998).

Contudo, se nos detivermos com um pouco mais de atenção sobre o conceito de causalidade, verificaremos que ele permeia o pensamento sobre nós mesmos, sobre o nosso ambiente e o universo em que vivemos, de diversas maneiras. Segundo Halfpenny (1996), é uma noção que desempenha um papel central em nossas explicações do mundo que nos cerca, quando respondemos a uma pergunta tal como “Por que?” através de frases que começam com “Por causa de”, identificando os antecedentes em virtude dos quais a coisa explicada ocorreu. Ademais, podemos considerar a causalidade nas seguintes dimensões da vida (Salmon, 1998):

- 1) ela é fundamental para nossas tentativas de obter compreensão intelectual do universo e seus conteúdos, sistemas físicos, organismos vivos etc. As explicações científicas, da qual tal compreensão é tributária, são quase sempre causais;
- 2) conceitos causais são centrais para nossas deliberações práticas;
- 3) a causalidade está invariavelmente envolvida na tecnologia, notadamente, quando tentamos obter efeitos desejáveis e buscamos evitar os indesejáveis;
- 4) o planejamento do cotidiano prático envolve considerações causais;

5) a terminologia causal permeia a linguagem ordinária. Muitos verbos expressam a noção de eficácia causal: quebrar, fixar, mover, enviar, ferir, ajudar, fazer, confortar.

Ademais, o conceito de causalidade desempenhou um papel central na história da filosofia e na teologia. Façamos um breve passeio. Um primeiro exemplo é a classificação aristotélica das causas em quatro tipos: materiais, formais, eficientes e finais. O argumento da causa primeira a respeito da existência de Deus é outro exemplo óbvio envolvendo claramente um argumento causal. A metafísica dualista de Descartes faz surgir sérios problemas causais relacionados à interação entre mente e matéria. Um princípio de causação universal está localizado no centro do sistema filosófico de Kant. O princípio da razão suficiente faz parte dos fundamentos da metafísica de Leibniz.

Já no século XX, a filosofia da linguagem tem oferecido teorias causais do significado, e a epistemologia apresenta teorias causais de percepção e evidência. Apesar disto, a noção de causalidade, como observa Herbert Simon, tem má reputação entre os epistemólogos, que preferem a noção de interdependência ou de relação funcional (Boudon, 1993).

Um ponto interessante a ser mencionado é que aqueles filósofos cujos interesses estão relacionados à lógica formal e à filosofia da matemática sistematicamente evitam lidar com conceitos causais, mas em praticamente todos os outros campos da filosofia o conceito de causalidade assume alguma importância (Salmon, 1998).

Mas, segundo Salmon, é forçoso reconhecer que a ubiquidade dos conceitos causais tanto na filosofia quanto em outras áreas de atividade humana, não demonstra por si mesma que a causalidade é um tópico de interesse filosófico sério. A causalidade

apresenta várias possibilidades de discussão porque não há uma compreensão considerada adequada e consensualmente aceita acerca do conjunto de conceitos que ela envolve.

Neste ponto, é preciso fazer uma inflexão e perceber que a compreensão moderna e contemporânea do conceito de causalidade foi dramaticamente abalada pela análise de David Hume de uma forma que os frutos da confusão teórica provocada por ele ainda permanecem. A literatura filosófica sobre causação, desde Hume, tem sido uma tentativa de responder às questões levantadas por ele, mas até agora nenhuma resposta adequada para os problemas está disponível (op. cit.).

4.2 – A Concepção Humeana de Causação

David Hume trata a causação como uma relação entre objetos antes de destilar o seu ceticismo sobre o nosso conhecimento dos mesmos, mas isto porque ele considera que todas as nossas crenças sobre questões de fato, à medida que avançam para além das impressões que estão presentes à mente, são produtos de inferências causais.

A característica de “ser uma causa ou um efeito” é, de forma bastante simples, segundo Hume, uma relação, um complexo tríptico composto de **contigüidade no espaço e no tempo, sucessão e conexão necessária**. Mas nem a contigüidade, nem a sucessão são de fato essenciais à causação. Pode haver ação à distância e causa e efeito podem ser simultâneos (Quinton, 1998).

Os exemplos mais diretos de relações causais têm termos que são tanto contíguos quanto sucessivos. Isto porque a contigüidade e a sucessão são empiricamente não problemáticas: temos impressão de ambas. A conexão necessária é

o ingrediente necessário embora perturbador. Por mais atentamente que examinemos um suposto exemplo de relação causal, não observamos uma conexão necessária entre elas, embora imaginemos que exista.

Mas detalhemos o argumento de Hume. Todos os raciocínios acerca da realidade, diz este autor, estão fundamentados na relação de causa e efeito, o conhecido princípio da causalidade. Mas, segundo ele, o conhecimento desta relação não pode ser estabelecido *a priori*, independentemente da experiência: ele surge da mesma.

Tomemos o famoso exemplo da bola de bilhar. Suponhamos que percebemos uma bola de bilhar A movimentando-se em direção à bola B (A em movimento em direção à B é considerada como causa do movimento de B e este movimento como efeito do movimento de A). Suponhamos também que duas exigências sejam feitas: a) estabelecer que efeito se produzirá, quando A tocar em B; e b) responder a esta primeira pergunta sem tomar como base as observações feitas no passado, a respeito de situações semelhantes (Hume, 2000).

Diante dessa dupla reivindicação, nossa mente não pode senão inventar ou imaginar arbitrariamente o efeito que se produzirá quando A tocar em B, já que o efeito (o movimento de B) é um evento diferente da causa (o movimento de A na direção de B) e, portanto, o conhecimento do evento em que a causa consiste nunca poderá levar ao conhecimento do evento em que o efeito consiste. Precisamente porque causa e efeito são eventos diferentes, é impossível que, ao conhecer uma certa causa, se consiga conhecer *a priori* - isto é, prescindindo das experiências passadas - que efeito será produzido por tais causas.

Exatamente porque a causa e o efeito são eventos diferentes, quando o efeito ainda não se produziu, não podemos, pois, afirmar, *a priori*, o que ocorrerá se A tocar

B. Todos os nossos raciocínios *a priori* não poderão legitimar a preferência concedida a cada uma das várias possibilidades.

A conclusão de Hume se segue: sem a observação e o conjunto das nossas experiências passadas, referentes ao comportamento das bolas de bilhar, é absolutamente impossível saber se A, ao tocar B, o moverá, e qual o movimento que lhe irá imprimir. O conhecimento da relação entre causa e efeito e todas as conclusões que se referem a tal relação são inteiramente fundadas **na experiência**.

Mas, a partir daí, o próprio Hume se interroga: qual é o fundamento de todas as conclusões que são retiradas da experiência? Anteriormente, já experimentamos que a comida sacia, por exemplo. Este é um exemplo de relação causal e nossa vida não seria possível se não transferíssemos para o futuro nossas experiências anteriores. Mas deve ser entendido, contudo, que se no passado experimentamos um certo evento (ingerimos comida) seguido de outro (estar saciado), disto não resulta necessariamente que o surgimento de eventos semelhantes ao primeiro devem ser sempre seguidos de eventos semelhantes ao segundo. Não existe qualquer contradição em supor que o curso da natureza possa mudar e que um evento semelhante a um já experimentado possa ser acompanhado de eventos diferentes ou contrários àqueles que, no passado, acompanharam o primeiro evento.

Por outro lado, nem sequer é possível demonstrar a regularidade da natureza, porque todo raciocínio acerca da realidade baseia-se no princípio da causalidade, o qual pressupõe como existente, exatamente, essa regularidade da natureza, que é exatamente o que se pretende demonstrar, tomando aquele (o princípio da causalidade) como fundamento. Mesmo admitindo que o curso das coisas sempre tenha sido

regular, este fato não constitui, portanto, a mínima prova de que, no futuro, continuará a ser assim.

Além disso, quer consideremos os objetos externos (sensíveis), quer consideremos a relação entre a nossa vontade e o nosso corpo, a experiência nunca comprova a existência de um poder, de uma força ou de uma energia explicadas por aquilo a que chamamos causa exercida sobre aquilo a que chamamos efeito, e não comprova sequer a existência de uma conexão necessária entre os dois: a experiência nunca comprova, portanto, uma qualidade qualquer que ligue o efeito à causa e faça do primeiro uma consequência infalível da outra: a experiência apenas comprova que uma se segue à outra (Severino, 1984).

Disto se segue que o princípio da causalidade é, portanto, uma conjectura. A sua evidência não possui um valor lógico, mas psicológico: o hábito de perceber que certos eventos semelhantes entre si são seguidos por outros eventos também semelhantes entre si determina um sentimento de crença e de fé com base no qual o homem espera que, ao se verificar um certo evento do primeiro tipo, se verifique um outro do segundo tipo.

Sintetizando, são, portanto, dois os aspectos decisivos da crítica de Hume ao princípio da causalidade.

Em primeiro lugar, a observação de que, sendo a chamada causa e o chamado efeito duas coisas diferentes, a noção ou o conceito de uma não inclui a noção ou o conceito do outro. Portanto, para saber se uma está ligada ao outro é necessário recorrer à experiência. Inversamente, nas proposições que não se referem à realidade e que, portanto, exprimem simples relações entre idéias – o caso das proposições matemáticas – a noção do sujeito pode implicar a noção do predicado. A noção de $5 +$

7 inclui a noção de 12 e, portanto, para afirmar que $5 + 7 = 12$ não é necessário recorrer à experiência.

A segunda observação decisiva é que tudo quanto é irrefutavelmente comprovado pela experiência é apenas um conjunto de fatos e esta comprovação, por um lado, não exclui que os fatos possam suceder-se de um modo diferente daquele a que estamos habituados e, por outro lado, não contém nada de semelhante a uma força ou a uma conexão necessária entre os fatos.

Ressalte-se que, até meados do século XX, a maioria dos comentadores de Hume tomava-no como um completo cético acerca de crenças causais e indutivas. Hume, entretanto, expõe regras para julgar causas e efeitos e assume claramente como verdadeiro que todo evento tem uma causa – ao insistir, por exemplo, que os eventos frutos do acaso são, na realidade, todos eles efeitos de causas desconhecidas (Quinton, 1998).

4.3 – A Explicação Causal em Elster: Alguns Traços Gerais

Feita esta discussão sobre causalidade e apresentada de forma geral a concepção humeana de causação mostremos como o tema da causalidade em Elster apresenta um inescapável *flavour* humeano, na adoção de uma certa linguagem, bem como na localização de quais são os problemas principais relativos à causalidade.

A primeira abordagem direta do tema da causalidade e a sua vinculação às posições de Hume estão em *Explaining Technical Change* e é a partir deste livro, seguindo passo a passo o debate de Elster com os principais aspectos teóricos da noção de causalidade, que estruturaremos a exposição e a discussão do tema. Nesta obra, o autor enfrenta diretamente uma série de problemas centrais presentes na parte I do

Tratado da Natureza Humana (2000) e na Investigação sobre o Entendimento Humano, bem como procura responder, a partir das contribuições da Epistemologia e da Teoria da Ciência contemporâneas, algumas indagações às questões propostas por Hume.

Nesta seção e na próxima, buscaremos expor detalhadamente esta primeira formulação de Elster sobre o tema da causalidade em geral e nas Ciências Sociais, dado que tais formulações formam o centro das concepções do autor sobre o tema e, além disso, permanecem quase intactas durante sua obra. Considerando que as concepções sobre causalidade elsterianas estão estabelecidas em *Explaining Technical Change* e que tais concepções estão presentes direta e indiretamente em uma série de outros momentos da obra do autor, optamos por seguir ao ordenamento dos tópicos propostos por Elster no próprio texto.

Isto pode ser percebido na segunda fase da exposição, pois, na medida em que abordamos o tema dos mecanismos na obra de Elster, percebemos que o conceito de causação, apesar de estar sendo revisto e ampliado, não sofre, contudo, grande descaracterização.

Passemos ao próprio Elster. Para o nosso autor (Elster, 1983a), o tema da causação pode ser agudamente distinguido daquele das explicações causais. As relações causais se dão entre eventos, em virtude de uma conjunção regular entre eventos de algum tipo, como foi visto em Hume. O *explananda* das explicações causais pode ser qualquer fato: o fato de que um evento ocorreu ou o fato de que algum estado de coisas foi obtido.

Outro ponto importante: a explicação causal é dependente da mente enquanto a relação causal não é. Ao citar um evento como a causa de outro, como fazemos na explicação causal, somente podemos nos referir a alguns traços da causa. Mas é óbvio

que é o evento completo que age como causa, inclusive pode não existir tal coisa como um evento incompleto. “Se um evento causa outro é uma coisa diferente de porque um evento causa outro. A descrição de um evento através de seus traços causalmente irrelevantes será retirada da mesma causa, mesmo que isto não forneça uma explicação de porque ele tem este efeito particular” (Beauchamp & Rosemberg, *apud* Elster, 1983a: 25-26).

Os traços causalmente relevantes são aqueles citados na lei causal que estabelece a conjunção regular sob a qual o par de eventos é subsumido. Então, afirmações causais singulares verdadeiras nem sempre fornecem uma explicação causal. Elas fornecem uma explicação somente quando os traços citados na afirmação são também citados na lei sob a qual os eventos estão subsumidos. Neste contexto a explicação causal subsume os acontecimentos sob leis causais e, portanto, vai mais além do que simples enunciados.

A explicação causal, então, funciona subsumindo eventos sob leis causais. Esta visão da explicação está relacionada, ainda que de maneira diferente, com o modelo de explicação nomológico dedutivo de Hempel. Na visão de Hempel, as leis que sustentam a explicação são afirmações sob forma de leis universais das quais, dado um conjunto de condições iniciais, o *explanandum* pode ser logicamente derivado. Isto não é uma análise dos aspectos causais da explicação, já que ele vale para leis não causais como a Lei de Boyle. Mais ainda: o relato de Hempel não é uma análise da própria *explicação* causal, já que muitas derivações do tipo especificado, no final das contas, não explicam. Dois importantes exemplos de tal fato são os epifenômenos e a causação preemptiva.

Pode haver uma afirmação universal e em forma de lei verdadeira para a situação em que A é sempre seguido por B, e mesmo assim A pode apenas ser um

mero epifenômeno se A e B são ambos efeitos de uma causa comum C. Em outras palavras, o problema do epifenômeno é o mesmo de distinguir correlações verdadeiras ou explicativas de correlações espúrias.

Também pode haver uma lei verdadeira que assegura a produção de A, dadas certas condições, e o que produz A realmente, em um determinado caso (onde aquelas condições são obtidas), pode ser um mecanismo completamente diferente. Em outros termos, o problema da causação preemptiva é idêntico a distinguir entre necessitação e explicação.

Prosseguindo no desenvolvimento de seu raciocínio, Elster assume, completamente em consonância com Hume, que a relação causal é geralmente pensada como obedecendo a três princípios: **determinismo**, **localidade** e **assimetria temporal**. Por determinismo se entende o fato de que todo acontecimento tem uma causa. Por causalidade local entende-se que uma causa atua sempre sobre o que é contíguo a ela no espaço e no tempo. Por assimetria temporal deve ser entendido o fato de que uma causa deve preceder a seu efeito, ou pelo menos, não sucedê-lo. Excepcionalmente, a relação causal por si mesma pode violar estes três princípios, mas isto não é o mais comum.

Comecemos pelo **determinismo**. Este pode ser entendido como o postulado de que qualquer evento tem uma causa: um determinado conjunto de antecedentes causais que são conjuntamente suficientes e individualmente necessários para a sua ocorrência.

A negação do determinismo pode tomar muitas formas. A mais conhecida é a idéia de eventos estatisticamente randômicos, implicando a existência de uma distribuição de probabilidades para uma coleção de possíveis resultados. A “randomicidade” objetiva neste sentido não é totalmente indeterminada, já que a lei dos números amplos permite previsões acuradas quando lidamos com agregados de

eventos. Menos familiar é a idéia de indeterminação objetiva, significando que nós não podemos nem mesmo atribuir probabilidades para os vários possíveis resultados – não porque nós não podemos verificar estas probabilidades, mas porque elas não estão lá para serem verificadas. A distinção é similar àquela entre risco e incerteza, com a diferença de que, no caso atual, a aleatoriedade ou o caráter indeterminado do processo é assumida como tendo uma base objetiva mais do que enraizada nas deficiências cognitivas do sujeito cognoscente. Mais do que isto: a comparação também sugere a distinção entre indeterminação em um espectro de possíveis resultados e indeterminação com um conjunto fixo de resultados. Do ponto de vista explicativo, indeterminação com regularidade (aleatoriedade objetiva ou um conjunto restrito de possíveis resultados) é claramente mais palatável que indeterminação sem regularidade (indeterminação objetiva irrestrita).

Elster (1983a) argumenta que a Mecânica quântica está baseada na idéia de aleatoriedade objetiva no nível do comportamento das partículas elementares. Neste domínio, a explicação pode ser apenas estatística. Ela, inclusive, pode ser a segunda melhor de acordo com os padrões do cânone, mas a própria ciência nos diz que nenhuma explicação melhor está disponível.

A situação é completamente diferente quando nós apelamos para a explicação estatística em outros domínios, como a mecânica estatística ou o estudo da mobilidade social. Nestes casos, nós partimos do pressuposto de que as entidades individuais em estudo são governadas por leis determinísticas e que, em princípio, uma explicação determinista poderia ser construída. Pode haver, contudo, razões práticas para colocar os padrões explanatórios de lado e permanecer com a explicação estatística.

A ênfase de Elster é sobre a diferença entre a explicação estatística na mecânica quântica e em outras disciplinas. Quando nos movemos da física das partículas

elementares para o nível das variáveis, nós estamos nos movendo primeiro da aleatoriedade para o determinismo e então, em alguns casos, do determinismo para a aleatoriedade. A mecânica estatística e a mecânica quântica são ambas teorias de processos aleatórios, mas a diferença entre elas é que, no segundo caso, há uma teoria determinística do comportamento das moléculas individuais.

O segundo ponto, a **causalidade local**, significa que uma causa sempre age no que é contíguo a ela, no espaço ou no tempo. A ação à distância é impossível. Se uma causa tem um efeito distante dela no tempo e no espaço, assumimos que deve haver uma cadeia contínua da causa para o efeito, sem espaço intransponível entre eles.

Elster ilustra este ponto nos apresentado um interessante caso da história da ciência, na qual este postulado desempenhou um papel importante. Na discussão do século XVII entre discípulos de Newton e de Descartes, os últimos, corretamente de muitas maneiras, consideravam as teorias de Newton obscurantistas e reacionárias, já que elas invocavam uma força oculta que podia agir onde ela não estava. Mas, certamente, a alternativa proposta por eles, mesmo se inquestionável sob padrões metafísicos, não tinha o poder preditivo apresentado pela Mecânica Newtoniana, e permaneceu menosprezada por dois séculos, até que fosse reabilitada pela moderna teoria da gravitação.

Colocando o problema na linguagem de Hume, na disputa de Newton contra os cartesianos, o que estava em jogo era a ação espacial à distância, ou causação direta remota. Esta noção é chamada *hysteresis* e é invocada no estudo de alguns fenômenos elásticos e magnéticos que aparentemente exibem alguma forma de memória. Leibniz reconhece que se tomada literalmente, a idéia era tão inaceitável quanto sua análoga espacial. Neste caso, ele teve de argumentar contra os colegas de Descartes, que

tentavam salvar a teoria do movimento de Descartes postulando que a força de um corpo em um determinado tempo depende da duração do período na qual ela foi acumulada. Isto seria tão absurdo, segundo Leibniz, quanto se alguém defendesse que a riqueza corrente de uma pessoa depende do tempo que ele usou para acumulá-la.

Postular a *hysteresis*, segundo Elster (1983a), é violar um dogma científico largamente disseminado através do qual todos os aspectos do conhecimento histórico podem ser substituídos, em última instância e em princípio, por um conhecimento estrutural suficientemente profundo do estado atual do fenômeno em questão. Se, todavia, muitos modelos, especialmente nas Ciências Sociais, continua o nosso autor, apresentam *hysteresis*, é porque eles não adquiriram ainda este conhecimento estrutural.

Mas, e este é o ponto importante levantado por Elster, modelos probabilísticos e modelos envolvendo ação temporal remota refletem nossa ignorância da causalidade determinística local que assumimos estar operando. Explicações causais em tais casos têm traços que não se acredita estarem presentes nas relações causais que dão sustentação a elas.

Está claro agora que o princípio da causalidade local está relacionado ao que Elster chama de necessidade por mecanismos na explicação científica, como afirma o próprio autor⁶³. Mais do que isso, os conceitos gêmeos de *causalidade local no espaço* e *causalidade local no tempo* estão relacionados a dois aspectos dos mecanismos que Elster classifica como a substituição de micro-variáveis por macro-variáveis e intervalos de tempo curtos por intervalos de tempo longos. Ainda que a causalidade local seja um traço do mundo, isto é, das relações causais como elas existem

⁶³ Observe-se que neste texto, de 1983, já encontramos a preocupação do autor em estabelecer uma concepção de atividade científica fundamentada em torno do conceito de mecanismos.

independentemente das nossas mentes, considere-se a noção de mecanismo como dependente da mente, já que ela só faz sentido em contraste com explicações mais grosseiras. É a crença de que o mundo é governado pela causalidade local que nos compele a buscar por mecanismos mais refinados.

Finalmente, segundo Elster, deve estar claro que a causalidade local nos mostra o caminho das dificuldades encontrado pela teoria da explicação de Hempel, já que os temas do epifenomenalismo e da causação preemptiva não surgem quando postulamos cadeias causais contíguas e contínuas.

A diferença entre a visão de Hempel e a visão de Elster é que o último defende que a explicação deve ser abandonada **se e quando** uma especificação mais refinada do mecanismo nos mostra que o que acreditávamos ser causação era de fato um epifenômeno ou uma causação preemptiva.

A *assimetria temporal* significa que uma causa deve preceder ao seu efeito, ou ao menos não sucedê-lo. A parte controversa deste princípio relaciona-se à diferença entre as duas observações dadas. Pode um efeito ser simultâneo a sua causa? Elster afirma que o princípio da assimetria temporal pode ser generalizado da explicação causal para qualquer tipo de explicação: o *explanans* não pode suceder o *explanandum*.

Para a explicação intencional isto ocorre devido ao fato de que nós não explicamos o comportamento intencional pelas conseqüências efetivas que derivam dele, mas somente pelas conseqüências pretendidas, que podem ser realizáveis ou não realizáveis, concebíveis ou não concebíveis. Poderia parecer que a explicação funcional viola o princípio generalizado, já que no caso explicado os fenômenos se explicam pelas suas conseqüências efetivas. Mas a conclusão a ser extraída não é a de que a retroação seja possível, mas que o *explanandum* pode ser uma entidade que persiste no tempo, não uma entidade que acontece uma vez e pronto.

Os três princípios da causalidade são logicamente independentes. A defesa pode ser feita apenas para os dois primeiros, já que isto está completamente claro para o terceiro, como defende Elster. Vamos assumir, por exemplo, que a seguinte afirmação tem sido mostrada falsa: quando dois sistemas de um determinado tipo são idênticos no tempo t , eles também são idênticos em todos os tempos posteriores. Isto permite-nos concluir pela falsidade do determinismo, mas não necessitamos fazê-lo desta maneira. O determinismo pode ser conservado se a seguinte afirmação é verdadeira: quando dois sistemas têm sido idênticos acima e incluindo t , eles serão idênticos em todos os tempos posteriores. Para a primeira afirmação ser verdadeira e a segunda falsa deve haver alguma *hysteresis* real no sistema. Tem sido sugerido que, por exemplo, a aparente indeterminação da mecânica quântica pode ser posta de lado tomando-se o relato da história passada das partículas. Mas a solução padrão é a contrária: conservar a causalidade local e abandonar o determinismo. Isto envolve rejeitar as duas afirmações acima, e aceitar a seguinte: quando dois sistemas são idênticos no tempo t , eles terão distribuição de probabilidades idênticas para o seu futuro desenvolvimento.

O *status* epistemológico das três propriedades das relações causais é um problema difícil. Segundo Elster, a melhor resposta talvez seja a de que os princípios são invariavelmente encontrados e obtidos no nível molar, aquele de objetos grosseiramente comparáveis em tamanho a seres humanos. Isto leva, pelo tipo de mecanismo descrito por Hume, a uma crença em sua absoluta necessidade, para objetos menores ou maiores do que aqueles que podemos manipular ou observar. Os filósofos têm procurado compreender a natureza e os fundamentos desta necessidade. A ciência, contudo, tem ultimamente questionado e, no caso do determinismo, rejeitado os princípios, baseando-se em fundamentos empíricos. Se podem ser

questionados em bases empíricas, eles pareceriam ser empíricos em sua natureza – mesmo que em algum tempo posterior venham a ser reafirmados.

Para Elster, este último passo, contudo, não é óbvio. Se a análise científica do futuro levar à reabilitação do determinismo, isto deverá ser feito de uma forma que seja verdadeiramente necessária – em algum dos múltiplos sentidos do termo.

Mas um cientista que não trabalha com a física das partículas pode provavelmente ser envolvido com o determinismo sem grandes problemas explicativos, não só no nível molar, mas também para a maioria dos fenômenos macro e micro que estão fora do alcance dos sentidos. Mas a aleatoriedade objetiva da mecânica quântica pode não estar restrita à física das partículas. Ela pode transbordar para a biologia e para a psicologia; na biologia, já que as mutações aleatórias podem atualmente ter alguma explicação quântica e, na psicologia, já que o fenômeno do pensamento pode depender da distribuição aleatória dos neurônios.

Permanecem duas linhas perdidas para o argumento, que de fato podem ser usadas para ligar uma à outra. Elas são os temas da explicação causal de estados de coisas e o tema da causação simultânea. Estados de equilíbrio podem ser explicados causalmente. Mas este estado não pode entrar como relato na relação causal, já que somente eventos podem ser relatos causais. Uma explicação causal de um estado de coisas funciona sobre leis causais, mas de uma forma mais complexa do que a explicação causal de eventos, isto é, em termos de um equilíbrio de um amplo número de mecanismos inter-relacionados que especificam refinadamente o equilíbrio obtido. A noção de explicação simultânea e de causação simultânea pode então ser obtida, Elster sugere, no entanto, que devemos resistir a ela. Um equilíbrio poderia ser modelado como atemporal, mas isto é apenas uma aproximação superficial. Equilíbrios são sustentados por micro-mecanismos que operam de maneira sintonizada e

compensatória. Isto vale para diferentes tipos de equilíbrio, físico-químicos ou econômicos. Nós podemos querer saber que um traço de um equilíbrio é explicado por outro, e este modo de expressão pode ser útil para alguns propósitos. Mas, estritamente falando, estaríamos cometendo a falácia do epifenômeno, já que macro-traços dos equilíbrios são efeitos conjuntos da micro-estrutura.

4.4 – Elster e a Causalidade nas Ciências Sociais

A discussão de Elster sobre o problema da causação nas ciências não poderia estar completa sem que o autor buscasse aplicar o modelo de inspiração humeana a problemas similares no campo das Ciências Sociais. Deste modo, um conjunto de questões é abordado pelo nosso autor. Questões como o papel do indivíduo na história, a importância da *hysteresis* nas Ciências Sociais, a relação entre causalidade e afirmações contrafactuais na história e na ciência social, o papel da causação simultânea e o lugar real e próprio da explicação estatística nas Ciências Sociais são abordados pelo autor.

Note-se que o enfrentamento de tais temas, já nesta publicação (1983a), antecipa uma série de formulações “maduras” de Elster sobre o tema da causação, especialmente aqueles presentes na primeira parte de *Nuts and Bolts for Social Sciences* (1989a).

4.4.1 – O Papel do Indivíduo na História

A história é feita por indivíduos e deve ser explicada em termos das ações individuais. Esta questão faz sentido? pergunta-se Elster (1983a: 32). A pergunta na

verdade pode ser traduzida como: o curso da história pode ser alterado pela ação de um único indivíduo?

A resposta adequada começa por um enquadramento adequado. Apesar de algumas vezes tal tema ser considerado como uma questão de determinismo, ele realmente deveria ser caracterizado como uma questão de estabilidade, segundo o autor. Assim, o que devemos perguntar é se as sociedades têm a propriedade da *homeorhesis*⁶⁴, ou seja, para qualquer pequeno desvio nos seus trajetos que tivessem, se elas teriam o mesmo desenvolvimento que teriam sem aquele desvio. Se sociedades são estáveis neste sentido, e se qualquer ação de um indivíduo conta como uma pequena contribuição, então o indivíduo não tem um papel próprio na história.

O argumento elsteriano é de que é fácil ver como este problema pode ser confundido com o do determinismo. Frequentemente, queremos realizar duas tarefas ao mesmo tempo, agregação e predição. Se o grupo social em questão é estável, no sentido indicado, podemos ser bem-sucedidos em ambos, já que um minúsculo grão não perturba a descrição. Isto significa que o grupo se comporta como se fosse determinístico no agregado. Certamente, não há razões gerais para esperar tal estabilidade como se estivéssemos na biologia evolucionária, onde a noção de *homeorhesis* foi primeiro colocada, e então temos que dar razões específicas em cada caso particular para acreditar em sociedades dinamicamente estáveis. Mas, assumindo que algo de tal determinação tenha sido dado, podemos unicamente predizer o valor de futuras variáveis macro usando somente os valores presentes dessas variáveis macro (ou possivelmente também com valores passados, pois Elster está interessado aqui apenas no determinismo e não na causalidade local). Se em outros casos, que nas

⁶⁴ Segundo Elster, este termo, é a analogia dinâmica do mais conhecido termo homeostase e deve ser visto como um conceito relacionado à estabilidade local (Elster, 1983a:32-33).

Ciências Sociais e históricas serão uma maioria, somos incapazes de prever macro-variáveis usando apenas macro-variáveis, isto não significa, contudo, que a sociedade em questão não se comporta deterministicamente: somente que lhe falta um certo tipo de estabilidade. Pode ser, contudo, ainda possível formular macro-teorias, se renunciarmos à predição única. Tentativas têm sido feitas, por exemplo, para desenvolver uma teoria da mudança histórica usando correspondências. Dado o atual macro-estado, podemos ser capazes de prever que o nosso próximo macro-estado será achado somente naquele subconjunto dos estados abstratamente concebíveis. Ou, alternativamente, podemos tentar definir uma distribuição de probabilidade sobre o conjunto dos macro-estados que podem ocorrer.

4.4.2 – A *Hysteresis* nas Ciências Sociais

Elster se coloca contra a idéia de que a *hysteresis* (causação à distância) é de especial importância nas Ciências Sociais, devido à importância irreduzível da história para a compreensão do presente. No nível ontológico este, necessariamente, não é o caso, sugere o autor. A aparente *hysteresis* não foi atingida, ainda que seja provavelmente verdade que os modelos e teorias de Ciências Sociais que apresentem intervalos de tempo tenham mais proeminência do que nas ciências físicas.

O objetivo da pesquisa, se a noção de *hysteresis* for levada a sério, deveria ser substituir, para causas passadas, os traços deixados no presente através da operação daquelas causas, mas isto nem sempre somos capazes de conseguir. Tais traços são usualmente chamados variáveis estáveis, e ocupam uma posição privilegiada na explicação científica.

4.4.3 – Causalidade e Contra-factuais

Este é um tema de grande relevância nas Ciências Sociais, pelo menos desde Max Weber, e especialmente importante na obra de Elster, já que terá implicações diretas nas posteriores elaborações teóricas do autor sobre o tema dos mecanismos.

Reconstruamos o argumento de Jon Elster. É usualmente tomado por pressuposto que há uma linha próxima entre afirmações causais e afirmações contra-factuais, isto é, entre “A causou B” e “se A não tivesse ocorrido, B não teria ocorrido”. Ainda que isto possa ser mostrado, a verdade do contra-factual não é nem necessária nem suficiente para a verdade da afirmação causal. A não suficiência é produzida pela possibilidade do epifenômeno. Se C é necessário para A e suficiente para B, a afirmação contrafactual seria verdadeira, ainda que a causal seja falsa. A não necessidade é produzida pela possibilidade da causação preemptiva. Se C tivesse produzido B, tendo A sido ausente, a afirmação causal permaneceria sendo verdadeira, mas a contra-factual falsa. Geralmente, qualquer tentativa de definir noções causais em termos de afirmações contra-factuais levaria a que colocássemos o carro na frente dos bois.

Mas, embora as afirmações contrafactuais não esgotem o significado das afirmações causais, elas podem oferecer caracterizações não definicionais verdadeiras das relações causais em muitos casos. Uma razão de porque a causalidade é tão importante praticamente é, certamente, que, com frequência, o efeito não seria produzido na ausência da causa.

Embora o significado da causalidade não possa ser substituído por afirmações contrafactuais, estas têm um papel importante na análise causal. Quando queremos

saber a importância relativa de quaisquer causas, removemos ficticiamente estas causas para observarmos as diferenças que a ausência delas provoca.

Segundo Elster, a dificuldade epistemológica está em como apurar a autenticidade das afirmações contrafactuais. Na visão deste autor, é difícil de aceitar que tais afirmações tenham condições de verdade, isto é, que elas são verdadeiras, quando elas são verdadeiras, devido à correspondência com os fatos. Em particular, Elster não aceita a sugestão de que afirmações contrafactuais devam ter condições de verdade em mundos possíveis.

A visão de Elster, que está em consonância com a visão de outros humeanos, é que os contrafactuais não podem ser verdadeiros ou falsos, somente asseveráveis (ou reivindicáveis) ou não asseveráveis (não reivindicáveis)⁶⁵. As bases ou condições para a asseverabilidade são as teorias científicas aceitas atualmente, isto é, as afirmações universais que se assemelham a leis aceitas atualmente. Uma afirmação contra-factual é reivindicável ou garantida se a consequente pode ser deduzida da antecedente junto com algumas afirmações teóricas escolhidas de forma apropriada.

Elster ainda acrescenta que a análise das afirmações contrafactuais na história nos fornece uma série de quebra-cabeças, dos quais ele quer acentuar três. O primeiro é o problema da tesoura. Claramente, segundo ele, precisamos da teoria para ir do argumento antecedente para o consequente em afirmações contrafactuais, mas também necessitamos da teoria para avaliar a legitimidade do argumento antecedente tomado por si mesmo.

Necessitamos da teoria para nos dizer se a suposição do antecedente contrafactual é compatível com o que é conservado no mundo atual. Um quebra-cabeças surge porque estes dois papéis atribuídos à teoria podem entrar em conflito um

⁶⁵ No original: *assertible*.

com o outro. Quanto melhores nossas teorias, mais antecedentes serão descartados como ilegítimos e mais capazes nós seremos de acessar o conseqüente. Ou de outra forma: quanto mais questões pudermos colocar, menos questões teremos capacidade de responder.

Um segundo quebra-cabeças surge quando causas interagem não aditivamente. Assumamos esquematicamente que duas causas C1 e C2 contribuam para o efeito E da seguinte forma: $E = 2C1 + 3C2 + C1.C2$. Assumamos, mais ainda, que em um dado caso C1 e C2 tenham valores 2 e 1 respectivamente, implicando em um valor de 9 para E. Se nós tentamos determinar a importância relativa das causas assumindo em primeiro lugar C1 e em segundo lugar C2, nós temos o resultado que C1 contribui 6 para E e C2 contribui 5 para E. Mas isto implica que a contribuição total das duas causas para o efeito excede o efeito total, o que é um absurdo.

E o terceiro problema tem a ver com a identificação dos atores envolvidos na afirmação contra-factual. Frequentemente, queremos saber se a situação de um grupo em uma dada situação pode ser imputada ao sistema do qual ele faz parte. Podemos levantar uma questão, contrafactualmente, se eles estariam melhor em um sistema alternativo. Claramente, segundo Elster, pode ser difícil conceitualmente determinar qual sistema é relevante para alguém fazer uma comparação. Um problema mais básico, contudo, é que em um sistema alternativo pode ser impossível identificar o grupo cuja situação queremos acessar.

4.4.4 – Causação Simultânea

Nas Ciências Sociais contemporâneas, as afirmativas nas quais estados contemporâneos estão relacionados uns com os outros como causa e efeitos são

constantes. Para dar sentido a tais afirmativas, sem invocar a noção misteriosa de causalção simultânea ou instantânea, devemos ser capazes de distinguir entre variáveis endógenas e exógenas no sistema em consideração. Podemos então interpretar tais afirmações em termos do efeito do estado uniforme⁶⁶ sobre uma variável endógena produzido por uma mudança em uma variável exógena. Se apenas consideramos o sistema em um determinado momento depois da mudança na variável exógena e observamos que ele provocou uma mudança em uma variável endógena, não podemos concluir que este é um efeito do estado uniforme.

Em primeiro lugar, o sistema pode não ter encontrado ainda este estado uniforme, então a variável endógena pode tomar valores completamente diferentes mais tarde. E, em segundo lugar, o sistema pode ser tal que não há estado uniforme para o qual ele converge depois da mudança na variável exógena.

Elster (1983a) utiliza estes princípios através de alguns exemplos retirados da *Democracia na América* de Aléxis de Tocqueville. Segundo ele, Tocqueville estaria interessado nas conseqüências sociais das constituições democráticas. E, no curso de sua análise, ele propõe indiretamente uma concepção de causalidade social que pode ser enunciada em termos de quatro princípios.

O primeiro seria o chamado princípio do holismo: as relações causais que são válidas na margem não podem ser generalizadas para o todo. O segundo princípio é aquele do efeito líquido. A estrutura geral do argumento é a seguinte: queremos compreender o efeito da variável exógena sobre algumas variáveis endógenas; o efeito é mediado por variáveis intermediárias, que interagem multiplicativamente mais que aditivamente, e que funcionam em direções opostas; o efeito total é resultante da combinação dos dois mecanismos e não da focalização de um deles apenas.

⁶⁶ No original: *steady-state effect*.

O terceiro princípio é o do longo prazo, em que a combinação de variáveis dentro de um sistema no curto prazo pode ser mais forte que a combinação de variáveis de outro sistema também no curto prazo. O quarto princípio é aquele do estado uniforme. Talvez o argumento central do trabalho de Tocqueville sobre a democracia é que ninguém deveria confundir os efeitos da democratização com os efeitos da democracia. Os primeiros são os efeitos observados antes que a democracia tenha encontrado o seu lugar tranquilo, enquanto os últimos são observados quando o processo finalmente se estabelece. Observe-se que a distinção entre efeitos de curto prazo e efeitos de longo prazo é feita dentro do estado uniforme: a ineficiência de curto prazo e a eficiência de longo prazo da democracia pertencem aos traços de estado uniforme de tal democracia. Tocqueville, segundo Elster, está desperto para o fato de que pode não haver nenhum estado constante ou uniforme que se segue a uma dada mudança exógena.

Some-se às duas dificuldades mencionadas acima – a) que os sistemas que nós observamos podem não ter alcançado ainda seu estado uniforme e b) que eles podem não ter estados uniformes – e poderá surgir uma dificuldade adicional: nunca ocorrer o tempo de um efeito de estado uniforme agir por si próprio, porque o sistema está constantemente sendo exposto a choques exógenos. Em sociedades modernas, mudando rapidamente, isto pode ocorrer com frequência. Por todas estas razões, pode ser difícil identificar casos de causação simultânea. Por outro lado, alguém poderia aliviar o problema que deriva da ausência de um estado constante estendendo a noção de tal forma que inclua ciclos limitados. Se depois de uma mudança em uma variável exógena, as variáveis endógenas, em última instância, estabelecem-se em um padrão oscilatório estável, isto pode ser considerado um efeito da mudança em questão.

4.4.5 – Explicação Estatística

Um outro tema que reaparecerá em momentos posteriores da obra elsteriana é o da explicação estatística (Elster, 1983a, 1989a, e 1999a). Assim, para o autor, mesmo que a explicação determinística seja o ideal na ciência, freqüentemente temos que nos contentar com menos. Em particular, a explicação estatística pode oferecer uma compreensão parcial do fenômeno em estudo. Elster discute três variações deste tipo de explicação: a explicação estatística dedutiva, a explicação estatística indutiva e a análise de correlação.

Para o primeiro caso, a explicação estatística dedutiva retira uma regularidade estatística do pressuposto de que um processo estocástico está operando. Assumimos, pois, que, em qualquer dado momento, a probabilidade de transição de um grupo para outro depende do pertencimento de grupo presente e passado. Este enfoque satisfaz a demanda por um mecanismo no sentido de mostrar como um simples micro-processo gera complexos macro-processos, mas também nos deixa insatisfeitos porque o processo, embora simples, permanece fundamentalmente obscuro enquanto nenhuma justificção teórica para o modelo for fornecida. A afirmação de que um indivíduo ou processo X tem a probabilidade de 60% de se manter como está e um processo ou indivíduo Y tem a probabilidade de se mover de 40%, não pode ser a explicação em si mesma. De fato, se não há justificção teórica para o modelo, ele dificilmente está explicando alguma coisa, já que a aparente habilidade para lidar com os dados pode ser o caso de ajuste de curva, muito comum nas Ciências Sociais.

Já no segundo caso, a explicação indutiva nas Ciências Sociais invoca leis estatísticas para explicar instâncias particulares mais que padrões de instâncias. Um exemplo útil é aquele dado por Elster a respeito da recuperação de um doente a partir

do uso de um medicamento. Dado o fato de que a maior parte dos pacientes recupera-se através deste tratamento, instâncias particulares de recuperação podem ser explicadas. Tal explicação compartilha a dificuldade notada no caso da explicação estatística dedutiva, e permanece obscura enquanto as probabilidades não forem justificadas teoricamente.

Examinemos um exemplo: se Osama recupera-se de uma doença depois do tratamento através de um medicamento qualquer e muitas pessoas também o fazem, podemos explicar a recuperação de Osama através de um raciocínio estatístico indutivo. Pode ser o caso, contudo, de que um pequeno subgrupo de pessoas seja altamente propícias a se tornar imune ao tratamento através do referido medicamento, Osama sendo um deles. Quando, apesar de tudo, ele se recupera depois do uso da penicilina, foi porque ele pertencia a um subgrupo de um subgrupo, aqueles altamente propícios a serem curados pelo medicamento mencionado. Assim, a explicação da recuperação de Osama deve invocar seu pertencimento ao subgrupo do subgrupo, mais que seu pertencimento à população total. Mas se alguém não sabe nada a respeito destas distinções finas, poderia concluir que Osama recuperou-se porque o medicamento em geral tende a induzir a recuperação. Fica demonstrado, se concordarmos com Elster, que a explicação estatística indutiva é espúria.

Finalmente, o terceiro caso, em que a análise de correlação atua encontrando co-variações sistemáticas entre variáveis. Para uma dada variável dependente, podemos descobrir que ela co-varia com várias variáveis independentes, e, através de técnicas estatísticas bem conhecidas, é possível determinar a força relativa destas ligações para distinguir entre efeitos diretos, indiretos etc. Tipicamente, a variável dependente é apenas parcialmente explicada pelas variáveis independentes, e a

permanência de resíduos não explicáveis é freqüentemente ampla. Mas dizer que uma explicação é apenas parcialmente bem sucedida não é dizer que ela é espúria. O último ponto, usualmente, refere-se à correlação entre duas variáveis que não derivam de uma relação causal entre elas, mas de uma relação comum com uma terceira variável. Isto é o que pode ser chamado de problema do epifenômeno.

O perigo de confundir correlação e causação é um problema constante neste modo de explicação estatística, e a razão pela qual deveríamos estar despertos para interpretar correlações como indicações de que há algo ocorrendo e que deve ser melhor examinado. Ou, em outros termos, que a função da análise de correlação nos torna capazes de descartar uma hipótese causal se a correlação apresentada é baixa.

É comum dizer que existem casos onde podemos identificar correlações verdadeiras (explicativas) de correlações espúrias controlando uma terceira variável. Se, por exemplo, há uma alta correlação negativa entre X (o percentual de membros de um grupo que são casados) e Y (o número médio de gramas de confeitos consumidos por mês, por membro do mesmo grupo), podemos suspeitar que isto ocorre devido aos efeitos de uma causa comum z (a idade média dos membros do grupo). Mantendo z constante, pode-se de fato fazer a correlação entre x e y desaparecer e devemos concluir que a correlação era espúria. Mas considere o seguinte caso extraído de um artigo de H. Simon: pode haver uma alta correlação positiva entre x (percentual de mulheres empregadas que são casadas) e y (o número médio de ausências por semana, por empregado, por exemplo). Contudo, quando z (a quantidade de trabalho de casa desempenhado por semana, por empregado) é tornada constante, a correlação desaparece. Aqui, todavia, nós deveríamos concluir de outra forma: que z é uma variável interveniente entre x e y. No primeiro caso, z está associada a x e (z está

associada) a y . No segundo caso, z é intermediária entre x e y . No primeiro caso, a relação entre x e y é espúria, no segundo não, embora quando z é constante, a relação desaparece, em ambos os casos. O que nos torna capazes de distinguir entre os dois casos são os pressupostos *a priori* sobre os mecanismos causais que estão provavelmente operando, e nenhuma manipulação ou controle de tais variáveis pode substituir tais pressupostos.

4.5 – A Explicação através de Mecanismos em Elster: a Reconstrução da Noção de Causalidade

Nos tópicos anteriores, vimos como Elster identifica e assume o conceito de causalidade e sua vinculação com a agenda Humeana. Esta compreensão da natureza da causalidade em Elster permite que passemos a um dos traços mais marcantes do seu projeto metodológico: *a explicação por mecanismos*.

Dessa maneira, postulamos que a idéia de “mecanismos” em Elster carrega em si mesma a maior parte das formulações explicitadas em *Explaining Technical Change*, dando a elas, inclusive, um sentido mais completo e transmitindo-as quase que inteiramente, através da defesa que faz da explicação através de mecanismos.

Para compreender o papel dos mecanismos na construção da explicação, será necessário, introdutoriamente, localizar Elster no interior de um “movimento” mais amplo das Ciências Sociais contemporâneas, que coloca a explicação através de mecanismos como estratégia explanatória fundamental.

4.5.1 – O que são Mecanismos Sociais?

Um enfoque teórico-metodológico baseado em mecanismos, como o proposto por Elster, pode ser articulado a um conjunto de autores que assumem tal perspectiva. Nas linhas que se seguem, tentaremos resumir o “estado-da-arte” do debate sobre mecanismos nas Ciências Sociais.

A literatura recente sobre mecanismos sociais (Stinchcombe, 1998; Hedström e Swedberg, 1998; Elster, 1999a) propõe distintas, mas de certa forma aproximadas, concepções do que é um mecanismo social. Se partirmos de Merton (1968), mecanismos são processos sociais que têm conseqüências para as partes designadas da estrutura social. A principal tarefa da sociologia deve ser identificar estes mecanismos e estabelecer as condições sob as quais eles ocorrem, falham etc. Por outro lado, os mecanismos são os “tijolos”, componentes básicos do edifício das teorias de médio alcance.

Um outro funcionalista heterodoxo, Stinchcombe (1998:267), afirma que mecanismos são partes de teorias acerca de entidades em um nível diferente (por exemplo, indivíduos) do de outras entidades sobre as quais se teoriza (por exemplo, grupos). Tais partes fariam com que a teoria do nível mais elevado ganhasse flexibilidade e acurácia. No âmbito da tradição explicitamente individualista metodológica, destaca-se a definição de Thomas Schelling (1998), que acredita que um mecanismo pode ser considerado um conjunto de afirmações que fornecem um relato plausível de como *inputs* e *outputs* estão ligados uns aos outros.

Traços centrais das definições apontadas acima são: a ênfase teórico-analítica, o nível de generalidade intermediário (da explicação) e a vinculação com a necessidade de uma explicação em termos de *causalidade* como elemento constituidor das Ciências Sociais.

A explicação fundada em mecanismos é proposta como alternativa metodológica a quatro outras posições, e sua especificidade consiste exatamente na recusa da lógica subjacente a tais posições, a saber:

1) pode-se dizer que o enfoque por mecanismos é uma tentativa de superar o modelo dedutivista, de inspiração popperiana/hempeliana, segundo o qual a explicação se dá por meio de subsunção dedutiva, sob leis universais (interpretadas como regularidades empíricas). Parte-se do princípio de que tal subsunção simplesmente generaliza problemas. O que se exige para uma explicação genuína é a introdução de novos conceitos que não estejam contidos no *explanandum*, ou, em outros termos, modelos descrevendo mecanismos sociais geradores plausíveis. Além disso, dois outros pontos revelam a fraqueza dessa posição: a ausência de explicações em Ciências Sociais, em conformidade com esse modelo dedutivista canônico, e a exigência de simetria entre explicação e previsão, dado que a ciência social apresenta uma baixa capacidade preditiva;

2) a explicação por mecanismos difere não somente da mera subsunção, mas também do relato compreensivo ou interpretativo, próximo da etnografia. A invocação da *Verstehen* não faria referência necessária a qualquer mecanismo social. Ela simplesmente sugeriria uma fonte interna (mental) da ação individual (social ou não) sem que qualquer mecanismo explicativo estivesse sendo especulado ou descoberto:

tais relatos compreensivos podem ser (e ocasionalmente são) meras descrições em linguagem ordinária ou em termos de psicologia popular⁶⁷ (Bunge, 1997);

3) um terceiro adversário da explicação por mecanismos seria o que se convencionou chamar de grandes sínteses na teoria social contemporânea, ao modo de Jeffrey Alexander, Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu. Tais sínteses procuram incorporar, em modelos explicativos de grande abrangência, como a nomologia e a ideografia, a macrossociologia e a microsociologia, enfoques “estruturalistas” e “voluntarísticos”. As principais deficiências desse tipo de construção de teoria são: a) incapacidade de fornecer efetivamente explicação sobre como ações sociais são agregadas se convertendo em estruturas, e como a estrutura é convertida em ação social pelos indivíduos; b) ênfase discursiva sobre temas epistemológicos, ontológicos e de filosofia da ciência desproporcional à teorização efetiva sobre o mundo social (Van den Berg, 1998:205);

4) finalmente, o enfoque por mecanismos busca superar as limitações de um enfoque centrado nas relações entre variáveis. Um modelo de análise causal estatisticamente ancorado não explica nada por si mesmo, simplesmente sumariza o fenômeno (Boudon, 1998). Modelos teóricos, que incluem necessariamente os mecanismos geradores responsáveis pela relação observada entre as variáveis, são necessários para tornar inteligíveis os resultados de uma análise empírica. Isto não quer dizer que a pesquisa quantitativa não seja essencial às Ciências Sociais, tanto para propósitos descritivos quanto para testar teorias.

No entanto, o ponto crítico que se quer enfatizar é a exigência de algum tipo de integração entre teoria e evidência. Se considerarmos que um mecanismo social é um

⁶⁷ Segundo Santana (2002), Psicologia Popular é um sistema pelo qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social, seu conhecimento sobre ele e as trocas que com ele mantém.

relato de como a mudança em alguma variável é produzida – uma conceitualização do que ocorre no processo –, explicações sociológicas podem ser “re-introduzidas” na sociologia, dirigindo o foco para mecanismos específicos mediante os quais a mudança é produzida nos processos sociais. Isto pode resultar na especificação de tais relações em um modelo matemático, desde que estabelecido o foco sobre a mudança e a sua forma (teoricamente explicada) de ocorrência (Sorensen, 1998).

4.5.2 – Premissas da explicação por mecanismos

Estabelecidos os antípodas da explicação por mecanismos, podemos passar agora à discussão do que seriam os postulados fundamentais do “enfoque mecanístico” (Bunge, 1997), o qual, segundo Hedström e Swedberg (1998), pode ser caracterizado, grosso modo, por quatro traços fundamentais.

1) Explicações sociológicas ou em Ciências Sociais devem ser baseadas em ações, isto é, os atores, e não as variáveis, são os agentes. Portanto, não podem ser construídas sobre meras associações entre variáveis, mas devem fazer referência direta às causas e conseqüências da ação individual voltada para o comportamento de outros⁶⁸.

A explicação fundada em mecanismos, usualmente, invoca um agente causal – atores individuais –, e a ciência social deve sempre fazer referência às causas e conseqüências das ações desses indivíduos. Tal princípio, como vimos, é o I.M., que estaria intimamente ligado à idéia central da explicação baseada em mecanismos: a

⁶⁸ Observe-se que, no entanto, nem todos os autores que abraçam um enfoque explanatório baseado em mecanismos compartilham a filiação a um ponto de vista do I.M. Exemplos notáveis são Mario Bunge e Arthur Stinchcombe.

compreensão do fenômeno é aumentada com o ato de tornar explícito o mecanismo gerador subjacente que liga um estado ou evento a outro; e nas Ciências Sociais as ações (individuais) constituem essa ligação. Dessa maneira, o conjunto de autores comprometidos tanto com a explicação por mecanismos, quanto com o I.M., defende que fenômenos sociais são explicáveis apenas em termos dos indivíduos, suas características, seus fins, suas crenças (*idem*). A ação individual é a unidade elementar da vida social. Os fenômenos sociais resultam da ação e da interação entre indivíduos. A explicação nas Ciências Sociais deve ser, portanto, capaz de reduzir fenômenos complexos a seus elementos constitutivos, ou seja, às ações individuais.

2) Explicações sociológicas, ou em Ciências Sociais, devem buscar precisão elucidativa. Em outras palavras, não devem estar situadas em um nível de teorização tal que implique “indeterminação explicativa”, nem devem tentar estabelecer leis sociais gerais, improváveis de existirem no domínio da sociologia. Embora alguns autores, como Merton ou mesmo Elster, não descartem uma eventual tentativa – limitada e futura – de passagem dos mecanismos à teoria geral, exige-se, no mínimo, que possamos identificar com antecedência as condições nas quais um ou outro mecanismo é posto em ação.

3) Explicações sociológicas, ou em Ciências Sociais, necessitam, contudo, de um grau de abstração que permita a seleção dos fatores relevantes para a construção de modelos. Constitui-se, assim, o que chamaremos de enfoque analítico. A característica-chave desse enfoque é construir um modelo analítico da situação a ser examinada, formulado inicialmente de maneira a incluir somente elementos que se acredita serem essenciais.

O ponto mais importante a ser ressaltado é que o alvo da análise teórica é esse modelo, e não a realidade que ele pretende explicar (*idem*). No entanto, na medida em

que o modelo incorpora os elementos essenciais da situação concreta, os resultados da análise teórica certamente ajudarão a esclarecer algo sobre a situação no “mundo real” que o modelo pretende explicar.

Em outros termos, quer-se acentuar aqui que mesmo os relatos mais detalhados da realidade põem em prática seleções de traços, são sempre modelos de situações concretas e em qualquer ocasião distorcerão a realidade, acentuando alguns aspectos e ignorando outros. Nas palavras de Hernes (1998), parodiando o pintor impressionista Claude Monet, cientistas sociais não pintam pessoas, pintam imagens de pessoas.

4) Explicações sociológicas, ou em Ciências Sociais, devem operar através de redução, buscando tornar claro o que liga *input* a *output*, *explanans* a *explanandum*. Em outras palavras, é necessário abrir a caixa-preta colocada entre o que é causa e o que é efeito.

Os quatro pontos assinalados anteriormente podem ser considerados o núcleo de um enfoque baseado em mecanismos (apesar de diferenças mais ou menos significativas entre alguns autores) e a partir deles pode ser constituído o que Hedström e Swedberg chamam de “um estilo de ciência social que se debruça sobre quebra-cabeças ou paradoxos sociais de médio alcance para obter uma explicação a um só tempo precisa, abstrata e baseada em ações individuais” (1998:25).

4.5.3 – Tipologias de mecanismos sociais

Mesmo resguardando o caráter abstrato do empreendimento analítico da explicação por mecanismos, uma compreensão mais complexa desse enfoque explicativo exige que detalhemos em um nível mais específico a existência desses “constructos analíticos”.

Alguns autores podem fornecer algumas pistas. Segundo Bunge (1997), haveria na ciência mecanismos de muitos tipos: eletromagnéticos, nucleares, químicos, celulares, intercelulares, ecológicos, econômicos, políticos. Nas Ciências Sociais, especificamente, conflito e cooperação, participação e segregação, institucionalização e rebelião, imitação e mercado, migração e colonização, inovação tecnológica e controle social sob várias formas. No entanto, precisamos agrupá-los em tipos que facilitem a tarefa de fornecer explicações tanto no plano de ocorrência macrosociológico dos fenômenos sociais, quanto no da sua necessária fundamentação microsociológica. Dessa maneira, explicações apropriadas da mudança e/ou variação no plano macro devem mostrar como macroestados, em um determinado ponto, influenciam o comportamento de atores individuais, e como essas ações geram novos macroestados em um momento posterior.

Duas tipologias de mecanismos (baseadas em critérios diferentes de separação) podem nos ser úteis.

1) Segundo Coleman (*apud* Hedström e Swedberg, 1998), três tipos de mecanismos estariam em operação nas Ciências Sociais:

a) mecanismos situacionais (macro/micro) – fazem a ligação entre a estrutura social ou outros estados e as crenças, desejos e oportunidades de algum ator individual (os exemplos aqui seriam todos os mecanismos formadores de crenças e de preferências);

b) mecanismos formadores de ação (micro/micro) – aqueles relacionados a todas as possibilidades de combinação específica de desejos individuais, crenças e oportunidades de ação, gerando uma ação específica. São mecanismos de natureza psicológica e sociopsicológica, tal como *dissonância cognitiva*;

c) mecanismos transformacionais (micro/macro) – aqueles através dos quais as ações individuais são transformadas em algum tipo de resultado coletivo, pretendido ou não (os exemplos clássicos são os modelos derivados da teoria dos jogos).

2) Gambetta (1998) propõe uma classificação que é compatível com a anterior. Segundo ele, para evitar confundir níveis de análise, devemos distinguir mecanismos individuais propriamente ditos e os processos mediante os quais eles são desencadeados por condições sociais (macro/micro), gerando resultados sociais (micro/macro). Mecanismos são aquelas formulações mínimas sobre a “composição” dos agentes que se requer para deduzir como eles interagem com os outros e respondem às condições externas.

As duas classificações propostas acima devem ser compreendidas levando-se em conta três pressupostos fundamentais que auxiliam a elucidar a dinâmica de funcionamento da explicação por mecanismos:

a) a maior parte dos fenômenos sociais requer mais que um mecanismo para fazer sentido. Mecanismos interagem uns com os outros formando concatenações de mecanismos (*idem*);

b) os efeitos produzidos pelos mecanismos no nível empírico dependem de condições contingenciais, incluindo aquelas produzidas por outros mecanismos (Sayer, 1998);

c) mecanismos apresentam-se sob a forma de “famílias”: podemos agrupá-los a partir de critérios que indiquem mecanismos que produzam resultados similares e desfrutem similaridades e/ou diferenças (Schelling, 1998).

As classificações acima, por mais diversas que sejam, não são antagônicas; pelo contrário, complementam-se, além de compartilharem implicitamente um pressuposto comum: indicam que, de uma forma ou de outra, a utilização de

mecanismos sociais como estratégia analítica coloca a necessidade de algum tipo de classificação que permita uma separação, para efeito de utilidade explicativa efetiva, dos níveis de teorização (micro/macro) dos principais tipos de mecanismos e das possibilidades de interação entre eles.

4.5.4 – Elster e os Mecanismos

Compreendido o contexto mais amplo dos enfoques teóricos baseados em mecanismos, podemos agora entender como Elster articula seus pressupostos metodológicos discutidos anteriormente (intencionalidade-causalidade, I.M. e projeto reducionista) com a “perspectiva mecanística”.

Inicialmente, cinco distinções fundamentais fazem-se necessárias, segundo o autor (Elster, 1989a; 1999a):

a) explicações causais devem ser distinguidas de proposições causais verdadeiras. Citar a causa não é suficiente, o mecanismo causal deve ser indicado e elucidado. Não basta, portanto, afirmar que pobreza gera crime, ou que educação aumenta renda: é preciso mostrar como, e através de que mecanismos, a situação de pobreza produz criminalidade ou a elevação do nível educacional produz mais renda;

b) relacionada com a distinção anterior, está a idéia de que explicações causais devem ser discernidas de afirmações sobre correlação. Mas, aqui, o foco de Elster é outro: se um evento de um certo tipo é invariável ou usualmente seguido por um de outra espécie, isto não nos permite dizer que eventos do primeiro tipo acarretam eventos do segundo, porque há outra possibilidade: os dois poderiam ser efeitos comuns de um terceiro;

c) explicações causais devem ser distinguidas de afirmações sobre necessitação.

Explicar um evento é fazer um relato de, por que e como este aconteceu. Dizer que poderia ter ocorrido de outra maneira não explica efetivamente o evento-problema que se quer explicar. O pano de fundo dessa distinção é a conhecida crítica de Elster à explicação funcional;

d) explicações causais devem ser isoladas do ato de contar histórias. Uma explicação genuína daria conta do que aconteceu, como aconteceu. Contar uma história é dar conta do que ocorreu e como poderia ter ocorrido. Aqui, Elster busca uma distinção do relato etnográfico, da mera descrição, da ausência de ambição explanatória nas Ciências Sociais;

e) finalmente, explicações causais devem ser consideradas distintas de previsões. Pode-se explicar sem predizer e predizer sem explicar. Tome-se como exemplo a coexistência de dois mecanismos opostos, sem que se tenha uma teoria que nos diga quando um ou outro irá operar, ou qual a direção e a intensidade de cada mecanismo na produção de um saldo líquido que abra caminho tanto para uma explicação mais avançada, quanto para a previsão.

Os cinco pontos acima nos mostram *o que não é* uma explicação por mecanismos. Podemos agora passar ao seu conteúdo propriamente dito.

Para Elster (*idem; idem*), explicar é fornecer um mecanismo, abrir a caixa-preta e mostrar as peças e engrenagens, porcas e parafusos da maquinaria interna da vida social. **O termo mecanismo relaciona-se a cadeias intencionais de um objetivo para uma ação, como também cadeias causais de um evento para o seu efeito.** O papel dos mecanismos é duplo: eles nos tornam capazes de ir do maior para o menor, das sociedades para os indivíduos, e reduzem o intervalo de tempo entre *explanans* e *explanandum*. Um mecanismo fornece uma cadeia contínua e contígua de *links*

intencionais e causais: ele abre uma caixa-preta, que é uma falha, algo obscuro, na cadeia explicativa⁶⁹.

Para Elster, mecanismos são padrões causais facilmente reconhecíveis, que ocorrem freqüentemente e são desencadeados sob condições geralmente desconhecidas e com conseqüências indeterminadas. Elster afirma que mecanismo é algo intermediário entre leis e descrições. Um mecanismo fornece uma explicação porque ele é mais geral que o fenômeno que ele subsume. É próprio de um mecanismo não comportar uma aplicação universal que permita a predição e o controle dos eventos sociais, mas encarnar um encadeamento causal que seja suficientemente geral e preciso para que possa ser encontrado em contextos variados. Menos que uma teoria, é muito mais que uma descrição, pois pode servir de modelo a outros casos ainda não encontrados.

A passagem dos mecanismos à teoria geral (não descartada por Elster, apesar de relativizada) exige que identifiquemos com antecedência as condições nas quais um ou outro mecanismo será posto em ação. Contudo, o número de condições que encontramos na realidade é grande demais para que possamos estabelecer, para cada uma delas, o mecanismo característico. Assim, a explicação sociológica baseada em mecanismos pode ser considerada a um só tempo indispensável e insuficiente: indispensável, pois pode identificar os mecanismos que, de outro modo, não seriam percebidos; e insuficiente porque seu poder de previsão é quase nulo (Elster, 1999a).

Um outro ponto relevante: deve-se considerar que o antônimo de mecanismo é uma lei científica. Uma lei afirma que, sob certas condições iniciais, um evento de um

⁶⁹ Embora o propósito de um mecanismo seja reduzir o intervalo de tempo entre causa e efeito, o sucesso da redução pode ser restrito, dependendo da capacidade de substituição das variáveis macro por variáveis micro (Hedström e Swedberg, 1998; Elster, 1999a).

certo tipo (a causa) irá sempre produzir um evento de um outro tipo (o efeito). Reconhecendo que explicações por leis são melhores, mas raras em Ciências Sociais, o autor afirma que a explicação por mecanismos opera quando e porque nós podemos identificar um padrão causal que se pode reconhecer entre situações e que fornece uma resposta inteligível para a pergunta: *Por que os indivíduos fizeram aquilo?*

Ressalte-se, pois, que a defesa de mecanismos não é um argumento contrário a explicações baseadas em leis, mas contrário ao argumento de que quando explicações falham – e elas freqüentemente o fazem –, nós devemos cair na narrativa ou descrição.

Apesar da adoção de um conceito de mecanismo que tem por antônimo a lei científica, Elster mantém como adversário explícito qualquer tipo de explicação que não possibilite a abertura da caixa-preta. A explicação por mecanismos permitiria que se ultrapassasse a constatação de uma regularidade observável de tipo caixa-preta (da qual não se sabe por que e como ocorre). Assim, contra leis e explicações do tipo caixa-preta, abandona-se a formulação “*Se A, então, sempre B*”, para adotarmos “*Se A, então, sempre C, D e B*” ou “*Se A, então algumas vezes B*”.

Dessa perspectiva, mecanismos são bons porque nos tornam capazes de explicar quando as generalizações falham, bem como porque nos tornam capazes de fornecer melhores explicações. Compreendendo os detalhes da estória causal, reduz-se o risco de explanação espúria. Pode ser dito então que o objetivo factível, alcançável, das Ciências Sociais – de um ponto de vista *explanatório* – não está em buscar melhores teorias, mas em identificar cada vez mais mecanismos⁷⁰.

Para finalizar este tópico, apresento a taxonomia elsteriana dos mecanismos:

⁷⁰ Pode ser aqui aventado um parentesco entre a posição de Elster contra a Grande Teoria e a de Merton contra a Teoria Parsoniana. Não só porque Elster não acredita em uma “teoria geral dos campos” nas Ciências Sociais”, como não crê na possibilidade de generalização e repetição – próprias das leis científicas – mesmo em teorias de médio alcance.

a) mecanismos de tipo A: ocorrem quando a indeterminação diz respeito à cadeia (se há alguma) causal que será desencadeada em uma dada “situação social”; e
b) mecanismos de tipo B: ocorrem quando podemos prever que serão postas em ação duas cadeias causais que afetarão uma variável independente em direções opostas, deixando o efeito líquido indeterminado.

Ainda para mecanismos de tipo B, temos casos em que dois mecanismos opostos são desencadeados simultaneamente pela mesma causa, e casos em que um é desencadeado pelo outro. Elster classifica-os como B1 e B2, respectivamente.

Sintetizando, com mecanismos A, nós não podemos saber qual deles será desencadeado; com mecanismos B, não somos capazes de saber o efeito líquido dos dois mecanismos opostos (Elster, 1999a).

Outra forma de classificar os mecanismos, segundo Elster, seria aquela em que identificamos mecanismos atômicos (quase psicológicos), mecanismos moleculares (por exemplo, quando há mais de um par de mecanismos operando simultaneamente) e, finalmente, a interação entre mecanismos produzindo fenômenos psíquicos complexos e fenômenos sociais (Elster, 1999a).

4.6- Causalidade, Intencionalidade e a Teoria da Ação

No primeiro tópico do capítulo anterior, Elster afirma que, apesar da explicação intencional ser aquela que é típica das Ciências Sociais, explicações causais sub-intencionais e supra-intencionais também são permitidas nestas ciências (cf. quadro 3.1). Estas duas formas de explicação causal serão agora objeto da nossa investigação, pois ilustram uma outra dimensão da causalidade em Elster que não foi discutida até o

momento. Tal dimensão reveste-se de especial importância por estar completamente articulada com a teoria da ação elsteriana.

Tanto o tema da causalidade supra-intencional quanto o tema da causalidade sub-intencional já vem sendo tratados por Elster desde *Logic and Society* (1978). Neste livro, o autor norueguês propõe que os quatro obstáculos à liberdade e à autonomia são as contradições mentais (quando o indivíduo coloca para si mesmo objetivos contraditórios ou inconsistentes), a causalidade subintencional (quando o indivíduo é atingido ou se defronta com processos causais que ele não compreende e escapam a ele), contradições sociais ou jogos sem solução (em que, para o primeiro caso, indivíduos com preferências consistentes e objetivos escolhidos enfrentam o problema da contra-finalidade) (Elster, 1978: 158).

No mesmo texto, Elster acaba por acomodar as contradições mentais dentro da causalidade subintencional e os jogos sem solução dentro da causalidade supra-intencional.

Elster propõe então, já neste trabalho de 1978, o modelo tricotômico – explicação intencional, causal sub-intencional e causal supra-intencional – que encontraremos desenvolvido em *Explaining Technical Change*.

Afirma ainda que “algumas formas de comportamento humano são passíveis de serem entendidas somente através da análise causal e não através da compreensão intencional e que todas as formas de comportamento humano podem em princípio ser explicadas através de linhas puramente causais” (Elster, 1978: 158)⁷¹.

Um exemplo de causalidade supra-intencional pode ser facilmente visualizado se voltarmos os nossos olhos para a Teoria dos Jogos, que pode ser definida como a

⁷¹ Como veremos no capítulo 5, a primeira afirmação, de que certas esferas da vida social não podem ser cobertas por explicação intencional, terá profundas conseqüências para que entendamos adequadamente a natureza da explicação em Elster.

interação intencional entre seres intencionais. Mas Elster nos alerta que também ocorre a interação causal entre agentes intencionais quando cada agente toma o outro como parâmetro, ao invés de considera-lo como um agente estratégico. Tal modo de interação pode produzir conseqüências não intencionais.

Para Elster então, um novo paradigma de análise social está colocado, aquele em que a explicação intencional das ações individuais vem acompanhado da explicação causal das interações entre os indivíduos. O investigador deve primeiro buscar entender porque os atores comportaram-se de uma determinada forma e explicar posteriormente, porque, fazendo da forma como fizeram, eles produziram determinados resultados sociais.

Desta forma, poderemos explicar apenas se mostrarmos que: “(i) como os macroestados no tempo t influenciam o comportamento de indivíduos motivados por certos objetivos, e (ii) como estas ações individuais produzem novos macroestados no tempo $t + 1$ ” (Elster, 1983a: 84).

Haverá também causalidade sub-intencional, ou seja, processos causais modelando as crenças e desejos em termos dos quais as ações podem ser explicadas intencionalmente.

Elster volta-se então para os processos de socialização, afirmando que os desejos são formados através deles. A socialização ensinaria aos indivíduos a ponderarem bens uns contra os outros. Mas Elster alerta que não devemos buscar na socialização o curso direto da ação, o que nos levaria a um tipo de estruturalismo. A socialização deve ser vista como a causa da permanência de certas preferências, que em um dado ambiente social podem levar a uma ação preferencial no conjunto das alternativas disponíveis. Assim, “primeiro há uma explicação causal dos desejos, depois uma explicação intencional da ação em termos dos desejos, e finalmente uma

explicação causal de macro-estados em termos de muitas ações individuais” (*idem*, pp. 85).

Elster reúne então, a causalidade subintencional gerada pela socialização, a intencionalidade da ação e a causalidade supra-intencional, resultado social das ações dos indivíduos.

Note-se que os processos causais de formação de desejos e preferências não podem ser resumidos à socialização. A formação de preferências adaptativas, discutida em *Sour Grapes*, os fenômenos imitativos, entre outros, pareceriam ajudar a formar, nas palavras de Elster, uma teoria sociológica geral, “nas quais preferências e desejos são explicados endogenamente como produtos de estados sociais ao mesmo tempo em que contribuem para a sua geração” (Elster, 1983a: 87).

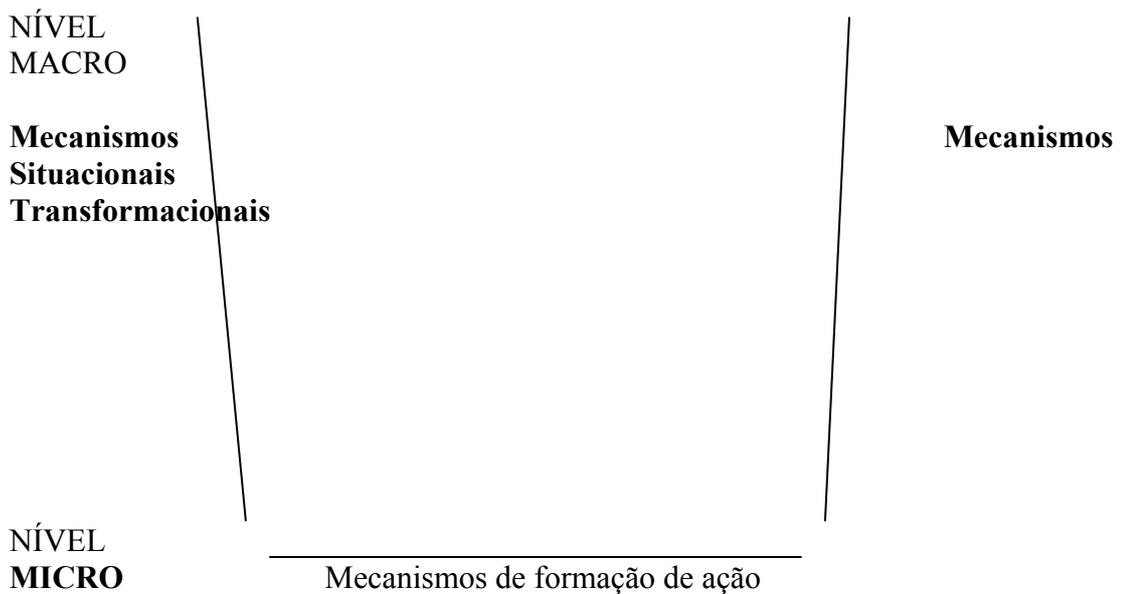
Tal teoria geral deverá incluir: “(i) a explicação da ação individual em termos dos desejos e crenças individuais; (ii) a explicação dos macro-estados em termos das ações individuais; e (iii) a explicação dos desejos e crenças em termos dos macro-estados. (*idem, ibidem*).

Certas formulações de James Coleman parecem próximas às de Elster. Vejamo-las. Segundo Coleman (*apud* Hedström e Swedberg, 1998), nas Ciências Sociais três tipos de mecanismos estariam em operação:

a) Mecanismos situacionais (macro-micro), que fazem a ligação entre estrutura social ou outros estados, por um lado, e as crenças, desejos e oportunidades de algum ator individual (os exemplos aqui seriam todos os mecanismos formadores de crenças e de preferências); b) Mecanismos formadores de ação (micro-micro) seriam aqueles relacionados a todas as possibilidades de combinação específica de desejos individuais, crenças e oportunidades de ação, gerando uma ação específica; c) Mecanismos transformacionais (micro-macro) são aqueles através dos quais as ações individuais

são transformadas em algum tipo de resultado coletivo, pretendido ou não pretendido (os exemplos clássicos neste caso são os modelos derivados da teoria dos jogos).

QUADRO 4.1 JAMES COLEMAN E OS MECANISMOS MICRO E MACRO



(Retirado de Hedström e Swedberg, 1998, p.22).

Acrescente-se que, para Elster, também existe a possibilidade de formação de preferências causalmente através de outros mecanismos que não os discutidos acima, considerados “quentes”, ou motivacionalmente orientados. Haveria, por outro lado, uma formação causal de preferências “fria”, através de distorções de natureza cognitiva.

A formação de crenças também estaria sujeita a processos de formação “quentes” (quando nossas crenças sobre como o mundo é sofrem a contaminação do desejo de como gostaríamos que o mundo fosse, a saber: *wishful thinking*,

racionalização e auto-engano) e “frias”, quando crenças contraditórias estão em conflito “cognitivamente” determinado.

4.7 – À Guisa de Conclusão do Capítulo

Os temas deste capítulo, as concepções elsterianas gerais de causalidade, seu impacto na explicação por mecanismos, bem como as modalidades de explicação causal sub-intencional e supra-intencional, permitem-nos ver com mais clareza um sentido de continuidade na obra de Jon Elster.

Assumindo um compromisso com uma agenda humeana acerca da causalidade, o autor, durante sua obra, constrói paulatinamente um enfoque metodológico baseado em mecanismos, que alia o inevitável ceticismo derivado de Hume e a necessária ambição explicativa herdada do modelo hempeliano em doses semelhantes.

Esta combinação singular procura estabelecer um tipo de Ciência Social que não abre mão do conceito de causalidade, mas reconhece seus limites, e tenta definir o sentido do “cimento da sociedade” sem descuidar de prescrições metodológicas gerais.

Por outro lado, a identificação de processos de causalidade subintencional e suprainintencional, vista na última seção deste capítulo, permite a Elster uma abordagem dos fenômenos sociais que escapa de um I.M. intencional restrito. Tal abordagem explica tanto a relação entre estados macro iniciais e estados micro, quanto a passagem de estados micro para estados macro. Temas como agregação e emergência, podem agora ser incluídos como parte da Teoria da Ação elsteriana, já que estão sustentados pelos dois tipos de processos causais admitidos pelo autor.

CAPÍTULO 5

DESAFIOS À EXPLICAÇÃO NA OBRA DE JON ELSTER

5.1 – Introdução. 5.2 – A Crítica à Redução: Daniel Little e Rajeev Bhargava. 5.3 – A Crítica de Tore Sandven a Elster. 5.3.1 – Só os Indivíduos Agem? A relação entre Decisão e Execução. 5.3.2 Elster e o conflito dos indivíduos com as forças causais internas. 5.3.3 – Ação Intencional ou Forças Causais Externas: o caso do bolo de creme e outros casos. 5.3.4 – Elster e as normas sociais: de volta ao *cultural dope*? 5.3.5 – *Sour Grapes*: Adaptação Intencional ou Processo Causal? 5.4 – O Anti-Anti-Funcionalismo: Mary Douglas, Arthur Stinchcombe, Philippe Mongin e Russel Hardin contra Jon Elster. 5.5 – A Crítica Etnometodológica ao Princípio Heurístico da Racionalidade: Faculdade Cognitiva ou Princípio Hermenêutico? 5.6 – Humphreys e Katz contra a Explicação por Mecanismos. 5.7 – Considerações Finais.

5.1 – Introdução

Inúmeras críticas e objeções podem ser levantadas contra a natureza da explicação proposta por Elster. Neste capítulo, seleciono e desenvolvo aquelas que me parecem mais pertinentes, no sentido de desafiarem frontalmente o projeto elsteriano, tendo inclusive implicações para a sua factibilidade.

5.2 A Crítica à Redução: Daniel Little e Rajeev Bhargava

5.2.1 A Superveniência contra o I.M. Radical: As Idéias de Daniel Little

Little (1991) afirma que as proposições de Elster a respeito do Individualismo Metodológico são excessivamente restritivas. Seu argumento está fundamentado na idéia de que existem tipos de explicações sociais que não requerem redução ou micro-

fundamentos como condição de adequação. A consequência desta crítica é a associação da obra do autor norueguês a uma forma de supergeneralização a respeito do método das ciências sociais: Elster estaria transformando em exigência metodológica uma estratégia analítica legítima, mas não exclusiva.

Aqui, Little, propõe uma distinção entre um projeto reducionista radical e o conceito de superveniência, que aceitaria exigências “fracas” acerca do reducionismo, confundido aqui com a busca por microfundamentos.

Se o reducionismo é uma estratégia explicativa em que se demonstra que os fenômenos sociais são derivados de propriedades de entidades em um nível inferior da organização, Little o considera uma estratégia de pesquisa aceitável. Todavia, se o reducionismo assume pretensões expansionistas exageradas, asseverando que é necessário reduzir se as explicações no nível mais alto querem ser validadas, teríamos por consequência a idéia de que as ciências sociais podem ser fundamentadas em leis da psicologia individual (os mecanismos atômicos propostos por Elster, 1999). Tal exigência sobre a explicação tornar-se-ia excessivamente forte.

Algumas objeções ao projeto radical de redução propostas por Little são dignas de menção:

a) a Filosofia da Ciência contemporânea reconhece que em várias áreas da ciência o reducionismo não é uma exigência factível, pois existem dificuldades para a obtenção de leis no nível que a estratégia reducionista exige⁷²;

⁷²É paradigmático o exemplo da Genética Mendeliana utilizado por Little (1991). As leis de Mendel, que explicavam a transmissão de traços dos pais para a descendência, foram válidas durante muitos anos. Hoje sabemos que existem processos moleculares que são subjacentes à transmissão de características dos pais para os filhos e fornecem fundamentação para a genética mendeliana em um nível mais elementar. Assim, a explicação no nível molecular é mais profunda do que no nível dos organismos, mas a primeira não é um procedimento metodológico necessário para validar a última. Outro exemplo: a micro-redução não ocorre na física quântica. Não existe, aqui, qualquer razão explanatória ou epistemológica para que a micro-redução seja aceita (Bhargava, 1992).

b) argumentos pragmáticos asseveram que as explicações nos níveis mais altos da “organização” podem ser, inclusive, melhores do que aquelas dos níveis inferiores quando as explicações nos níveis superiores estão em correspondência com regularidades empíricas neste nível (e não nos inferiores) ou quando a explicação nos níveis mais baixos implica em dificuldades e custos “computacionais” tão elevados que se tornam obstáculos tanto à explicação quanto à predição.

Na mesma direção proposta por Little, tanto Garfinkel quanto Papineau (*apud* Bhargava, 1991), argumentam que os objetos da explicação macro e da explicação micro são diferentes. O princípio da micro-redução, de que para cada objeto existem duas explicações, uma reduzida à outra não é possível. Isto porque terminaríamos com explicações não do mesmo objeto, mas de dois objetos completamente separados.

Em outras palavras teríamos duas explicações irreduzíveis. Se isto é assim, a micro-redução falha. Ambos argumentam que a explicação dos fenômenos sociais não deve ser confundida com a explicação de como eles são individualmente “preenchidos” por micro-fundamentos. Individualistas metodológicos são culpados de focalizar apenas os últimos, em uma crença equivocada de que eles explicam o primeiro também. Garfinkel e Papineau não negam que objetos têm micro-explicações ou micro-fundamentos, mas defendem somente que as explicações no nível micro constroem seus objetos diferentemente e não competem, portanto, com as explicações no nível macro. Segue-se então que micro-explicações são incapazes de ameaçar a autonomia das macro-explicações. Se o Individualismo Metodológico do tipo Explicativo equivale à micro-redução neste sentido, então, segundo Papineau e Garfinkel, ele está invalidado.

Bhargava também nos fornece argumentos do tipo pragmático que invalidariam o projeto reducionista. Examinemos este argumento, que em certa medida reforça tanto

a perspectiva colocada por Garfinkel e Papineau, indicada por ele, quanto alguns argumentos de Little.

Uma visão pragmática da explicação nos mostra que uma explicação que postula uma relação entre fatos existentes completamente independentes dos indivíduos que os analisam não existe. A explicação tem um componente do qual não se pode escapar: é construída com propósitos epistêmicos específicos.

De um ponto de vista pragmático, existem diferentes objetos de explicação que requerem diferentes respostas, nenhuma das quais imediatamente relevantes para as outras. Os fenômenos, as situações e as pessoas são os mesmos, mas para propósitos explicativos temos que colocá-los de uma forma que faça um tipo de explicação soar irrelevante para o outro. Uma explicação intencional como uma resposta a uma certa questão pode falhar como uma explicação do *explananda* como tal. Considerações pragmáticas, então, oferecem razões adicionais para dar suporte à visão que existem limites para o individualismo explicativo. Uma ampla classe de objetos ficaria simplesmente sem explicação se todos os cientistas sociais fossem individualistas.

Um dos debates mais conhecidos entre individualistas e não-individualistas centra-se sobre o papel das estruturas, normas, papéis e práticas nas explicações científicas. Individualistas argumentam que explicações que se referem a elas devem ser substituídas por aquelas que se referem somente a crenças e desejos dos agentes. Eles tipicamente defendem a superioridade da explicação-ação sobre suas contrapartidas estruturais. Não-individualistas defendem que isto não pode ser feito e que crenças e desejos são redundantes para a explicação dos fatos sociais.

O argumento pragmático afirma que tanto o não-individualista tem razão – ao afirmar que explicações sociais são indispensáveis - quanto o individualista – ao

defender o papel central de desejos e crenças. Haveria uma complementaridade das exigências de cada um.

Se o argumento é aceito como válido, pode ser dito que encontramos razões epistêmicas contra a versão intencionalista do I.M. e mesmo contra micro-explicações. Ficaria demonstrado que macro-objetos têm explicações autônomas que não podem ser substituídas por micro-explicações. As considerações pragmáticas desvinculam o individualismo ontológico, as dimensões individualistas das explicações intencionais e a visão de que em uma cadeia explicativa o fator explicativo último e determinante é de natureza individual.

Mas voltemos a Little. Segundo este autor, uma exigência fraca que emerge como uma alternativa ao reducionismo é a idéia de superveniência⁷³. Little se utiliza das formulações de Lewis para defini-la: “uma tese superveniente é a negação da variação independente” (Lewis: 1983:124). Dizer que X tem superveniência sobre Y significa dizer que não há diferença a respeito de X sem diferença a respeito de Y.

Little assume então que se a superveniência é a doutrina sobre as relações que são obtidas entre sistemas de regularidades e fatos em dois domínios diferentes, ela absorveria a idéia de que entidades de alto nível são constituídas por entidades de baixo nível, mas rejeitaria as doutrinas de redução de sentido (ou significado) ou de redução explicativa⁷⁴. Dizer que um nível de descrição tem superveniência sobre outro é asseverar que todas as distinções e variações entre fenômenos no alto nível repousam em distinções e variações entre fenômenos no mais baixo nível. A superveniência não

⁷³ Segundo Bunge (2000: 371-372), a superveniência é “conversa platônica sobre propriedades em si próprias, isto é, propriedades destacadas das coisas que as possuem”. Seria, segundo este autor, “uma versão piegas da idéia de emergência”.

⁷⁴ As classificações dos tipos de Individualismo feitas por Bhargava e Little assemelham-se.

implicaria na possibilidade ou desejabilidade de derivação de regularidades do alto nível de regularidades no nível mais baixo.

Mas Little se pergunta: como a idéia de superveniência pode ajudar-nos a analisar a relação entre fenômenos sociais e ação individual? Da seguinte maneira: fenômenos sociais têm superveniência sobre as ações e as crenças individuais. Esta tese nos permite absorver a exigência de que os fenômenos sociais são completamente dependentes de conjuntos de indivíduos.

Outro ponto importante é que, ao contrário da tese radical, os fenômenos sociais têm superveniência sobre fenômenos individuais, mas isto não implica que os conceitos e as explicações sociais necessitam de redução a conceitos e explicações no nível individual. A explicação deve ser realizada no nível que forneça as bases para as explicações mais gerais e mais bem fundamentadas empiricamente, seja este o nível das instituições, das práticas, ou mesmo de tipos particulares de comportamento individual.

O tipo de análise de Little parece ser compatível com uma espécie de “autonomia do social” que se aproxima do que Bhargava (1991) chama de contextualismo e Bunge de sistemismo (2000). Em outros termos pode ser dito que: a) entidades e estruturas sociais, embora compostos de agentes individuais, não podem ser definidos exaustivamente em termos estritamente individuais; b) afirmativas sobre as regularidades sociais que se pretendem explanatórias podem ser vistas como genuinamente explicativas sem nenhum conjunto de regularidades do comportamento individual que está por debaixo delas; c) existem regularidades sociais que são emergentes: elas não podem ser derivadas de fatos subjacentes sobre a atividade individual.

5.2.1 Bhargava e as Exigências de Um Projeto Reducionista

Como já sabemos, Elster declara que o I.M. é uma forma de reducionismo. Para Elster, falar sobre IM é apenas atribuir um outro nome à busca de micro-fundamentos (Elster, 1985a: 23-24).

Uma questão crucial necessita ser imediatamente examinada. Quando é imposta a exigência de que entidades sociais sejam reduzidas a entidades individuais, estamos falando de indivíduos efetivos (particulares) ou típicos (gerais)? Temos em mente indivíduos específicos com seus atos, crenças e desejos ou apenas qualquer conjunto de indivíduos que poderiam formar a entidade social em questão?

Acompanhemos o raciocínio de Bhargava e apliquemo-lo a Elster. Bhargava classifica as reduções em dois tipos: um primeiro, chamado de micro-redução global, em que há uma mudança de nível, do tipo mais geral para o tipo menos geral de entidade. E o segundo, nomeado micro-redução local, em que, dentro de uma classe geral, a redução se dá em direção a um nível mais específico. Nos dois tipos de micro-reduções estão envolvidos os elementos típicos ou mais gerais dos seus domínios relevantes.

Uma explicação micro-redutiva envolvendo indivíduos efetivos é diferente da micro-redução para indivíduos típicos. Se forem, qual das duas é crucial para o IM ou as duas o são?

Bhargava defende a posição de que mesmo micro-reduções locais devem envolver indivíduos típicos, não qualquer conjunto de indivíduos que, em um momento qualquer, participam da construção de uma entidade social em questão. Todas as micro-reduções envolvem entidades típicas em diferentes níveis de generalidade e poderiam não envolver somente quaisquer entidades particulares que

em um determinado momento acabam constituindo a macro-entidade. Uma explicação em termos de tais entidades particulares, que aqui será chamada de micro-explicação, pode muito bem ser válida, mas necessita ser distinguida de micro-reduções. Aqueles que pensam que a micro-redução de entidades sociais particulares envolve indivíduos efetivos com seus estados tomados confundem micro-explicações com micro-reduções.

Se concordamos com o argumento de Bhargava, a micro-redução deve uma explicação em termos de indivíduos que tipicamente conformam um fenômeno social típico e não envolveria a explicação de entidades sociais particulares.

Podemos então voltar a Elster para a aplicação do argumento de Bhargava. Nosso autor oferece uma explicação dos fenômenos sociais efetivos (particulares) em termos de indivíduos típicos e suas razões e causas típicas. Os mecanismos em questão envolvem, na sua maior parte, crenças e desejos gerais que causam o comportamento individual de um certo tipo e em termos dos quais um fenômeno social particular pode ser explicado. Se for assim, não temos realmente uma explicação redutiva. A identidade requerida entre objetos de explicação não é realizada.

Uma reflexão em um campo distante das ciências sociais pode nos ser útil, apenas como contraponto intuitivo. Tome-se o exemplo da relação água-H₂O e estabeleçamos uma distinção que reforça o argumento de Bhargava. Parte-se do suposto que há uma diferença entre amostras específicas e amostras típicas da água. Qualquer amostra particular da água contém um grande número de impurezas. Então, uma amostra de água particular qualquer nunca poderá ser identificada com os constituintes “originais” da água. Se, analogamente, imaginamos todos os atributos contingentes dos indivíduos, um grande número de “impurezas” também ocorrerá.

Então, a redução da entidade social para estes indivíduos efetivos poderá não funcionar nem ser desejável.

O que ocorre em Elster, portanto, é uma espécie de micro-explicação não redutiva, desta vez em termos de indivíduos típicos. Bhargava assevera que isto pode ser uma forma válida de explicação e uma forma pela qual separamos correlações espúrias de efetivas. Pode ser também que para cada explicação de macro-estado exijamos alguma estória típica em termos de indivíduos que dê credibilidade adicional às nossas explicações macro. Uma explicação pode ser dada acerca de uma determinada crise social em termos de conseqüências imprevistas das intenções típicas dos indivíduos. A entrada de mecanismos individuais nas ciências sociais, contudo, deve ser bem-vinda, mas com entusiasmo cauteloso. Porque micro-fundamentos deste tipo não devem ser confundidos com micro-reduções. Elster parece estar confuso em relação a este tema devido a sua inabilidade de separar micro-explicações de micro-reduções.

Por outro lado, pode ser alegado que, no mundo social, não existem dois indivíduos iguais, o que tornaria a redução, através de elementos típicos, aparentemente problemática. Em outros termos, os componentes psicológicos dos indivíduos podem variar de uma forma que não seria captada pela atribuição de elementos psicológicos típicos (os microcomponentes) a eles. Assim, nas ciências sociais, esta diferença pode ser significativa, pois a substituição dos atributos “encontrados” pelos típicos pode mudar a identidade de um indivíduo humano. Há diferenças até entre um conjunto de propriedades típicas e todas as propriedades que somente contingentemente pertencem a indivíduos humanos.

Mas se tomarmos algumas afirmações de Elster, especialmente aquelas sobre a micro-redução e sobre mecanismos efetivos para evitar a causação espúria, torna-se

plausível a idéia de que ele tem a redução a indivíduos efetivos em mente (lembre-se o princípio defendido por Elster (1989a) de que a explicação de um fenômeno social deve estar vinculada à exigência de contar uma estória como ela aconteceu e não como ela poderia ter acontecido).

Isto deixaria Elster em uma posição relativamente confortável, pois seus indivíduos seriam mais complexos porque não são indivíduos típicos. Mas acredito que estamos novamente em maus lençóis. Pois quando Elster busca explicar fenômenos sociais singulares, observamos que os atributos individuais são típicos. Este hibridismo, se já apresenta problemas para garantir a fundamentação de uma posição que só admite o reducionismo tipo-tipo, também apresentaria problemas se o modelo escolhido for uma redução de fenômenos particulares para indivíduos particulares, pois Elster não opera com indivíduos particulares, mas com indivíduos típicos.

5.3 A Crítica de Tore Sandven a Elster

Tore Sandven (1995, 1999a e 1999b) apresenta um conjunto de argumentos que, se estão corretos, colocam em xeque o tipo de explicação intencional-causal proposto por Elster, desafiam o pressuposto da autonomia do indivíduo postulado pelo autor e questionam a própria coerência interna do seu edifício teórico.

Sintetizemos o argumento de Sandven sobre Elster, para que possamos, posteriormente, analisá-lo.

- O primeiro ponto aborda a posição elsteriana de que não faz sentido falar em ação de instituições, de um ponto de vista estrito, e que somente indivíduos são

capazes da ação (Elster, 1989: 154), o que tornaria evidente os traços distintivos do ator e da ação humanos⁷⁵.

A razão que fundamenta estes argumentos é que instituições não são entidades monolíticas, mas possuem interesses divergentes. Para compreender os indivíduos como entidades capazes de ação, de acordo Elster, temos que estabelecer que eles são, em um sentido fundamental, entidades homogêneas e unitárias, com uma vontade e um conjunto único e consistente de propósitos, não atravessados por contradições, conflitos internos e tensões. A argumentação de que os indivíduos agem, e não as instituições, está baseada principalmente neste ponto (Elster, 1989a e 1989c). Não faz sentido falar que as instituições agem porque, para Elster, as instituições não são entidades monolíticas, mas são formadas por indivíduos com interesses divergentes. Destes interesses e vontades divergentes não pode ser derivada uma vontade comum coerente. Discussões acerca de vontades, objetivos e intenções de instituições consistiriam em meras palavras para as quais não corresponde nada que possa ser definido sem ambigüidade, segundo Elster. Inclusive, falar sobre instituições como um todo é apenas um atalho para falar sobre indivíduos que interagem com os outros e com pessoas fora das instituições.

Contra esta exigência Sandven apresenta uma objeção e tenta mostrar que tanto indivíduos quanto instituições podem estar marcados por contradições e conflitos internos, e que, em maior ou menor grau, indivíduos e instituições são bem sucedidos em integrar estas contradições e conflitos numa estrutura razoavelmente bem consistente e equilibrada. Esta discussão será tratada com detalhe no tópico 5.2.1.

⁷⁵ Fábio Wanderley Reis (1984) apresenta críticas a tal posição. Argumenta este autor que a postulação da existência de certas entidades como correspondendo a sujeitos coletivos reais – a parte aceitável do I.M. – não deve levar, como na posição de Elster, a uma vedação da possibilidade de atribuir-se a grupos ou coletividades a capacidade de ação intencional.

- O segundo ponto diz respeito à idéia de que o indivíduo elsteriano é uma pessoa real e intencional em confronto com forças causais internas. Esta concepção de pessoa, segundo Sandven, levaria a uma concepção problemática do que é ação intencional e do que é causação, teria implicações sérias para a concepção de normas sociais e afetaria a própria concepção elsteriana de autonomia, ao questionar a idéia de que os processos de adaptação de preferência são causalmente determinados. Estes pontos serão desenvolvidos nas próximas seções.

5.3.1 – Só os Indivíduos Agem? A Relação entre Decisão e Execução

A resposta às questões acima passa pelo exame da argumentação de Sandven acerca da relação entre decisão e execução, isto é, entre a decisão para fazer alguma coisa e a ação efetiva. O argumento de Elster é que, embora usualmente um indivíduo possa fazer o que ele decide fazer, isto não se aplica às instituições (Elster, 1989a: 156-157). Quando uma instituição realiza suas decisões, estas dependem dos indivíduos, os quais têm interesses próprios. As decisões, então, facilmente se desviarão do que foi decidido, porque aqueles que as colocam em prática têm a tendência de, em primeiro lugar, satisfazer aos seus próprios interesses. Para os indivíduos, pelo contrário, não há nenhuma descontinuidade entre decisão e execução (1989a). Contudo, ressalte-se que, para o caso dos indivíduos, a inexistência de uma descontinuidade entre a decisão de agir e a execução da ação só pode ser válida se desconsiderarmos a fraqueza de vontade ou a inabilidade física. E, como apontado no capítulo 1, a fraqueza de vontade tem um lugar especial no arcabouço teórico elsteriano, no que diz respeito à caracterização da irracionalidade.

Sem negar a importância de conflitos entre indivíduos com interesses próprios dentro das instituições, é difícil concordar com a ideia de que para os indivíduos não existe descontinuidade entre decisão e execução e que há uma diferença fundamental entre indivíduos e instituições a este respeito.

Certamente existem diferenças entre os indivíduos e as instituições no que tange à identificação das decisões. Para as instituições, parece ser relativamente não problemático pensar na decisão como alguma coisa que pode ser identificada independentemente da sua execução. Existem regras para isto: a decisão é tomada em certos encontros, por certas pessoas, elas são conhecidas como pessoas relevantes, e outras pessoas devem considerá-las. A decisão pode tipicamente ser identificada como tal, e se ela é realizada ou não é uma questão empírica.

As coisas parecem ser completamente diferentes em relação às ações dos indivíduos. Por exemplo, eu posso decidir ir ao Mineirão, esperando que o Atlético Mineiro vá vencer o Cruzeiro, mesmo o Atlético estando pior⁷⁶. Pode ser que eu não me organize para isso, que eu ache que estou muito cansado ou que eu deva continuar a escrever minha tese de doutorado (“mudei de ideia”). Talvez eu esqueça que o jogo vá acontecer. As perguntas a serem feitas são: eu falhei na realização da decisão de ver meu “time do coração” jogar? Poderíamos dizer que eu mudei de opinião e resolvi ir ao cinema com minha filha ou a um restaurante com minha mulher, mas mudar de opinião conta como não realizar uma decisão? Não deveríamos dizer que, se eu mudei de opinião, aquela mudança é precisamente a decisão? Exatamente o que, sobre a minha decisão, conta como uma decisão? Não poderia ser dito que se não realizo, ou, ao menos, não tento realizar a decisão de assistir ao jogo, então não há decisão, mas

⁷⁶ Como se vê, o *wishfull thinking* ou o auto-engano são mecanismos psicológicos que também se aplicam aos sociólogos.

alguma coisa como um desejo de fazer alguma coisa? A decisão não parece ter um *status* claro como alguma coisa que pode ser identificada como independente da sua execução. Ela não parece ser algo que está “definido”, ao contrário das organizações. Posso estar enganado ou então mudar de idéia mais tarde. Sandven afirma que exatamente quando alguém muda de opinião é que está tomando a decisão.

Torna-se, então, tautológico dizer que não existe descontinuidade entre decisão e execução em relação aos indivíduos, pois a decisão só pode ser identificada como tal quando ela é realizada. Assim, se concordamos com Sandven, certamente, nenhuma discrepância entre decisão e execução é possível, nem mesmo na forma de fraqueza de vontade.

Mas existe outra forma de enfrentar o problema. Podemos optar por definir os conceitos de tal maneira que uma decisão individual possa ser identificada independentemente da sua execução, isto é, independentemente da ação a qual ela está relacionada. Podemos, por exemplo, dizer que identificamos uma decisão muito embora ela não tenha sido realizada. O próprio indivíduo pode dizer que fará algo, que realmente decidiu realizar uma ação, mas então pondera e faz outra coisa. Mesmo se abandonarmos o problema da distinção conceitual entre decisão e execução, mencionado acima, existem inúmeras possibilidades de discrepância entre decisão e ação: a fraqueza de vontade, a mudança de posição, o esquecimento ou a consciência de que a ocasião já passou. Em cada um destes tipos de caso há um amplo espaço para a ambigüidade. Se esquecer de ir ao jogo, posso me arrepender depois, ou mesmo considerar que foi benéfico esquecer (o Cruzeiro venceu o Atlético), ou ainda achar que eu devia estar lá apesar do fato de não ter ido também ter trazido alguns benefícios (sentimentos ambivalentes).

Mas mesmo que consideremos, a despeito da discussão realizada até agora, que, para os indivíduos, não há descontinuidade entre decisão e execução, sendo a descontinuidade a característica das ações das instituições, isto não significa dizer que os indivíduos, ao contrário das instituições, são entidades monolíticas.

Isto tem a ver, na verdade, com a forma que dividimos o processo que vai dos objetivos para a ação, notadamente em acordo com o padrão de objetivo-decisão-ação.

Quando acontece nas instituições, parece não problemático identificar uma decisão como um fenômeno separado e independente, e torna-se possível identificar se a ação se deu conforme a decisão ou não.

Em relação aos indivíduos, parece ser muito mais difícil saber o que conta como uma decisão, independentemente de saber como a decisão manifesta-se através da sua realização. Se não podemos identificar a decisão independente da ação que ela supostamente gera, parece não poder haver discrepância entre decisão e execução, independentemente da confusão que possa estar na cabeça de alguém ou do número de vezes que a pessoa mudou de idéia.

Se, pelo contrário, podemos identificar a decisão de uma forma que seja independente da sua execução (a partir do que o indivíduo diz que vai fazer), as possibilidades de discrepância entre decisão e execução parecem não ser menores para indivíduos que para instituições. Elster diz inclusive que tal discrepância para os indivíduos se dá através da fraqueza de vontade. Mas ao mesmo tempo, Elster parece contar a fraqueza de vontade como um fenômeno insignificante, ou, ao menos, como algo que não merece modificar a afirmação de que não existe *gap* entre decisão e execução no indivíduo. Mas tal afirmação parece sustentável? Por que a existência da fraqueza de vontade não expressa precisamente que há também um espaço entre decisão e execução para os indivíduos?

Assim, independentemente da questão se há ou não uma descontinuidade entre decisão e execução, é possível pensar que há um paralelismo entre indivíduos e instituições no que diz respeito ao processo que vai dos desejos, planos e objetivos para a ação.

Vamos imaginar que, em uma organização – o time de futebol Palmeiras – houvesse uma oposição entre forças que são a favor e forças que são contra um curso particular de ação - para este caso, indivíduos que achavam que deveriam perder voluntariamente o jogo para o Santa Cruz, se isto evitasse que o Palmeiras encontrasse o Sport na próxima fase, e indivíduos que achavam que o Palmeiras não deveria “entregar o jogo” para o Santa Cruz, arcando com as conseqüências de enfrentar o Sport. Na reunião entre dirigentes, técnico e jogadores, as forças a favor de um curso particular de ação – entregar o jogo – vencem, e uma decisão é tomada no sentido de que este curso de ação será implementado. No entanto, a oposição, dentro do Palmeiras, contra este curso de ação permanece poderosa. A tomada de decisão, ainda que feita por maioria, não se revelou efetiva e a ação de alguns jogadores dirige-se para divergir do que foi decidido em aspectos importantes. Resumindo, o problema inteiro é resolvido de uma forma completamente insatisfatória.

Agora, voltemos ao exemplo dado anteriormente em que eu desejava ver o Atlético Mineiro jogar no Mineirão, mas também queria trabalhar na minha tese de doutorado, ir ao cinema com a minha filha, ou ir a um restaurante com minha mulher. Não existem garantias de que a minha decisão – decisão individual - será melhor que aquela do conflito dentro do Palmeiras – decisão organizacional.

Posso, como indivíduo, resolver este tipo de conflito de uma maneira perfeitamente satisfatória, e tal conflito, assim, não significar qualquer problema maior para mim. Mas o mesmo vale para as organizações que funcionam bem. É

absolutamente normal que exista um grau de desacordo e de discussão internamente na organização, mas há procedimentos para alcançar decisões e um eficiente aparato para defendê-las. Mais ainda: muitas organizações são suficientemente bem integradas para gerenciar de forma eficiente e reconciliar as forças que são contra uma decisão tomada, ou ao menos suprimi-las ou neutralizá-las.

Outro ponto que deve ser considerado é que somente partes da ação individual e institucional podem ser descritas rigorosamente como execução – bem sucedida ou não, eficiente ou não – e, portanto, diferentes da decisão. Por exemplo, muito da ação individual ou institucional é ação rotineira não iniciada por decisão explícita, e quando ocasionalmente há decisões relacionadas a estas rotinas, as decisões freqüentemente apenas sancionam ou racionalizam as rotinas que de fato emergiram.

Assim, tanto organizações quanto indivíduos podem, em maior ou menor medida, ser preenchidos por conflitos e contradições internas, mas também organizações e indivíduos são capazes de alcançar soluções práticas relacionadas a como agir. Em ambos os casos o resultado pode provar ser mais ou menos bem sucedido ou mais ou menos satisfatório.

Retomo o argumento discutido: há um paralelismo básico entre as organizações e os indivíduos. Dividir este processo em: a) um que vai de desejos, vontades ou planos para decisões e b) outro que vai da decisão para a ação, não muda isto. A diferença entre organizações e indivíduos a este respeito repousa primariamente no fato que podemos fazer a distinção de uma forma menos ambígua no primeiro caso mais que no último.

Sandven (1995), então, propõe uma resposta. Tanto indivíduos quanto organizações devem ser pensados como entidades **mais ou menos** unitárias, coerentes, monolíticas. Alguns **indivíduos e organizações** têm uma estrutura que torna possível

que alguns desejos, interesses, tendências e inclinações prevaleçam de uma forma realmente efetiva e consistente e fazem com que outros desejos, tendências e interesses sejam neutralizados ou reconciliados. Outros **indivíduos e organizações**, pelo contrário, não têm sucesso em integrar os diferentes desejos e tendências em uma estrutura suficientemente forte e consistente. Podemos supor que tais indivíduos e organizações poderão ser caracterizados por hesitação, ineficiência, indecisão, ações contraditórias e auto-destrutivas. Podemos pensar que outros indivíduos e organizações estabeleceram uma estrutura forte e consistente, mas a um alto preço, largamente baseada em pura supressão, sem nenhuma reconciliação de desejos, interesses, tendências e inclinações.

5.3.2 Elster e o Conflito dos Indivíduos com as Forças Causais Internas

Elster apresenta um outro argumento, que será apresentado agora, para defender que indivíduos são entidades monolíticas e, portanto, atores coerentes, ao contrário das instituições. Sandven o vê como fundamental para a concepção elsteriana de ação humana.

Sandven sustenta que os indivíduos têm numerosos interesses e desejos, mais ou menos divergentes, e que esta diversidade e estes conflitos produzem conseqüências nas suas ações. Tal proposição, aparentemente, não entraria em choque com as idéias de Elster, já que este autor nos diz que, eventualmente, o indivíduo pode estar desorientado e confuso no que diz respeito ao que quer.

Mas o ponto crítico, para Sandven, é a posição de Elster em relação ao indivíduo. Para o nosso autor, pode ser dito que, nos indivíduos, há, a despeito de conflitos e confusão internos, **algo** que eles realmente querem: “No caso individual, há

alguma coisa que a pessoa realmente quer, embora ela tenha dificuldades em identificá-la” (Elster, 1989a: 156). Se tomarmos as instituições como contraponto, não há sentido em dizer que, entre os muitos interesses e desejos que são expressos no seu interior, deve haver alguma coisa que a instituição realmente queira.

O próximo passo de Elster é afirmar que desejos e preferências reais têm uma unidade interna e são consistentes. Como o indivíduo possui preferências e desejos reais, ele é uma entidade monolítica, livre de contradições internas. Parece, na posição de Elster, que são precisamente esta unidade e esta consistência que dão ao indivíduo condições para agir. Por outro lado, exatamente por não ser capaz de possuir tais preferências reais, uma instituição não age. Mais ainda, provavelmente temos de pensar que estas preferências e desejos consistentes e reais constituem a “pessoa real” que de alguma forma é parte do ser humano individual que ele parece ser, e esta pessoa real é a entidade capaz de ação.

Na sua introdução a *The Multiple Self*, Elster classifica esta pessoa que é capaz de ação como “pessoa intencional” e pensa tal pessoa intencional como “enfrentando forças causais dentro dela mesma” (Elster, 1986c: 31). Aqui, Elster chama esta entidade de indivíduo autônomo, que não quer ser escravo das forças dentro dele, mas quer fazer o que considera ser o melhor, levando em consideração tudo o que se pode fazer.

Tomemos um exemplo de *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, em que as pessoas são facilmente levadas a certos atos por não conseguirem resistir a tentações. Quando eu como meu segundo pedaço de torta de creme é como se meu *self* racional tivesse perdido o controle. Eu posso ver que é minha mão que pega o bolo, mas sem a minha assistência ou colaboração. A forma como Elster apresenta este exemplo parece

estar relacionada a uma pessoa que é um mero expectador dos seus atos, apesar de ser um ator intencional e real (Elster, 1989a: 44).

Podemos identificar então a idéia de AGIR em contradição com outra idéia: SER MOVIDO POR FORÇAS CAUSAIS. Desta maneira, a AÇÃO é fazer o que se pensa que é o melhor: o conceito de ação humana parece ser definido por referência a isto. Como foi demonstrado por Elster em *Making Sense of Marx* (1985a: 13), escolher significa apenas comparar alternativas e tomar a melhor delas. Mas uma coisa pode parecer ser a melhor em um aspecto ou sobre as bases de um interesse que alguém tenha. O melhor, considerado por Elster, é o melhor considerando-se todas as coisas. O melhor, quando todas as coisas são consideradas, é definido por uma estrutura de preferências monolítica e consistente que se supõe constituir a base da pessoa intencional e real.

Esta concepção parece estar de acordo com a compreensão de intencionalidade advogada por Donald Davidson, que, como vimos no capítulo 3, afirma que o fato de ter intenções e agir intencionalmente pressupõe julgamentos sobre o que é melhor quando todas as coisas estão consideradas.

Aqui, então, fenômenos tais como ação, escolha e intencionalidade parecem ser compreendidos como MAXIMIZAÇÃO, tendo por base uma estrutura de preferências consistente. Dada a pessoa real e intencional com a sua estrutura de preferências consistente, haverá, para um indivíduo em qualquer situação, uma e somente uma ação que é a melhor. Se o indivíduo não escolhesse a melhor ação, poderíamos dizer que ele faz alguma coisa que não quer fazer, e isto nos levaria a supor que o indivíduo não escolhe realmente, mas, é movido por forças causais trabalhando “fora” deste “eu” real, monolítico e consistente.

A pessoa real é entendida como uma entidade monolítica sem conflitos internos ou desejos e interesses divergentes. Para esta entidade monolítica, definida pelos interesses reais da pessoa em questão, pareceria haver a necessidade de corresponder à idéia de que ela age racionalmente no sentido de maximização orientada pelas conseqüências, e que ela efetivamente faz o que ela realmente quer. Tudo que é contraditório e conflitante em uma pessoa, por outro lado, é compreendido como não sendo uma propriedade da pessoa real-intencional ou do indivíduo autônomo; é compreendida como propriedade de forças causais, dentro da pessoa, com as quais a pessoa real ou intencional se relaciona, e ainda mais como uma propriedade da relação entre a pessoa real e as forças causais dentro da pessoa. Estas forças causais podem se impor - elas mesmas - sobre o comportamento da pessoa sob forma de turbulência psíquica (Elster, 1989a: 36), mas na medida em que isto acontece, tal fato não pode ser considerado AÇÃO, na forma como lidamos com ela.

Ainda mais, pode ser notado que Elster (1986a: 31) identifica a pessoa real e intencional com o indivíduo autônomo. Então, autonomia pode ser definida como alguma coisa que pode ser um atributo somente de uma entidade que é consistente e monolítica, livre de conflitos internos e contradições. Sandven observa que esta não é uma posição clara. Como o próprio Elster brevemente nota, pode ser defendido que uma pessoa autônoma é aquela que tem a capacidade de tolerar a ambivalência e a ambigüidade. De acordo com esta visão alternativa, a autonomia estaria, entre outras coisas, relacionada com a idéia de que freqüentemente não há nada que alguém realmente queira, e isto não se aplica apenas a casos excepcionais e atípicos.

5.3.3 – Ação Intencional ou Forças Causais Externas? O Caso do Bolo de Creme e Outros Casos

Voltemos novamente ao exemplo de Elster (1989a: 44), em que um homem toma um segundo pedaço de torta de creme, contrariamente ao que ele pensa que é o melhor. Como descrito por Elster, é como se o *self* racional tivesse perdido o controle. EU posso ver que é minha mão que pega a torta, mas não é com a MINHA assistência. Vamos supor que esta pessoa está nervosa porque ela comeu o segundo pedaço de bolo, e ela conta isso para outras pessoas várias vezes. Os outros logo estão entediados com este assunto e eventualmente alguém nota que o homem efetivamente escolheu pegar o pedaço de bolo.

Vamos supor que ele responda que de acordo com a compreensão de Elster do caso, ele não escolheu, esta não foi a sua escolha. Pelo contrário, ele foi movido por forças causais. Isto não foi ação, mas puro comportamento. Então, esta resposta poderia ter algum sentido? Poderíamos de alguma forma considerar que isto não foi intencional? Tal consideração não pode ser a mesma como quando aceitamos que alguém não agiu de forma intencional quando derrubou acidentalmente um copo de café.

Talvez possamos aceitar que não é intencional se uma pessoa mecanicamente, como no transe, faz alguma coisa completamente sem sentido e alienada em relação a suas intenções, ou mesmo se ele come um pedaço de bolo compulsivamente e sem qualquer parâmetro para fazê-lo.

Podemos pressupor, contudo, que ele queria o pedaço de bolo, mesmo que o quisesse exageradamente. Se ele pega alguma coisa que queria, dificilmente faz sentido dizer que ele o fez de forma não intencional. É verdade que ele também tem

razões para não pegar o pedaço de bolo – ele queria não fazê-lo – mas pegá-lo e comê-lo envolvia conflitos e não um prazer indivisível. É perfeitamente normal fazer coisas que são ambivalentes, não nos sentimos completamente confortáveis com o que fazemos, elas envolvem luto e perda, ou um sentimento de que uma ação não é certa ou sábia.

A posição de Elster, contudo, parece ser de que aqui temos um tipo completamente diferente de situação, em que alguém compreendido como a pessoa intencional e real conclui que, estando todas as coisas consideradas, o melhor é não pegar o segundo pedaço de bolo. Conseqüentemente, para a **pessoa real**, a parte da pessoa que quer pegar este pedaço de bolo não lhe pertence. Aqui, teríamos de dizer que mesmo se uma pessoa quer um pedaço de bolo, ela não o quer realmente, ou este não é um desejo real, todas as coisas estando consideradas. Ou, talvez, nós teríamos antes de dizer que isto não é ele, a pessoa intencional real, que quer mais bolo, mas forças causais dentro dele. Ou, talvez, ele efetivamente não queira mais bolo, o que aconteceu é que as forças causais dentro dele têm um efeito como se ele quisesse.

Aqui, poderíamos nos perguntar, por que deveríamos considerar uma dessas tendências conflitantes na pessoa - uma desejando um pedaço de bolo, e a outra não querendo o pedaço de bolo - como expressando o que a pessoa realmente quer? Por que, todas as opções estando consideradas, o fato de que o melhor é não pegar o segundo pedaço de bolo é o que expressa o desejo real e não a escolha efetiva de pegar o segundo pedaço de bolo? Não podemos pensar em casos em que o julgamento discursivo e explícito expressa ideais rígidos e explícitos pessimamente articulados com as necessidades de alguém em geral, ou algo vão e relacionado às aparências e que em uma medida não razoável permite dominar outras necessidades e desejos, ou simplesmente um compulsivo interesse sobre calorias (por exemplo, se alguém não

tem problemas com sobrepeso ou obesidade)? Neste caso, não poderia facilmente ser o fato de que a pessoa considerou suas necessidades e seu bem estar, cedendo à tentação de pegar o segundo pedaço de bolo, mais do que fazer o que considerava o melhor?

As idéias que se confrontam aqui repousam sobre os pressupostos que se eu considero que alguma coisa é melhor para mim, segue-se que isto realmente é o melhor para mim? Este não é necessariamente o caso. Alguém pode facilmente escolher de uma forma que um interesse domine todos os outros, torne-se infeliz e depois se arrependa de um interesse ter dominado todos os outros.

Sandven argumenta que, a despeito da questão do fato de que existem dúvidas se a ação que alguém, através de deliberação, conclui que é a melhor, necessariamente é aquela que melhor cuida de desejos, necessidades e interesses, não é tarefa fácil dar sentido à idéia de que um conjunto coerente de necessidades, desejos e interesses deve ser definido como os desejos, interesses e necessidades *reais* de alguém. É inadmissível pensar que exista um único conjunto de desejos, interesses e necessidades e que ninguém tenha realmente outros desejos, interesses e necessidades. De acordo com isto, parece ainda problemático dar sentido à idéia de que uma pessoa que gosta de bolo de creme e quer bolo de creme não deveria agir intencionalmente se ela pega um pedaço de bolo de creme – nenhum problema o quanto ambivalente ela possa estar sendo – e mesmo que ela tenha pensado que, todas as coisas consideradas, teria sido melhor que tivesse se refreado.

Podemos, contudo, dizer que estamos nos aproximando do limite para o que consideramos ser uma ação intencional se a ação é obviamente autodestrutiva. Se a pessoa, por exemplo, está cheia, ficou doente, nauseada e quer vomitar, e se ela já parou de desfrutar do bolo de creme, mas com uma expressão de sofrimento em sua face, começa a comer seu enésimo pedaço, podemos começar a duvidar que pegar o

bolo é realmente uma ação intencional. Se a pessoa come o bolo mesmo sabendo que é diabética e que isto fará com que tenha futuramente de aderir a uma dieta ainda mais severa, podemos pensar que ela pode estar sendo movida por forças independentes de seus interesses, projetos e intenções. Para interpretar tais casos de maneira adequada, é essencial considerar as conseqüências objetivas e efetivas para a pessoa que realiza os atos, mais do que medir exclusivamente o grau de coerência em relação aos objetivos que a pessoa coloca para si mesma. Por outro lado, não poderia a pessoa estar envolvida em um processo de autodestruição?

Mas estes são casos limites. No exemplo paradigmático de Elster, estamos longe das circunstâncias extremas. Quando alguém pega um segundo pedaço de torta de creme, tendo por suposto que a pessoa gosta de torta de creme e quer torta de creme, e não há nada particularmente destrutivo em comer um segundo pedaço de torta de creme, não faz sentido pensar nem em forças causais externas governando o comportamento do indivíduo, nem em auto-destruição.

E mesmo que o indivíduo em questão estivesse de dieta, Sandven defende a idéia de que não é razoável dizer que se alguém faz alguma coisa que ele pensa que teria sido melhor se ele não tivesse feito, então esta pessoa não age, mas é movida por forças causais.

Tomemos outro exemplo, agora sugerido por Sandven (1995), para testar o argumento deste autor contra os argumentos de Elster (1989a). Suponhamos que tenha me envolvido em uma discussão com alguém que desprezo e cujas opiniões considero abjetas. Torno-me cada vez mais furioso e tenho vontade de agredi-lo fisicamente. Estou consciente que não devo fazê-lo, pois isto irá tornar as coisas difíceis para mim. A discussão torna-se mais acirrada e eu mais furioso. Repentinamente o atinjo de uma forma que o derruba.

Poderia ser dito que eu não agi, aquela não foi minha ação, que eu fui movido por forças causais, que não foi minha falha e que eu não poderia ser responsabilizado por ela? Mais uma vez, podemos considerar como um caso limite onde posso dizer que não era responsável pelos meus atos num momento particular, que eu estava insano ou tinha temporariamente a consciência reduzida. Não é fácil entender o que isto significa, mas de qualquer maneira, teríamos de pensar em uma situação relacionada a uma condição extrema onde o **Eu** consciente de alguma forma está desconectado ou desconectou-se de si mesmo. O que quer que isto signifique, isto provavelmente ocorre apenas quando estamos confrontados com ações extremas, em que é necessário, para compreender o que aconteceu, postular um estado mental caracterizado por tal divisão na personalidade.

De qualquer forma, parece mal concebido postular tais divisões extremas se alguém atinge uma pessoa quando está furioso, sendo este indivíduo alguém que podemos entender normalmente muito bem, não importa quão estúpido possa ser.

Então, se bato em uma pessoa quando estou furioso, não faz sentido dizer que não sabia o que isto significava. Presumivelmente, devo ter representado isto profunda e intensamente. Obviamente, depois de tudo, posso recusar a responsabilidade pelo que fiz e tentar negar que era realmente **eu** quem fez aquilo. Posso, inclusive, assumir uma posição de incompreensão em relação àquilo que fiz e dizer que não compreendo o que aconteceu comigo. Ou posso recusar-me a reconhecer que isto tem realmente alguma coisa a ver comigo como uma pessoa intencional e responsável.

Mas tais posições seriam precisamente uma negação que outras pessoas corretamente não seriam capazes de aceitar e que eu dificilmente seria capaz de acreditar em mim mesmo. Se, por um lado, eu escolho não descartar a responsabilidade pelo que fiz, devo confrontar-me com o fato de que sabia o

significado de bater nele, e que esta, de alguma maneira, era minha intenção. Para ser capaz de reconhecer esta intenção, eu provavelmente tenho de estar preparado para saber mais sobre mim e minhas intenções. Apenas a título de exemplo, estar preparado para descobrir que tinha um rancor em relação a ele que era mais forte do que eu gostaria de admitir. Se faço isto, talvez, em retrospecto, seja capaz de olhar para o que aconteceu e reconhecer que fui estúpido, me coloquei em situação problemática e, até, que me arrependo. Ou então, simplesmente, que foi bom acertar o idiota.

Os dois exemplos acima – o do indivíduo que come a torta de creme e o do indivíduo que agride seu desafeto – nos mostram que parece não haver nenhum sentido em dizer que, se uma pessoa faz alguma coisa diferente daquilo que ela considera que seja o melhor, quando todas as coisas estão consideradas, então, o que foi feito não é realmente ação, mas alguma coisa diferente. Em outras palavras, não é possível sustentar a idéia de que, quando alguém tem mais que um interesse ou desejo ou vontade, um deles é real, e se alguém age com base em outro, não age intencionalmente, mas é movido por forças causais.

A idéia discutida acima faz parte do centro do argumento elsteriano. E também é inadequada para a caracterização da irracionalidade, através do conceito de causalidade cega, como Elster faz em *Sour Grapes*⁷⁷ (1983b: 21).

Se alguém é movido pela causalidade cega, para Elster, este alguém não tem liberdade para fazer de outra maneira (1983b: 128).

O que não é concebível, segundo Sandven (1999b), contudo, é defender que uma pessoa não tem liberdade para fazer outra coisa, se ela faz uma outra coisa que ela pensa que não corresponde a melhor coisa que ela tem a fazer. Por exemplo, se ela não

⁷⁷ “Elster afirma que desejos autônomos que são deliberadamente escolhidos, adquiridos ou modificados, seja por um ato de vontade, seja por um ato de planejamento de caráter” (Elster, 1989b: 21). O que não se encaixa aqui, é causalidade cega.

é bem sucedida em resistir à tentação em fazer alguma coisa que ela pensa que não deveria fazer ou se ela, com raiva, faz alguma coisa que pensa que é estúpido. Se estou enfurecido com o fato de que tenho que receber em minha casa um primo com o qual não tenho afinidades existenciais e, em uma dada situação, o agrido verbalmente, quem será capaz de aceitar a exigência de que eu não tinha liberdade para fazer outra coisa?

A conclusão de Sandven (1995) busca solucionar os problemas apresentados na concepção elsteriana. Seres humanos agem baseados em uma variedade de desejos, vontades, interesses, obrigações, convicções e valores. Todos estes, e outras motivações, estão conectados de maneira complexa. Um aspecto desta complexidade é que aqueles fatores mencionados são, em larga medida, incomensuráveis; outro é que eles são, muitas vezes, mais ou menos incompatíveis ou contraditórios. Contudo, estas ações estarão, em larga medida, embebidas em hábitos, rotinas e práticas e que elas mesmas podem ter muitas manifestações complexas e com variadas ligações. Esta complexidade na variação das motivações da ação humana certamente é incompatível com a idéia de que a ação humana consiste em maximizar com base em uma única, complexa e completa estrutura de preferências, na qual todas as possíveis alternativas de rotas de ação abertas para o indivíduo são ranqueadas em uma ordem consistente e singular.

Sandven tentou examinar a posição de Elster a respeito deste ponto e para ele parece que Elster nega esta complexidade como característica da ação humana, ou então, mais precisamente, acredita que esta complexidade é meramente aparente. Foi visto que Elster aborda diretamente o tema da complexidade das determinações da ação humana e mais especificamente o fato de que pessoas frequentemente têm desejos e vontades mutuamente contraditórios. Segundo Sandven, Elster conceitualiza tais

pontos dividindo a pessoa individual em duas partes nitidamente diferentes. Uma é a pessoa intencional real com seus desejos e vontades reais. Esta pessoa real tem uma estrutura de preferências consistente, completa e única e age maximizando com base na sua estrutura de preferências. A outra parte é tudo dentro da pessoa que não pertence a esta parte real e intencional. Este resíduo é compreendido como forças puramente causais dentro da pessoa influenciando o indivíduo, ou antes, o comportamento da pessoa de uma forma mecânica e cega. Em outras palavras, a ação humana parece **caracterizada pela complexidade**, mas nas formulações de Elster, segundo Sandven, apenas na aparência. O comportamento humano, por outro lado, é compreendido como complexo, mas isto porque ele é entendido como uma combinação de ação intencional e os resultados das forças puramente causais. A própria ação humana é compreendida como completamente não ambígua e transparente.

Sandven tenta argumentar, portanto, que, contra esta posição, a divisão do ator individual em uma pessoa intencional e real, por um lado, e pura causalidade, por outro, não nos fornece uma descrição razoável e adequada da ação humana. Se desconsiderarmos as ações extremas e incompreensíveis, parece completamente não razoável dizer que não podemos considerar como ação humana aquela que temos que lidar se uma pessoa faz alguma coisa que ela pense que é estúpida, que pense que possa se arrepender desta ação, que pense que poderia ser melhor não fazer, ou que ache melhor não fazer.

5.3.4 – Elster e as Normas Sociais: de Volta ao *Cultural Dope*?

A idéia básica de uma dicotomia precisa e radical entre intencionalidade e pura causalidade é uma importante aplicação do tratamento que Elster dá às normas sociais. O tema das normas sociais já vinha sendo tratado por Elster em alguns artigos desde meados da década de 1980, mas atinge o seu ápice em seus livros *Nuts and Bolts for the Social Sciences* e *The Cement of Society*, ambos publicados em 1989. Nestes, Elster incorpora definitivamente as normas sociais como um dos principais elementos motivadores da ação, ou, em outros termos, como um dos mecanismos fundamentais da explicação.

Antes dos referidos artigos e livros, a posição de Elster a respeito da causalidade na determinação da ação humana e processos sociais é restrita a duas áreas: a) as explicações causais das preferências e outros estados mentais, tais como crenças, emoções etc; e b) as explicações causais das conseqüências das ações individuais, onde os fenômenos sociais agregados são vistos como o “produto resultante das muitas ações humanas” (1985a: 18). Entre a determinação causal das crenças e desejos (mecanismos de formação de preferências) e a determinação causal das conseqüências da ação, a ação em si mesma é mais bem compreendida como ação intencional individual sobre a base das crenças e desejos subjacentes (Elster, 1985a: 4). Esta é a ação racional: dadas as preferências e as crenças relacionadas com as alternativas disponíveis para o ator, o ator escolhe a melhor alternativa (1985a: 8-9). Lembremo-nos que este esquema teórico é completamente compatível com as proposições fundantes de Elster em *Ulysses and the Sirens* e *Explaining Technical Change*, de que o traço distintivo da explicação nas Ciências Sociais é a explicação intencional, mas complementada pela dimensão causal.

Nos livros *The Cement of Society* e *Nuts and Bolts for Social Sciences*, contudo, Elster introduz o comportamento guiado por normas sociais como a principal categoria que é pensada ser causalmente determinante em um sentido direto, em relação ao próprio comportamento, e não somente indiretamente, através da determinação causal de crenças e preferências. As normas sociais fazem parte do estoque de possibilidade de comportamento irracional (Elster, 2000d: 256).

Elster vê então as normas sociais como “comportamento compulsivo”, perfeitamente compatível com a categoria de pura causalidade e diametralmente oposto à racionalidade e à intencionalidade. Quando as pessoas seguem as normas sociais, de acordo com Elster, o comportamento é fundamentalmente ditado de fora para dentro. Elas agem de uma forma mecânica, não orientada por objetivos, compulsiva e cegamente (Elster, 1989). Certamente, isto não é ação intencional, pelo contrário, os indivíduos são empurrados por forças quase inerciais. Com a introdução das normas sociais no seu pensamento, a área que Elster considera governada pela pura causalidade na vida social é então consideravelmente expandida.

Segundo Sandven, esta forma de tratamento teórico dado às normas sociais deixaria de lado as relações complexas entre as normas sociais e a racionalidade, apontadas pelo próprio Elster. Ver a operação das normas sociais como uma instância de pura causalidade é uma incompreensão séria, que está articulada com uma concepção estreita e inadequada da intencionalidade e da racionalidade, que necessita mandar para o campo da pura causalidade tudo que não cabe dentro do estreito conceito de intencionalidade.

Curiosamente, se aplicarmos a Elster as idéias desenvolvidas por Harold Garfinkel sobre as normas sociais e a cultura na obra de Talcott Parsons não teremos muitos problemas. Referindo-se a Parsons, mas sem nomeá-lo, Garfinkel afirma que

certo tipo de Ciência Social criou a imagem de um ator como um dopado. A idéia de que os indivíduos seguem normas é interpretada como o “cumprimento de expectativas padronizadas”, o que retiraria do agente o seu caráter ativo e dinâmico, transformando-o em conformista e passivo. Segundo Garfinkel, estaria sendo negligenciado o fato de que através destas ações (de seguimento de normas), as pessoas descobrem, criam e sustentam a referida padronização.

Garfinkel e Sandven nos permitiriam ver que Elster, ao aderir a uma concepção de intencionalidade que é sinônimo de ação, transforma tudo mais em causa, retirando do agente a possibilidade de lidar com as normas sociais de uma forma minimamente ativa e expressiva.

Elster parece propor, como aponta Magalhães (2002), uma convivência estranha entre o ator intencional-racional, que se orienta por resultados, e o *cultural dope* da sociologia convencional, que age por determinações normativas.

Ao propor essa convivência, Elster acaba no pior dos mundos: um I.M. radical, incapaz de lidar com suas limitações e uma concepção rudimentar de variáveis sociológicas como normas sociais, estrutura e cultura.

5.3.5 – *Sour Grapes*: Adaptação Intencional ou Processo Causal?

Baseado na afirmação elsteriana de que o indivíduo elsteriano é a pessoa real e intencional confrontada com forças causais internas, Sandven propõe uma interpretação do mecanismo de *Sour Grapes* de adaptação das preferências ou desejos às oportunidades, que contraria e questiona as formulações de Elster (Sandven, 1999a e 1999b).

Para Elster, compreender este fenômeno não tem nada a ver com compreender os seres humanos lidando de uma maneira competente com situações e experiências. Antes, é a imagem dos processos puramente causais que é evocada. Na medida em que tais pessoas são submetidas a preferências adaptativas, Elster as vê como objetos à mercê das forças causais que trabalham sem que elas possam interferir. De acordo com o seu pensamento, ele vê a mudança das preferências adaptativas como diametralmente oposta e fundamentalmente incompatível com a autonomia pessoal, que seria uma pré-condição para a racionalidade em um sentido amplo.

Contudo, Sandven tenta mostrar novamente os equívocos da posição de Elster. Mudar os desejos para o que é possível realizar é uma resposta perfeitamente possível e razoável, exatamente o que se esperaria de uma pessoa bem integrada, razoável, autônoma e racional. A imagem de indivíduos vistos como objetos, à mercê de forças causais, é completamente inapropriada. O que estaria perdido em Elster seria alguma noção de trabalho mental, como na noção freudiana de luto (Freud, 1984, apud Sandven, 1999a), em que o indivíduo é visto como deixando as coisas acontecerem por si próprias, e tendo a capacidade de integrar as experiências de forma razoável.

Ao mesmo tempo, não haveria nada de proveitoso no único tipo de adaptação das preferências às possibilidades concebido por Elster, que seria supostamente compatível com a racionalidade e a autonomia – o que ele chama de planejamento do caráter, “a adaptação intencionalmente produzida das preferências às possibilidades”⁷⁸. Se prosseguimos com Sandven, é forçoso reconhecer que o conceito é estranho. Na medida em que ele descreve alguma coisa, ele pareceria descrever uma tentativa mais

⁷⁸ Elster inclui o planejamento de caráter como um dos tipos de “tecnologias de auto-gerenciamento” (Elster, 1983b: 53). Tal tema estaria situado dentro do conceito de Egonomics, a análise econômica dos conflitos motivacionais que se produzem dentro das pessoas e do auto-gerenciamento destes conflitos, segundo a definição de Thomas Schelling, modificada por Elster (Elster, 1997a: 37).

ou menos neurótica de escapar do doloroso, mas necessário processo de luto, do que uma forma de lidar com esta dificuldade que se esperaria de uma pessoa autônoma e racional.

Prosseguindo em seu argumento, o crítico de Elster defende que é razoável, em primeiro lugar, ver a relação entre desejos e objetos do desejo como tendo dois lados que interagem. Assim, as pessoas desenvolvem desejos e vontades que são razoavelmente adaptados ao que pode ter uma razoável possibilidade de realização, que está em harmonia com seus talentos, que funciona bem em relação a eles, e que as faz felizes. O ponto básico de referência para a avaliação do que é racional e do que é irracional, em Elster, é completamente diverso. Está baseado, na verdade, em uma concepção da teoria da escolha racional acerca das preferências e de um conjunto factível de oportunidades como magnitudes que são, em um sentido fundamental, independentes uma da outra.

Esta representação falha da adaptação e mudança de preferências como processos puramente causais têm sua contrapartida em uma igualmente falha e excessivamente estreita concepção do domínio do intencional, do significativo, da racionalidade. Essencialmente, Elster limita este domínio à razão instrumental envolvida na maximização. Então, a racionalidade é fundamentalmente vista como tendo a ver com “ter um plano ou objetivo a realizar”, onde o plano ou objetivo é escolhido de acordo com preferências dadas. Nas palavras de Elster, a racionalidade é essencialmente orientada para resultados ou para o futuro. “Se você quer atingir Y, faça X, diz a racionalidade” (Elster, 1989a: 24). Conseqüentemente, a racionalidade, neste sentido, consiste de uma tentativa de controlar o mundo, fazê-lo corresponder aos planos e objetivos de alguém.

Sandven tenta então caracterizar mais proximamente o que está perdido na concepção elsteriana de ação humana de racionalidade quando ele simplesmente contrasta a estreita e instrumental concepção da teoria da escolha racional sobre a racionalidade com o puramente causal, onde as pessoas estando movendo-se devido a estas forças causais são concebidas como “objetos sem mentes”.

É completamente evidente que a maneira instrumental de relacionar-se com o mundo, tentando controlar os eventos, e fazendo os propósitos de alguém se tornarem verdadeiros é essencial para ser racional. Contudo, se adotamos uma noção ampla de racionalidade - tendo a ver com o que é razoável ou sensato para a ação e quais os meios de agir são compatíveis ou conduzem a viver uma boa vida razoavelmente - é também evidente que quem adota este enfoque instrumental em qualquer situação, e para qualquer coisa que faça, também não está agindo de modo racional. Se alguém sempre, em qualquer situação, tenta controlar o que acontece de acordo com uma concepção prévia de como alguém quer que alguma coisa seja, o comportamento desta pessoa torna-se rígido, ineficiente, estático e fora do fluxo da vida. Enfocando toda situação com a atitude de sempre atingir certos objetivos, parece levar a um controle obsessivo de toda situação. No entanto, se funcionamos de uma forma razoavelmente satisfatória, se agimos racionalmente em um sentido amplo, o modo instrumental pode ser equilibrado com outros modos de relacionar-se com o mundo, onde somos mais receptivos e abertos aos acontecimentos, nos deixamos ser levados. Sabemos que nos relacionar com o mundo através de uma forma instrumental é destrutivo, este é um *insight* prático. Se compreendemos isto, mas ainda permanecemos obsessivos com a necessidade de controle, isto faz nascer o tipo de projetos paradoxais em que Elster está interessado, como tentar ser espontâneo etc (Elster, 1983, 44-52).

Similarmente, se alguém está contínua e incessantemente avaliando todos os tipos de alternativas as quais alguém pode escolher, incluindo alternativas radicais, a forma de agir desta pessoa não é racional, razoável ou frutífera (cf. maximização global e maximização local em Elster, 1984: 9-18). A ação frutífera e eficiente requer que alguém, em um certo grau, concentre-se no que está fazendo, o que não é compatível com constantemente estar ocupado em avaliar seriamente se outras coisas completamente diferentes não seriam melhores. Sem um certo compromisso com o que se está fazendo, a vida que alguém vive, seus deveres e obrigações, o que se espera etc, seria uma falta de conteúdo por trás das escolhas que se faz. Isto está completamente conectado com a questão da identidade da pessoa e a questão de “em relação a que” julgamos que uma alternativa é melhor do que outras. Há uma pessoa com certa identidade e integridade que tem estes desejos ou crenças, ou preferências, ou estamos deixados com estruturas de preferências livres não ancoradas em nada, sem conteúdo? De uma forma significativa, há uma incompatibilidade entre, por um lado, estar comprometido com certas formas de agir (certas alternativas) e, por outro, tratar estas mesmas alternativas instrumentalmente (avaliá-la entre outras alternativas e então escolher a melhor).

Assim, o modo instrumental de agir e se relacionar com o mundo pode ser sustentado e suplementado por outros modos. Quando agimos instrumentalmente, pesando alternativas umas contra as outras visando escolher uma entre as outras, é sempre contra o *background* de outras ações, práticas, projetos e expectativas com as quais nós estamos mais ou menos comprometidos, que tomamos mais ou menos como garantidas, e que fornecem uma estrutura de referência em relação às quais julgamos algumas alternativas como melhores do que outras. Isto pode ser análogo a como nossos julgamentos em matéria de fato são sempre feitos contra o background de

outras coisas que tomamos como garantidas como estruturas de referência. Como colocado por Charles Taylor, para um conjunto de problemas e assuntos “normalmente não temos uma crença formulada, não porque duvidamos dela, mas porque estamos muito ocupados “repousando” sobre elas. Elas são parte do *background* tácito de objetos de dependência” (Taylor, 1989: 491, *apud* Sandven, 1999a). Similarmente, começamos escolhendo (instrumentalmente) entre cursos alternativos de ação, aprendendo sobre um conjunto de outras ações, práticas, projetos e expectativas que tomamos mais ou menos como garantidas e que somos mais ou menos comprometidos com elas. Isto implica que a noção de maximização global não é apropriada para descrever a racionalidade humana. Não escolhemos entre todos os cursos de ação factíveis alternativos. Pelo contrário, em geral, somente os cursos de ação alternativos são isolados para comparação e deliberação, enquanto outros cursos de ação servem como fundamentos tomados por garantidos e como *background* para esta deliberação. Isto significa que uma parte da compreensão da ação humana é assegurar como alguns mas não outros dos cursos alternativos de ação são isolados para deliberação séria. Entre outras coisas, isto envolveria entender a natureza e a extensão dos compromissos que nós temos com diferentes elementos deste *background* tácito e como a natureza e a extensão deste compromisso varia com as condições de ação, tanto de um tipo de ação para outro, mas também em um nível mais geral de acordo com a posição social, época histórica, cultura, etc. A princípio, qualquer componente deste *background* pode ser isolado e tratado instrumentalmente, mas não sem uma massa suficiente de outros compromissos tomados por garantidos permanecendo para dar substância e direção à deliberação. **A simetria entre todos os cursos alternativos de ação assumida pela noção de maximização de utilidade não é um traço da ação humana.** Ao invés disso, temos uma assimetria fundamental entre cursos de ação para os quais nós

estamos mais ou menos comprometidos e cursos de ação com os quais nos relacionamos de um modo mais instrumental. Tanto este ponto sobre compromissos como o fundamento para considerações instrumentais, quanto o ponto sobre a idéia de que uma orientação exclusivamente instrumental para qualquer aspecto da ação humana contribui para uma inibição neurótica e inibidora por controle, mostram que o modo instrumental de ação não pode ser exclusivo, mas deve ser suplementado por outros.

Um importante problema passa a ser então como entender estes outros modos de ação. Segue-se desta discussão que isto não deveria ser compreendido em termos de processos puramente causais ou puramente comportamentais, se por isto entendemos que os sujeitos não estão agindo por suas próprias habilidades, capacidades, conhecimento e compreensão, mas estão sendo dirigidos por forças externas a estas capacidades humanas. Pelo contrário, estes outros modos deveriam ser compreendidos em termos de habilidades, competências e capacidades, tanto quanto de conhecimento prático e compreensão. Existem habilidades e capacidades que têm como base um importante componente tácito. Em larga medida, as ações em questão aqui são coisas que o ator sabe intuitivamente como fazer na prática, onde as descrições formuladas discursivamente, explicitamente de, como fazê-las, têm um papel minoritário.

A parte básica do conhecimento simplesmente não reside em uma receita que pode ser comunicada aos outros através de um pedaço de informação. O ator pode não ter pensado muito sobre o que uma descrição explícita do que ele fez pareceria para ele e pode mesmo não ser capaz de produzir qualquer relato satisfatório se indagado. Há formas de agir que aprendemos fazendo, estando envolvidos com o que está acontecendo, através de familiaridade próxima com as práticas. Na sua base, estas ações têm um importante componente rotineiro. Existem, em larga medida, práticas as

quais somos socializados dentro delas. Parcialmente, elas são mais específicas, práticas circunscritas, mas parcialmente elas estão integradas e formam formas de vida mais amplas. A internalização de amplas normas, valores e objetivos, de padrões de discernimento do bem e do mal, certo e errado, etc, fazem parte deste processo. Então, gradualmente aprendemos a exercer um julgamento prático, um julgamento operativo na prática, mas para o qual nós não somos capazes de dar um relato justificador suficiente (como na relação entre o uso da linguagem gramaticalmente correta e na impossibilidade prática de dizer quais são as regras que a justificam). Sandven então aponta a similaridade desta posição com a idéia de senso do jogo, ou sentido do jogo, que nos faz saber, sem deliberação explícita, como um problema de competência rotineira, como produzir resultados que fazem sentido para nós mesmos e para os outros. Sandven inclui nesta capacidade o que ele chama de princípio da satisfação, como oposição à otimização ou maximização: se alguém faz alguma coisa que é notoriamente um resultado pior do que aquele que seria razoável esperar, isto se torna um quebra-cabeças para nós, isto imediatamente não faz sentido, e nós podemos então imediatamente tentar dar sentido a isto, nos perguntando porque, etc.

Assim, de maneira importante, os outros modos de ação que fundamentam e complementam o modo instrumental devem ser compreendidos em termos de habilidades e capacidades, uma competência prática baseada em conhecimento prático tácito largamente adquirido através da repetição da experiência e integrado na forma de disposições e rotinas, onde também compromissos com objetivos tomados por garantidos, valores, padrões e expectativas desempenham um importante papel. Neste modo, a ação não é baseada em uma pesquisa explícita dirigida para a máxima vantagem, sobre um cálculo de interesses. O essencial é que este modo de ação não deve ser concebido como processos de comportamento que acontecem de forma

mecânica, através de simples mecanismos de estímulo e resposta. Pelo contrário, isto é alguma coisa que é aprendida e integrada em nossa capacidade de ação no sentido que envolve integração em nossas compreensões, atitudes e poderes de julgamento. É essencial entender que estes tipos de aprendizado, integração, desenvolvimento e crescimento consistem de nosso aprendizado para lidar com os materiais, experiências, emoções e situações envolvidas. Não é algo que acontece de uma forma despropositada, pelo contrário, envolve essencialmente trabalho mental.

Por outro lado, uma parte essencial da ação, especialmente a interação, depende da capacidade de ser absorvido na situação, deixando-se ser levado pela sua lógica, normas e expectativas, etc., respondendo e adaptando, e então, sob a base desta absorção, iniciando suas contribuições específicas propriamente ditas. Este tipo de absorção na situação, adaptação, deixando-se ser levado pela lógica da situação, está muito longe de ser alguma coisa que acontece de uma forma puramente causal, não consciente, por detrás dos indivíduos em questão, através de um simples mecanismo de estímulo-resposta no qual o ator é uma vítima passiva das forças externas. Pelo contrário, isto depende fundamentalmente da compreensão, competência, intuição, criatividade, e o senso do jogo do ator. Sandven, utilizando-se de Anthony Giddens (1984: 21-22, *apud* Sandven, 1999a), enfatiza que a reprodução das práticas sociais sempre acontece através das ações dos atores humanos competentes e cientes do conhecimento que têm.

O reconhecimento das regras sociais e o fato de que os indivíduos estão despertos para elas – expresso primeiro e antes de tudo na consciência prática – é o núcleo fundamental deste traço que caracteriza especificamente os agentes humanos. Como atores sociais, todos os seres humanos têm grandes possibilidades de aprendizado a respeito do conhecimento que eles mesmos possuem, e aplicam, na

produção e reprodução dos encontros sociais do cotidiano, o vasto conjunto de tal conhecimento, que é mais prático do que teórico.

A discussão feita acima contrasta fortemente com a visão elsteriana sobre o mesmo tema, onde o comportamento guiado por normas é representado como essencialmente como mecânico, irracional, sem sentido, despropositado, comportamento compulsivo, um exemplo primeiro do que Elster entende por comportamento que resulta da operação de forças puramente causais (Elster, 1989c).

Este modo de ação está baseado nas capacidades adaptativas e receptivas, e é essencial para a ação racional como um modo instrumental. Especialmente, ele é essencial para a dinâmica da ação: o aprendizado, a criatividade, o crescimento e o desenvolvimento, a compreensão dos aspectos dinâmicos da ação exige que se tome este modo adaptativo e receptivo em consideração. Concepções da ação humana baseadas exclusivamente nos aspectos instrumentais, como na TER, esquecem este componente de receptividade criativa da racionalidade. Uma preocupação exclusiva com o instrumental não acrescenta nada à racionalidade, mas antes uma obsessão com o controle.

O ponto colocado por Sandven é que as relações entre práticas sociais e processos, por um lado, e ações individuais que as constroem, por outro, são muito mais complexas do que o que está subjacente no reducionismo do enfoque da Escolha Racional. No enfoque da escolha racional os atores escolhem o curso da ação que suas preferências dizem que é o melhor, dadas as condições da ação. O resultado destas ações, incluindo as conseqüências não intencionais da ação, constitui então as condições das ações subseqüentes. Nesta concepção, práticas sociais e processos deveriam, tipicamente, serem redutíveis a atos individuais de maximização.

Mas na visão defendida por Sandven, práticas sociais e processos são também produzidos pelas ações das pessoas. Ações individuais são o que elas constroem. Estas ações são geradas pelas habilidades, capacidades, conhecimentos, compreensão de indivíduos engajados em projetos e práticas de diferentes tipos. Contudo, um ponto crucial aqui, é que o centro destas capacidades de geração de ação é precisamente a capacidade para tomar parte nas práticas sociais e processos, para deixar-se levar pela sua lógica, para responder e adaptar-se adequadamente. A escolha envolvida aqui tem muito mais um caráter de uma aceitação, expressando confiança, que uma decisão baseada na comparação de vantagens e custos de diferentes alternativas. Assim, na posição de Sandven, práticas sociais e processos são concebidos como tendo um momento deles mesmos em um sentido forte e diferente daquele que está implicado na TER, onde o ator escolhe o curso da ação que maximiza sua utilidade tomando por base as presentes condições da ação, onde o resultado da sua ação combina-se com os resultados das ações dos outros atores (e com os resultados dos diferentes tipos de forças naturais) para produzir novas condições de ação. Os atos de escolha baseados em deliberação explícita, no ato de pesar vantagens e desvantagens de diferentes alternativas, devem ser visto como embebidos em um fluxo de ação, onde os projetos próprios dos indivíduos aparecem conjuntamente e de complexas maneiras com diferentes tipos de práticas sociais, projetos e processos nos diferentes níveis da sociedade.

Assim, o enfoque da escolha racional falha quando não considera aspectos e modos de ação não instrumentais, centrados na receptividade, capacidade de adaptação e participação, abertura e disposição para aprender e para mudar, etc. Identificando a ação humana exclusivamente com o instrumental, a TER se torna muito estreita e inadequada. A racionalidade da ação não consiste exclusivamente em adotar uma

instância manipulativa e instrumental unilateral para todas as situações e para tudo que alguém faça. Antes, a racionalidade é caracterizada por um razoável equilíbrio entre os modos instrumental e não instrumental de agir. Contudo, seria equivocado concluir que a concepção de ação humana da TER é simplesmente muito estreita, ainda que ela negligencie os modos não instrumentais e os aspectos da ação, ela deveria ser adequada quando ela trata da ação instrumental. Pelo contrário, falhando ao relacionar a escolha racional com outros modos que a completam e a pressupõem, ela também falha em capturar a ação adequadamente.

5.4 – O Anti-anti-funcionalismo: Mary Douglas, Arthur Stinchcombe, Philippe Mongin e Russel Hardin contra Jon Elster

Segundo Mary Douglas (1986), Elster é incapaz de fazer a distinção entre colocações funcionalistas, com intenção autenticamente explicativa, e aquelas que apresentam natureza predominantemente retórica. A antropóloga argumenta que os exemplos usados por Merton, encontrados em alguns escritos antropológicos, e incorporados por Elster, para criticar o chamado paradigma funcional forte, pertenceriam à última categoria.

A autora afirma que Merton não leva em conta que as pretensões de Malinowski já haviam sido colocadas em sua exata dimensão por Max Gluckman e também se pergunta porque os pronunciamentos desacreditados de Malinowski e Radcliffe-Brown ainda merecem um exame detalhado. Segundo Douglas, haveria uma posição prévia do autor norueguês que consideraria a antropologia pitorescamente divertida e antiquada, incapaz de explicação.

Douglas se revela bastante surpresa com a incapacidade de Elster em encontrar tão poucos exemplos de argumentos funcionalistas completos. Além de apontar que existe na antropologia um conjunto empírico de argumentos funcionalistas bem fundamentados, ela menciona que o próprio livro de Merton, utilizado por Elster para identificar o paradigma funcional fraco, apresentaria alguns destes exemplos adequados.

Afirma também que sem a forma funcionalista de argumentação, não podemos começar a explicar como um universo de pensamento constrói o estilo de pensamento que controla a sua experiência.

O raciocínio de Stinchcombe (1985) trilha outros caminhos. Aquele autor adverte que Elster muitas vezes pouco se importa com as dificuldades empíricas quando analisa as teorias sociais. E então condena ao sacrifício teorias que têm **somente** a virtude de explicar alguns fatos, porque tais teorias não atendem a critérios perfeitamente lógicos e adequados. Stinchcombe acredita que o fato acima confunde fundamentalmente a análise elsteriana das teorias funcionais. As dificuldades centrais na rejeição da teoria funcional, nos termos propostos por Elster, é que, efetivamente, há um conjunto de padrões de fatos no mundo que pode ser explicado por teorias funcionais, no sentido que eles são derivações destas teorias. Assim, a menos que alguém tenha uma alternativa que explique o fato de que um conjunto de estruturas, por exemplo, tenda a ocorrer em ambientes nos quais as tensões que elas aliviam são altas, as teorias funcionais são apostas empíricas boas e aceitáveis como estratégias explicativas.

Mongin (1991) alerta para o fato de que a caracterização que Elster fornece de um modelo funcionalista correto para as Ciências Sociais é redundante. Uma vez que ele seja postulado, o traço que Elster nomeia como o quinto – a própria instituição

mantém, através de um feedback positivo, o efeito que ela produz – é suficiente para a explicação (funcional). A intuição de Merton é que tal postulado pode ser deduzido dos outros quatro traços da lista de Elster. Portanto, se esta intuição falha, torna-se supérfluo examinar os mencionados quatro traços anteriores. Assim, o que verdadeiramente se exige para uma explicação funcional adequada é o aludido postulado 5⁷⁹.

Finalmente, temos Russel Hardin (1980). Para Hardin, a consideração elsteriana de que a explicação funcionalista tem pouco valor para as ciências sociais está equivocada e é muito menos importante que outra consideração de Elster: a de que a explicação funcional nas ciências sociais é geralmente mal construída. A adequação dos fatos ao paradigma elsteriano, a respeito da possibilidade de uma explicação funcional aceitável nas ciências sociais, enfrenta a exigência de compatibilização de relações funcionalmente relevantes com um mecanismo causal retroativo, o que certamente, não é fácil.

Ironicamente, se as considerações de Douglas, Stinchcombe, Mongin e Hardin estão certas, a adequação da explicação funcional aos requisitos exigidos pelo próprio Elster condescenderia com a plausibilidade da explicação funcional. Os argumentos apresentados pelo autor norueguês contribuiriam, na verdade, para a construção de uma posição contra o mau funcionalismo e para o estabelecimento de critérios lógicos que clarifiquem como uma explicação funcional deve ser estruturada.

Ou tomemos as palavras de Mongin (1991), para quem Elster parece menos ansioso em banir o funcionalismo das ciências sociais do que em regular seu uso. Segundo aquele autor, talvez até tenhamos que concordar com Elster, pois pode não haver explicação funcionalista correta nas ciências sociais, já que, se correta, a

⁷⁹ “Y mantém X por um giro retroativo (‘feedback loop’) causal que passa por Z”. (Elster, 1983a: 57).

explicação perde o seu caráter funcionalista. Ela somente seria completa se o sociólogo exibisse um mecanismo causal retroativo, o qual seria o “responsável” pela explicação. Não faria sentido, portanto, afirmar que os traços benéficos têm papel explicativo e sim que os efeitos explicam a instituição.

5.5 – A Crítica Etnometodológica ao Princípio Heurístico da Racionalidade: Faculdade Cognitiva ou Princípio Hermenêutico?

Elster postula uma explicação da ação que deve ser vista como fruto de dois tipos de filtro: o primeiro, em que um conjunto de coerções colocado para o indivíduo “seleciona” as possibilidades de ação efetivas. Dado tal conjunto de oportunidades, um segundo filtro indica qual ação será executada, tendo como recursos dois mecanismos principais: a escolha racional e as normas sociais (Elster: 1989a: 13).

Considerando a escolha racional - que tem prioridade heurística para Elster - os elementos relevantes para a análise são as crenças e os desejos. As oportunidades devem ser percebidas pelos indivíduos, apesar de sua existência objetiva. A relação entre oportunidade e ação, segundo Elster, não pode ser feita diretamente, pois isto conduziria a um tipo de estruturalismo, em que a estrutura de oportunidades determina a ação.

Elster admite uma série de restrições e obstáculos à escolha racional: a) os próprios processos de formação dos desejos e de crenças individuais não são analisados satisfatoriamente por uma teoria da escolha racional; b) a escolha racional não é um processo isento de falhas, pois os meios escolhidos como mais adequados para a ação podem estar assentados sobre crenças equivocadas; c) a formação e o processamento de crenças é dependente de informação, que pode ser excessiva ou insuficiente; d) crenças são probabilidades e produzem indeterminação; e) as ações

racionais individuais podem conduzir a ações coletivamente irracionais, como ilustra o Dilema do Prisioneiro (Elster, 1997a: 43-53 e 111-114).

As alternativas à escolha racional não são promissoras, como o princípio da satisfação. Mas o próprio Elster afirma que não há teoria que contenha mecanismos relacionados ao que as pessoas fazem quando não é possível obter um resultado ótimo. Elster inclusive aponta que freqüentemente se confia em probabilidades subjetivas fictícias ou em decisões sem informações necessárias, ou mesmo na busca intencional daquilo que só pode ser subproduto intencional da ação.

Magalhães (2002) propõe uma crítica, utilizando a etnometodologia como ponto de referência, que, adequadamente reformulada, pode atingir não só as formulações de Elster, mas toda a TER. A racionalidade não deve ser entendida como a ferramenta hermenêutica fundamental do indivíduo, se queremos efetivamente entender a ação humana. Os limites da racionalidade e a importância da irracionalidade são faces de uma mesma moeda teórica inadequada para construir uma Teoria da Ação.

Garfinkel (1967) mostra que a atitude da vida cotidiana é fundamentalmente diferente da atitude da teorização científica. Para a vida cotidiana, o membro leigo ordena os eventos com os quais se depara na medida em que procura reter e aprovar a suposição de que os objetos do mundo são o que parecem ser. O indivíduo, ao lidar com as questões corriqueiras do dia-a-dia, praticamente, suspende tanto a dúvida quanto a regra interpretativa de que os objetos do mundo não são o que parecem ser. Se tomarmos a atitude científica, o procedimento hermenêutico adotado pelo cientista é exatamente o contrário. A dúvida é um objetivo a ser alcançado⁸⁰.

⁸⁰ Campos Coelho, inclusive, afirma que os etnometodólogos dizem que a ordem social só é possível porque os indivíduos não se questionam sobre como a sociedade é possível. As decisões coletivas

Desta forma, postular que a análise da ação humana deva iniciar com a escolha racional ótima (a teoria estreita de *Sour Grapes*), seria postular um modelo de ação racional que não é compatível com as atividades e decisões cotidianas.

Utilizando as idéias de Magalhães podemos nos indagar em que medida a alternativa proposta pela crítica de Garfinkel pode auxiliar a construir uma explicação mais plausível da ação. Uma compreensão mais adequada (inclusive empiricamente) de como as pessoas agem, segundo Garfinkel, nos levaria a pensar de que maneiras elas produzem e reproduzem os contextos sociais estáveis e duradouros aos quais elas estão vinculadas.

Para o etnometodólogo, a racionalidade deve ser incorporada ao modelo explicativo da ação. No entanto, deve ser compreendida como uma faculdade cognitiva, que está incluída em tais processos de produção e reprodução dos contextos sociais, bem como na elaboração de relatos sobre este contexto, visando garantir sua estabilidade.

Mas o ponto nevrálgico é que a racionalidade deve ser tratada como material empírico. Em outros termos, a pergunta correta a ser feita no ponto de partida da explicação é: como os indivíduos agem? E a resposta adequada a tal pergunta não deve considerar a racionalidade como o único material empírico disponível. Se os indivíduos agem racionalmente, se a racionalidade em suas várias formas faz parte do

tomadas por eles no cotidiano não são sempre acompanhadas de perguntas do tipo: “como fui capaz de fazê-lo?”. Argumenta este autor, que se os indivíduos ficassem permanentemente se perguntando “como decidir para decidir coletivamente”, nenhuma decisão seria tomada, a ordem social ruiria e a sociedade seria impossível.

“Para o homem comum a ordem social é um dado, para todos os efeitos práticos. Isto não significa que ajam irrefletidamente. Pelo contrário: são bons sociólogos leigos e formulam excelentes teorias a respeito do mundo, teorias que, segundo os etnometodólogos, passam com galhardia por cotidianos e rigorosos testes práticos. Entretanto, elas fazem parte constitutiva do mundo do qual dão conta (descrevem e explicam) e, portanto, são testadas, confirmadas e corrigidas em base rotineira, sem que haja necessidade de emergirem no nível da consciência discursiva. Ocorrendo algo que ameace as rotinas que constituem a ordem social os indivíduos não raro mudam de paradigma.” (Campos Coelho, 1999: 41-42).

repertório de procedimentos e teorias disponíveis para eles, ela (a racionalidade) deve ser tomada apenas como uma parte deste repertório de ação e não como princípio metodológico fundamental do indivíduo para a interpretação da ação (Garfinkel: pp. 282)⁸¹.

Como decorrência da posição acima, não faz sentido postular a criação de taxonomias da ação que tenham como limites extremos a racionalidade e a irracionalidade. Tal empreendimento, de uma perspectiva etnometodológica, seria sociologicamente irrelevante.

5.6 – Humphreys e Katz Contra a Explicação por Mecanismos

A opção por uma explicação baseada em mecanismos pode ser vista como uma das principais características da obra recente de Elster (1989a, 1998 e 1999a). Apesar de, grosso modo, acreditar que ela abre caminhos para uma Ciência Social de natureza eminentemente explicativa, não creio que tal dimensão mecanística possa ser incorporada sem que examinemos alguns de seus problemas.

Humphreys estabelece uma crítica da explicação baseada em mecanismos proposta por Elster que me parece bastante sensata. Tomemos a definição de mecanismo proposta por Elster, a saber, “padrões causais que ocorrem freqüentemente, são facilmente reconhecíveis e são geralmente disparados sob condições desconhecidas ou com conseqüências indeterminadas. Isto permite que expliquemos, mas não façamos predições”(Elster, 1999a: 1).

⁸¹ “Ao invés das propriedades da racionalidade serem tratadas como um princípio metodológico para a interpretação da ação, elas devem ser tratadas somente como um problema material de um ponto de vista empírico. Elas deveriam ter o status apenas de dados e teriam de ser descritas da mesma forma que outras propriedades da conduta familiares são” (Garfinkel, 1967: 282).

Humphreys, afirma, acertadamente, que Elster classifica como mecanismos um conjunto excessivamente amplo de conceitos teóricos dos mais variados tipos, nos mais variados níveis e de procedências teóricas diversas. Se tomarmos apenas *Nuts and Bolts for the Social Sciences* (1989a), uma espécie de livro síntese de Elster, observaremos, com Humphreys, que temos uma lista de mecanismos que incluem escolha racional, normas sociais, seleção natural, mecanismos de barganha, redução da dissonância cognitiva, adaptação racional à legislação, formação de coalizão, mecanismos de mão invisível, etc.

Se estes componentes têm um componente causal, o que é explicitamente defendido por Elster, torna-se difícil saber que noção de causalidade é ampla o suficiente para se demonstrar compatível com tal variedade de mecanismos.

Outras inconsistências podem ser identificadas. Tome-se a escolha racional, “mecanismo” que tem prioridade heurística na trajetória de Elster. Humphreys pergunta-se: Será que Elster supõe que possamos assumir que processos envolvendo fenômenos mentais como crenças e desejos são mecânicos? Mais ainda, já que uma teoria da escolha envolve exigências da racionalidade e processos racionais são tradicionalmente considerados como tendo propriedades distintivamente diferentes em relação aos processos causais, como estas propriedades da racionalidade podem ser incluídas nos relatos dos casos? Já vimos que, em Elster, razões funcionam como causas, mas a utilização de tal argumento aqui não produziria um malabarismo teórico incapaz de adequar uma dimensão eminentemente intencional (a racionalidade) com uma concepção de causalidade? Se descartarmos a possibilidade de estabelecer uma distinção mais clara entre o intencional e o causal torna-se difícil imaginar que alguma coisa não possa ser considerada um mecanismo causal.

Elster também nos coloca cinco exigências sobre as explicações, na tentativa de evitar “falsas explicações”. Explicações devem ser diferenciadas de: proposições causais verdadeiras, de afirmações sobre correlações, de afirmações sobre necessitação, do ato de contar histórias e de predições.

Podemos deduzir, portanto, que Elster está em busca de explicações complexas nas ciências sociais. Mas, a despeito dos pronunciamentos feitos acima, as explicações dadas por Elster são, em quase todos os casos, feitas com referência a modelos ou abstrações idealizadas de “sistemas sociais”, sem uma ligação direta com o sistema em questão. As curvas de oferta e demanda usadas por Elster são exemplos de tais modelos, exatamente por não descreverem a forma como os sistemas sociais comportam-se efetivamente. Em geral, os modelos não dizem respeito aos próprios sistemas sociais complexos. Isto entraria em contradição com a exigência elsteriana de que a explicação deve dar conta do que aconteceu e não como poderia ter acontecido (Elster, 1989a: 7).

Se tomarmos a quinta exigência, apontada acima - de que explicação e predição são tarefas distintas, e que se pode explicar sem predizer e predizer sem explicar - uma objeção controversa, mas não menos interessante é levantada por Blaug (1999). Segundo este autor, se a explicação não foi acompanhada de previsão, isto não se deveu ao fato de que não pudemos assegurar toda a informação relevante acerca das condições iniciais ou mesmo porque não tínhamos ao menos uma generalização sobre a qual a explicação pudesse ser baseada?

Uma outra questão a ser levantada diz respeito a como os mecanismos individuais que Elster cita se adequam conjuntamente para constituir os processos causais que ocorrem em seres humanos reais. Já sabemos que Elster está interessado em separar mecanismos de leis. Para cada mecanismo que Elster descreve, poderíamos

pensar de contextos no qual eles seriam subvertidos. Como saberemos, em cada contexto específico, se um mecanismo do tipo geral que Elster descreve, como dissonância cognitiva ou normas sociais, está operando naquela instância específica com os resultados que são atribuídos a ele, se o próprio Elster nos diz que os mecanismos não estão sujeitos a leis universais?

Finalmente, há uma inconsistência metodológica em *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Uma das exigências de Elster para uma explicação genuína é de que dê conta que aconteceu como aconteceu e não como poderia ter acontecido. Assim, segundo o autor, explicações causais devem ser distinguidas do ato de contar histórias (Elster, 1989a: 7 e 1999a: 5).

O problema, identificado por Humphreys, é que Elster freqüentemente faz o mesmo, contando histórias especulativamente sobre como vários mecanismos podem ou não agir. A origem de tal inconsistência está na própria indeterminação da noção de mecanismos proposta pelo autor e que geraria um problema da “confiança explicativa”.

Na obra de Elster, nunca sabemos se o autor está se referindo a uma teoria específica que assume que o mecanismo em questão refere-se a dados empíricos para os quais uma explicação plausível parece ser aquele mecanismo, ou está simplesmente apelando para um pensamento experimental cujas conclusões são supostamente óbvias, dada a experiência da vida cotidiana. Mas esta última tática é por demais perigosa por duas razões.

Este tipo de formulação de Humphreys parece adequar-se perfeitamente às proposições de Stinchcombe (1985) de que Elster está interessado em métodos lógicos

de avaliação de teorias e não muito interessado em validação empírica de teorias⁸². Em particular, o autor norueguês não prestaria muita atenção na questão da estratégia empírica: pegar a melhor teoria e ver se ela funciona, utilizando o presente estado de conhecimento e um conjunto estratégico de dados para elaborar, modificar ou rejeitar tal teoria.

Pois para saber o que é verdadeiro, mesmo em contextos experimentais específicos, é necessária uma grande quantidade de trabalho empírico cuidadoso e isto freqüentemente produz comportamentos inesperados que estão em variação em relação às nossas expectativas. Assim, se dois mecanismos diferentes estão em jogo, qual dos mecanismos corresponde à explicação correta? Ou os dois devem ser incluídos?

Além disso, a mera identificação de um padrão como presente em uma dada ocasião não diferencia, por si mesma, causas e mecanismos causais, mesmo se mostrarmos que isto é causalmente relevante para o resultado. E este é um ponto que não merece a atenção de Elster, ou então, isto é simplesmente assumido pelo autor, em relação a maior parte dos seus mecanismos.

Jack Katz, sociólogo de orientação fenomenológica e estudioso do crime e das emoções, nos apresenta uma abordagem crítica do enfoque mecanístico em Elster que me parece estimulante.

Na tentativa de evitar o determinismo produzido pelas leis causais – se X, então Y – Elster postula que uma explicação baseada em mecanismos abre um leque de indeterminação – se X, então às vezes Y, às vezes Z (Elster: 1999a: 5). Um de seus exemplos preferidos é aquele em que observa que algumas crianças filhas de pais

⁸² As formulações de Katz (2000) articulam-se perfeitamente com as observações de Stinchcombe. No desenvolvimento da sua sociologia das emoções, Elster não apenas não conduz nenhuma pesquisa empírica própria, mas recusa as visões contrárias às suas de maneira desatenta. Ademais, e contrariamente à precisão e rigor característicos da obra de Elster, em *Alchemies of the Mind* o autor extrai algumas conclusões do depoimento de um terapeuta. .

alcoólatras se tornam alcoólatras também, enquanto outras escapam do álcool. “Ambas as reações incorporam mecanismos: fazendo o que os seus parentes fazem e fazendo o oposto do que eles fazem” (Katz, 2000: 259-260).

Mas Katz faz uma indagação relevante: porque presumir que possa haver qualquer relação entre padrões de bebidas inter-geracionais? Alcoólatras não têm filhos alcoólatras algumas vezes? Não alcoólatras também não têm filhos não alcoólatras? Assim, se todas as possibilidades lógicas podem ocorrer, por que devemos assumir que os padrões de bebida respondem de uma forma ou de outra aos padrões paternos? Não necessitaríamos de evidências não aleatórias de padrões de bebida inter-geracionais para justificar os pressupostos causais de mecanismos. Tais evidências não formariam então um meta-mecanismo mais geral que, em sintonia com as evidências empíricas, especificasse os padrões de ocorrência dos dois mecanismos contraditórios apontados por Elster?

5.7 – Considerações Finais

As críticas debatidas neste capítulo desafiam alguns dos pilares da explicação elsteriana. A partir delas, algumas perguntas se impõem: é possível falar de redução em Elster? Existem tantas diferenças entre a agência individual e a agência “institucional” que justifique que falemos em ação apenas para o caso individual? A distinção entre intencionalidade e causalidade pura é compatível com a idéia do indivíduo autônomo elsteriano? As normas sociais governam parte do comportamento individual de maneira causal? A racionalidade deve ser tomada como o ponto de partida da análise da ação individual e social? A explicação mecanística é um avanço em relação a outros tipos de explicação nas Ciências Sociais?

Tais questões podem ser vistas como sérios obstáculos ou desafios impulsionadores para o desenvolvimento da obra de Elster. Estas duas possibilidades serão o guia da discussão que faremos, à guisa de conclusão desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I

Escondida no apêndice II, do quinto capítulo, de seu primeiro livro publicado em inglês, *Logic and Society* (1978), há uma afirmação de Jon Elster que creio ser a chave para o entendimento de sua obra:

“O postulado básico de que parto é que o objetivo das ciências sociais é a liberação do homem. Estas permitiriam ao homem libertar-se, por si mesmo, das forças causais que, ao mesmo tempo, formam e pervertem suas intenções; e, ao mesmo tempo, o tornariam capaz de se tornar consciente, sem obstruções, de seus objetivos livremente escolhidos. Atualmente, esta é uma idéia ambiciosa e uma das conclusões da análise é que ela não pode ser alcançada. Contudo, acredito que esta é a idéia regulatória que deveria sempre guiar o cientista social” (Elster, 1978: 158).

Algumas páginas depois, no mesmo texto, o autor esclarece a que tipo de liberação e de liberdade está se referindo:

“Penso que a idéia subjacente à noção kantiana de liberdade é a de que o homem deveria, de alguma forma, ser capaz de escolher-se a si mesmo, ser livre não apenas no sentido de agir de acordo com preferências consistentes, de qualquer nível, mas também no sentido mais forte de ter escolhido estas preferências” (idem, ibidem: 162).

Sem o entendimento das idéias acima, acredito não ser possível nem razoável dar algum sentido às formulações elsterianas discutidas até agora. A existência de um princípio regulatório para as ciências sociais, preenchido pela idéia de liberação do homem, está diretamente ligada a objetivos assumidamente axiológicos, diria mais, a pressupostos de natureza moral.

Não é difícil reconhecer o conteúdo tanto montaigniano quanto kantiano das formulações elsterianas. Em um livro magnífico, recentemente traduzido para o português, Schneewind refaz a história da filosofia moral desde São Tomás de Aquino até Immanuel Kant (Schneewind, 2000). Estabelece o historiador da filosofia moral que Montaigne abriu caminho para a filosofia moral moderna, rejeitando toda concepção da moralidade como obediência que ele conhecia. E em Kant, alguns séculos depois, é possível ver, de forma plena, o surgimento de uma concepção de moralidade como autonomia.

Uma moralidade concebida como rejeição da obediência e, portanto, como autonomia é o que está subjacente às formulações de Elster enunciadas logo acima.

A idéia de que o homem pode e deve ser consciente, sem obstruções de seus objetivos livremente escolhidos, pode ser vinculada às formulações de Montaigne, de que, como Sócrates, devemos ser capazes de nos autogovernar.

Por outro lado, a idéia de ser livre, não apenas no sentido de agir de acordo com preferências consistentes (teoria estreita da racionalidade), mas também no sentido forte de ter escolhido estas preferências (teoria ampla da racionalidade), é completamente tributária de certas formulações kantianas presentes na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a saber, a idéia de que a autonomia só pode ser pensada na medida em que uma vontade autônoma concede a si sua própria lei. A escolha autônoma, para Kant, é aquela em que as máximas da escolha estejam presentes na própria volição como uma lei universal. E tal princípio só é possível quando pressupomos a liberdade da vontade (Cagill, 2000).

E é a partir deste Elster, filósofo moral, tributário de Montaigne e de Kant, que devemos abordar o Elster cientista social. Se estivéssemos apenas no campo da filosofia moral, as idéias de Elster seriam tratadas apenas como parte de um necessário

debate interno ao campo filosófico. Mas as idéias de Elster pretendem ter validade no campo das Ciências Sociais, o que exige outros critérios de validação. Aqui, problemas podem surgir. Passemos a eles.

Concordo com Mongin (1991), que boa parte dos escritos de Elster são uma tentativa de pensar as coisas humanas a partir da TER. E prosseguimos com este autor quando ele afirma que o conceito de escolha racional em Elster pertence aos domínios tanto de uma psicologia dos sentimentos quanto de uma filosofia moral.

Assim, se, como vimos há pouco, o objetivo das Ciências Sociais é aumentar a liberdade na sociedade, a TER, e suas variações, podem ser extremamente valiosas porque o foco de tal teoria é a escolha intencional (e racional) a partir das alternativas disponíveis. E estar consciente das alternativas disponíveis, certamente, nos tornaria mais livres.

Podemos, então, prosseguir na reconstrução do que seria o argumento normativo de Elster.

Em palestra proferida na Universidade de Valência em 1995, Elster afirma que “a racionalidade não é a chave para explicar todo o comportamento. Não é a chave para explicar a justiça social ou o bem-estar social. Mais importante, a racionalidade é uma norma e um ideal. É algo para avaliar a conduta e não para explicá-la” (Elster, 2000d: 257).

Percebe-se com mais clareza que toda a complexa taxonomia da racionalidade utilizada por Elster funciona como um ponto de partida, contra o qual serão confrontadas as condutas humanas específicas. A racionalidade opera como a referência normativa fundamental, que não explica a realidade, mas serve como parâmetro de avaliação da conduta dos indivíduos.

Uma pequena síntese da obra de Elster nos ajudará a entender as afirmações acima.

Elster afirma que o conceito de racionalidade fornece o quadro de referência que permite dar sentido às decisões individuais e às estruturas sociais geradas por estas decisões.

Neste sentido, o conceito de racionalidade é fundamental para que a ação seja entendida. Isto não significa dizer que todo comportamento é racional. Mas o conceito de racionalidade seria fundamental por dois motivos: a) em primeiro lugar, os seres humanos querem ser racionais. Este é o aspecto normativo da racionalidade; b) em segundo lugar, porque, para entender a conduta de alguém, deve-se supor que as pessoas são, de alguma forma, racionais. Sem essa suposição, não é possível atribuir crenças e desejos a quem quer que seja para interpretar suas ações. Este é o aspecto explicativo ou hermenêutico.

A TER explica o comportamento individual partindo do suposto de que os indivíduos agem da forma que mais os beneficia, buscando extrair o maior proveito do que têm. Uma série de derivações inter-relacionadas pode ser feita a partir daí e constitui a substância da TER.

Para que uma ação seja considerada racional ela deve satisfazer três requisitos: a) a ação deve ser o melhor método para satisfazer os desejos do agente, dadas suas crenças; b) as crenças do agente devam ser ótimas ou estar bem fundamentadas, dada a informação que ele possua; e c) o terceiro requisito de otimização, portanto, é que o agente deveria gastar uma quantidade ótima de recursos na aquisição de novas informações.

A passagem de um requisito para outro está relacionada à insuficiência do requisito anterior. O primeiro requisito (a) não é suficiente, pois não permite a avaliação a racionalidade das crenças. O segundo requisito (b) de racionalidade também não o é porque a racionalidade exige que recolhamos ativamente mais informação antes de formar crenças sobre as quais basearemos nossas ações.

Como qualquer teoria, a TER pode fracassar em explicar os fenômenos por dois motivos: a) por indeterminação (não pode fornecer previsões pontuais); e b) porque os indivíduos não se comportam como a teoria diz que se comportariam: neste caso, podem ser irracionais (ou não racionais).

A indeterminação da teoria da escolha racional está relacionada com o fenômeno da incerteza. As pessoas são incapazes de escolher racionalmente entre várias alternativas de ação se não têm alguma forma de identificar as conseqüências de tais opções. Elster acredita, hoje, que na maioria das decisões que tomamos a incerteza é mais regra do que exceção.

A outra falha da teoria é a irracionalidade. O pressuposto de que as pessoas são racionais pode ser posto em xeque diante de situações concretas. Ao longo de sua obra, Elster observa que a importância do comportamento irracional é maior do que acreditava.

Mas como a irracionalidade, por si mesma, não constitui uma categoria explicativa, Elster propõe-se a identificar e elucidar como se configuram os mecanismos específicos da irracionalidade: das ações à formação de crenças e ao recolhimento de informações.

Sua obra recente mostra que existem dois mecanismos principais que explicam os desvios da racionalidade. Por um lado, as normas sociais, que podem induzir as pessoas a atuarem de maneira que não tenha relação com as conseqüências de suas

ações. De outra parte, as emoções ou paixões podem levar as pessoas a atuar contra o seu próprio interesse, ou contra o que realmente crêem que deveriam fazer.

Mongin propõe uma explicação geral de alguns escritos de Elster, que pode ser estendida para toda a sua obra.

Aquele autor observa que o princípio da racionalidade tem precedência heurística para Elster, ao modo de Max Weber. Se seguirmos o caminho tomado por Weber, verificaremos que o sociólogo alemão acreditava que o tipo ideal da racionalidade absoluta tinha precedência na pesquisa sobre a racionalidade subjetiva, que por sua vez tinha precedência sobre o comportamento intencional não racional, que por sua vez tinha precedência sobre o comportamento não intencional voltado para os fins, e finalmente sobre o comportamento causal.

Mongin afirma, e arrisco concordar, que Elster faz o mesmo, se olharmos com atenção para sua obra. No *corpus* elsteriano, parte-se sempre do determinado para o indeterminado: de uma teoria estreita da racionalidade como coerência para uma teoria da racionalidade ampla em que a racionalidade das crenças e desejos é colocada em questão. De uma racionalidade preenchida inicialmente por motivações egoístas, para aquela preenchida por outros tipos de motivações, sejam elas altruístas ou utilitaristas. Da explicação intencional de tipo racional para a pura causalidade (normas sociais ou emoções). Podemos arriscar mais e, ainda com Mongin, defender que a obra de Jon Elster está atravessada por uma variação do método típico ideal baseado em um sutil desenvolvimento do princípio da intencionalidade.

Apesar da originalidade da abordagem de Mongin, proponho uma interpretação, que embora tenha afinidades com a proposta do autor francês, considero interpretativamente mais ampla. Retomo aqui uma proposição feita no capítulo 2, quando defendo a idéia de que uma leitura relativamente coerente dos escritos de

Elster pode ser feita, se tomamos a idéia de programa de pesquisas proposta por Imre Lakatos (1965). Ressalto que estou consciente que as idéias de Lakatos foram formuladas no contexto das *hard sciences*. Mas acredito que o esquema teórico desenvolvido por este autor pode ser transferido sem muitos problemas para o entendimento do funcionamento das Ciências Sociais.

Talvez uma chave interpretativa interessante para abordar o trabalho de Jon Elster seja a utilização do conceito de programa de pesquisas inspirado pela obra de Lakatos. Este autor afirma que tal conceito nos permite fazer uma avaliação objetiva do crescimento científico em termos de transferências positivas e degenerativas de problemas em séries de teorias científicas. Tais séries seriam caracterizadas por algum tipo de continuidade que liga os seus elementos internos. E tal continuidade está relacionada a um programa de pesquisas estabelecido a princípio.

O programa consiste em regras metodológicas: a heurística negativa, através da qual certas regras metodológicas nos dizem que caminhos de pesquisa devem ser evitados, e uma heurística positiva, que nos diz quais caminhos devem ser seguidos.

Cada programa de pesquisa é caracterizado por um núcleo, para o qual é proibido que se volte o *modus tollens*. Toda a habilidade do cientista é utilizada para gerar hipóteses auxiliares que formam um cinto de proteção em torno do núcleo e o *modus tollens* se dirige para elas. Tal cinto de proteção deverá suportar o impacto dos testes e ir se ajustando ou sendo substituído para que o núcleo seja protegido. O sucesso ou o insucesso da estratégia está relacionado à possibilidade ou não de uma transferência progressiva (ou degenerativa) de problemas. A irrefutabilidade do núcleo é garantida por decisão metodológica dos protagonistas do programa de pesquisas: anomalias só devem conduzir a mudanças no cinto protetor da hipótese auxiliar, observacional e das condições iniciais.

A heurística positiva de um programa de pesquisas impede que o cientista se confunda dentro de um conjunto muito grande de anomalias, possibilitando, segundo Lakatos, a apresentação de um programa composto por uma série de modelos (um conjunto de condições iniciais que se sabe condenado a ser substituído) cada vez mais complexos que simulam a realidade. O objeto de preocupação do cientista dirige-se para a construção de modelos de acordo com as instruções da parte positiva do programa. As anomalias e refutações são esperadas e a existência da heurística positiva está relacionada a uma estratégia de superação das mesmas.

Se aplicarmos a idéia do programa de pesquisas científicas à obra de Jon Elster, talvez possamos iluminá-la com um sentido mais geral. O núcleo duro do programa elsteriano pode ser identificado como o individualismo metodológico, a explicação intencional baseada no princípio da racionalidade e a quase proibição da explicação funcional. O cinto protetor e as hipóteses auxiliares concedem a existência da causalidade sub-intencional (as contradições da mente) e da causalidade supra-intencional (as contradições da sociedade). A explicação transforma-se em explicação intencional-causal. As anomalias relacionadas à existência de escolhas individuais que não sejam governadas pelo princípio da intencionalidade racional produzem uma ampliação – através da heurística positiva – tanto do conceito de racionalidade: da teoria estreita para a teoria ampla; da racionalidade perfeita para a racionalidade imperfeita; quanto desta para a racionalidade problemática; e, finalmente, para a irracionalidade – inicialmente as irracionalidades frias, cognitivamente “determinadas”, em seguida outras irracionalidades, normas sociais e emoções. O repertório das motivações humanas está substancialmente aumentado: as pessoas às vezes agem por referência aos mecanismos vinculados à racionalidade, outras vezes “movidas” pelos mecanismos relativos às normas sociais e às emoções. Note-se que

quando falamos de normas sociais e de emoções saímos do campo da intencionalidade (núcleo duro) para o da causalidade (cinto de proteção) sem contudo violar, aparentemente, outra parte central do programa: o individualismo metodológico.

Algumas outras idéias de Lakatos devem ser aqui mencionadas. Em primeiro lugar, é necessário ressaltar o papel de dois conceitos: a) a *transferência teórica coerentemente progressiva*. Tal conceito indica que é necessário exigir que cada passo do programa aumente consideravelmente o conteúdo, do ponto de vista teórico, isto é, que exista progresso teórico; e b) a *transferência empírica intermitentemente progressiva*. Este conceito exige que, o progresso teórico obtido seja ocasionalmente corroborado. O que, em outros termos, passa a ser um indicador de progresso empírico.

Assim, Lakatos insiste que a heurística negativa permite que o cientista decida racionalmente impedir a falsificação do núcleo do programa através das refutações, ao mesmo tempo em que aumenta o conteúdo empírico corroborado do cinto protetor de hipóteses auxiliares.

Mas de extrema importância é o posicionamento contra Poincaré. Aqui, Lakatos argumenta que, quando o programa de pesquisas deixa de antecipar fatos novos, o seu núcleo talvez tenha de ser abandonado, podendo, portanto desintegrar-se. E contra Duhem, afirma que as razões da desintegração não são puramente estéticas, mas de natureza lógica e empírica.

Em segundo lugar, a lembrança de que a metodologia do programa de pesquisas lakatosiana nos revela a autonomia relativa da ciência teórica. Os problemas racionalmente escolhidos pelos cientistas dentro dos programas de pesquisa são determinados pela heurística positiva do programa, muito mais do que por anomalias preocupantes. As anomalias, inclusive, são, na maioria das vezes, postas de lado, com o objetivo de que possam ser transformadas em corroborações futuras do programa.

No entanto, programas de pesquisa podem entrar em fase degenerativa, quando a heurística positiva, nas palavras de Lakatos, “perde o gás”. Inclusive, na maior parte do tempo, são poucos os cientistas que concentram a sua atenção em anomalias.

Podemos, então, voltar ao programa de pesquisas elsteriano. Duas leituras podem ser feitas então: uma positiva, outra negativa.

Na leitura positiva, podemos interpretar as sucessivas transformações da obra de Elster como respostas teóricas a problemas colocados pela própria heurística do programa, o que evidenciaria que o programa elsteriano encontra-se, pois, continuamente em reformulação. Cada passo - a passagem da racionalidade estreita para a racionalidade ampla; da intencionalidade para a sub-intencionalidade; da racionalidade para as várias formas de indeterminação e para a irracionalidade; do compromisso prévio como forma de amarrar-se a si mesmo ao compromisso prévio como forma de impedir a mudança de posição do outro; de uma perspectiva nomológica para uma perspectiva mecanísmica – pode ser visto como uma *transferência teórica coerente progressiva*. Se tomarmos as críticas de Little e Bhargava à redução, por exemplo, ainda resta a Elster, caso a crítica seja realmente desafiadora, a criação de hipóteses auxiliares, talvez ao modo de Raymond Boudon (individualismo metodológico situacional), de Mario Bunge (o sistemismo), ou mesmo de Rajeev Bhargava (o contextualismo). Mantém-se o I.M., mas a cinta de proteção pode ser fortalecida com hipóteses auxiliares que ampliem as concepções de Elster acerca da “estrutura”. A subtematização dos elementos de situação, estrutura, sistema ou contexto – que em Elster praticamente se resumem aos contextos de interdependência postulados pela teoria dos jogos, à idéia de oportunidades da ação, e ao compartilhamento de valores, normas e conceitos dentro de equilíbrio coordenados – talvez pudesse ser superada. A própria incorporação das normas sociais – desde *The*

Cement of Society – e da idéia de cultura – desde *Strong Feelings* - talvez indique um caminho para um I.M. menos restritivo, que, se não atribui poderes causais às estruturas, pelo menos incorpora alguma dimensão –mesmo que não autônoma, ou apenas relativamente autônoma – do social.

A leitura negativa indica um caminho diverso. Se usarmos as palavras de Hollis – que faz uma crítica a Elster do interior de uma perspectiva racionalista – as transformações do pensamento de Elster talvez indiquem uma falta de confiança no programa intencionalista-racionalista de explicação da ação, o que, em termos lakatosianos, pode colocar em xeque a própria heurística negativa e promover a desintegração do núcleo do programa elsteriano.

Se as críticas de Sandven a Elster sustentam-se e são válidas, o cenário é outro. Lembremo-nos que algumas destas críticas atingem o coração do programa elsteriano. Se a idéia de que o mecanismo de *Sour Grapes*, como concebido por Elster, não deve ser interpretada como uma adaptação causal das preferências ao conjunto factível; se a compreensão das normas sociais advogada por Elster realmente não leva em conta o trabalho mental interpretativo dos indivíduos; se a concepção de *self* elsteriana, apesar de admitir confusão, indeterminação e conflito, é excessivamente monolítica e homogênea; e se a idéia de uma pessoa real e intencional em exposição a forças causais externas é excessivamente rígida; talvez estejamos diante de um programa de pesquisas que não realiza transferências progressivas e cujo conjunto de anomalias acumuladas talvez exijam a desintegração do seu núcleo. As críticas levantadas por Sandven indicam uma progressiva ampliação da área da causalidade sobre o terreno da intencionalidade em Elster. Dependendo da forma como interpretamos estas mudanças, e a lembrança da crítica de Hollis pode ser reapresentada aqui, o programa elsteriano pode realmente estar em degeneração.

E até o I.M., que parecia intocável, pode submergir se levamos as críticas de Sandven às últimas conseqüências.

Segundo este autor, Elster parece compreender o ator individual como uma entidade elementar e monolítica, pressupondo que é somente quando uma entidade é considerada homogênea e consistente com desejos e preferências reais, que ela pode ser considerada como capaz de ação. Tal entidade homogênea e monolítica é, então, a pessoa intencional e real definida por sua estrutura de preferências única e consistente, livre de contradições internas.

Assim, em Elster, os seres humanos individuais não mais parecem como seres individualizados, mas emergem como um tipo de entidade composta que consiste parcialmente de pessoas intencionais e reais com suas preferências reais e parcialmente como uma variedade de forças e mecanismos causais.

Se o próprio I.M. está atingido, o núcleo do programa de pesquisas elsterianas pode estar seriamente danificado.

E, mais importante, se a concepção de uma pessoa intencional que confronta-se com forças causais que agem sobre ela é o sintoma mais agudo de um imperialismo da causalidade e de uma regressão da autonomia, Elster encontra-se em apuros.

Aqui podemos evocar um argumento de Farmer (1982) sobre a Teoria Econômica e aplicá-lo a Elster sem prejuízo.

A indagação de Farmer dirigida à TER é a seguinte: pode a TER ser explicativa e permitir que o ator não aja como ela prediz? Farmer considera que não. O indivíduo passa a ser visto como alguém que age contra os seus próprios interesses, e, de forma consciente e autônoma, adota uma ação que não é racional e nem é causada pela ordem de preferências ou pelo conjunto de restrições externas.

Por outro lado, se um indivíduo sabe o que fazer para agir racionalmente e não é constrangido a fazê-lo, então, ele agirá racionalmente. Mas neste caso em que sentido a ação é autônoma? A TER não pode ser ao mesmo tempo um modelo para a explicação e operar com um modelo autônomo de homem.

A conclusão de Farmer é que a Teoria Econômica até pode adotar um modelo autônomo de homem. Mas quando o faz, deixa de ter conteúdo explicativo, e torna-se um modelo normativo.

Farmer argumenta, especialmente em relação à obra de Amartya Sen, que este autor não trabalha com um conceito explicativo de ação racional, mas sobre como melhor modelar o que Herbert Simon chama de ambiente interno do indivíduo (processo a que Thomas Schelling chamaria de *egonomics*). Observa também que Sen considera a racionalidade como uma teoria do comportamento simplificada e inadequada. Na medida em que defende que o ambiente interno do indivíduo não pode adequadamente ser representado por uma simples ordenação de preferências, Farmer o considera correto. Mas se não há possibilidade alguma de ligação entre este ambiente interno e as ações, então, tal ambiente interno não terá papel algum na explicação. Como consequência teremos que retornar ao pressuposto da racionalidade que houvera sido abandonado.

Farmer levanta a hipótese de que Sen tenha aceitado um modelo autônomo de homem, e isto o levou a abandonar a tentativa de explicar. Esta é a única posição consistente para alguém que adota uma concepção autônoma de ação racional. Se o modelo de homem retirado da economia quer ter poder explicativo, ele tem que ser, em termos de Hollis, um modelo passivo.

Podemos agora conjugar a tentativa de ler – negativamente – a obra de Elster como um programa de pesquisas com os argumentos de Farmer sobre a obra de Amartya Sen.

Se chegarmos à conclusão de que Jon Elster abdica progressiva, mas irreversivelmente, do modelo de explicação intencional em favor de uma explicação cada vez mais causalista e governada por mecanismos irracionais, poderemos dizer que Elster, em favor da explicação, abriu mão daquele modelo normativo apontado no início deste tópico e que orientaria regulatoriamente toda a sua obra.

O argumento, identificando a tensão entre as exigências de um modelo normativamente orientado e as exigências de um modelo explicativamente orientado, permite-nos, então, justificar o título desta tese: o modelo de homem que resulta da ampliação do programa de pesquisa elsteriana é um Ulisses livre e autônomo, ou um tipo de Prometeu acorrentado pelas forças causais superiores a ele, e das quais não consegue se livrar?

II

Como vimos acima, a concepção de um programa de pesquisas científicas proposta por Lakatos pressupõe uma classificação de programas em desenvolvimento e de programas em degeneração. Programas em desenvolvimento apresentariam duas características fundamentais: a *transferência teórica coerentemente progressiva*, em que a passagem de um momento para outro incorpora conhecimento teórico. E a *transferência empírica intermitentemente progressiva*, em que é feita a exigência de que o progresso teórico observado possa ser corroborado empiricamente.

Acredito ser este um outro ponto de vulnerabilidade da obra elsteriana, já que não são muitas as pesquisas do próprio autor ou de outros pesquisadores sociais que busquem submeter ao teste empírico as formulações desenvolvidas pelo autor norueguês. O projeto de pesquisa que resultou em *The Cement of Society* e as três investigações sobre critérios de justiça, transições constitucionais e dependências permitem algum tipo de teste dos argumentos teóricos elsterianos. Mas não faz parte das preocupações centrais do autor a incorporação de estratégias de verificação ou corroboração empíricas.

Apesar de reiterados pronunciamentos de Jon Elster buscarem estabelecer um tipo de explicação de médio alcance, capaz de acomodar-se às exigências e limitações da teoria e da prática científica nas ciências humanas, há uma certa despreocupação do autor, como foi apontado por Stinchcombe, com a busca de estratégias explicativas compatíveis com explicações de fenômenos sociais empiricamente testáveis.

Tal despreocupação com a obtenção de *transferências empíricas intermitentemente progressivas*, permite que visualizemos, ao menos parcialmente, em Elster, problemas similares àqueles presentes nas obras de Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Jeffrey Alexander, entre outros. Em tais autores, o nível de abstração das considerações teóricas dificulta uma aproximação das dimensões empíricas dos fenômenos que querem explicar.

Acredito, contudo, que o estoque de mecanismos causais identificados por Elster, possibilita uma aproximação das dimensões empíricas dos fenômenos sociais que não se verifica em Giddens, Habermas, Bourdieu e Alexander. Torna-se mais factível e provável, portanto, que sua obra permita uma abordagem empírica que resulte em contribuições testáveis e, quiçá, corroboráveis, para as Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARNIO, Aulis (1992). *Le rationnel comme raisonnable – la justification en droit*, Paris, L.G.D.J.

ABEL, Theodore (1972). *Os fundamentos da Teoria Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

ALEXANDER, Jeffrey (1987). “O novo movimento teórico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, pp. 5-28.

_____ (1998). *Neofunctionalism and after*, Oxford, Blackwell Publishers.

ALEXANDER, Jeffrey; GIESEN, Bernhard; MÜNCH, Richard & SMELSER, Neil (1987). *The Micro-Macro Link*, Berkeley, University of California Press.

ARCHER, M., BHASKAR, R., COLLIER, A., LAWSON, T. & NORRIE, A. (1998) *Critical Realism: essential readings*, London, Routledge.

ARROW, Kenneth, (1986). “Rationality of Self and Others in an Economic System” in Robin Hogarth & Melvin Reder (eds.), *Rational Choice: The Contrast Between Economics and Psychology*, Chicago, The University of Chicago Press.

BAERT, Patrick, (1997). “Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 35, pp. 63-74.

BHARGAVA, R. (1992), *Individualism in Social Science*. Oxford, Clarendon Press.

BLAUG, Mark (1993), *Metodologia da Economia ou como os economistas explicam*, São Paulo, EDUSP.

BORRADORI, Giovanna (1994). *The American Philosopher – Conversations with Quine, Davidson, Putnam, Nozick, Danto, Cavell, MacIntyre, and Kuhn*, Chicago, The University of Chicago Press.

BOUDON, Raymond (1979) *Efeitos Perversos e Ordem Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____. (1994) *The Art of Self-Persuasion: the social explanation of false beliefs*, Cambridge, Polity Press.

_____ (org.). (1996) *Tratado de Sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____.(1998a). “Social Mechanisms without Black Boxes”, in

P. Hedström e R. Swedberg (orgs.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

_____ (1998b). "Limitations of rational choice theory", *American Journal of Sociology*, Vol. 104, n. 3, pp. 817-828.

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. (1993). *Dicionário Crítico de Sociologia*, São Paulo, Ática.

BOUDON, Raymond & CHERKAOUI, Mohamed (2000), "Introduction", in Raymond Boudon & Mohamed Cherkaoui (eds.), *Central Currents in Social Theory – The roots of Sociological Theory: 1700-1920*, London, Sage Publications, Vol. 1, pp. XVII-XLIII.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc, (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.

BRENNAN, Timothy, (1994). "Talking to One Selves: the Social Sciences of Jon Elster", *Journal of Communication*, 44 (1), p. 73-81.

BUCHANAN, James (1995), "Individual Rights, Emergent Social States, and Behavioral Feasibility", *Rationality and Society*, Vol. 7, n. 2, pp. 141-150.

BUNGE, Mário. (1980). *Epistemologia*, São Paulo, TAQ/Edusp.

_____. (1996) "The seven pillars of Popper's social philosophy", *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 26, n. 4, pp. 528-526.

_____. (1997). "Mechanisms and Explanation". *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 27, n. 4, pp. 410-465.

_____. (1999). *The Sociology-Philosophy Connection*, London, Transaction Publishers.

_____. (2000). *Dicionário de Filosofia*, São Paulo, Editora Perspectiva.

BUTTON, Graham; COULTER, Jeff; LEE, John & SHARROCK, Wes. (1998), *Computadores, Mentas e Condutas*, São Paulo, Editora UNESP.

CAILLÉ, Alain (1998), "Nem Individualismo nem Holismo Metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, n. 38, pp. 5-37.

CAYGILL, Howard (2000). *Dicionário Kant*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

COELHO, Edmundo C. (1999) "Hume, Berkeley ou... Borges?" in Fabiano Santos (org.), *Ação Coletiva e Ciências Sociais*, Série Estudos 103, Rio de Janeiro, IUPERJ.

COHEN, G. A., (1978). *Karl Marx's Theory of History: a defense*, Oxford, Oxford University Press.

_____. (1989), "El marxismo y la explicacion funcional", in John Roemer, *El marxismo: uma perspectiva analítica*, México, Fondo de Cultura Economica.

COLEMAN, James (1986), "Social Theory, Social Research and a Theory of Action", *American Journal of Sociology*, Vol. 91, n.6, pp. 1309-35.

_____. (1990), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.

_____. (1994), "A Rational Choice perspective on Economic Sociology", in Neil Smelser & Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton & New York, Princeton University Press & Russel Sage Foundation, pp. 166-180.

COLLINS, Randall (1981), "On the Microfoundations of Macrosociology", *American Journal of Sociology*, Vol. 86, n. 5, pp. 985-1014.

_____. (1994), *Four Sociological Traditions*, Oxford, Oxford University Press.

COOK, Karen S. & LEVI, Margareth (1990), *The Limits of Rationality*, Chicago, The University of Chicago Press.

DAMÁSIO, Antônio (1994), *O erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1999), *O mistério da consciência*, São Paulo, Companhia das Letras.

DANCY, Jonathan. & SOSA, Ernest. (1992). *A companion to Epistemology*, Oxford, Blackwell.

DAVIDSON, Donald. (1980), *Essays on Actions and Events*, Oxford, Clarendon Press.

_____. (1984), *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford, Clarendon Press.

DELEUZE, Gilles (2001), *Empirismo e Subjetividade – Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*, São Paulo, Editora 34.

DENNET, Daniel. (1998) *A perigosa idéia de Darwin: a evolução e os significados da vida*, Rio de Janeiro, Rocco.

DE SOUZA, Ronald (1997), *The Rationality of Emotion*, Cambridge, Massachussets, MIT Press.

DOMINGUES, José Maurício. (2001), *Teorias Sociológicas no Século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DOUGLAS, Mary (1998) *Como as Instituições Pensam*, São Paulo, EDUSP.

ELSTER, Jon. (1978), *Logic and Society: Contradictions and Possible Words*. New York, Wiley.

_____. (1980), “Cohen on Marx’s Theory of History”, *Political Studies* 28 (1): 121-128.

_____. (1982), “Marxism, Functionalism and Game Theory”. *Theory and Society*, nº 11, pp.453-482.

_____. (1983a), *Explaining Technical Change*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1983b), *Sour Grapes – Studies in the Subversion of Rationality*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1984), *Ulysses and the Sirens* (edição revista, 1979). Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1985a), *Making Sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1985b) “The nature and scope of Rational-Choice Explanation”, in Erneste LePore & Brian P. McLaughlin (eds.), *Actions and Events: Perspectives on the philosophy of Donald Davidson*, Oxford, Blackwell, pp. 60-72.

_____. (1986a), *An Introduction to Karl Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1986b), (ed.) *Rational Choice*, New York, New York University Press.

_____. (1986c), (ed.) *The Multiple Self*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1986d), “Reply to coments on Making Sense of Marx”, *Inquiry*, 29 (1): 65-77.

_____. (1989a), *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1989b), *Solomonic Judgments – Studies in the Limitations of Rationality*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1989c) *The Cement of Society*, Cambridge, University of Cambridge Press.

_____. (1989d) “Social Norms and Economic Theory”, *Journal of Economic Perspectives*, 3(4): 99-117.

_____. (1990a), *Psychologie Politique (Veyne, Zinoviev, Tocqueville)*. Paris, Les Éditions de Minuit.

_____. (1990b), “Entrevista de Jon Elster a Richard Swedberg”, in Richard Swedberg (ed.), *Economics and Sociology*, Princeton, Princeton University Press.

_____. (1990c), “Self-realization in work and politics: the Marxist conception of the good life”, in Jon Elster & Karl Moene (eds.), *Alternatives to Capitalism*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1990d), “Merton’s Functionalism and the Unintended Consequences of the Action”, in Jon Clark, Celia Modgil & Sohan Modgil (eds.), *Robert Merton: Consensus and Controversy*, Londres, Falmer Press, pp. 129-35.

_____. (1990e), “Racionalidad, Moralidad y Acción Colectiva”, *Zona Abierta*, 54/55, 1990.

_____. (1991), “Marxismo Analítico, o Pensamento Claro – Entrevista de Jon Elster a Esther Hamburger”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 31.

_____. (1993), “Some Unresolved Problems in the Theory of Rational Behavior”, *Acta Sociologica* 36 (3): 179-190.

_____. (1996), “Rationality and the Emotions”, *The Economic Journal*, 106 (438), pp. 1386-1397).

_____. (1997a), *Economics – Análisis de la interacción entre racionalidad, emoción, preferencias y normas sociales em la economía de la acción individual y sus desviaciones*, Barcelona, Gedisa Editorial.

_____. (1997b) “More than Enough” [Review of Gary Becker (1996) *Accounting for Tastes*], *The University of Chicago Law Review* 64, (2): 749-764.

_____. (1998), “A Plea for Mechanisms”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*, New York, Cambridge University Press.

_____. (1999a), *Alchemies of the Mind: Rationality and the Emotions*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1999b), *Strong Feelings. Emotions, Addiction, and Human Behavior*. Cambridge, MIT University Press.

_____. (1999c) “Davidson on Weakness of Will and Self-Deception”, in, Lewis E. Hahn, (1999), *The Philosophy of Donald Davidson*, Chicago, Open Court.

_____ (2000a), “Rationality, Economy and Society”, in: Stephen Turner (ed.) *The Cambridge Companion to Weber*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____.(2000b), “Rational Choice History: a case of excessive ambition”, *American Political Science Review*, Vol. 94, n. 3, pp. 685-695.

_____.(2000c), *Ulysses Unbound*, Cambridge, Massachusetts, Cambridge University Press.

_____.(2000d), *Las limitaciones del paradigma de la elección racional – Las Ciencias Sociales em la encrucijada*, Valencia, Institució Alfons El Manànim.

FARMER, M. K. (1982) “Rational Action in Economic and Social Theory: Some Misunderstandings”, in: *Archives Européennes de Sociologie*, Tome XXIII, n. 1, pp. 179-197.

FAY, Brian. (1998) *Contemporary Philosophy of Social Science*, Oxford, Blackwell Publishers.

FERRATER MORA, J. (1981), *Diccionario de Filosofía*, Madrid, Alianza Editorial, Volumes 1 a 4.

FERRAZ, Sérgio E. (1999), *As bases normativas da Democracia: aspectos da Teoria Utilitarista e do liberalismo de John Rawls*, Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE.

FESTINGER, Leon; Riecken Henry & Schchter, Stanley, (2000) “Cognitive Dissonance” in Raymond Boudon & Mohamed Cherkaoui (eds.), *Central Currents in Social Theory, Contemporary Sociology: 1920-2000*, London, Sage Publications, Vol. VIII, pp. 341-348.

FETZER, James H. (2000), *Filosofia e Ciência Cognitiva*, Bauru, EDUSC.

GAMBETTA, Diego. (1998), “Concatenations of Mechanisms”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

GIANETTI DA FONSECA, Eduardo, (1993), *Vícios Privados, Benefícios Públicos? A Ética na Riqueza das Nações*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____, (1997), *Auto-Engano*, São Paulo, Companhia das Letras.

GIDDENS, Anthony (1990) “Review of *The Cement of Society*”, *American Journal of Sociology* 96 (1), pp. 223-225.

GOLDTHORPE, John (2000), “The Integration of Social Theory and Social Research”, *Rationality and Society*, Vol 9, n. 4, pp. 405-426.

- GOLGHER, Bruno B.(1995), *Racionalidade e Ação Social*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG.
- GUSMÃO, Luís. (2000), “A concepção de causa na filosofia das ciências sociais de Max Weber”, in Jessé Souza, *A atualidade de Max Weber*, Brasília, UnB, pp. 235-260.
- HAGE, Jerald & MEEKER, Barbara. (1988). *Social Causality*, Boston, Unwin Hyman.
- HAHN, Lewis E. (1999), *The Philosophy of Donald Davidson*, Chicago, Open Court.
- HALFPENNY, Peter (1996). “Causalidade”. In Tom Bottomore *et alli*, *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- HAMLIN, Cynthia L. (1999), *Agência, Estrutura e Individualismo Metodológico na obra de Raymond Boudon: uma síntese possível?*, Recife, mimeo.
- HARRÉ, Ron & SECORD, P.F. (1972), *The Explanation of Social Behaviour*, Oxford, Basil Blackwell.
- HECHTER, Michael (1994), “The Role of the Values in Rational Choice Theory”, *Rationality and Society*, vol. 6, n. 3, pp. 318-333.
- HECHTER, M. & KANAZAWA, S. (1997), “Sociological Rational Choice Theory” *Annual Review of Sociology*, Vol 23, pp. 191-214.
- HEDSTRÖM, P. e SWEDBERG, Richard. (1998), “Social Mechanisms: An Introductory Essay”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.
- HERNES, Gudmund. (1998), “RealVirtuality”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.
- HOLLIS, Martin (1977), *Models of Man: Philosophical Thoughts on Social Action*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1987), *The Cunning of Reason*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1991), “Why Elster is stuck and needs to recover his faith”, *London Review of Books*, 24, January, (2): 13.
- _____. (1994), *The Philosophy of Social Science*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1996a) *Reason in Action: Essays in the Philosophy of Social Science*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1996b) *Filosofia – um convite*, São Paulo, Edições Loyola.

HUGHES, John & SHARROCK, Wes. (1999). *The Philosophy of Social Research*, London, Longman.

HUME, David.(1972). *Investigação acerca do entendimento humano*, São Paulo, Edusp.

_____. (2000) *Tratado da Natureza Humana*, São Paulo, Unesp.

HUMPHREYS, Paul (1991). “Review of Nuts and Bolts”, *Philosophy of the Social Sciences*, 21(1): 114-121.

JAMES, Susan. (1984), *The Content of Social Explanation*, Cambridge, Cambridge University Press.

KATZ, Jack. (2000) “Review of Alchemies of the Mind: Rationality and the Emotions, by Jon Elster”, *American Journal of Sociology*, Vol. 106, n. 1, pp. 259-262.

KAUFMANN, Felix (1977), *Metodologia das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

LACOSTE, Jean (1992). *A Filosofia no Século XX*, Campinas, Papirus Editora.

LAKATOS, Imre (1965). “O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica” in Imre Lakatos e Alan Musgrave (orgs.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, São Paulo, Cultrix.

LALANDE, André (1999). *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes.

LAND, Marcelo (2001). *A Mente Externa: a ética naturalista de Daniel Dennett*, Rio de Janeiro, Garamond Universitária/FAPERJ.

LASH, Scott & URRY, John (1984), “The new marxism of Collective Action: a critical analysis”, *Sociology*, Vol. 18, n. 1, pp. 33-50.

LITTLE, Daniel. (1991), *Varieties of Social Explanation*. Oxford, Westview Press.

_____. (1992), “An attempt to give a critical overview of Elster’s work”, in Warren. J. Samuels (ed.) *New Horizons in Economic Thought*, Aldershot, Edward Elgar Publishing.

LLOYD, Christopher. (1995), *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

LOEWENSTEIN, George & ELSTER, Jon. (eds.) (1992), *Choice over Time*, New York, Russell Sage Foundation.

LUCE, R. Duncan & RAIFFA, Howard. (1957), *Games and Decisions – Introduction and Critical Survey*, New York, Dover Publications.

LUKES, Steven (1970), “Methodological Individualism Reconsidered” in Dorothy Emmet & Alasdair MacYntire (eds.), *Sociological Theory and Philosophical Analysis*, London, Macmillan.

MACFAYDEN, Alan J. (1991), “Review of J. Elster (1989): Nuts and Bolts for the Social Sciences”, *The Journal of Economic Behaviour and Organization* 15: 167-169.

MAGALHÃES, Carlos A. (2003), *Considerações sobre Individualismo, Racionalidade e Teoria da Estruturação*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.

MELBERG, Hans (1993). “Three arguments about rational choice theory in sociology”, <http://home.sol.no/hansom/papers>, capturado em 06/05/1999.

_____ (1999). *A critical discussions of Jon Elster’s arguments about Rational Choice, Infinite Regress and the Collection of Information*, University of Oslo, Department of Economics, mimeo.

MELO, Marcus André (2002). “Republicanism, Liberalismo e Racionalidade”, *Lua Nova*, n. 55-56, pp. 57-84.

MERTON, Robert. (1968), *Social Theory and Social Structure*. NewYork, The Free Press.

MILLER, David (compilador), (1997). *Popper - Escritos Selectos*, México, Fondo de Cultura Econômica.

MILLER, Richard (1987). *Fact and Method – Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and the Social Sciences*, Princeton, Princeton University Press.

MONGIN, Philippe (1991). “Rational Choice Theory considered as Psychology and Moral Philosophy”, *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 21, n.1, pp. 5-37.

MOUZELIS, Nicos (1995), *Sociological Theory: What went wrong?*, London, Routledge.

O’LEARY, Brendan (1987), “The Odyssey of Jon Elster”, *Government and Opposition* 22: 480-498.

OLBERG, Dag. (1995), “The Theory of Heroic Defeats: a mixed motivation approach”, *Sociological Theory*, 13: 2, pp. 178-196.

- ORENSTEIN, Luiz. (1998) *A Estratégia da Ação Coletiva*, Rio de Janeiro, Editora Revan/IUPERJ-UCAM.
- OUTHWAITE, William (1985), *Entendo a Vida Social – O método chamado Verstehen*, Brasília, Universidade de Brasília.
- PAIXÃO, Antônio L. (1989) “A Teoria Geral da Ação e a arte da controvérsia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, pp. 34-56.
- PAPINEAU, David. (1978), *For Science in the Social Sciences*, London, Macmillan.
- PEIRANO, Mariza (1995), *A favor da etnografia*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- PENROSE, Roger (1989), *The Emperor's new mind: concerning computers, minds and the law of Physics*, Oxford, Oxford University Press.
- POPPER, Karl R. (1996), *O mito do contexto – em defesa da ciência e da racionalidade*, Lisboa, Edições 70.
- PRATES, Antônio Augusto & PAIXÃO, Antônio L. & Freitas, Renan S. (1991), *Temas Contemporâneos de Sociologia Clássica*, Belo Horizonte, UFMG-FAFICH.
- QUINTON, Anthony. (1998) *Hume*, São Paulo, UNESP.
- RAPPORT, Nigel & OVERING Joanna (2000), *Social and Cultural Anthropology – The Key Concepts*, London, Routledge.
- REIS, Fábio W. (1984), *Política e Racionalidade – Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia “Crítica” da Política*, Belo Horizonte, Ed. Revista Brasileira de Estudos Políticos.
- _____. (2000), *Mercado e Utopia: Teoria Política e Realidade Brasileira*, São Paulo, EDUSP.
- ROEMER, John R. (1989a), “O marxismo da ‘escolha racional’: algumas questões de método e conteúdo”, *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n. 19, pp. 23-36.
- _____. (ed.) (1989b), *El Marxismo: una perspective analítica*, México, Fondo de Cultura Económica.
- RYAN, Alan (ed.). (1973), *The Philosophy of Social Explanation*, Oxford, Oxford University Press.
- _____. (1977), *A Filosofia das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.
- SALMON, Wesley. (1998) *Causality and Explanation*, Oxford, Oxford University.

SANDVEN, Tore. (1995), "Intentional Action and Pure Causality – a critical discussion of some central conceptual distinctions in the work of Jon Elster", *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 25 n. 3, pp. 286-317.

_____ (1999a), "Autonomy, Adaptation and Rationality – a critical discussion of Jon Elster's concept of "Sour Grapes", part I", *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 29, n.1, <http://proquest.umi.com/pqdweb>, capturado em 09/12/1999.

_____ (1999b), "Autonomy, Adaptation and Rationality – a critical discussion of Jon Elster's concept of "Sour Grapes", part II", *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 29, n. 2, <http://proquest.umi.com/pqdweb>, capturado em 09/12/1999.

SANTANA, Suely M. (2002), *Teoria da Mente: Crença Falsa e Lógica da Explicitação*, Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE.

SAYER, Andrew. (1998), "Abstraction: A Realist Interpretation", in M. Archer *et alii* (orgs.), *Critical Realism*. London, Routledge.

SCHELLING, Thomas C. (1980) *The Strategy of Conflict*, Cambridge, Harvard University Press.

_____. (1989) *Micromotivos y Macroconduta*, México, Fondo de Cultura Econômica.

_____. (1998), "Social Mechanisms and Social Dynamics", in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

SCHNEEWIND, J.B. (2001) *A invenção da autonomia*, São Leopoldo, Editora Unisinos.

SCHUTZ, A. (1979), *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SEARLE, J. (1995), *Intencionalidade*, São Paulo, Martins Fontes.

_____. (1997), *O mistério da consciência*, São Paulo, Paz e Terra.

_____. (2000), *Mente, Linguagem e Sociedade*, Rio de Janeiro, Rocco.

SEVERINO, Emanuele. (1984). *A filosofia moderna*, Lisboa, Edições 70.

SOMERS, Margaret R. (1998). "Symposium on Historical Sociology and Rational Choice Theory: "We are no angels": realism, rational choice and relationality in social science", *The American Journal of Sociology*, Vol. 104, n. 3, pp. 722-784.

SORENSEN, Aage B. (1998), "Theoretical Mechanisms and the Empirical Study of Social Processes", in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

STINCHCOMBE, Arthur (1968), *Constructing Social Theories*, Harcourt, Brace & World.

_____ (1978), *Theoretical Methods in Social History*, New York, Academic Press.

_____. (1985), “Can the Philosophy of Science Help Science?”. *Contemporary Sociology*, vol. 14, nº 2, pp. 164-166.

_____. (1986), “Reason and Rationality”, *Sociological Theory*, Vol.4, n.2, pp. 151-166.

_____ (1998), “Monopolistic Competition as a Mechanism: Corporations, Universities, and Nation-states in Competitive Fields”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

TAYLOR, Charles (1985), *Human Agency and Language: Philosophical Papers 1*, New York, Cambridge University Press.

TSEBELIS, George. (1998). *Jogos Ocultos*, São Paulo, EDUSP.

VAN DEN BERG, Axel. (1998), “Is Sociological Theory too Grand for Social Mechanisms?”, in P. Hedström e R. Swedberg (eds.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York, Cambridge University Press.

VEYNE, Paul (1998), *Como se escreve a história*, Brasília, Ed. UnB.

VILTARD, Mayette (1993). “Gozo” in Kaufmann, Pierre (1993) *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – o legado de Freud e Lacan*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

WACQUANT, Loïc J.D. & CALHOUN, Craig J. (1991), “Interesse, Racionalidade e Cultura”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, pp 76-101.